

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

Rosemary Lopes Rodrigues

**CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVAS SOBRE O
SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT, RIO LARGO/AL.**

Dissertação de Mestrado

Maceió
2017

Rosemary Lopes Rodrigues

**CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVAS SOBRE O
SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT, RIO LARGO/AL.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a Defesa da Dissertação de Mestrado, como requisito final para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

R696c Rodrigues, Rosemary Lopes.

Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL / Rosemary Lopes Rodrigues. – 2017.
195 f.: il.

Orientadora: Lúcia Tone Ferreira Hidaka.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 189-195.

1. Edifícios industriais – Patrimônio cultural. 2. Indústrias (Arquitetura) – Conservação. 3. Companhia alagoana de fiação e tecidos (CAFT) – Rio Largo – Alagoas. I. Título.

CDU: 725.4(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

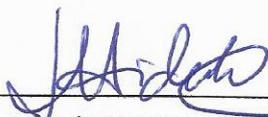
Rosemary Lopes Rodrigues

**CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERSPECTIVAS SOBRE O
SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT, RIO LARGO/AL.**

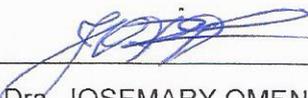
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a Defesa da Dissertação de Mestrado, como requisito final para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em 17/04/2017

BANCA EXAMINADORA



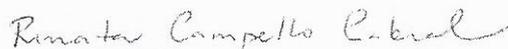
Prof.ª Dra. LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof.ª Dra. JOSEMARY OMENA PASSOS FERRARE
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof.ª Dra. SUZANN FLAVIA CORDEIRO DE LIMA
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof.ª Dra. RENATA CAMPELLO CABRAL
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) - UFPE

Aos meus pais, Régis e Ângela.

AGRADECIMENTOS

À Lúcia Hidaka por aceitar minha proposta de pesquisa e ajudar a moldá-la. Obrigada por dedicar seu tempo para orientar-me no universo da conservação patrimonial, me indicando caminhos, ampliando meus horizontes sobre o objeto de estudo, sempre me incentivando, depositando confiança e acreditando no meu trabalho.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento concedido que possibilitou a dedicação exclusiva para o desenvolvimento da pesquisa nos vinte e quatro meses de mestrado.

Aos professores que compõem o quadro docente do DEHA, especialmente àqueles com quem tive aula e contribuíram direta ou indiretamente com minhas atividades de pesquisa, bem como com conhecimentos que levarei para a vida.

Às professoras Josemary Ferrare, Suzann Cordeiro e Renata Cabral que compõem a banca de avaliação, pela participação, leitura atenta e críticas que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa.

À Cristine Castro pela gentileza de compartilhar comigo sua produção sobre a cidade de Rio Largo/AL.

Aos meus colegas de turma com quais troquei muitas ideias, livros e artigos. Especialmente Rafaela Carvalho, João Paulo Omena, Carlos Eduardo Fonseca e Joana Teixeira. Muito obrigada a Carlos Jacinto e Juliana Aguiar, pela amizade, incentivo, apoio, ideias e críticas.

Aos meus amigos Ana Luísa Howard, Ana Carolina Sarmento, Ana Beatriz Melo, Arlete Cândido, Anderson Diego, Sarah Medeiros. Um agradecimento especial a Maxsuel Bomfim pela torcida, ajuda e incentivo. A Emerson Felix que, mesmo distante, motiva e inspira a dar o meu melhor em todas as escolhas da vida. Ao amigo e fotógrafo Andrews Moura pelo profissionalismo e por sempre acatar minhas ideias. A minha prima Claudia Beatriz e minha tia Tânia pelo apoio e solidariedade.

Aos meus pais e minha irmã Roseane Lopes pelo amor incondicional.

Por fim, agradeço à cidade de Rio Largo/AL, por me permitir dissertar sobre seu patrimônio industrial.

RESUMO

O patrimônio industrial é constituído por todos os elementos que possibilitaram a instalação e funcionamento de uma indústria. Com o processo da desindustrialização muitos dos legados industriais ficaram em desuso e inúmeros são os estudos e tentativas de reintegração desses remanescentes à urbanidade. No entanto, esse tipo de patrimônio apresenta desafios em sua conservação por possuir uma natureza específica, voltada à produtividade e funcionalidade, bem como por ocupar extensas áreas e possuir valores não limitados aos aspectos históricos ou estéticos do patrimônio, mas ligados a significados e símbolos que o qualificam como tal. Neste contexto, questiona-se “como é possível intervir sobre o patrimônio industrial reconhecendo sua natureza específica e complexa?”. Tendo como objeto empírico o sítio industrial da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), localizado no município de Rio Largo/AL, esta pesquisa objetiva indicar as variáveis do patrimônio (envolvidos/*stakeholders*, valores e significados, atributos patrimoniais) que possam intermediar uma política de conservação na antiga CAFT, sob o ponto de vista da teoria contemporânea da conservação. Metodologicamente, o trabalho se divide nos seguintes procedimentos: 1) levantamento bibliográfico com o aprofundamento das questões referentes ao patrimônio industrial e sua relação com as teorias da conservação (clássica e contemporânea); 2) levantamento histórico do objeto de estudo; 3) pesquisa de campo para a caracterização espacial da CAFT, por meio de recursos gráficos e fotográficos; 4) levantamento documental para o estudo da gestão em curso dos remanescentes da CAFT; 5) cruzamento das informações do aporte teórico e empírico para o alcance do objetivo e apresentação dos resultados. Como resultados foram encontrados valores patrimoniais no antigo sítio da CAFT que ultrapassam o quadro de valores apresentado na definição do documento doutrinário, o que demonstra a especificidade do objeto e a limitação que o documento apresenta. É escrita uma Declaração de Significância Cultural do sítio, que orienta uma proposta de política voltada à conservação dos valores da antiga CAFT. Pretende-se com esta dissertação contribuir com o campo de estudo do patrimônio industrial e nas possibilidades de ações sobre ele por meio da abordagem da teoria contemporânea da conservação, até então ausente nas discussões sobre essa tipologia de patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Conservação. Valores. Atributos. Envolvidos. CAFT. Rio Largo.

ABSTRACT

Industrial Heritage constitutes of all the elements that make the installation and operation of an industry possible. Because of deindustrialization, many industrial legacies have become obsolete and there are countless studies and attempts to restore the remnants of these structures and to reintegrate them into current use. However, this type of project presents challenges because these heritage buildings have a specific nature which is focused on productivity and function; further, the structures occupy large areas and they possess values not limited to the historical or aesthetic aspects of heritage, but also linked to meanings and symbols that qualify them. In this context, the question of how it would be possible to intervene on the industrial patrimony without forgetting its specific and complex nature arises. The subject of this study is the industrial site of the Alagoana Company of Wiring and Fabrics (CAFT), located in Rio Largo/AL. The present study aims to outline the equity variables (for example, stakeholders / values and meanings, patrimonial attributes) that can mediate a conservation policy in the former CAFT, from the point of view of contemporary conservation theory. Methodologically, the work is divided in the following procedures: 1) a bibliographical survey with an in-depth examination of questions related to industrial heritage properties and its relation to conservation theories (classic and contemporary); 2) a historical survey of the object of study; 3) field research for the spatial characterization of CAFT, through graphic and photographic resources; 4) a documentary survey for the study of how CAFT currently manages old industrial buildings; 5) a cross-referencing of the theoretical and empirical information to develop a conclusion and present the results. In conclusion, several historical heritage values were found on the old CAFT site. The amount found actually surpasses the values outlined on the table of values presented in the doctrinal document, which demonstrates the specificity of the object of study as well as the limitations of the definition in the document. A Declaration of Cultural Significance of the site is written, which guides a policy proposal aimed at preserving the values of the former CAFT. This dissertation intends to contribute to the field of study of industrial Heritage conservation and to highlight the high amount of potential actions that can be taken through it via the methodology of the contemporary theory of conservation, which has been hitherto absent in such discussions on this of cultural heritage.

Keywords: Industrial Heritage. Conservation. Values. Attributes. Stakeholders. CAFT. Rio Largo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 CONSERVAÇÃO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	17
2.1 A Emergência do Patrimônio Industrial no contexto do Patrimônio Cultural	17
2.1.1 Referências para carta do patrimônio industrial: Carta de Veneza e Carta de Burra	29
2.2.2 Recomendações sobre o patrimônio industrial: Carta de Nizhny Tagil e Princípios de Dublin	37
2.2 As Teorias da Conservação e o Patrimônio Industrial.....	49
2.2.1 Teoria contemporânea da conservação	53
2.2.2 Alois Riegl e a teoria contemporânea da conservação: valores e significados	59
3 CAFT: UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL?	66
3.1 Significado Patrimonial da CAFT para a cidade de Rio Largo.....	66
3.1.1 Valores patrimoniais do período do progresso industrial têxtil	70
3.1.2 Os valores patrimoniais do período de desmonte fabril	86
3.1.3 Os valores patrimoniais na contemporaneidade	91
4 CAFT E AS POSSIBILIDADES DE UMA CONSERVAÇÃO URBANA PATRIMONIAL	128
4.1 Desafios da Gestão Pública para atuar no Patrimônio Industrial	128
4.1.1 O posicionamento da gestão pública sobre a CAFT	135
4.1.1.1 A instância federal	135
4.1.1.1 A instância estadual	137
4.1.1.1 A instância municipal.....	137
4.1.2 A gestão da CAFT pelos herdeiros da indústria têxtil.....	141
4.2 Um Possível Caminho para Conservação do Sítio Industrial da Antiga CAFT..	151
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	189

I INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “Conservação do Patrimônio Cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT¹, Rio Largo/AL” tem como tema a discussão de políticas que visem à conservação do patrimônio industrial sob o ponto de vista da teoria contemporânea da conservação. Entendendo o ato de conservar um objeto como uma ação que objetiva a manutenção de seus valores patrimoniais, recorrendo a ações de preservação e/ou restauração do exemplar (VIÑAS, 2011)².

Enquadrada na linha de pesquisa “Apropriação, organização e gestão do espaço habitado”, do Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado (DEHA/UFAL), esta investigação se propôs a construir um caminho que auxilie a implantação de políticas voltadas à conservação da herança industrial têxtil de Rio Largo/AL, considerando sua escala urbana, os valores e atributos que constroem sua significância cultural.

* * *

A partir da ampliação do conceito de patrimônio ocorrida na segunda metade do século XX surgiram questões a respeito de sua gestão. Se antes desse período o patrimônio era visto como algo isolado, carregado de valor histórico e estético, após, o reconhecimento de seu valor cultural deu-se em outra escala. São sítios, bairros, cidades que podem ser considerados patrimônios culturais (CASTRIOTA, 2009). Refletir sobre eles é refletir sobre o espaço no qual estão inseridos e em suas dinâmicas.

Outro aspecto relevante ao se discutir sobre a ampliação dessa escala patrimonial são os critérios que levam a um sítio, bairro, cidade etc., serem considerados patrimônios, ou seja, objetos dignos de conservação. As ideias que se tem a respeito do julgamento e prática sobre o patrimônio foram iniciadas no século XIX. Muitas vezes utilizaram-se métodos científicos para a construção de fundamentos teóricos e práticos. A teoria contemporânea da conservação evidencia

¹ Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

² O conceito de conservação patrimonial adotado será discutido com profundidade no Capítulo 1 desta dissertação. Entende-se por preservação qualquer intervenção sobre o objeto que não seja perceptível pelo observador, e restauração, qualquer intervenção que promova alterações no objeto possíveis de serem notadas.

a subjetividade na interpretação dos valores patrimoniais, e são estes que se sobressaem frente aos julgamentos do que pode ou não ser considerado patrimônio (VIÑAS, 2011).

Essas duas questões foram relevantes para este trabalho: i) a gestão patrimonial com uma escala ampliada, no caso, o que interessou nesta investigação foi a escala urbana; ii) a inserção de novos valores, não limitados à história ou estética do patrimônio, mas relacionados a nos significados e símbolos que o qualificam como tal. São esses valores que aproximam o patrimônio da vida e do cotidiano das pessoas. Castriota (2009, p.87, grifo nosso) indica que não se deve

[...] esquecer a dinâmica própria do patrimônio cultural, que não pode ser percebido como uma coleção de objetos afastados da vida, devendo ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida. Trata-se de perceber o potencial transformador de nosso patrimônio, que deverá ser continuamente relido e utilizado de forma libertadora.

É com a ideia de inserir o patrimônio na dinâmica urbana que a proposta de conservá-lo não se justifica apenas por deixá-los para gerações futuras. O patrimônio passa a ser encarado como um recurso do passado que pode ser usufruído no tempo presente. Sua conservação parte do pressuposto que deve ser útil também para a atual geração. A reintegração do patrimônio arquitetônico na vida das pessoas entra nas discussões da Conservação Urbana que teve seus princípios definidos na Declaração de Amsterdã (ICOMOS, 1975). De acordo com Zancheti e Lapa (2012, p.27-28):

A questão básica do planejamento urbano e territorial atual centra-se no reconhecimento de que a cidade, ou uma rede local de cidades, é o fruto de um longo processo de transformação que deixa sinais de seu percurso no próprio território [...]. Isto é, o território é o campo de manifestação e representação da diversidade da cultura. O território é visto de uma perspectiva antropológica, segundo um método arqueológico, no qual a ação humana, até meados do século XIX, se deu mais pela superposição e justaposição dos resultados da sua ação do que pelo cancelamento da herança do passado. Em termos do planejamento do território, a grande questão que se coloca é como manter um processo de transformação do território que não cancele essa herança e que inclua o novo numa relação de 'harmonia' do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma.

A partir da citação acima, percebe-se a forma contemporânea de definir o patrimônio enquanto recurso do passado para o usufruto no presente e no futuro. O espaço urbano³ tem como função construir uma relação equilibrada entre as

³ O termo espaço urbano aqui utilizado refere-se àquilo que “revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo” (CARLOS, 2007, p.11).

permanências e as transformações do meio. É dentro desta perspectiva que este trabalho apresenta como a reinserção do patrimônio industrial aos seus valores funcionais urbanos, pode responder às exigências da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, garantir sua salvaguarda.

O patrimônio industrial é constituído por todos os edifícios, estruturas, maquinários, sistemas etc., que possibilitaram a instalação e funcionamento da indústria, e expressam valores históricos, sociais, científicos, tecnológicos e arquitetônicos de uma determinada sociedade (ICOMOS, 2003). Diante dessa complexidade, esse patrimônio não pode ser compreendido e interpretado isoladamente, pois onde a indústria se implanta são construídas novas dinâmicas em escala urbana, com o ambiente⁴ natural, construído e com a sociedade. O patrimônio industrial edifica uma paisagem⁵ específica.

Muitas indústrias impulsionaram a fundação de cidades, consolidando um meio urbano próprio. Segundo Ibáñez (1998, p.92, tradução nossa), “ao longo do tempo [as instalações industriais] tem definido um espaço, conformado uma paisagem, e é esse processo o que lhes tem dado valor. Se se destrói esse ambiente se altera por completo seu valor”⁶. Há um contexto territorial próprio do patrimônio industrial, pelo conjunto de relações que constrói com o lugar de sua implantação.

Diante do que Ibáñez (1998) expõe, compreender o espaço construído pelo patrimônio industrial é levar em consideração fatores econômicos, ambientais, sociais, culturais, ideológicos etc. Se aprofundar nas razões que levaram a implantação da indústria em determinado sítio, quais as tecnologias introduzidas por ela no local, quais as mudanças realizadas no território e seus impactos na sociedade, faz com que seus valores patrimoniais passem a ser atribuídos.

⁴ O substantivo ambiente foi entendido nesta dissertação seguindo a apropriação do termo por Gustavo Giovannoni e interpretado por Cabral (2013) como aquilo que envolve o bem. Trata-se do entorno que estabelece influências diretas e indiretas sobre o objeto assim como no modo de sua apreensão pelo usuário/observador.

⁵ O conceito de paisagem adotado é apresentado por Menezes (2002) que a reconhece como objeto material, seja de caráter natural ou cultural, que possua características estéticas e sensoriais reconhecidas pela percepção da pessoa que o visualiza. Está relacionada ao ato de ver, observar.

⁶ “[...] A lo largo del tiempo han definido un espacio, hác conformado um paisaje, y es ese proceso lo que les ha dado valor. Si se destruye ese ambiente se altera por completo su valor” (IBÁÑEZ, 1998, p.92).

Parte do legado deixado pelo início da industrialização está em desuso, em situação de abandono, não sendo muitas vezes reconhecido como patrimônio. Inúmeros são os estudos e tentativas de reintegração de sítios industriais ou edifícios isolados à urbanidade. No entanto, problemas são encontrados nas práticas de gestão e conservação do patrimônio industrial, geralmente vítimas de medidas que se contrapõem às reflexões teóricas do campo da conservação (KÜHL, 2008).

Dentre os problemas apresentados pela literatura que discute a conservação do patrimônio industrial está o fato dessas instalações ocuparem extensas áreas na cidade, e muitos de seus edifícios não possuem apreciação estética que induza à valoração, tutela e reconhecimento como patrimônio cultural (RAHOLA, 2007; RUFINONI, 2013). Esses problemas recorrentes do patrimônio industrial tem base em duas questões: i) a não visualização desse patrimônio no contexto urbano; ii) a ausência de critérios com embasamento nas teorias da conservação para a atuação sobre esse tipo de patrimônio, o que os leva a serem alvos de ações errôneas que seriam inaceitáveis no campo da conservação, segundo Kühl (2008).

As atuações sobre o patrimônio industrial, em geral, têm como finalidade a destinação a um novo uso. No campo teórico, autoras como Kühl (2008) e Rufinoni (2013) apontam críticas a essa maneira de atuar sobre o patrimônio industrial. Essas autoras usam como parâmetro para tal crítica a Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004). Devido a incipiente correspondência feita pelos conservadores entre a teoria brandiana e a prática sobre o patrimônio industrial, esta dissertação adotou a teoria contemporânea da conservação para julgar os legados industriais, com base na relação entre envolvido e objeto para a atribuição de valores e significados.

O **problema de pesquisa** dessa investigação constituiu na seguinte indagação: como é possível intervir sobre o patrimônio industrial reconhecendo sua natureza específica e complexa com embasamento na teoria contemporânea da conservação?

O **objeto teórico** foi o estudo das ações sobre o patrimônio industrial que tenham como finalidade a sua conservação. Partiu do entendimento de como se deu a construção da definição do patrimônio industrial, de seus documentos doutrinários, de como são geralmente pensadas as atuações sobre esse tipo de patrimônio e quais os valores que auxiliam na construção de sua significância cultural. O objeto teórico foi discutido em cima das três variáveis que são recorrentes nos documentos

e discussões sobre o patrimônio cultural: valores, atributos e envolvidos na conservação.

Por valores entende-se a qualidade comunicacional e simbólica de determinado objeto. É por meio da capacidade de comunicação sobre algo de relevância para um indivíduo ou determinados grupos sociais que um objeto pode ser considerado digno de conservação. Os valores não estão intrínsecos no objeto, mas lhe são atribuídos após um processo interpretativo. Essa ideia está em consonância com as indicações da teoria contemporânea da conservação (VIÑAS, 2011) que embasou nos fundamentos da semiótica, caracterizando o processo de julgamento semelhante a um processo comunicacional.

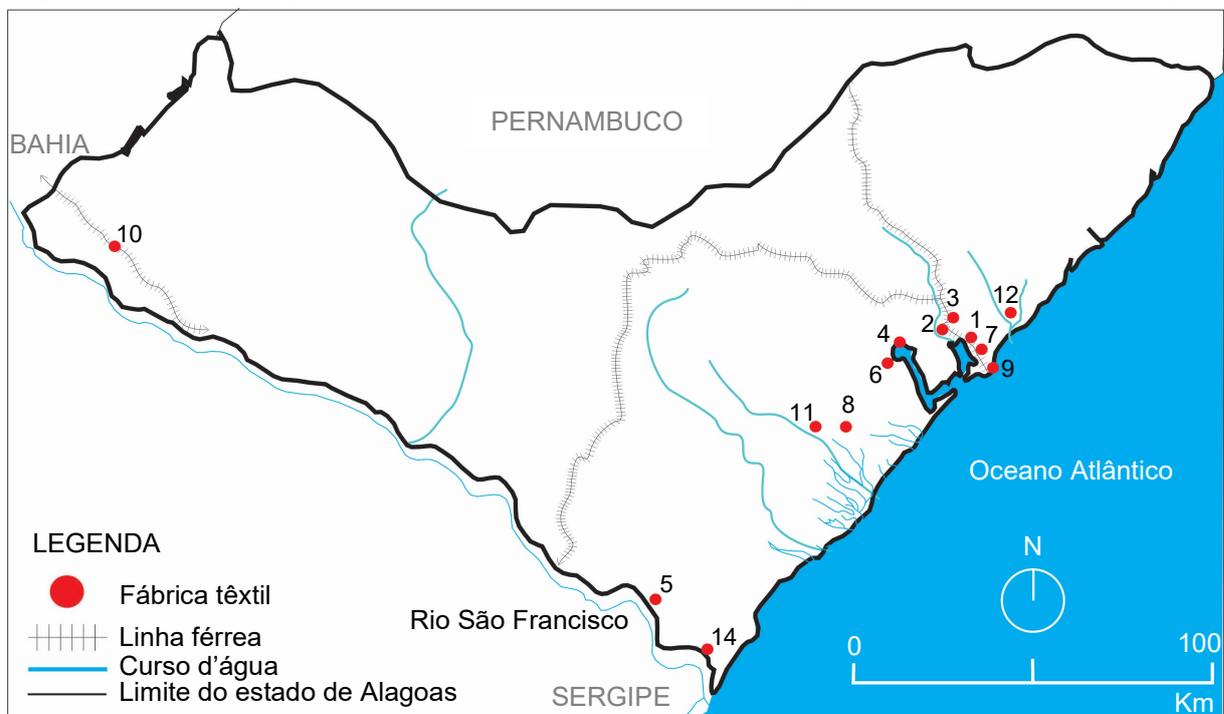
Os atributos são entendidos aqui como as características ou qualidades físicas, biológicas ou antrópicas do objeto. De acordo com Carneiro e Silva (2012, p.150) “a aparência dos bens patrimoniais resulta da combinação de seus atributos, naturais ou construídos que lhes qualificam e distinguem um de outro”. Por envolvidos ou pessoas afetadas, também chamados de *stakeholders* pela teoria contemporânea da conservação, entendem-se os atores que se relacionam direta ou indiretamente com o objeto no processo de interpretação e valoração. Constituem, então, nas partes interessadas pelo objeto e por sua conservação.

As definições adotadas pela tríade valores-atributos-envolvidos justificam o porquê desta dissertação não construir o caminho para auxiliar políticas a serem aplicadas sobre o patrimônio industrial de Rio Largo, mas propõe um caminho possível, pois a interpretação do objeto foi realizada somente pela autora, que pertence ao grupo de especialistas. Ainda que aqui sejam apresentadas perspectivas de outros envolvidos sobre o objeto de estudo, a interpretação delas foi realizada pela mesma intérprete.

A relevância de tal pesquisa se dá pela, ainda, insuficiente discussão a respeito do reconhecimento dos valores e das especificidades de antigos sítios industriais frente à ampliação do conceito de patrimônio cultural. Pela reflexão a respeito da reapropriação desse tipo de bem por meio de políticas de conservação para antigas áreas industriais, tendo como fundamento a teoria contemporânea da conservação.

Adotou-se como contexto de estudo a industrialização no estado de Alagoas, que teve como primeiros exemplares do setor industrial as fábricas têxteis, desenvolvidas a partir do aumento da produção de algodão na região. O setor se desenvolveu entre os séculos XIX e XX e foi responsável por inserir Alagoas numa condição de destaque na economia nacional, no campo das exportações. A partir de 1857 foi implantado o primeiro sítio industrial alagoano, a Cia União Mercantil, situada na capital, Maceió. A última indústria do ramo têxtil a ser implantada foi a Fábrica Marituba, em 1949, no município de Piaçabuçu. Neste intervalo de tempo totalizaram treze unidades fabris têxteis em território alagoano (SANT'ANA, 1970) (Figura 1).

Figura 1 - Espacialização das fábricas têxteis no território alagoano em ordem de implantação.

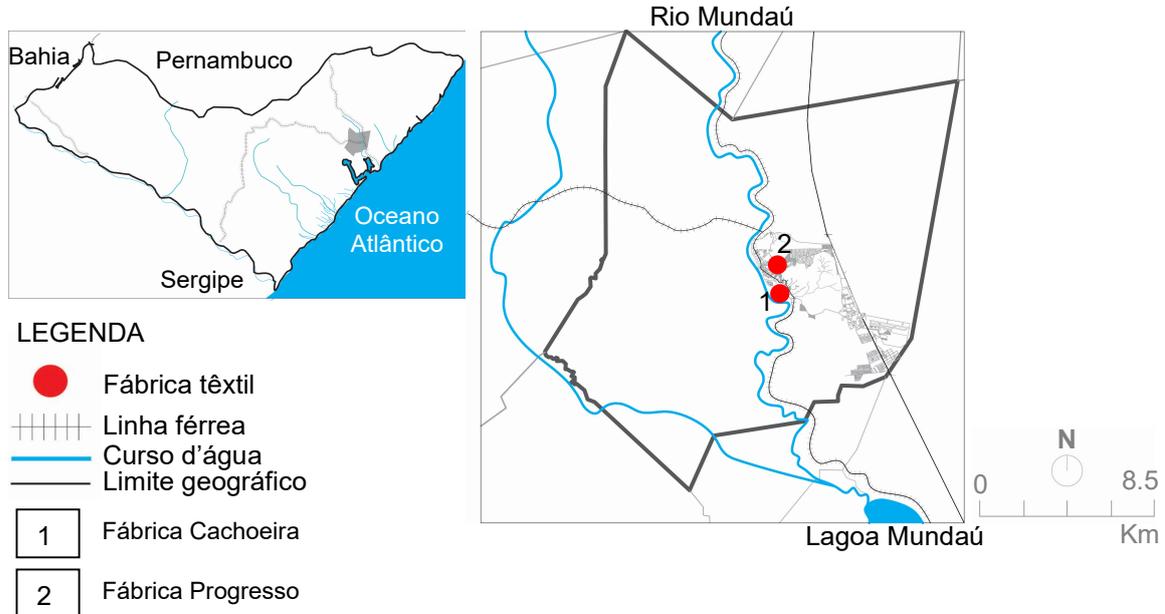


Ordem	Fábrica Têxtil	Ano de implantação	Município
1	Cia União Mercantil	1857	Maceió
2	Fábrica Cachoeira	1888	Rio Largo
3	Fábrica Progresso	1893	Rio Largo
4	Fábrica Pilarense I	1893	Pilar
5	Fábrica Penedense	1898	Penedo
6	Fábrica Pilarense II	1909	Pilar
7	Fábrica Alexandria	1911	Maceió
8	Fábrica São Miguel dos Campos	1913	São Miguel dos Campos
9	Fábrica Santa Margarida	1914	Maceió
10	Fábrica da Pedra	1914	Delmiro Gouveia
11	Fábrica Vera Cruz	1926	São Miguel dos Campos
12	Fábrica Norte das Alagoas	1926	Maceió
13	Fábrica Marituba	1949	Piaçabuçu

Fonte: Lima (1963). Adaptado pela autora.

Dentre os exemplares da indústria têxtil alagoana elegeu-se como **objeto empírico** para o estudo aqui proposto o sítio industrial da antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), formada pela união da Fábrica Cachoeira e Fábrica Progresso, ambas situadas no município de Rio Largo (Figura 2).

Figura 2 - Localização do objeto empírico: fábricas têxteis da antiga CAFT, em Rio Largo/AL.



Fontes: Lima (1963); IBGE (2010). Adaptados pela autora.

A escolha desse sítio industrial, que não tem proteção patrimonial de nenhuma instância (federal, estadual e municipal), se deu pelas implicações ocorridas durante o Trabalho Final de Graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo da presente autora, intitulado “Entre o progresso e o abandono: propostas de ações preservacionistas sobre dois exemplares do patrimônio industrial têxtil de Alagoas”. No desenvolvimento desta pesquisa houve questionamentos acerca desse testemunho industrial que não estavam dentro dos limites que foram explorados no trabalho. Dentre essas questões estavam: quais valores, além dos definidos pelas Cartas Patrimoniais, podem ser encontrados em Rio Largo? Qual a lógica urbana da antiga CAFT e como ela se configura no atual contexto citadino? Quais as especificidades patrimoniais da CAFT? É possível a construção de instrumentos de conservação que visem à manutenção da significância cultural da antiga CAFT dentro da perspectiva do patrimônio industrial?

O **objetivo geral** deste trabalho constituiu em indicar os valores e significados, atributos e envolvidos para se pensar uma gestão de conservação no

antigo sítio da CAFT, considerado suas especificidades e complexidade à luz da teoria contemporânea da conservação.

O trabalho foi formado por sete **procedimentos metodológicos**, divididos em três etapas:

Etapa 01: Pesquisa Bibliográfica do objeto teórico

1. Discussão dos conceitos referentes ao patrimônio industrial. Foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do início das preocupações sobre esse patrimônio, bem como as organizações internacionais criadas a fim de debater sobre sua conservação. São citadas obras como a de Kühl (2008), Hudson (1963), Rufinoni (2013), Campagnol (2008) entre outras;

2. Descrição e análise das Cartas Patrimoniais pertinentes ao tema, tanto a Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial (ICOMOS, 2003) e os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) como a Carta de Burra (ICOMOS, 2013) e a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), que são citadas no documento doutrinário específico do patrimônio industrial. Neste momento, são confrontadas as recomendações das Cartas apresentadas e demonstradas lacunas conceituais dessas documentações. Ressalta-se que na descrição desses documentos, utilizaram-se os termos conservação, preservação e restauração respeitando a forma de apropriação de cada Carta Patrimonial, sem interferências da conceituação adotada pela autora com base na distinção feita pela teoria contemporânea da conservação⁷;

3. Discussão das teorias da conservação. Foram apresentadas a teoria clássica de Brandi (2004) e a teoria contemporânea da conservação, publicada por Viñas (2011). É exposta a contemporaneidade dos pensamentos de Riegl (2014) e sua relevância nos debates a respeito da intervenção no patrimônio industrial.

Etapa 02: Pesquisa Histórica e Pesquisa de Campo do objeto empírico

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da Pesquisa Histórica foram, sobretudo, de natureza secundária. A escolha por esta opção justifica-se pela adoção de um recorte temporal amplo no estudo do objeto empírico, que considera desde o período de funcionamento fabril, final do século XIX, até os dias atuais.

⁷ Esta distinção será mais detalhada no primeiro capítulo desta dissertação.

4. Caracterização e espacialização do objeto empírico, o sítio da antiga CAFT no município de Rio Largo, considerando seus aspectos históricos, socioculturais e econômicos. São identificados os atributos e elencados valores patrimoniais do período de implantação da indústria. Teve como principais fontes as publicações de Paiva Filho (2013); Lessa e Tenório (2013); Marroquim (1922) e Castro (2015);

5. Caracterização do sítio industrial da antiga CAFT e sua atual configuração no contexto urbano. Este procedimento consistiu em uma Pesquisa de Campo, com observação, descrição e análise das mudanças e permanências no espaço citadino. Recorreu-se a pesquisas que utilizaram como recurso metodológico a História Oral aplicado ao objeto empírico a fim de interpretar os valores imateriais atribuídos ao sítio da antiga CAFT. Foi apresentado um estudo da morfologia urbana⁸ do antigo sítio e sua relação com a cidade contemporânea⁹ dando continuidade ao levantamento de valores e atributos patrimoniais do testemunho industrial em estudo;

6. Identificação das posturas dos envolvidos diretamente com a gestão dos remanescentes industriais que compõem a antiga CAFT, a fim de verificar como esse patrimônio está sendo gerido. Foi realizada uma Pesquisa Documental tendo como fonte o Plano Diretor do município e outros documentos que envolvam procedimentos de conservação do patrimônio nas instâncias municipal, estadual e federal. Neste momento, a partir do diálogo com os proprietários do legado industrial, identificaram-se como os remanescentes estão sendo administrados e se há uma consciência de conservação sobre o testemunho industrial.

Etapa 03: Interpretação dos dados

7. Reflexão e síntese dos valores, atributos e envolvidos na gestão da conservação do patrimônio industrial da CAFT, que possam auxiliar na construção

⁸ Adotou-se seguinte conceito apresentado por Lamas (2000, p.38): “um estudo de morfologia urbana ocupa-se da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológicos) e da articulação destes entre si e com o conjunto que definem – os lugares que constituem o espaço urbano. O que remete de imediato para a necessidade de identificação e clarificação dos elementos morfológicos, quer em ordem à leitura ou análise do espaço quer em ordem à sua concepção ou produção”. Os elementos morfológicos do espaço urbano evidenciados no sítio industrial da antiga CAFT constituem: solo, edifícios, lotes, quarteirões, fachadas, traçado das ruas, praças, vegetação e bens de impacto visual.

⁹ Para representar a relação do sítio industrial da antiga CAFT com a cidade contemporânea utilizou-se como referência iconográfica a obra “Inventário do patrimônio arquitetônico de Marechal Deodoro” de Ferrare (2007).

de recomendações sobre o legado industrial de Rio Largo, sob o ponto de vista da teoria contemporânea da conservação. Neste procedimento foi realizada a relação dos conceitos discutidos nos procedimentos da primeira etapa aplicados ao objeto empírico, conforme a caracterização da segunda.

Essas etapas estruturaram a presente dissertação que se apresenta dividida em cinco capítulos:

No primeiro capítulo tem-se a introdução do trabalho. O segundo, intitulado “Conservação e Patrimônio Industrial”, traz as conceituações que nortearão o curso da investigação. Está subdividido nos seguintes tópicos: 1) A emergência do patrimônio industrial no contexto do patrimônio cultural; 2) As teorias da conservação e o patrimônio industrial.

No terceiro capítulo “CAFT: um patrimônio industrial?” é apresentado o objeto empírico da pesquisa. É nele em que há a caracterização do sítio da antiga CAFT enquanto um bem do patrimônio industrial, a partir da atribuição de valores. São apresentados estudos da configuração urbana do sítio industrial na cidade de Rio Largo, no período de funcionamento da fábrica e atualmente.

No quarto capítulo encontram-se as discussões sobre os desafios de uma conservação dos remanescentes industriais de Rio Largo. A partir do diagnóstico realizado na caracterização e análise do objeto de estudo, é neste capítulo que o trabalho discute como as variáveis do patrimônio (valores, atributos e envolvidos) podem auxiliar na construção de uma gestão voltada à conservação do antigo sítio industrial da CAFT. Este capítulo intitulado “CAFT e as possibilidades de uma conservação urbana patrimonial” subdivide-se em: 1) Desafios da gestão pública para atuar no patrimônio industrial; 2) Um caminho possível para a conservação do sítio industrial da antiga CAFT.

Como finalização do documento, tem-se o quinto e último capítulo, onde se encontram suas Considerações Finais, com o intuito de reforçar as questões levantadas no curso da pesquisa, e provocar aberturas para investigações futuras no campo da teoria contemporânea da conservação aliada ao patrimônio industrial.

II CONSERVAÇÃO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Este capítulo consiste numa reflexão teórica sobre a conservação patrimonial aplicada às antigas instalações industriais inoperantes. Dividido em duas seções, apresenta inicialmente a consolidação das primeiras ideias sobre o patrimônio industrial e expõe os principais acontecimentos que fomentaram a preocupação sobre este tipo de testemunho. A partir de tais informações o capítulo descreve o documento doutrinário específico sobre o patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), que teve como referência a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e a Carta de Burra (ICOMOS, 2013), ambas discutidas ainda nesta seção. Nesta etapa são indicadas especificidades do patrimônio industrial que induziram à elaboração de documentos doutrinários próprios - Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin -, bem como lacunas conceituais encontradas nestes documentos.

No segundo momento, diante das especificidades expostas na seção anterior, o capítulo recorre aos conceitos fundadores e norteadores das teorias clássica e contemporânea da conservação, com o intuito de encontrar as correlações entre a teoria e a prática sobre o patrimônio industrial. Este capítulo auxilia tanto na compreensão teórica do objeto em estudo, como na apresentação de recursos metodológicos para sua posterior caracterização e análise.

2.1 A Emergência do Patrimônio Industrial no contexto do Patrimônio Cultural

Falar do patrimônio industrial é fomentar uma reflexão a respeito do cenário criado pela industrialização. Ao discutir sobre o fenômeno urbano, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1968) toma como ponto de partida o processo da industrialização, e indica ser este o elemento que caracteriza a sociedade moderna. As mudanças ocorridas no meio de produção, devido a Revolução Industrial, possibilitaram a expressão de novos valores sociais, modos de vida, sistemas urbanos, fontes de capital etc. A instalação das indústrias provocou interferências nas cidades preexistentes, assim como originou núcleos urbanos. Segundo Castells (1972, p.45):

As cidades atraem a indústria devido a estes dois fatores essenciais (mão-de-obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas

possibilidades de empregos e suscita serviços. Mas o processo inverso também é importante: onde há elementos funcionais, em particular matérias-primas e meios de transporte, a indústria coloniza e provoca a urbanização. Nos dois casos, o elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana.

O processo de industrialização que se iniciou no século XVIII, na Inglaterra, influenciou na transformação da sociedade. Castells (1972) e Lefebvre (1968) buscaram descrever o fenômeno urbano de seu tempo com base nas mudanças socioeconômicas que tiveram consequências da Revolução Industrial. Ambos os autores associam as transformações do meio de produção e seu reflexo no espaço urbano que se consolidou com base em tais mudanças.

Se a industrialização provocou mudanças nas cidades com, muitas vezes, a exclusão de redes urbanas e significativos exemplares arquitetônicos¹⁰. Por outro lado, este mesmo processo produziu estruturas arquitetônicas, de engenharia, modelos urbanos etc., que passaram a ser vistos como patrimônios da industrialização, ou patrimônios industriais, e merecem a mesma atenção que é dada ao patrimônio cultural em geral.

O reconhecimento do patrimônio industrial é considerado recente (a partir da década de 1960), inclusive o uso de tal termo para designar os testemunhos da industrialização. Para descrever o processo de valorização dos remanescentes da indústria recorre-se a dois acontecimentos: i) a abrangência do conceito de patrimônio cultural e a ii) construção da disciplina arqueologia industrial.

De acordo com Choay (2006, p.209) a abrangência do bem cultural pode ser expressa em dois aspectos: na expansão do campo cronológico e na expansão tipológica do patrimônio cultural. O primeiro aspecto está relacionado ao passado ter se tornado mais próximo ao presente, devido às descobertas arqueológicas e à consolidação e refinamento dos estudos memoriais pelas ciências humanas¹¹. O segundo aspecto representa a integração ao conjunto patrimonial de “[...] edifícios modestos, [...] reconhecidos e valorizados por disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval”. É neste contexto

¹⁰ Segundo Lefebvre (1968) havia um “assalto” feito pela indústria quando se instalava em núcleos urbanos consolidados.

¹¹ O século XX é marcado pela negação entre historiadores e filósofos do enaltecimento nacionalista do século anterior, este pensamento influenciou a reformulação acadêmica de disciplinas como a História que introduziu novos métodos, entre eles o recurso da História Oral (FERRARE, 1996).

que serão intensificados o estudo acerca das expressões - arquitetônicas, artísticas, técnicas etc.- do século XX e dos remanescentes da industrialização.

Inicialmente as discussões sobre o patrimônio industrial giravam em torno da “arqueologia industrial” que, segundo Campagnol (2008, p.409), aparece da necessidade de uma construção metodológica para analisar “edifícios, maquinarias e complexos industriais desativados”. Apesar das primeiras discussões a respeito da preservação dos remanescentes da industrialização datar da segunda metade do século XX, o termo “arqueologia industrial” aparece no século XIX, mais precisamente em 1896, numa publicação de Francisco Marques Sousa Viterbo, na revista portuguesa “O Archeólogo Português”.

Viterbo (1896) apresenta a necessidade de estudar a evolução dos antigos processos de moagem de Portugal, antes do sistema a vapor. O autor propõe, ao descrever a situação do desaparecimento de antigos moinhos, um inventário para que as técnicas “vencidas” também tivessem lugar na história.

[...] Existe a arqueologia da arte, porque não ha de existir a arqueologia da indústria? É certo que a prehistoria recolhe anciosamente todas as manifestações da civilização primitiva, e tanto considera a gigantesca pedra balouçante como o mais obscuro instrumento do trabalho rudimentar, mas bom fôra que a serie progredisse e que a applicasse o mesmo carinho e o mesmo espirito scientifico a todas as evoluções da indústria (VITERBO, 1896, p.193).

As ideias de Viterbo (1896) demonstram atualidade no que diz respeito à valorização dos remanescentes industriais e do período sobre o qual a disciplina arqueologia industrial deve atuar. O autor evidencia a relevância de considerar no recorte temporal da disciplina a evolução dos processos industriais, mesmo os anteriores à Revolução Industrial. Viterbo (1896) atentava para o desaparecimento dos sistemas que preconizaram a Revolução Industrial, e que foram fundamentais para a evolução técnica. O uso do termo arqueologia industrial em 1896 foi recentemente reconhecida, pois, os estudiosos que aprofundaram as discussões na segunda metade do século XX não citam tal referência.

De acordo com Hudson (1963), é consenso entre os historiadores que o termo arqueologia industrial tenha sido criado no início dos anos de 1950, por um professor da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, chamado Donald Dudley. Dudley não foi um arqueólogo industrial, seu interesse na apresentação do termo era fomentar as discussões num campo com possibilidades acadêmicas que

merecia ser explorado. Esta ideia de Dudley condiz com o que Viterbo (1896) indicara, a respeito da necessidade de um estudo aprofundado da vida material e do trabalho.

No meio acadêmico, a arqueologia industrial é citada oficialmente em 1955, por meio da publicação do artigo do Professor Michael Rix, colega de Dudley (HUDSON, 1963). A publicação de Rix na revista *Amateur Historian* não deu à arqueologia industrial uma definição, o autor quis apresentar o mesmo que Dudley, o campo de estudo ainda inexplorado. Seu interesse consistia principalmente, conforme Hudson (1963), nas fábricas, usinas, nos motores a vapor e nas locomotivas, nos edifícios, aquedutos e pontes em estrutura metálica, nas primeiras ferrovias etc., elementos que estavam relacionados aos avanços tecnológicos ocorridos entre os séculos XVIII e XIX.

Michael Rix estabelece o recorte temporal que a arqueologia industrial deveria considerar: os avanços a partir da Revolução Industrial. Essa atitude, contrária às ideias de Viterbo (1896), faria com que este campo de estudo negasse todo o processo que fez com que a industrialização se consolidasse, desconsiderando o caráter evolutivo da técnica. Ainda na década de 1950, dois eventos foram importantes para o campo de estudo da arqueologia industrial:

- i. Em 1957: a revista *The Architectural Review* faz uma edição especial sobre as construções industriais britânicas. Segundo Campagnol (2011), as obras escolhidas pela revista foram construídas entre o século XVIII e meados do século XIX e apresentavam algumas observações sobre suas funcionalidades, sendo vistas como precursoras dos ideais modernistas que ganharam força no século XX;
- ii. Em 1959: *Council for British Archaeology* (CBA), Conselho Britânico de Arqueologia, instituiu a criação do *Industrial Archaeological Research Committee* (IARC), Comitê de Pesquisa em Arqueologia Industrial (CAMPAGNOL, 2011).

As discussões sobre esta nova disciplina se intensificaram na década de 1960, e os questionamentos ao seu respeito foram ampliados. Até então, a arqueologia industrial não havia sido conceituada. Michael Rix não sugeriu o que seria esta disciplina, apresentou apenas a delimitação temporal do campo de estudo. A apresentação da arqueologia industrial sem a sua definição demonstrou imprecisões sobre a disciplina, o que provocou inquietações em autores que refletiam a respeito do tema.

Houve exaustivas discussões sobre a junção das palavras arqueologia e indústria. Principalmente porque, de origem grega, significando o estudo do antigo (HOEBEL; FROST, 2006), a arqueologia sempre esteve vinculada a estudos de civilizações primitivas, a partir de escavações, análises e reconstruções. Seria contraditório utilizar tal palavra para definir os estudos de uma manifestação moderna, como foi a industrialização¹² (HUDSON, 1963).

Se considerar a ideia de arqueologia apresentada por O. G. S. Crawford (1953 apud HUDSON, 1963), o termo se torna aceitável, pois de acordo com este arqueólogo inglês, a arqueologia é o passado da antropologia, a qual estuda as fases da cultura humana. Hudson (1963, p.14, tradução nossa) complementa esse raciocínio destacando que, ainda segundo Crawford, “a base da cultura [...] é a tecnologia”¹³. Uma vez que se estuda determinada cultura, o arqueólogo deve considerá-la em todos os seus aspectos: sociais, políticos, econômicos, tecnológicos etc.

Após a aceitação do termo arqueologia industrial, reconheceu-se que a disciplina não poderia ser autônoma. Viterbo (1896) previa isso ao propor a construção de um inventário dos moinhos de Portugal, esclareceu a necessidade de interação de inúmeros profissionais no processo. A arqueologia industrial passou a ter caráter multidisciplinar. Ao comentar sobre a definição de Buchanan, de 1972, Kühn (2008, p.44) apresenta que a essência da arqueologia industrial está justamente em mostrar os testemunhos da industrialização em variados pontos de vistas. Esta disciplina proporciona a articulação e colaboração de diversos campos do saber para maior compreensão do legado deixado pela indústria.

Além de aprofundar os conhecimentos sobre esses testemunhos, os estudos na arqueologia industrial poderiam auxiliar para a sua conservação. Isso ficou claro quando em 1962 houve a demolição do pórtico da Estação *Euston*, em Londres (Figuras 3 e 4)¹⁴. De acordo com Delafons (1997), a Estação *Euston* foi o primeiro terminal ferroviário londrino. Devido à atribuição de um valor histórico a partir do reconhecimento de seu pioneirismo britânico no desenvolvimento do transporte

¹² Se o recorte temporal considerado para a disciplina fosse o apresentado por Viterbo (1896) provavelmente o termo arqueologia seria facilmente aceitável.

¹³ “the basis of culture [...] is technology” (HUDSON, 1963, p. 14).

¹⁴ Em estilo neoclássico, finalizado em 1837, a entrada principal da estação foi projetada pelo arquiteto Phillip Hardwick (BETJEMAN, 2008).

ferroviário, manifestantes se mobilizaram em prol da permanência do pórtico dessa estação, que foi sem sucesso.

Figuras 3 e 4 - Pórtico da Estação *Euston* em uso e registro do momento de sua demolição.



Fonte: Enoch (2006).

A mesma revista britânica que, há cinco anos, havia feito uma edição especial sobre as construções industriais de seu país, *The Architectural Review*, também participou dos protestos para a proteção do pórtico da Estação *Euston*, e após sua demolição fez a seguinte declaração de insatisfação (ARCHITECTURAL REVIEW, 1962 apud BULL, 2009, tradução nossa):

Sua destruição é arbitrária e desnecessária - conivente com a Comissão dos Transportes britânico, seus guardiões, e pelo Conselho do Condado de Londres e do Governo, que são corresponsáveis pela salvaguarda de importantes monumentos arquitetônicos de Londres, dos quais este é, sem dúvida, um. Embora [...] sendo uma das mais notáveis criações arquitetônicas do início do século XIX e o mais importante - e visualmente satisfatório - monumento da idade ferroviária da qual a Grã-Bretanha foi pioneira, os esforços unidos de muitas organizações e indivíduos não conseguiram salvá-lo diante da apatia oficial e filistinismo ¹⁵.

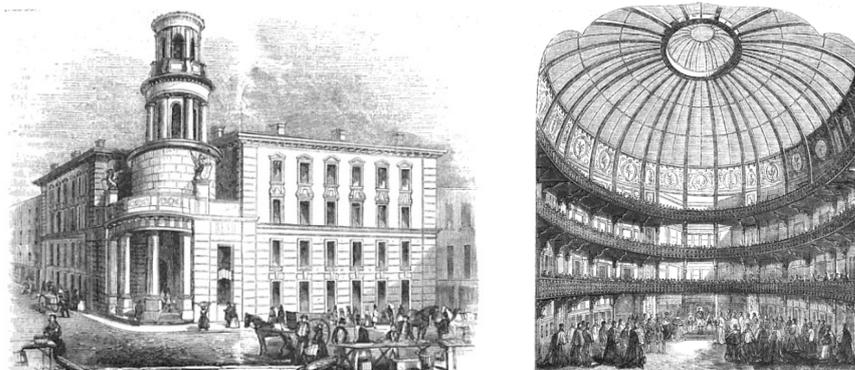
Muitos foram os esforços para proteger este “monumento da idade ferroviária”, o que hoje poderia se chamar de legado do patrimônio industrial. A demolição do pórtico e de toda a Estação *Euston* foi motivada pela modernização do sistema de transporte, por meio de planos para eletrificar as principais linhas ferroviárias. Houve tentativas de acordos visando a transferência do pórtico para outra área, no entanto, utilizando-se do argumento sobre os altos custos para tal

¹⁵ “Its destruction is wanton and unnecessary - connived at by the British Transport Commission, its guardians, and by the London County Council and the Government, who are jointly responsible for safeguarding London’s major architectural monuments, of which this is undoubtedly one. In spite of [...] being one of the outstanding architectural creations of the early nineteenth century and the most important - and visually satisfying - monument to the railway age which Britain pioneered, the united efforts of many organisations and individuals failed to save it in the face of official apathy and philistinism” (Architectural Review, 1962 apud BULL, 2009).

ação, essa ideia era declarada como inviável, logo foi realizada a demolição íntegra do pórtico (DELAFONS, 1997) ¹⁶.

A mobilização para a preservação do pórtico da Estação *Euston* não foi suficiente para o impedimento de outras demolições. Foi o caso da demolição da *Coal Exchange* (Figuras 5 e 6), um exemplar da arquitetura pré-fabricada, localizado na *Lower Thames Street*, em Londres. O edifício foi demolido no final de 1962 com o intuito de alargar a via. Delafons (1997) indica que este edifício da primeira metade do século XIX, era marcado pelo uso de ferro fundido em sua decoração e em sua cúpula. O *Coal Exchange* era um exemplar arquitetônico símbolo da arquitetura do ferro em Londres.

Figuras 5 e 6 - Fachada e cúpula da antiga *Coal Exchange*, situado na *Lower Thames Street*, em Londres.



Fonte: Penny Illustrated News (1849).

Os casos da Estação *Euston* e da *Coal Exchange* são constantemente citados na historiografia do patrimônio industrial. As duas demolições se deram num momento em que estudiosos demonstravam interesse em repensar a conservação do patrimônio, e quando as discussões a respeito dos testemunhos industriais estavam adquirindo visibilidade, com a inserção de discussões sobre esse tipo de legado na academia.

Mais do que edifícios voltados à fabricação de objetos, a arqueologia industrial tenderia a considerar todos os bens que direta ou indiretamente estavam relacionados com o desenvolvimento da indústria. Conforme o raciocínio de Kühl (2008), seja na questão do transporte, como o antigo pórtico da estação ferroviária

¹⁶ Os restos do antigo pórtico da Estação *Euston* foram encontrados por um programa televisivo chamado *One Foot in the Past* enterrados no Rio Lea, de onde foram resgatadas partes de suas colunas dóricas. Segundo Delafons (1997), esses fragmentos teriam sido comprados para preencher uma fenda no rio. Este autor ainda diz que as demais partes do bem se encontram no jardim de uma das casas de Frank Venturi, empreiteiro da demolição.

Euston, seja nos materiais empregados em sua construção, o caso da arquitetura pré-fabricada da antiga *Coal Exchange*.

Em meio a essas ocorrências sobre o legado industrial, ainda na década de 1960, mais precisamente em 1964, é produzida e divulgada a Carta de Veneza. Diante do contexto em que foi escrita com relação ao que estava sendo discutido sobre a arqueologia industrial, os defensores desta disciplina viram na Carta de Veneza uma maneira de fomentar o reconhecimento dos remanescentes da industrialização como patrimônio, bem como o modo de se atuar sobre eles, questão que até então não havia entrado nos debates.

Diante das demolições do legado industrial e das interpretações a partir da ampliação do conceito de monumento histórico pela Carta de Veneza, os teóricos da arqueologia industrial aumentaram as discussões sobre a disciplina. Dentre os que se destacaram estão Kenneth Hudson, Angus Buchanan, Neil Cossons e Arthur Raistrick. Suas obras trouxeram contribuições ao apresentar os limites da arqueologia industrial, seu objeto de interesse, denominado patrimônio industrial, além da necessidade de criação de um método de registro, documentação e conservação dos remanescentes da industrialização, com base nas recomendações da Carta de Veneza.

Todos os autores citados acima são britânicos. A Inglaterra, que foi berço da Revolução Industrial, foi o primeiro país a discutir a importância dos testemunhos da industrialização, mas isso não significa dizer que os demais países europeus não tenham despertado para a questão do patrimônio industrial em seus territórios. Kühl (2008, p.42) destaca a tradição sueca na preservação dos remanescentes industriais com “consistentes estudos históricos e num sempre presente interesse popular”. A autora também apresenta uma breve descrição de como se despertou o interesse pelo patrimônio industrial na França, após a demolição do *Halles Centrales* (Mercado Central de Paris), e as relevantes publicações italianas sobre o tema.

O interesse dos outros países se intensificou principalmente a partir da década de 1970, e isso favoreceu a realização do *First International Congress on the Conservation of Industrial Monuments* (FICCIM), I Congresso Internacional sobre Conservação de Monumentos Industriais, em Ironbridge, Inglaterra, em 1973. Ressalta-se que neste evento houve a presença, além de países europeus, de países americanos como o Canadá e os EUA (ROSA, 2011). O segundo encontro

internacional (*Second International Conference on the Conservation of Industrial Monuments* - SICCIM) ocorreu em 1975, na cidade de Bochum, na Alemanha. Mas, foi no terceiro congresso, em 1978, que se instituiu o Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* – TICCIH), em Estocolmo, Suécia.

A proposta do TICCIH é promover a cooperação internacional em prol da pesquisa, registro, documentação, conservação etc. do patrimônio industrial. Cerca de quarenta e cinco países possuem representantes nesse comitê, entre eles o Brasil, desde 2004. O TICCIH, visando o intercâmbio de conhecimentos e informações a respeito do tema, promove encontros de destaque no âmbito nacional e internacional. Após sua criação, seguiram-se os congressos: na França (1981), nos EUA (1984), na Áustria (1987), na Bélgica (1990), na Espanha (1992), no Canadá (1994), na Grécia (1997), na Inglaterra (2000), na Rússia (2003), na Itália (2006), na Alemanha (2009), em Taiwan (2012) e novamente na França (2015). Ao longo desses eventos os conceitos foram sendo revistos, assim como a construção de métodos de investigação, registro, documentação e conservação do patrimônio industrial.

De acordo com Kühn (2008, p.49-50), as relações entre o TICCIH e o ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites*) começaram a partir do “Congresso Mundial de Conservação do Patrimônio Monumental e a XII Assembleia Geral do ICOMOS, no México em 1999”. Foi por meio da colaboração mútua entre essas duas organizações que em 2003, durante o *XII International Conference on the Conservation of Industrial Monuments*, na Rússia, foi aprovada *The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage*, a Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, que segue as recomendações da Carta de Veneza e faz referência à Carta de Burra. A Carta de Nizhny Tagil apresenta os resultados das discussões realizadas até o ano de 2003 sobre a arqueologia e patrimônio industrial, dando indicações de como se operar sobre um testemunho dessa natureza.

Durante a realização dos encontros e congressos que discutiram o patrimônio industrial, foram reconhecidas algumas especificidades deste tipo de patrimônio que, de acordo com Choay (2006, p.219), “não pode e nem deve ser confundido, como habitualmente se faz, com o patrimônio da era pré-industrial, que está ligado a

outros valores e desafios”¹⁷. Foram essas especificidades que levaram a construção de um documento doutrinário específico para o patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil.

Rufinoni (2013) traz indicações de quais seriam algumas das especificidades do patrimônio industrial e expõe os desafios que ele representa. A autora caracteriza a composição arquitetônica dos edifícios e sítios industriais como específica e geralmente de **difícil apreciação estética**, o que dificulta o reconhecimento de alguns valores pertinentes a outras tipologias de patrimônio, como a atribuição do valor estético. Outro aspecto é a **dimensão urbana** do patrimônio industrial, que não pode ser considerado de forma isolada, mas sim dentro de uma composição urbana e de uma infraestrutura que foi propícia à produtividade da indústria. A ocupação dos edifícios em extensas áreas no contexto urbano também atribui ao patrimônio industrial uma especificidade de valores e formas de intervenção.

De acordo com Rahola (2007), os edifícios e sítios voltados à produção possuem como característica principal a sua **funcionalidade**. Foram edificações pensadas no fluxo de pessoas, de máquinas e materiais para melhor eficiência das atividades produtivas. Acrescentam-se não apenas os edifícios voltados à produção industrial, mas também aqueles relacionados ao transporte, como as estações ferroviárias.

Outra característica é a **não singularidade das edificações industriais**. Muitos dos edifícios de produção podem ser originários de um modelo arquitetônico estandardizado, diferentes dos demais tipos patrimoniais. Os elementos industriais geralmente não são únicos, pois seguem a rígidas normas funcionais (RAHOLA, 2007).

Apesar da não singularidade dos edifícios industriais, Rahola (2007) reforça a ideia que Rufinoni (2013) apresenta sobre a escala urbana do patrimônio industrial. A singularidade desse tipo de patrimônio geralmente se dá pelas **especificidades do sítio** no qual está inserido, de seu ambiente a partir das relações com o meio cultural e natural, da sua morfologia urbana. Se, para atuar sobre qualquer outra tipologia de patrimônio é relevante o estudo da história do lugar, no patrimônio industrial esse estudo é o crucial para o seu reconhecimento, sua função dentro do

¹⁷ Entendem-se como patrimônio da era “pré-industrial” os tipos de edifícios produzidos antes da Revolução Industrial: igrejas, palácios etc. (CHOAY, 2006).

espaço e correlação com outros sistemas e redes que estiveram voltados à produção.

Essas particularidades do patrimônio industrial levou a consolidação, nos últimos anos, de grupos específicos na UNESCO com o objetivo de estudar e construir critérios de avaliação para incluir testemunhos do passado industrial na lista do Patrimônio Mundial (KÜHL, 2008) ¹⁸. Em 2015 somaram-se aos quarenta e cinco patrimônios industriais inscritos na lista da UNESCO, novos vinte e quatro testemunhos industriais. Entre eles, três destacam-se por representarem paisagens industriais: o Sítio Industrial Rjukan-Notodden, na Noruega; Sítios da Revolução Industrial do Japão; Paisagem Cultural e Industrial de Fray Bentos, no Uruguai.

No contexto brasileiro as discussões teóricas a respeito do patrimônio industrial deram-se a partir da década de 1970. Na prática, pode-se dizer que o Brasil reconheceu seu primeiro patrimônio industrial em 1938, um ano após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O exemplar reconhecido foram as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto, Minas Gerais. Outra ação realizada pelo IPHAN ocorreu em 1964 com o tombamento ¹⁹ da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó, São Paulo. Na justificativa do tombamento aparece o termo arqueologia industrial:

Remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para exploração e fabricação do ferro no Brasil. Os esforços para a implantação de uma siderurgia, concentraram-se em Ipanema, a partir de 1818, com a vinda de artesãos e mestres europeus, entre os quais Varnhagem, cujo filho, importante historiador, ali nasceu. Estas instalações funcionaram até o final do século XIX, produzindo grades, equipamento agrícola e armas brancas (PROCESSO 0727-T-64, 1964, grifo nosso).

Apesar dessas ações pioneiras, o Brasil pouco produziu e participou dos debates internacionais iniciais a respeito do patrimônio industrial. Rodrigues (2012) indica que o trabalho de Warren Dean intitulado “Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial”, de 1976, pode ser considerado a primeira publicação

¹⁸ De acordo com o ICOMOS (2006), antes da consolidação desses grupos específicos na UNESCO, em 1978 houve o primeiro exemplar industrial reconhecido como Patrimônio Mundial pela instituição, foi a mina de sal de Wieliczka e Bochnia, na Polônia, que esteve ativa entre o século XIII e o fim do século XX. No Brasil, o sítio histórico de Ouro Preto, em Minas Gerais, também considerado patrimônio industrial, entrou na lista da UNESCO em 1980. Contudo, os critérios para a inscrição desses exemplares não estavam estreitamente relacionados ao patrimônio industrial.

¹⁹ Trata-se de um instrumento de proteção patrimonial. As ações do IPHAN sobre o patrimônio industrial serão aprofundadas no terceiro capítulo desta dissertação.

científica sobre a industrialização brasileira, no âmbito do patrimônio e da arqueologia industrial. No mesmo ano foi lançado o “Guia para a história da técnica no Brasil Colônia” de Júlio Roberto Katinsky, como resultado das pesquisas de um grupo de estudo da Universidade de São Paulo (USP). Esses estudos seriam importantes para a inserção formal do patrimônio industrial nas resoluções sobre os bens culturais divulgados pelo IPHAN, que, apesar dos tombamentos (da Fábrica de Ferro Patriótica e da Fábrica de Ferro São João de Ipanema), não formatou nenhuma legislação específica sobre este patrimônio.

A produção científica a respeito do tema prosseguiu. Em 1983, Ruy Gama publicou o trabalho “Engenho e tecnologia” e três anos mais tarde publica outro intitulado “A tecnologia e o trabalho na indústria”, no mesmo ano que apresenta nos anais do I Seminário Nacional de História e Energia, ocorrido em São Paulo, o artigo “Arqueologia industrial e história da técnica”. Kühl (2008, p.48) destaca outros nomes de pesquisadores que contribuíram para essa investigação histórica, como Margarida Andreatta e Ulpiano Bezerra de Meneses. Nomes estes que ajudaram a consolidar o desenvolvimento teórico da arqueologia e do patrimônio industrial brasileiro.

Com o crescimento das pesquisas científicas voltadas ao patrimônio industrial nacional, foram realizados, no final da década de 1990 e início da primeira década do segundo milênio, encontros sobre a história da técnica que favoreceram às primeiras discussões sobre o futuro desse patrimônio no país. Neste panorama ocorreu a constituição do TICCIH/Brasil, em 2004, na cidade de Campinas, São Paulo. Apesar desses esforços, não houve a instituição de nenhuma lei ou plano nacional que visasse à proteção do patrimônio industrial brasileiro, diante das especificidades dessa tipologia patrimonial. O Brasil tem como únicas referências para ações práticas sobre o patrimônio industrial as Cartas internacionais em vigor, como a Carta de Veneza (documento-base do ICOMOS), a Carta de Burra e a Carta de Nizhny Tagil.

2.1.1 Referências para carta do patrimônio industrial: Carta de Veneza e Carta de Burra²⁰

International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, Carta de Veneza, foi aprovada em 1964 no *II International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments*, ocorrido na cidade de Veneza, Itália. O título da Carta de Veneza indica para quais objetos faz referência - monumentos e sítios - e as possíveis intervenções que deverão ser realizadas sobre eles: conservação e restauração. Este documento doutrinário trouxe um reexame e aprofundamento dos princípios apresentados pela Carta de Atenas, de 1931²¹ (ICOMOS, 1964).

O contexto do qual a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) foi redigida apresenta-se marcado com o esforço das nações, representadas pelos profissionais do patrimônio, em discutir a resolução de problemas voltados à preservação dos bens culturais. Foi influenciada pelos questionamentos sobre a reconstrução das cidades europeias atingidas pela II Guerra Mundial, assim como pelas publicações de Cesare Brandi, no campo do restauro²² (KÜHL, 2010). É nesse período que é instituído o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), órgão não governamental, que objetiva a aplicação das teorias, métodos e técnicas científicas para conservação de bens culturais, com base nos princípios da Carta de Veneza (ICOMOS, s/d, online).

A Carta de Veneza introduziu termos que foram aprofundados *a posteriori* em outros documentos. O termo autenticidade, integridade e significância cultural são apresentados, mas não conceituados²³. Esses termos fomentaram amplas

²⁰ Ressalta-se que na descrição desses documentos, utilizaram-se os termos conservação, preservação e restauração respeitando a forma de apropriação de cada Carta Patrimonial, sem interferências da conceituação adotada pela autora com base na distinção feita pela teoria contemporânea da conservação.

²¹ A Carta de Atenas foi o primeiro documento doutrinário de nível internacional voltado à proteção e conservação de monumentos (CABRAL, 2015).

²² As ideias do Restauro Crítico difundidas na obra *Teoria da Restauração* (1963), de Brandi, nortearam as indicações da Carta de Veneza (KÜHL, 2010).

²³ Os julgamentos de autenticidade e integridade dos monumentos e sítios históricos tornaram-se critérios para a inserção de um bem cultural na lista do Patrimônio Mundial. A autenticidade, de acordo com a Carta de Nara (ICOMOS, 1994) é considerada “[...] essential qualifying factor concerning values. The understanding of authenticity plays a fundamental role in all scientific studies of the cultural heritage, in conservation and restoration planning, as well as within the inscription procedures used for the World Heritage Convention and other cultural heritage inventories”. Já a

discussões nos anos posteriores a 1964, principalmente o conceito de autenticidade. Questionava-se o que seria a autenticidade indicada pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). Isso gerou a redação do *The Nara Document on Authenticity*, Documento de Nara, em 1994, que dá orientação sobre os critérios de julgamento de valores e autenticidade no monumento histórico (ICOMOS, 1994).

A questão da significância cultural apresentada pela Carta de Veneza, mas não aprofundada, demonstra o diferencial deste documento doutrinário frente ao anterior, a Carta de Atenas (1931). Esse termo reafirma a ampliação do conceito de patrimônio cultural, bem como a aproximação temporal dos monumentos com o presente (KÜHL, 2010). A Carta de Veneza indica que esses monumentos são “portadores de uma mensagem espiritual”. Essa é mais uma questão pouco explorada, inclusive nos outros artigos da própria Carta que insere critérios de intervenção voltados apenas aos valores materiais do bem cultural, valores históricos e artísticos (ICOMOS, 1964).

O uso e economia do monumento histórico são aspectos tratados como meios e não como a finalidade da preservação (KÜHL, 2010). A destinação a uma função útil à sociedade é recomendada pela Carta de Veneza, desde que seja compatível com os valores artísticos e históricos do bem cultural (ICOMOS, 1964). O debate a respeito de o uso ser meio e não o fim da ação sobre o bem será recorrente nas discussões no âmbito do patrimônio industrial, que pelas suas especificidades são realizadas intervenções, na maioria dos casos, distantes desse princípio da Carta de Veneza²⁴.

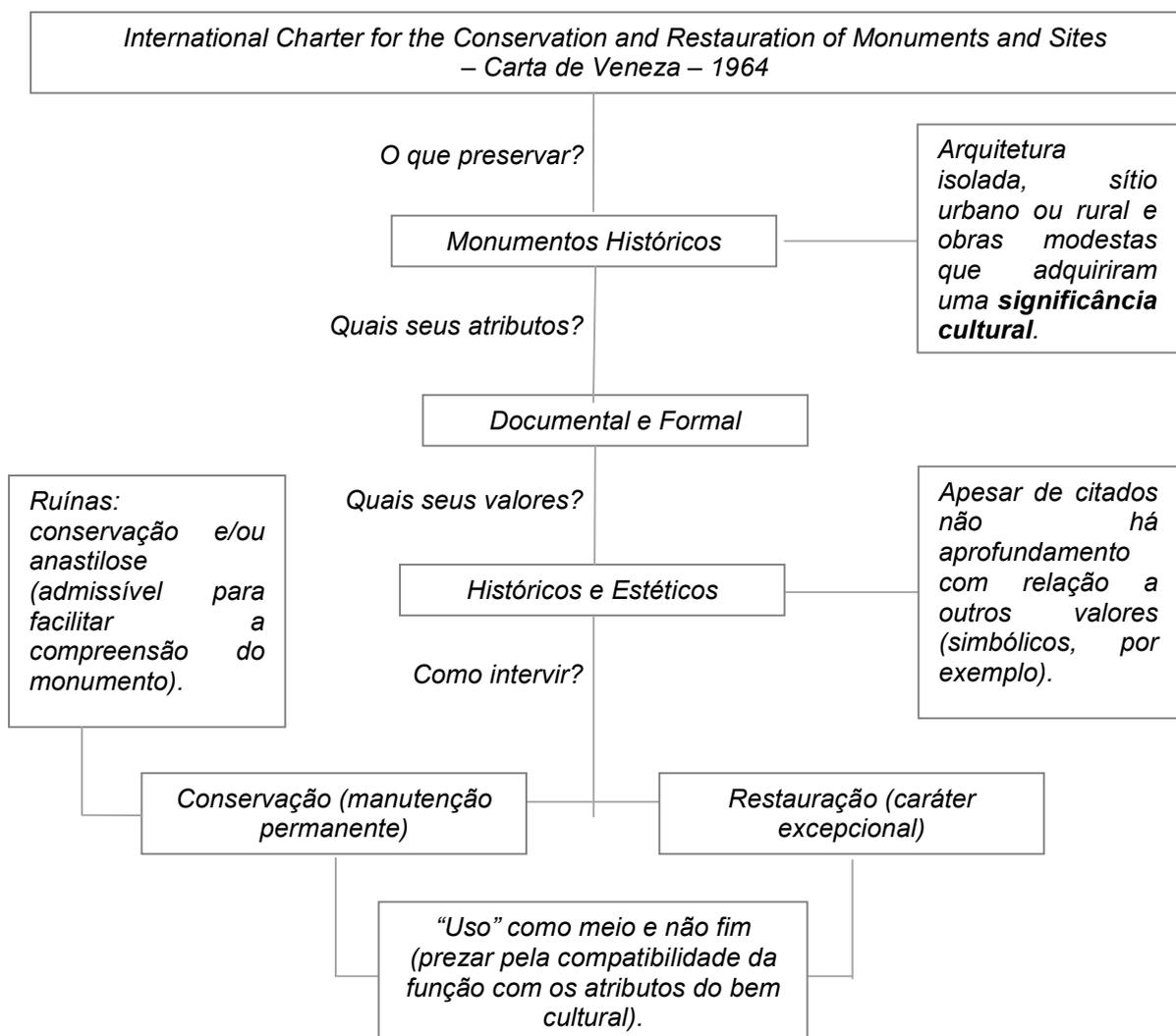
Para a preservação do bem cultural, segundo a Carta de Veneza, poderão ser realizadas intervenções de conservação e restauração, esta última considerada em casos excepcionais. O conceito de conservação presente na Carta volta-se à questão da manutenção da materialidade do sítio ou monumento histórico, enquanto a restauração é a intervenção sobre o objeto com respeito à originalidade de sua matéria física. Essas duas atitudes objetivam a preservação dos valores históricos e estéticos do monumento e sítio histórico, conforme indicado pelo Restauro Crítico, e será por meio da dialética entre esses valores que a ação se concretizará (ICOMOS,

integridade, segundo a UNESCO (2016) “[...] is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attribute”.

²⁴ As discussões a respeito das intervenções sobre o patrimônio industrial serão aprofundadas ainda neste capítulo.

1964). A valorização do ambiente do monumento histórico, bem como o valor documental das ruínas são aspectos evidenciados nos artigos que compõe a Carta de Veneza. A síntese das propostas do documento pode ser vistas a seguir (Esquema 1):

Esquema 1 - Síntese do conteúdo da Carta de Veneza (1964). Destaque para o termo “significância cultural” não conceituado no documento.



Fonte: Produção da própria autora.

As indicações da Carta de Veneza, desde a abrangência do bem cultural à sua aproximação cronológica, considerando inclusive obras recentes, fomentou a expressividade de tipos de patrimônio que estavam em discussão. Foram conjuntos urbanos e cidades históricas que adquiriram reconhecimento de seus valores históricos e estéticos. O patrimônio industrial também é resultado da extensão do bem cultural, com discussões anteriores a 1964. A herança industrial engloba tanto

conjuntos urbanos (sítios e paisagens industriais), como arquiteturas isoladas (edifícios fabris) e obras modestas (vilas operárias).

A Carta de Veneza ainda é o documento-base do ICOMOS. Outras Cartas Patrimoniais e Declarações foram redigidas posteriormente, no entanto não possuem caráter substitutivo, objetivam a integração e o aprofundamento de temáticas não contempladas pela Carta de Veneza, mas que se inserem nos princípios norteadores desta. São exemplos desses documentos os aprofundamentos sobre os conjuntos urbanos introduzidos pela Carta de Veneza e debatidos na Carta e Declaração de Amsterdã (onde aparece o conceito de Conservação Integrada), de 1975, e *Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas*, Carta de Washington, de 1987 (KÜHL, 2010). Assim como a Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, de 2003.

A complexidade dos bens culturais levantou questionamentos que requisitaram aprofundamentos sobre como julgar esse bem, intervir sobre ele e geri-lo. A resposta dessas questões foi encontrada em um dos termos citados, mas não conceituados pela Carta de Veneza: a significância cultural, discutida pela *The Burra Charter*, ou Carta de Burra.

A Carta de Burra consiste num documento doutrinário redigido pelos membros do ICOMOS australiano. Teve sua primeira versão em 1979 e revisão nos anos de 1981, 1988, 1999 e 2013 (ICOMOS, 2013). Este documento propõe um procedimento operacional conhecido como Processo de Burra, voltado à prática de gestão e conservação patrimonial, e tem como instrumento a significância cultural do bem.

Uma especificidade da Carta de Burra são as notas explicativas presentes em todo o texto. Elas auxiliam na compreensão apresentando exemplos e observações relevantes. No entanto, ainda na sua última versão, apresenta um conceito de restauração já superado, que contradiz as indicações da Carta de Veneza, citada como referência. De acordo com a Carta de Burra, a restauração consiste na retomada a um estado anterior, conceito do século XIX, muito discutido ainda neste século e abolido pelas discussões teóricas do século XX (KÜHL, 2008).

A relevância da Carta de Burra está no aprofundamento do conceito de significância cultural, que aparece na Carta de Veneza, mas que não foi explorado

por ela. Segundo Zancheti et al (2009), a confirmação da importância da Carta de Burra ocorreu quando a UNESCO passou a exigir uma Declaração de Significância Cultural de cada sítio proposto para ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, a partir da década de 1990. Com o seu caráter operacional e conceitual, a Carta de Burra passou a orientar práticas de conservação fora dos limites australianos. É uma das referências da teoria contemporânea da conservação.

Burra indica a importância da conservação para o fortalecimento das relações de identidade e na promoção da ligação entre a comunidade, seu passado e suas experiências. No caso do patrimônio industrial a experiência do trabalho, da vida nas vilas operárias, da dependência das atividades proporcionadas pela indústria etc. Segundo o documento, os sítios que são fontes de histórias e registros, que possuam significância cultural “são insubstituíveis e preciosos [...] devem ser conservados para as gerações presentes e futuras” (ICOMOS, 2013, tradução nossa) ²⁵.

Nas definições apresentadas pela Carta de Burra, o termo sítio reúne as questões físicas (materiais) às culturais (imateriais). É formado pela união dos aspectos tangíveis e intangíveis que se situam em uma área geograficamente determinada. Após a conceituação de sítio tem-se a definição da característica que determinará as ações da conservação, a significância cultural:

Significância cultural consiste nos valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras.

Significância cultural está incorporada ao próprio sítio, sua fábrica, configuração, uso, associações, significados, registros, sítios relacionados e objetos relacionados.

Os sítios podem ter uma gama de valores para diferentes indivíduos ou grupos (ICOMOS, 2013, grifo e tradução nossos) ²⁶.

Na Carta de Burra a significância cultural aparece como elemento norteador para as ações de gestão patrimonial, e é a manutenção dessa característica que deve ser o princípio da conservação do bem. Os atributos que garantem a significância cultural não são estáticos, são dinâmicos e podem mudar entre os

²⁵ “They are irreplaceable and precious [...] must be conserved for present and future generations”

²⁶ “Cultural significance means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations. Cultural significance is embodied in the place itself, its fabric, setting, use, associations, meanings, records, related places and related objects. Places may have a range of values for different individuals or groups” (ICOMOS, 2013).

indivíduos, a cada geração, ou ainda serem reflexo das transformações que o sítio pode sofrer ao longo dos anos (ICOMOS, 2013). Por exemplo, um sítio industrial desativado há décadas teve uma significância cultural enquanto estava em operação (pelos proprietários da empresa, operários, habitantes, transeuntes, etc.), após o encerramento das atividades adquiriu outra significância, pelos mesmos envolvidos, e é possível que haja outra, caso se manifeste alguma mudança no lugar ou nas pessoas.

A Carta de Burra indica quais são os princípios da conservação. Apresenta a cautela que se deve ter frente ao objeto a ser conservado, com respeito à preexistência, ao considerar as estratificações ou adições do passado como elementos constituintes de seu processo histórico – conforme a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). Não admite mudanças que comprometam seus significados, nem o realce de valores que ocultem outros de mesma importância (ICOMOS, 2013).

O Processo de Burra compreende um processo de gestão da conservação, que tem como ponto de partida o reconhecimento da significância cultural do sítio, a partir da descrição, análise e interpretação de seus atributos desenvolvendo políticas que visem à conservação, e, em seguida, a aplicação e gestão desse plano. Esse processo pode ser sintetizado da seguinte maneira (Esquema 2):

Esquema 2 - Síntese do Processo da Carta de Burra.

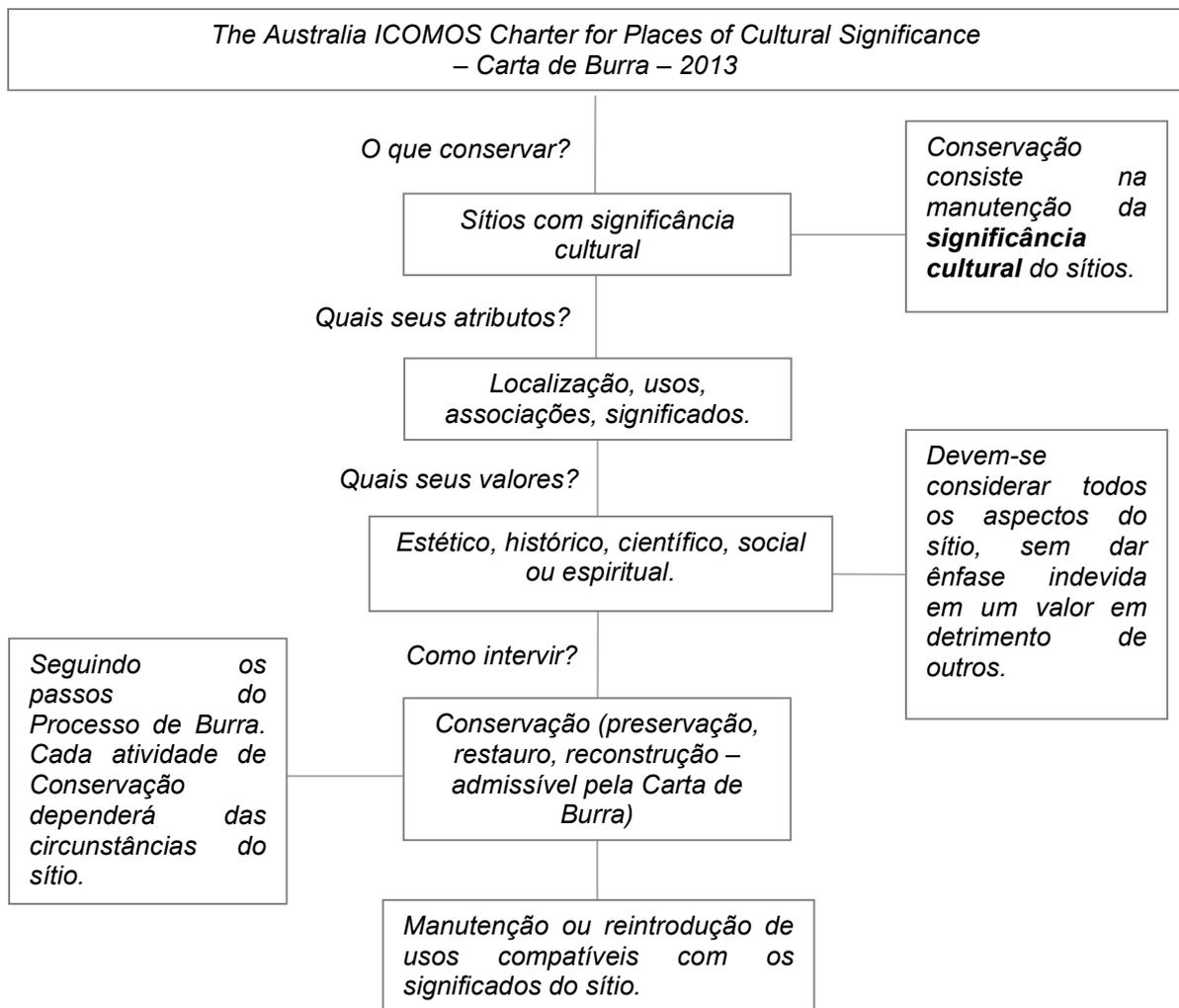


Fonte: Produção da própria autora.

Dentre as recomendações exibidas nos princípios da conservação, tem-se destaque para a participação da sociedade civil em todo o processo da Carta de Burra, desde o levantamento, descrição, análise e interpretação da significância cultural à aplicação das políticas de gestão propriamente ditas. Os envolvidos devem ser aqueles que possuam vínculo com o lugar em questão, para que contribuam nas tomadas de decisões e possam efetivar as ações práticas (ex-operários, moradores da região, comerciantes, proprietários das indústrias, gestores públicos, especialistas etc.). O processo de conservação vai além das atribuições dos especialistas, e perpassa por todos os afetados pelo bem cultural e sua significância.

A Carta de Burra acrescenta outra maneira de julgamento do bem cultural, além dos valores apresentados pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), parte do princípio do significado que está em constante construção e reconstrução. O bem cultural a ser conservado é todo aquele que possui significância cultural, o propósito da conservação é a manutenção desta característica. Os usos devem ser compatíveis não apenas com sua materialidade (como preza a Carta de Veneza), mas com seu significado (ICOMOS, 2013) (Esquema 3).

Esquema 3 - Síntese do conteúdo da Carta de Burra (2013). Destaque para o termo “significância cultural” conceituado no documento.



Fonte: Produção da própria autora.

A contemporaneidade da Carta de Burra, apesar da incompatibilidade com a Carta de Veneza na definição de restauro e na “reconstrução” como ação admissível, está no objetivo da operação: a manutenção da significância cultural. Uma das contribuições de Burra é a esquematização do processo de gestão da conservação sugerido pelo documento (Figura 5). A síntese apresentada esclarece cada etapa para a formulação de um plano de gestão e sua aplicabilidade. Esse processo é relevante para a eficiência das políticas voltadas à conservação, principalmente em edifícios e sítios industriais que são geralmente submetidos a novos usos, para que possíveis mudanças e adaptações não provoquem impactos negativos na sua significância cultural, conforme o próprio documento defende.

Figura 5 - Processo da Carta de Burra.



Fonte: ICOMOS *op. cit.* (2013).

2.1.2 Recomendações sobre o patrimônio industrial: Carta de Nizhny Tagil e Princípios de Dublin²⁷

Diante do aprofundamento dos estudos voltados ao patrimônio industrial, foi redigida em 2003 a Carta de Nizhny Tagil, que faz referência à Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e à Carta de Burra (ICOMOS, 2013)²⁸. A Carta de Nizhny Tagil é dividida em sete tópicos que vão desde a definição do patrimônio industrial a indicações de difusão desse patrimônio, são eles: i) definição do patrimônio industrial; ii) valores do patrimônio industrial; iii) a importância da identificação, do inventário e da investigação; iv) proteção legal; v) manutenção e conservação; vi) educação e formação; vii) apresentação e interpretação (ICOMOS, 2003).

A Carta de Nizhny Tagil apresenta que a importância de estudar os testemunhos da industrialização existe por eles representarem uma das fases da evolução técnica no modo de fabricação de objetos. O recorte temporal do qual o patrimônio industrial faz parte, definido pela Nizhny Tagil, é a partir da Revolução Industrial (ICOMOS, 2003).

A Carta de Nizhny Tagil determina que os remanescentes da industrialização devam possuir um *universal human value*²⁹, para que mereçam ser reconhecidos e conservados (ICOMOS, 2003). Esse valor apresentado que justifica o estudo e conservação do patrimônio industrial, se compreendido em tradução literal, é discutível, pois muitos dos remanescentes industriais foram relevantes para uma sociedade específica e que, apesar de não possuírem um *universal human value* frente a exemplares mais significativos para a história da humanidade, merecem ser estudados e conservados. Neste ponto, a Carta (ICOMOS, 2003) nega um aspecto fundamental discutido na Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) sobre preservação de obras que adquiriram uma significância cultural.

A Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) indica a relevância de proteger o patrimônio industrial pelas suas consequências históricas sentidas ainda na

²⁷ Na descrição desses documentos, utilizaram-se os termos conservação, preservação e restauração respeitando a forma de apropriação de cada Carta Patrimonial, sem interferências da conceituação adotada pela autora com base na distinção feita pela Teoria contemporânea da conservação.

²⁸ A versão da Carta de Burra que a Carta de Nizhny Tagil teve como referência foi a do ano de 1999.

²⁹ A carta não especifica em que consiste este valor que, em tradução literal, significa valor humano universal (tradução nossa).

contemporaneidade. Entretanto, mais uma vez, a Carta (ICOMOS, 2003) destaca que tal característica deve possuir um *universal value* que justifique a sua conservação. O documento não apresenta parâmetros de julgamento para tal valor nem para a identificação das consequências históricas do patrimônio, o que demonstra o caráter subjetivo desta operação.

A Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) persiste em apontar que as particularidades de determinada herança industrial não são razões para sua conservação. Essa insistência em um *universal value* demonstra uma contradição com as Cartas de Veneza (ICOMOS, 1964) e a Carta de Burra (ICOMOS, 2013), as quais foram referências para sua redação. Geralmente a singularidade do patrimônio industrial é resultado das peculiaridades de seu sítio. É o estudo aprofundado do sítio industrial que auxiliará na seleção do que é ou não objeto de conservação (RAHOLA, 2007).

Isso leva a seguinte reflexão: a industrialização foi um processo, muitas vezes indutor da consolidação de espaços urbanos e, por isso, suas manifestações são persistentes em determinada localidade. Apesar da existência estandardizada de determinado processo industrial, cada localidade onde ocorreu sua implantação tem sua especificidade, e esta pode ser encontrada nos valores que não estão descritos na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), mas que fazem de um sítio industrial digno de ser estudado e conservado. Esses valores nascem da construção e reconstrução de significados que dão importância à herança industrial.

Uma vez que se tenha um sítio industrial e é identificada a presença de valores que vão além dos descritos pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), são então diagnosticadas particularidades que podem fortalecer a justificativa de tutela de tal exemplar. Essa atitude contraria a interpretação literal do *universal human value* indicado pela Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), que cancela a relevância das singularidades do patrimônio industrial. O conceito de *universal human value* seria válido se compreendido à luz da multiplicidade de valores, ou seja, que o patrimônio industrial não seja considerado digno de conservação pela atribuição de um único valor, mas, sobretudo, pelo conjunto de valores e significados a ele atribuído.

Lins (2015) ao investigar os critérios de reconhecimento do Valor Universal Excepcional de ferrovias consideradas Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, conclui que esse valor é constituído de uma pluralidade de valores. Na relação de

envolvido-objeto³⁰, o valor do bem cultural dependerá do “contexto social, cultural, político no qual o sujeito encontra-se inserido”. A excepcionalidade consiste na particularidade do bem frente a outros exemplares de mesma natureza (LINS, 2015, p.228).

De acordo com a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003, grifo e tradução nossos),

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem **valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico**. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial³¹.

Na definição do patrimônio industrial pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) a relevância da sua imaterialidade não é explicitada nos valores apresentados. A imaterialidade do patrimônio industrial aparece apenas como um aspecto a ser considerado na arqueologia industrial, ou seja, na metodologia para o seu estudo. Outros valores como valor cultural, simbólico, paisagístico, econômico etc. não são indicados.

A conceituação dada pela Carta do patrimônio industrial apresenta a abrangência deste para além dos edifícios fabris. Esse patrimônio engloba todos os mecanismos que tornaram a sua implantação e seu funcionamento possíveis. Isto

³⁰ Consiste numa relação em que o envolvido ou afetado interpreta o bem, este enquanto objeto comunicador.

³¹“Industrial heritage consists of the remains of industrial culture which are of historical, technological, social, architectural or scientific value. These remains consist of buildings and machinery, workshops, mills and factories, mines and sites for processing and refining, warehouses and stores, places where energy is generated, transmitted and used, transport and all its infrastructure, as well as places used for social activities related to industry such as housing, religious worship or education.

Industrial archaeology is an interdisciplinary method of studying all the evidence, material and immaterial, of documents, artefacts, stratigraphy and structures, human settlements and natural and urban landscapes, created for or by industrial processes. It makes use of those methods of investigation that are most suitable to increase understanding of the industrial past and present” (ICOMOS, 2003).

envolve tanto os aspectos estruturantes³² quanto os aspetos sociais³³, e este último está estreitamente vinculado a um **valor ideológico**³⁴ que condicionou a consolidação dos primeiros sítios industriais, mas que não é citado na Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003).

Após a apresentação das definições, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) justifica alguns dos valores indicados, sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – síntese dos valores do patrimônio industrial segundo a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003).

Valor histórico	Atribuído pelo reconhecimento das consequências históricas dos testemunhos industriais ainda sentidas na contemporaneidade.
Valor tecnológico e científico	Atribuídas às inovações técnicas desenvolvidas no período de implantação e de funcionamento fabril, voltadas tanto ao maquinário quanto ao uso de sistemas estruturais e de materiais, de energia e transporte, elementos construtivos etc. que testemunham a história da evolução da técnica e da ciência.
Valor social	A herança industrial entendida enquanto elemento identitário, que envolve o registro do modo de vida de determinada sociedade.
Valor arquitetônico	Atribuída à qualidade das construções industriais e da concepção do sítio.

Fonte: Produção da própria autora.

A discussão da determinação de valores para o patrimônio industrial é relevante, pois quando se trata de conservar um bem, ou especificamente um sítio, o considerando dentro do grupo geral do patrimônio, é preciso identificar sua significância cultural. Conforme a Carta de Burra (ICOMOS, 2013) esclarece, muitos podem ser os valores encontrados em determinado sítio, e esses estão em constante renovação. Existem os valores do passado, do presente e do futuro, os quais são atribuídos por diferentes atores. A imprecisão ou classificação restrita dos valores pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) impõe um desafio ao patrimônio industrial, que é o reconhecimento da sua significância.

³² São considerados aspectos estruturantes as condições do ambiente natural (cursos d'água, relevo, vegetação) e cultural, representado pelos sistemas de infraestrutura (rede de transporte, energia, comunicação etc.), favoráveis à implantação da indústria.

³³ Relacionados, sobretudo, à mão-de-obra operária.

³⁴ Valor atribuído tendo como atributos as estratégias de controle, vigilância e disciplina dos operários pelos patrões, na instrumentalização de uma ideologia fabril, conforme discutido em Lopes (1988), Correia (1998) e Castro (2015).

A um exemplar do patrimônio industrial podem ser atribuídos determinados valores em sua implantação, outros durante seu funcionamento e, em caso de desativação, novos são concedidos no seu fechamento e aparecerão outros valores no futuro. Essa construção e reconstrução de significados sobre o patrimônio é o que dinamiza a sua existência. O reconhecimento dos valores indicados pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) e outros que existam num dado exemplar do patrimônio industrial é uma das etapas fundamentais de indicação de parâmetros para a gestão de sua conservação, de acordo com o Processo de Burra (ICOMOS, 2013).

A insuficiência dos valores apresentados na definição de patrimônio industrial é reconhecida pela própria Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), que ao apontar os edifícios industriais em estado de ruína, indica a importância de sua proteção por seu “potencial arqueológico e **valor ecológico**”. Entretanto, Nizhny Tagil não esclarece em que consistiria o valor ecológico. Cabe questionar: qual seria o nível de aproximação entre o valor ecológico e o de paisagem industrial³⁵? Quais os demais valores podem ser atribuídos a um edifício em arruinamento?

A Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) indica métodos para a identificação, inventário e investigação do patrimônio industrial. Destaca a relevância da socialização das informações em arquivos públicos, e a realização de um inventário antes de qualquer intervenção, bem como a identificação dos “[...] vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos”, todavia não esclarece o conceito dessas categorias.

A Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) ressalta a importância de integrar os planos de conservação com as políticas de gestão urbana no local em que o testemunho industrial está inserido. Demonstra a relevância de projetos de conservação que visem à reabilitação das antigas áreas industriais quando desativadas. A maneira de conservar para a Nizhny Tagil volta-se à conservação e manutenção, práticas de restauração e reconstrução são admissíveis, porém excepcionais. A reconstrução que é uma operação ignorada pela Carta de Veneza e

³⁵ O conceito de paisagem industrial será apresentado ainda neste capítulo.

aparece como opção na Carta de Burra, mostra-se como uma das possibilidades de conservação do patrimônio industrial³⁶.

Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) orienta para uma reintegração urbana do patrimônio industrial com usos compatíveis e com a participação da comunidade local no processo de conservação a fim de auxiliar na proteção do exemplar, conforme previsto na Carta de Burra (ICOMOS, 2013) e, embora não citada, na Declaração de Amsterdã (ICOMOS, 1975)³⁷. Ao discutir a manutenção e conservação do patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003, tradução nossa) reforça a importância de seu reuso:

Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento econômico sustentável. O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos³⁸.

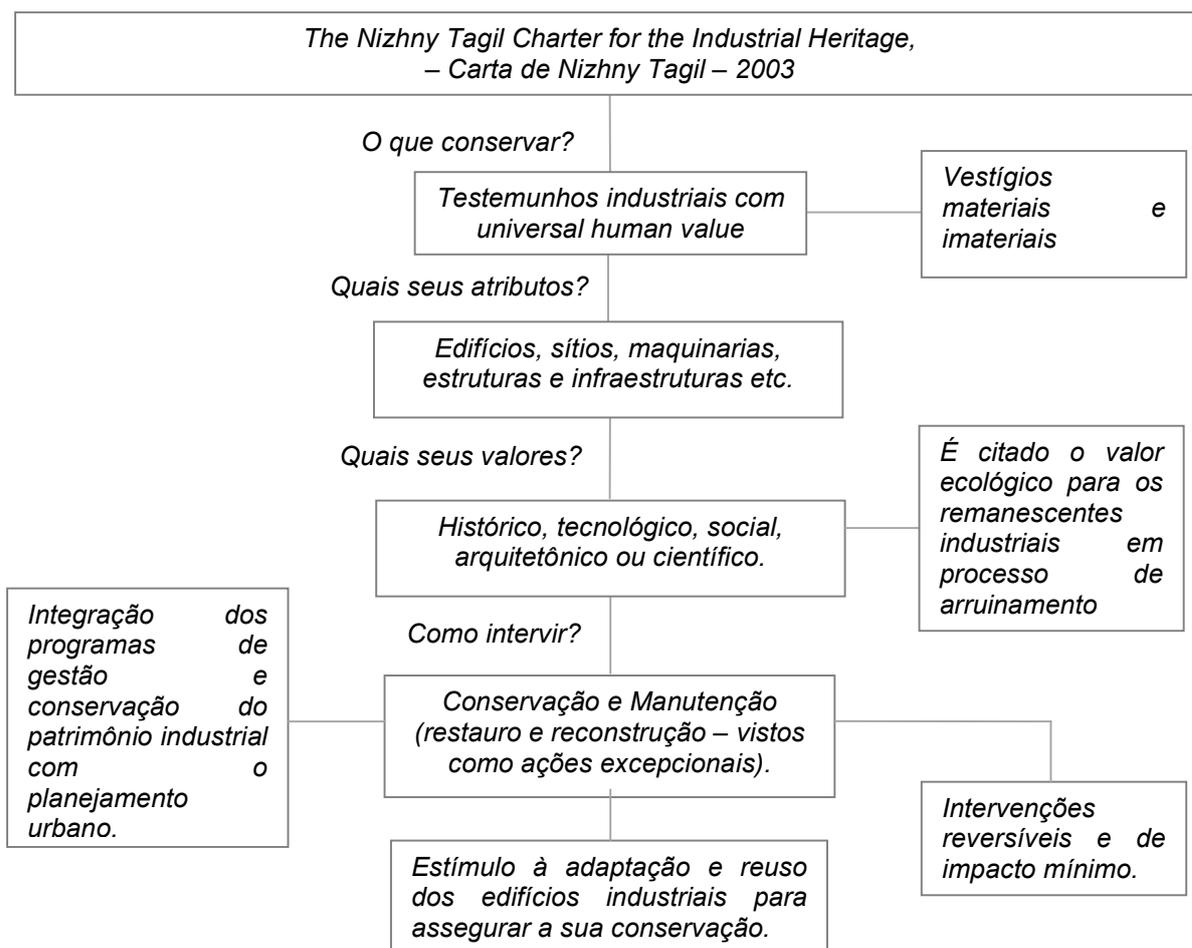
A Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) demonstra o caráter específico de proteção desse tipo de patrimônio que, embora deva ser considerado como integrante do patrimônio cultural em geral, todos os seus elementos desde maquinários a edifícios (em ruína ou não) devem ser protegidos. As indicações da Carta de Nizhny Tagil podem ser sintetizadas da seguinte maneira (Esquema 4):

³⁶ Kühn (2010) critica a referência à versão de 1999 da Carta de Burra pela Carta de Nizhny Tagil, devido a primeira não ser ratificada pela Assembleia Geral do ICOMOS e apresentar, conforme exposto na seção anterior, uma disparidade de conceitos com relação à Carta de Veneza (1964), documento-base do ICOMOS.

³⁷ O documento não detalha como seria a participação da comunidade na reintegração urbana do patrimônio industrial obsoleto e em sua conservação, no entanto, tendo como referência o Processo de Burra (ICOMOS, 2013), a consulta à população deve ser realizada desde a identificação da significância cultural à discussão de políticas para sua manutenção, prevendo o envolvimento de todos os afetados pelo objeto de conservação.

³⁸ "Continuing to adapt and use industrial buildings avoids wasting energy and contributes to sustainable development. Industrial heritage can have an important role in the economic regeneration of decayed or declining areas. The continuity that re-use implies may provide psychological stability for communities facing the sudden end a long-standing sources of employment" (ICOMOS, 2003).

Esquema 4 - Síntese do conteúdo da Carta de Nizhny Tagil (2003).



Fonte: Produzido pela própria autora.

Passados oito anos após a aprovação da Carta de Nizhny Tagil, é aprovado durante a 17^a Assembleia do ICOMOS em Dublin, na Irlanda, um documento com os princípios para a conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens do patrimônio industrial, uma extensão da Carta de Nizhny Tagil. Trata-se dos *Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes*, ou simplesmente Princípios de Dublin, de 2011.

Os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) encontram-se divididos em quatro tópicos: i) documentar e compreender as estruturas, sítios, áreas e paisagens do patrimônio industrial e seus valores; ii) assegurar uma proteção e conservação eficazes; iii) conservar e manter; vi) apresentar e comunicar suas dimensões e valores para aumentar a sensibilização pública e privada, e apoiar a formação especializada e a pesquisa.

Os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) indicam aspectos sobre a vulnerabilidade e o risco que sofre o patrimônio industrial em desuso, entre eles estão: a falta de reconhecimento desses testemunhos de passado recente, sua escala, sua complexidade, a percepção negativa que tal patrimônio pode suscitar, entre outros. Uma das primeiras contribuições que este documento dá é a ampliação do conceito de patrimônio industrial, tornando-o mais abrangente que o apresentado em 2003, pela Carta de Nizhny Tagil.

Definição: O patrimônio industrial é formado por sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como pelo maquinário relacionado, objetos ou documentos que forneçam evidência de processos industriais de produção passados ou correntes, da extração de matérias-primas a sua transformação em bens, bem como relacionada a infraestruturas de energia e transportes. O patrimônio industrial reflete a profunda ligação entre o ambiente cultural e natural, como processos industriais - antiga ou moderna - dependentes de fontes naturais de matérias-primas, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados mais amplos. Ele inclui tanto os bens materiais - imóveis e móveis - e dimensões intangíveis, como “saber” técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores, e do complexo legado sociocultural que moldou a vida das comunidades e trouxe grandes mudanças organizacionais para sociedades inteiras e o mundo em geral (ICOMOS, 2011, grifo e tradução nossos) ³⁹.

Diferente da definição proposta pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), nos Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) não são apontados valores que determinam os vestígios do passado industrial. Indica a relevância de todo o sítio e das relações de interdependência de cada elemento no processo industrial, que formam esse patrimônio como um todo. Os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) destacam nessa conceituação a estreita ligação que o patrimônio industrial produz entre o ambiente cultural e o ambiente natural⁴⁰, ao considerar as mudanças que a implantação da indústria causa no espaço, reconhece a nova paisagem criada por ela. Isso se aproxima da ideia de singularidade do patrimônio industrial pelas formas

³⁹ “Definition: The industrial heritage consists of sites, structures, complexes, areas and landscapes as well as the related machinery, objects or documents that provide evidence of past or ongoing industrial processes of production, the extraction of raw materials, their transformation into goods, and the related energy and transport infrastructures. Industrial heritage reflects the profound connection between the cultural and natural environment, as industrial processes – whether ancient or modern – depend on natural sources of raw materials, energy and transportation networks to produce and distribute products to broader markets. It includes both material assets – immovable and movable –, and intangible dimensions such as technical know-how, the organisation of work and workers, and the complex social and cultural legacy that shaped the life of communities and brought major organizational changes to entire societies and the world in general” (ICOMOS, 2011).

⁴⁰ Referem-se ao ambiente antrópico e àquele sem interferência humana, respectivamente.

de apropriação do espaço, negligenciada pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003).

Os tópicos dos Princípios de Dublin propõem indicações sobre como conservar o patrimônio industrial. Apresentam de forma mais detalhada os mesmos itens que aparecem na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003). Inicialmente propõe o levantamento documental sobre as estruturas, sítios, áreas e paisagens do patrimônio industrial. Trabalho interdisciplinar que deve considerar os aspectos materiais e imateriais. Um dos procedimentos que merece destaque é o estudo tipológico deste patrimônio, assim como uma análise comparativa com vestígios industriais da mesma natureza, para o reconhecimento de valores patrimoniais específicos do objeto a ser conservado (ICOMOS, 2011).

Os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) indicam a adoção de políticas e medidas legais apropriadas que garantam a conservação das estruturas, sítios, áreas e paisagens do patrimônio industrial, bem como dos demais objetos provenientes deste. Neste momento, o documento apresenta uma questão que não aparece na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), referente a estruturas industriais que ainda são operantes. Discorre a respeito do cuidado que se deve ter sobre esse patrimônio para que suas atividades não comprometam seus valores e significados.

Em Dublin (ICOMOS, 2011) é reforçada a questão do uso do patrimônio industrial, seja original, alternativo ou adaptativo. O que se deve considerar é a sustentabilidade da ação⁴¹, que deve assegurar a conservação das estruturas, sítios, áreas e paisagens do patrimônio industrial por meio da manutenção de sua significância, conforme a Carta de Burra (ICOMOS, 2013).

A socialização das informações e a educação patrimonial, que visem à conscientização da sociedade para a relevância da conservação do patrimônio industrial, são questões retomadas nos Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011), assim como o fomento de estudos e pesquisas nesta área de concentração. Neste documento complementar a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), a conservação do patrimônio industrial não é justificada por seu *universal human value*. A

⁴¹ Considera-se sustentabilidade a “[...] manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais [naturais ou culturais], utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas” (AFONSO, 2006, p.11).

justificativa da conservação provém do reconhecimento de seu legado sociocultural, e do papel que pode desempenhar para a sociedade contemporânea em prol de um desenvolvimento sustentável.

Apesar dos esforços em conceituar o patrimônio industrial, justificar sua conservação e propor meios de intervenção, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) e os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) não apresentam uma classificação desse tipo de patrimônio. São citados termos como sítios, complexos, estruturas, paisagens industriais etc. sem uma definição do que é cada categoria dentro do universo do patrimônio industrial. Essa lacuna, dentre as outras que os documentos deixam, faz com que autores e documentos de tutela locais construam sua própria classificação.

No *Plan Nacional de Patrimonio Industrial* espanhol (2011), o patrimônio industrial aparece categorizado da seguinte maneira: **bens imóveis** (elementos industriais; conjuntos industriais; paisagens industriais; sistemas e redes industriais)⁴², **bens móveis** (artefatos; utilitários; mobiliário e acessórios do entorno social do trabalho; arquivos) e **bens imateriais** (entidades de memória da indústria). Com relação aos bens imóveis tem-se a seguinte descrição:

- Elementos industriais: pela sua natureza ou pelo desaparecimento do resto de seus componentes, mas que por causa de seu valor histórico, arquitetônico, tecnológico, etc. seja testemunho suficiente da atividade industrial que eles exemplificam.
- Conjuntos industriais nos quais se conservam os componentes materiais e funcionais, assim como sua articulação; quer dizer, constituem uma mostra coerente e representativa de uma dada atividade industrial, como é, por exemplo, uma fábrica.
- Paisagens industriais são de caráter evolutivo e nelas se conservam no território os componentes essenciais dos processos de produção de uma ou de várias atividades industriais, constituindo um cenário privilegiado para a observação das transformações e os usos que as sociedades tem feito dos seus recursos.
- Sistemas e redes industriais para o transporte de água, energia, bens, viajantes, comunicação, etc., que constituam por sua articulação complexa e seus valores patrimoniais um testemunho material da ordenação territorial, da mobilidade de pessoas, ideias ou bens ou da arte de construir a obra pública do período contemporâneo (PLAN NACIONAL DE PATRIMONIO INDUSTRIAL, 2011, tradução nossa)⁴³.

⁴² Exemplos de intervenções sobre os bens imóveis serão mostrados no próximo tópico desta seção.

⁴³ “Elementos industriales: por su naturaleza o por la desaparición del resto de sus componentes, pero que por su valor histórico, arquitectónico, tecnológico, etc., sean testimonio suficiente de una actividad industrial a la que ejemplifican. Conjuntos industriales en los que se conservan los componentes materiales y funcionales, así como su articulación; es decir, constituyen una muestra coherente y representativa de una determinada actividad industrial, como es, por ejemplo, una factoría. Paisajes industriales, son de carácter evolutivo y en ellos se conservan en el territorio las

Poderia então chamar de complexo ou paisagem industrial os exemplares que possuem todos esses bens imóveis integrados, sem desconsiderar a presença dos outros tipos de bem (móveis e imateriais) no local? É possível traçar os limites de um complexo ou paisagem com tamanha interdependência entre seus elementos, conjuntos e seus sistemas e redes etc.? E se este “complexo” possui um limite geográfico, como sugere a Carta de Burra (ICOMOS, 2013), seria possível caracterizá-lo como um sítio industrial?

Em um complexo ou paisagem industrial, sítios podem ser encontrados, por isso a dificuldade de delimitá-lo. Rahola (2007) indica que a paisagem industrial é o conjunto de sítios industriais (voltados à mesma produção ou não) num contexto geográfico da industrialização com as complexas relações existentes entre eles. De acordo com Rufinoni (2013, p.192) “os sítios industriais são compostos por grupos de edifícios e espaços envoltórios vinculados entre si em função do processo produtivo”. Esses grupos de edifícios constituem os lugares produtivos (edifícios fabris, minas, moinhos etc.), armazéns e depósitos, serviços (estruturas de abastecimento de água e energia), comunicações (meios de transportes de matéria, informações e pessoas e infraestrutura) e lugares sociais (vilas operárias, grupos escolares, igrejas etc.), conforme a distinção tipológica feita por Rahola (2007).

As lacunas conceituais e de classificação sobre o patrimônio industrial que não foram esclarecidas pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) nem pelos Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011), podem ser preenchidas pelas investigações de autores como Correia (2001) que fez uma classificação tipológica dos modelos urbanos dos sítios industriais. A autora demonstra o interesse em distinguir os vocabulários utilizados como sinônimos.

Aceitar tais diferentes formas de nomear é um passo fundamental à compreensão da grande diversidade de formas assumidas pelo ambiente construído desses lugares. Tal diversidade se expressa em termos de tamanho, variando entre um pequeno grupo de moradias a grandes aglomerações com milhares de moradias e equipamentos coletivos; em termos de forma, nos diversos estilos de arquitetura e de parcelamento e

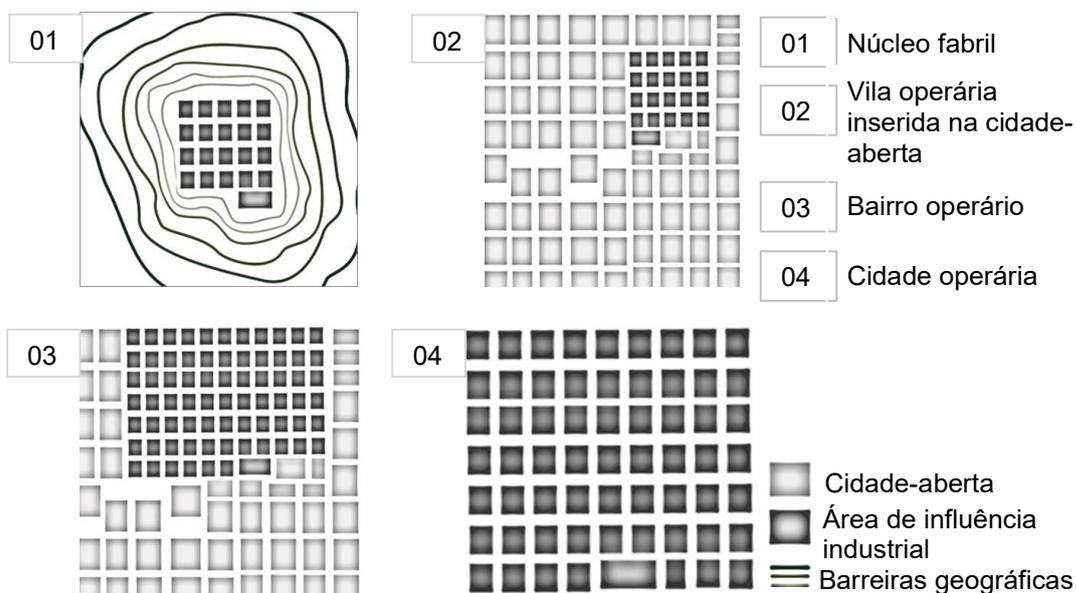
componentes esenciales de los procesos de producción de una o varias actividades industriales, constituyendo un escenario privilegiado para la observación de las transformaciones y los usos que las sociedades han hecho de sus recursos. Sistemas y redes industriales para el transporte del agua, energía, mercancías, viajeros, comunicaciones, etc., que constituyan por su articulación compleja y sus valores patrimoniales un testimonio material de la ordenación territorial, de la movilidad de personas, ideas o mercancías o del arte de construir la obra pública del periodo contemporáneo” (PLAN NACIONAL DE PATRIMONIO INDUSTRIAL, 2011).

traçado viário; e em termos do grau de autonomia, da vida local em relação à empresa (CORREIA, 2001, p.95).

Correia (2001) distingue os seguintes termos: núcleo fabril ou núcleo industrial; vila operária; bairro operário ou bairro industrial; cidade operária ou cidade industrial. A distinção ocorre em termos de forma e escala da aglomeração e no modo de gestão do sítio industrial.

Para Correia (2001), o núcleo fabril ou industrial consiste nas aglomerações isoladas, construídas por indústrias, dependente das atividades oferecidas por ela, como moradia e serviços. Para a eficiência deste controle, apresenta-se com sua dimensão reduzida. A vila operária possui uma conotação semelhante a do núcleo fabril, porém menos isolada, podendo estar dentro ou fora da cidade, com maior autonomia com relação à indústria. O bairro operário ou industrial é um sítio que nasce dentro da cidade aberta⁴⁴ e se consolida como parte desta, possui uma aglomeração de moradia em maior escala que a da vila operária. A cidade operária ou industrial é assim considerada quando a aglomeração isolada, criada pela indústria que ultrapassa os quatro mil habitantes, e tem a gestão de todas as suas atividades sob o controle da empresa (Figura 6).

Figura 6 - Esquematização dos tipos de sítios industriais.



Fonte: Produzido pela própria autora.

⁴⁴ Correia (2001) adota o termo cidade aberta para se referir à cidade de gestão democrática (pública), que preza pela autonomia urbana de seus habitantes.

2.2 As Teorias da Conservação e o Patrimônio Industrial

As imprecisões na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) e nos Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) expressam-se tanto no esclarecimento das tipologias do patrimônio industrial quanto nas intervenções passíveis de serem realizadas sobre eles, ao admitirem o que o documento-base do ICOMOS (Carta de Veneza) nega: a reconstrução dos monumentos históricos. Isso faz com que as operações sobre esse patrimônio tornem-se alvo de debates e críticas, principalmente por não seguirem ou deturparem as indicações dos documentos doutrinários.

Apesar da Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) e dos Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) esclarecerem que o reuso é um meio para atingir a conservação, há uma persistência em seus artigos sobre a importância dessa reutilização de tal modo que, numa leitura apressada e simplista, interpreta-se que ela seja o objetivo final da operação, o que induz para este viés a maioria das intervenções sobre o patrimônio industrial. Autoras como Kühn (2008) e Rufinoni (2013) criticam o modo dessas operações por dois aspectos: i) geralmente as intervenções acontecem com a finalidade da reutilização e não da conservação do bem; ii) as intervenções não consideram as indicações técnico-operacionais das teorias da conservação.

Kühn (2008) apresenta em seu trabalho um exame de textos descritivos de intervenções sobre o patrimônio industrial. A autora demonstra a falta de menção, nos projetos de intervenção, dos critérios que tenham embasamento na teoria da conservação. Os objetivos das intervenções geralmente estão relacionados à atribuição de novos usos, aos fatores econômicos, turísticos etc. Kühn (2008) indica a frequência nos textos analisados do uso de termos como revitalização, recuperação e, ainda, reciclagem do patrimônio. A crítica que a autora faz é sobre a inconsistência teórica nas operações sobre o patrimônio industrial, sendo este visto muitas vezes como coadjuvante ou recipiente para novos projetos. Palavras como restauração, preservação e conservação são raramente usadas nas justificativas projetuais.

Ao seguir semelhante caminho metodológico de Kühn (2008), Rufinoni (2013) expõe uma análise de apresentação de trabalhos em dois congressos voltados à discussão do patrimônio industrial. Esses eventos foram organizados pelo TICCIH que consiste numa organização voltada à conservação desse patrimônio. No

entanto, os objetivos do próprio órgão organizador dos congressos ficaram omissos. A maioria das exposições de trabalhos e intervenções não fez referência a critérios e teorias que pudessem orientar suas operações. Rufinoni (2013) indica que alguns projetos de intervenção polêmicos foram apresentados, mas que não houve a promoção de debates.

A mesma situação descrita por Rufinoni (2013) pôde ser experienciada durante a participação na *XVII Jornadas Internacionales de Patrimonio Industrial*, em 2015, evento promovido pelo INCUNA (*Industria, Cultura e Naturaleza – Asociación de Arqueología Industrial*), em Gijón, na Espanha. Nas apresentações orais dos participantes ficou evidente a preocupação operacional em atribuir novos usos aos remanescentes industriais desativados, sem a discussão de teorias ou cartas patrimoniais que pudessem orientar tal prática. Os debates destacavam a eficiência das intervenções no atendimento às novas funções. Pouco se discutiu sobre os valores e significados da herança industrial.

O recurso preferencial à reutilização no patrimônio industrial também foi discutido por Choay (2006). Para a autora, a consideração prioritária da reutilização do bem industrial demonstra que, apesar de ser um patrimônio, é diferente dos demais e, portanto, a maneira de atuar sobre ele será diversa. Segundo Choay (2006), para reintegrar um edifício desativado de origem industrial consideram-se dois aspectos: a especificidade da sua natureza e sua escala. A autora não cita a questão dos preceitos teóricos que deveriam orientar as intervenções sobre o patrimônio industrial, mas propõe essa reflexão de que ele possui uma natureza diferente, e que a persistência do modo de se atuar sobre esse tipo de patrimônio, priorizando a reutilização, indica essa especificidade.

Seguindo o raciocínio de Choay (2006), questiona-se: até que ponto a emergência em reutilizar o patrimônio pode interferir nos atributos que contribuem para sua memória industrial? Esse questionamento é relevante uma vez que nos debates em conferências e na descrição de projetos de intervenção, conforme verificado por Rufinoni (2013) e Kühl (2008), respectivamente, a qualidade das intervenções são mensuradas pela superação da dificuldade em lidar com áreas extensas.

Choay (2006, p.222) reconhece que a reutilização é uma das formas de valorização do patrimônio mais difíceis de ser aplicada:

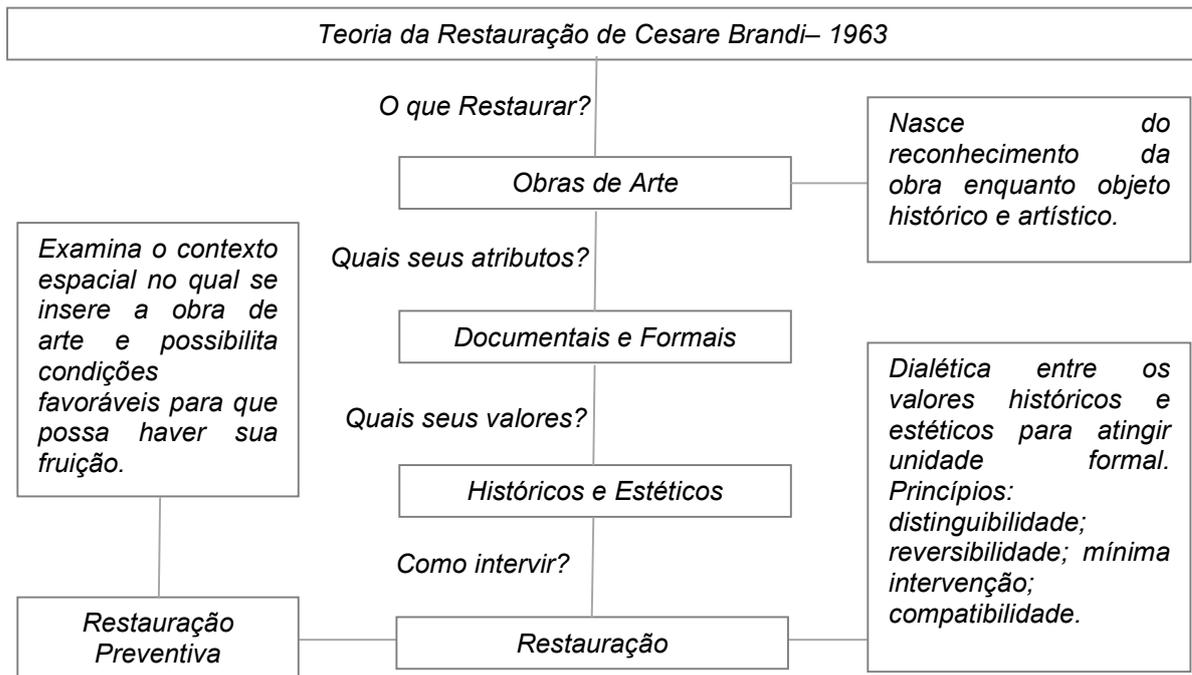
A prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso varia de país para país.

Sendo a valorização o reconhecimento e enaltecimento dos valores patrimoniais, o problema não está na reutilização da herança industrial, permitida e mesmo incentivada pelos documentos doutrinários citados na seção anterior⁴⁵, mas, sobretudo, no modo como a intervenção é realizada e com quais aparatos teórico-operacionais. A teoria da qual Kühl (2008) e Rufinoni (2013) se referem e demonstram estar ausente dos critérios das intervenções é a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, publicada em 1963.

O restaurador italiano Cesare Brandi escreveu sua teoria como uma crítica ao Restauo Filológico ou Científico, difundido pelos italianos Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. O restauro filológico priorizava o aspecto histórico do monumento, entendido como documento. Como resposta à negligência ao caráter artístico da obra, Brandi (2004) definiu que o que deveria ser restaurado eram as obras de arte. O restauro passou a ser um ato crítico que se constrói a partir do reconhecimento da singularidade de um produto da atividade humana. Este produto, por ser exceção dentre os demais, é considerado uma obra de arte carregada de duas instâncias: histórica e estética. É por meio da dialética entre os valores históricos e estéticos da obra de arte que se constitui a operação do restauro. A teoria brandiana pode ser sintetizada da seguinte forma (Esquema 5):

⁴⁵ O documento-base do ICOMOS, a Carta de Veneza (1964); a Carta de Burra (2013); a Carta de Nizhny Tagil (2003).

Esquema 5 - Síntese da Teoria da Restauração de Cesare Brandi.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Brandi (2004, p.30) indica que

[...] não é sequer necessário acrescentar a instância da utilidade [à obra de arte], que, definitivamente, é a única formulada para os outros produtos humanos, porque essa utilidade, mesmo se presente, tal como na arquitetura, não poderá ser levada em consideração de forma isolada para a obra de arte, mas tão só com base na consistência física e nas duas instâncias fundamentais, a partir das quais se estrutura a obra de arte na recepção que a consciência faz dela.

Na teoria brandiana a ação da restauração considera, sobretudo, a consistência física da obra, pois é por meio dela que se forma a imagem a ser apreciada, e está unida à instância estética e histórica. É neste aspecto da teoria de Cesare Brandi, no reconhecimento do objeto enquanto obra de arte mediada por essas duas instâncias que há desacertos entre a teoria brandiana e a prática da conservação do patrimônio industrial, a partir de equívocos no entendimento de obra de arte em sentido literal.

No início de seu livro, Brandi (2004, p.26) enfatiza que sua teoria não está restrita às obras de arte, envolvendo também manufaturas industriais, reconhecidas por ser produto realizado pelo homem. Para tais objetos a teoria brandiana sugere o reestabelecimento de sua funcionalidade, sendo “[...] a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse fim”.

Kühl (2007) apresenta que este posicionamento de Brandi (2004) provoca equívocos que leva a alguns pensadores e críticos julgarem que a teoria se restringe aos objetos pertencentes ao grupo das obras de artes. Em seus argumentos, a autora apresenta um fragmento de outro texto de Brandi, publicado em 1975⁴⁶, que demonstra o alargamento do grupo de objetos que podem ser considerados em sua teoria, apresentando consonância com a abrangência dos objetos considerados patrimônio cultural neste período do pós-guerra.

2.2.1 Teoria contemporânea da conservação

A teoria contemporânea da conservação foi escrita pelo espanhol Salvador Muñoz Viñas, publicada em 2005. Trata-se de uma teoria que reúne e apresenta de forma ampla, as principais ideias dos críticos da conservação que, a partir da década de 1980⁴⁷, passaram a rever as questões teórico-operacionais propostas pelas teorias vigentes⁴⁸. Viñas (2011) apresenta uma síntese das construções teóricas da conservação a partir do século XIX até a década de 1980, e classifica o conjunto dessas teorias, exceto a de Alois Riegl, como teoria clássica da conservação, pois “nenhuma teoria [que foi formulada em oposição à outra] superou as anteriores” (VIÑAS, 2011, p.06).

Viñas (2011) apresenta na teoria contemporânea as dificuldades na definição de conservação, seja pela abrangência do campo, pelos muitos objetos que possam servir à disciplina, ou pelos inúmeros profissionais que possam se envolver no estudo e prática da conservação. O autor demonstra a possibilidade de conceituar a conservação de maneira ampla ou estrita:

Conservação em sentido estrito: conservação em oposição à "restauração"; a atividade de manutenção descrita por McGilvray; **Conservação em sentido amplo: a conservação como a soma das atividades inclusas no**

⁴⁶ A autora cita um trecho da obra *Struttura ed Architettura* de Brandi (1975) que diz: “Nesse ponto se deve especificar que por monumento entendemos qualquer expressão figurativa, seja arquitetônica, pictórica, escultórica e também qualquer complexo ambiental que seja particularmente caracterizado por monumentos singulares ou simplesmente pela qualidade do tecido edílico de que é formado, mesmo se não relacionado a uma só época.” (BRANDI, 1975, p. 308 apud KÜHL, 2007, p.203)

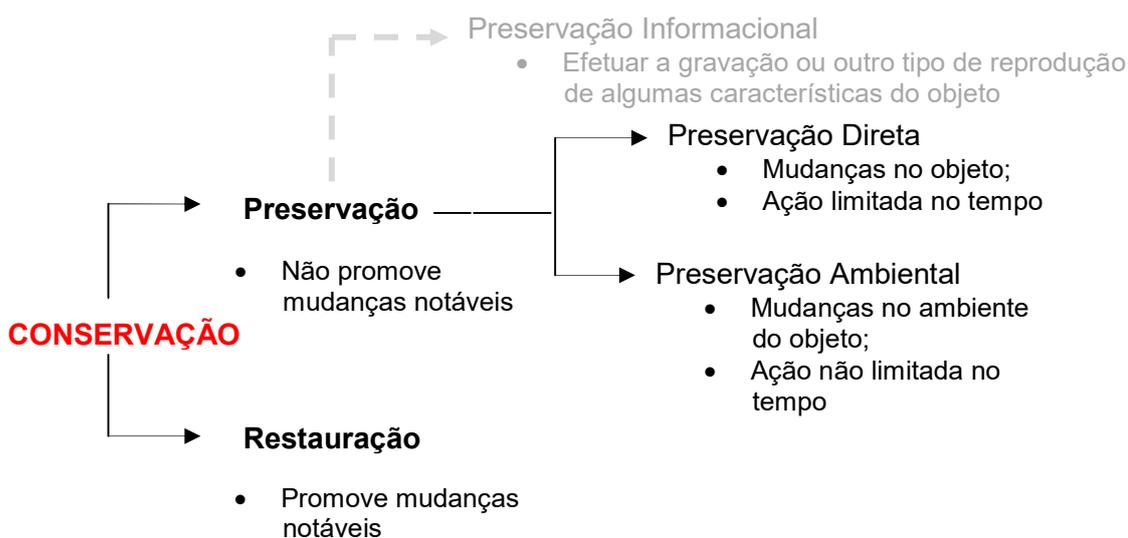
⁴⁷ Observa-se que período em que essas ideias começam a ser difundidas coincide com a primeira publicação da Carta de Burra, em 1979.

⁴⁸ A crítica volta-se principalmente para a teoria esteticista de Cesare Brandi e para a *New Scientific Conservation* que passaram a coexistir no final do século XX (VIÑAS, 2011).

sentido 01 mais restauração e outras possíveis atividades relacionadas⁴⁹ (Viñas, 2011, p.14, grifo e tradução nossos).

O conceito adotado pela teoria contemporânea consiste no sentido amplo da conservação. Para aquilo que é o oposto da restauração denominou-se preservação. Na visão de Viñas (2011), a conservação é o conjunto das operações realizadas sobre o objeto, estas operações podem ser: operação de **restauração** e/ou operação de **preservação**. A distinção de uma operação para outra está em como o observador percebe a intervenção sobre o objeto. Na restauração a intervenção é visível, enquanto na preservação, não. Apesar da oposição clara entre preservação e restauração, ambas podem atuar juntas. As atividades da conservação são sintetizadas da seguinte maneira (Esquema 6):

Esquema 06 - Classificação das atividades da conservação.



Fonte: Viñas, *op. cit.* (2011). Adaptado pela autora.

A operação de **preservação** pode ser de três tipos: preservação informacional (não aplicada à arquitetura), preservação direta e preservação ambiental (ou indireta). A preservação informacional, conforme o próprio nome já diz, é a preservação da informação, do conteúdo que pode ser acessado por meio de uma reprodução do documento original, com o intuito de que seu manuseio não comprometa o objeto de conservação. A preservação direta compreende toda ação realizada sobre o objeto de conservação, enquanto a preservação ambiental não

⁴⁹ “‘conservation’ in a narrow sense: conservation as opposed to ‘restoration’; the keep activity described by McGilvray; ‘conservation’ in a broad sense: conservation as the sum of the activities included in sense 01 plus restoration and other possibly related activities” (VIÑAS, 2011, p.14).

age diretamente no objeto, mas em seu entorno imediato. A operação de **restauração** constitui toda a intervenção sobre o objeto que seja visível.

A teoria contemporânea se distingue da clássica pelos objetivos da conservação, pelo modo de julgamento e operações sobre o objeto. Viñas (2011) nega o julgamento clássico que determina se um objeto é digno ou não de conservação. Nega a restrição de objetos de conservação ao grupo das obras de arte, objetos antigos, arqueológicos ou históricos. O autor também critica a ampliação da noção de patrimônio ao inserir o adjetivo “cultural”, na segunda metade do século XX. De acordo com Viñas (2011, p.39, tradução nossa),

[...] falar sobre “património cultural” em um sentido antropológico é falar de tudo que foi produzido ou valorizado por uma determinada cultura. É uma categoria muito ampla para descrever a relativamente pequena categoria de objetos de conservação⁵⁰.

Foi a partir da ampliação do conceito de patrimônio, entendido como um produto cultural, que o patrimônio industrial passou a ser visto como objeto digno de conservação, bem como outras obras arquitetônicas do século XX. Esta abrangência do patrimônio também é criticada por Choay (2006, p.209), que denomina esse fenômeno de “*expansão tipológica*” do patrimônio e que, como consequência, “gerou nos dias de hoje um *complexo de Noé*, que tende a abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de construção que surgiram nesse período”⁵¹. Neste contexto, a construção de uma nova teoria foi pertinente, pois, de acordo com Viñas (2011), a teoria clássica não teve capacidade de lidar com os diferentes tipos de objetos do grupo do patrimônio cultural⁵².

Para atender aos problemas da expansão conceitual do patrimônio, a teoria contemporânea constrói outra maneira de julgar esses objetos. Reconhece que o julgamento de um objeto, em ser ou não objeto de conservação, é subjetivo. Sua classificação enquanto tal irá depender da sua natureza simbólica, pois, todos os

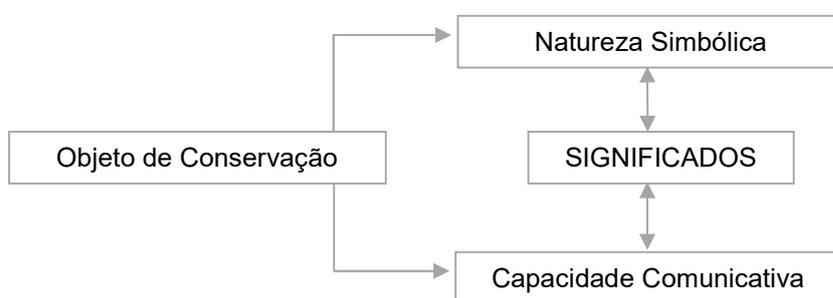
⁵⁰ “Speaking about ‘cultural heritage’ in an anthropological sense is to speak of everything produced or valued by a given culture. This is far too broad a category to describe the comparatively small category of conservation objects” (VIÑAS, 2011, p. 39).

⁵¹ Choay (2006) faz uma analogia do patrimônio cultural com a história bíblica da Arca de Noé como argumento crítico dos poucos critérios que julgam um objeto ser ou não digno de conservação.

⁵² Esse pensamento de Viñas (2011) reforça a recorrente interpretação literal do termo obra de arte presente na teoria brandiana.

objetos de conservação possuem uma **capacidade comunicativa**⁵³, que informa sobre sua cultura, contexto ou período histórico (Viñas, 2011). Segundo Viñas (2011), esses objetos constituem uma **teia de significados**, com significados individuais e sociais. É esse simbolismo que gera a afetividade e a busca de sua conservação (Esquema 7). No campo do patrimônio industrial o julgamento do ponto de vista simbólico é relevante, pois, muitas vezes os valores que foram consagrados pelas outras teorias, ou seja, o valor estético e histórico, não são reconhecidos no objeto, o que dificulta a atuação sobre ele à luz da teoria clássica.

Esquema 7 - Características do objeto de conservação de acordo com a teoria contemporânea.



Fonte: Produzido pela própria autora.

A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) previa a relação da conservação com os significados dos objetos, mas foi a Carta de Burra (ICOMOS, 2013) que se aprofundou no conceito de significância cultural como característica norteadora das intervenções. Ao ampliar as tipologias de valores do objeto de conservação, a Carta de Burra (ICOMOS, 2013) fomentou a possibilidade de alguns valores terem importância maior frente aos valores estéticos e históricos (ZANCHETTI, 2014). Apesar da Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) ter a Carta de Burra (ICOMOS, 2013) como referência, os valores estéticos e documentais (inserindo nesse grupo os sociais, tecnológicos e científicos) são os qualificadores do patrimônio industrial. E disso resulta o distanciamento da conservação clássica em projetos de intervenção sobre o patrimônio industrial com ênfase em outros valores, que não sejam na instância estética e histórica.

É na introdução de uma nova maneira de olhar o objeto de conservação que reside a relevância da teoria contemporânea para o patrimônio industrial. A teoria contemporânea objetiva a eficiência da capacidade comunicativa desses bens, pela

⁵³ A teoria contemporânea da conservação recorre a estudos da semiótica para justificar que a forma de julgamento do objeto de conservação não é feita pela sua materialidade, mas pela sua capacidade de transmitir algo ao intérprete.

valorização de seus significados. Diferente da teoria clássica em que a conservação é para o objeto, na teoria contemporânea a conservação é realizada para os afetados pelos significados do objeto (VIÑAS, 2011).

Viñas (2011) demonstra que o ato da conservação não está alheio à subjetividade, consiste numa atividade de gosto, seletiva, de tomadas de decisão. Com o reconhecimento da existência da subjetividade na conservação, a teoria contemporânea defende uma **intersubjetividade**⁵⁴, que consiste na conciliação da subjetividade com o bom-senso do conservador. O princípio do bom senso existe como um alerta ao conservador de que as decisões da conservação devam ser socialmente aceitas. O que determinará esse bom senso “não é a verdade ou a ciência, mas sim os usos, valores e significados que um objeto tem para as pessoas”⁵⁵ (VIÑAS, 2011, p.212, grifo e tradução nossos).

Esta característica da teoria contemporânea reforça sua compatibilidade na atribuição de valores ao patrimônio industrial. Quando há elementos, sítios ou paisagens industriais obsoletas e são propostas intervenções que retomem a sua produtividade e respostas econômicas à sociedade, não são os aspectos físicos de autenticidade (estética ou histórica) que são prioritariamente julgados na operação, mas os significados do bem que a intervenção enfatizou, e os outros produzidos por ela. É pela preocupação em atingir o maior número de pessoas afetadas, que a teoria contemporânea da conservação possui a **negociação, equilíbrio, discussão e consenso**⁵⁶ como elementos basilares (VIÑAS, 2011, p.163).

A teoria contemporânea constrói seus princípios éticos por meio de uma revisão crítica dos princípios da teoria clássica. Dá ênfase aos problemas da reversibilidade e da intervenção mínima, e propõe novas posturas frente ao objeto de conservação. Para Viñas (2011), o princípio da reversibilidade⁵⁷ se compreendido em seu sentido literal, é uma meta difícil de ser alcançada. Qualquer intervenção altera o objeto de modo que mesmo com a remoção da operação, ele não voltará ao estado anterior com as mesmas características. As dificuldades do princípio de

⁵⁴ Entendida como a relação entre todos os envolvidos na conservação do bem (VIÑAS, 2011),

⁵⁵ “Not truth or science, but rather the uses, values and meanings that an object has for people” (VIÑAS, 2011, p.212).

⁵⁶ Essas são ações desenvolvidas pelos envolvidos na conservação.

⁵⁷ O princípio da reversibilidade é apresentado inicialmente por Brandi (2004, p.48) e se expressa em intervenções de restauro que torne possível e até facilite operações futuras sobre o objeto.

reversibilidade seguindo este entendimento foram expressas pelo próprio Brandi (2004).

A teoria contemporânea apresenta outros conceitos que tentam amenizar o problema do termo reversibilidade, como a “removibilidade” e a “retratabilidade”. Considera válida a noção de reversibilidade, desde que não seja um requisito, “[...] mas um ideal a ser perseguido, sempre que possível”⁵⁸ (VIÑAS, 2011, p.191-192, tradução nossa). Segundo Santos et al (2012), o uso do conceito de **retratabilidade** é frequente entre os conservadores contemporâneos. O princípio da retratabilidade na conservação indica para a responsabilidade do conservador intervir e deixar possibilidades para as futuras intervenções sobre o mesmo objeto. Tornar o “retratar” uma ação possível no futuro (SANTOS et al, 2012). O patrimônio industrial, pelas suas especificidades espaciais, é a tipologia de patrimônio cujas características possibilitam adequação ao critério de retratabilidade sem dificuldades.

A teoria contemporânea da conservação reconhece a contradição da teoria clássica no uso dos princípios de reversibilidade unido ao princípio da intervenção mínima. Segundo Viñas (2011), essa contradição existe, pois uma vez que a intervenção possa ser reversível, ela não terá a necessidade de ser mínima. O princípio de intervenção mínima é apropriado pela teoria contemporânea como um lembrete das razões da conservação e que excessos devem ser evitados.

O novo princípio que a teoria contemporânea da conservação insere é o princípio da sustentabilidade. Este é o princípio que atenta o conservador para a existência de usuários futuros. Por isso as ações sobre os objetos devem ser realizadas de forma responsável, ao considerar além dos significados que tem para as pessoas afetadas do presente, àqueles que serão mantidos para o futuro. Objetiva que os valores simbólicos do objeto de conservação também possam ser contemplados pelas próximas gerações (VIÑAS, 2011). Este princípio é fundamental no processo de conservação, uma vez que parte da negociação e diálogo entre especialistas e usuários. A sua aplicação é relevante para o patrimônio industrial, pois impõe limites às propostas de intervenções de caráter inovador, sem o respeito

⁵⁸ “[...] but an ideal to be pursued whenever possible” (VIÑAS, 2011, p.191-192).

aos significados que tem para os afetados. Os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) preveem o uso da sustentabilidade nas ações sobre o patrimônio industrial.

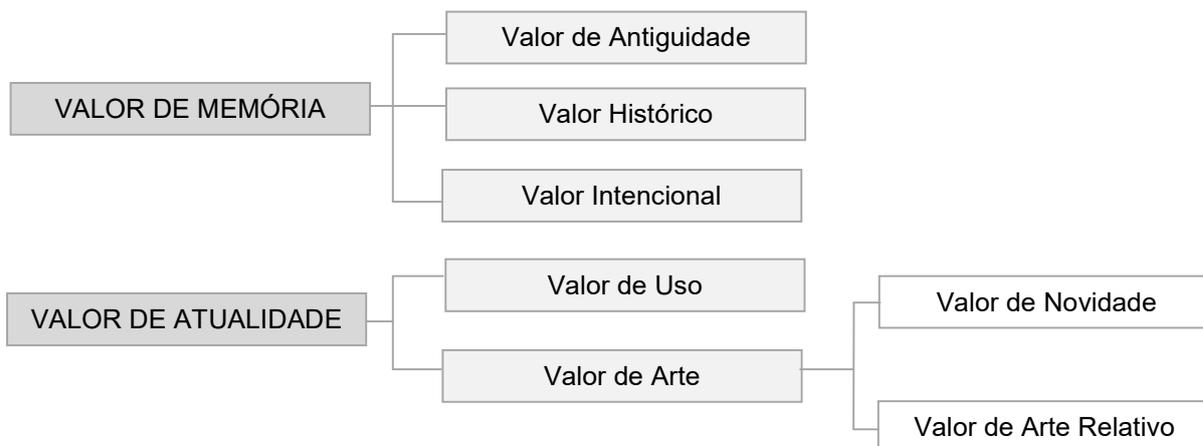
2.2.2 Alois Riegl e a teoria contemporânea da conservação: valores e significados

Os símbolos e significados que o objeto possui para as pessoas afetadas são os aspectos que o levam a ser digno de conservação. A teoria contemporânea da conservação reconhece a atualidade da contribuição do austríaco Alois Riegl no processo de construção de valores do monumento.

Em 1903, Riegl publicou *Der moderne Denkmalkultus - O Culto Moderno dos Monumentos* -, considerado a primeira lei de tutela da Áustria. Nesta obra, a tutela é vista como uma operação sagrada e que deve ser feita seguindo uma observação criteriosa dos valores do monumento. De acordo com Choay (2006, p.168), Riegl trata o monumento histórico como objeto “social e filosófico”, em que “só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática. Daí uma dupla abordagem – **histórica e interpretativa**”.

A teoria contemporânea da conservação se aproxima da teoria de Riegl, e não a considera no grupo das clássicas por reconhecer que os valores dos monumentos não estão intrínsecos neles, mas são parte da construção interpretativa que a sociedade contemporânea faz deles. Para os objetos de conservação, Riegl utilizou o termo monumento, mas não os restringia às grandes construções. Para este teórico o monumento é qualquer produto fruto da produção humana carregado de valor histórico e/ou artístico. Outra aproximação com a teoria contemporânea é a prática de conservação ser orientada pelos valores que a sociedade atribui aos monumentos (VIÑAS, 2011). Riegl (2014) classifica os valores que podem ser atribuídos em: valores memoriais (valor de antiguidade; valor histórico; valor intencional) e valores de atualidade (valor de uso; valor de arte – valor de novidade e valor de arte relativo) (Esquema 8).

Esquema 8 - Valores que podem ser atribuídos aos monumentos na visão de Alois Riegl (2004).



Fonte: Produzido pela própria autora.

Para Riegl (2014), o **valor de antiguidade** resulta da percepção, pelo observador, dos traços da natureza sobre o monumento. É um valor que entra em conflito com a maioria dos demais, por reconhecer o monumento como um organismo e respeitar seu ciclo de criação à degradação. O que interessa para este valor não é a significado original ou a destinação do monumento, mas seu aspecto antigo, as marcas deixadas pelo tempo e pela natureza, sua pátina. São essas características que fazem do monumento incompleto e promove nele um efeito estético reconhecido pelo observador. Riegl (2014) atenta para a redução do valor de antiguidade na medida em que a degradação não deixa traços das formas que originaram o monumento, tornando-o ilegível.

Muitas instalações industriais ao entrarem em desuso passaram por processo de degradação e alcançaram à condição de ruína. Esses remanescentes, mesmo com pouco mais de cem anos, adquiriram um valor de antiguidade pelo processo de arruinamento em que se encontram. As características desse processo representam que estes testemunhos não pertencem ao tempo presente do observador, e é aí onde reside o valor de antigo que lhes é atribuído.

O valor de antiguidade difere do **valor histórico** pela maneira que são apreendidos pelo observador. Enquanto o primeiro requer uma percepção sensorial, o segundo requer uma base científica. Para o valor histórico, a degradação da natureza não é relevante, o interesse deste valor está na documentação histórica que representa. Quanto mais fidedigno o monumento estiver ao seu aspecto original, maior será a contribuição documental dele. A conservação desse valor aceitará

cópias se forem reconhecidas perdas documentais, pelo transcurso do tempo ou pela degradação da natureza (RIEGL, 2014).

Para o **valor intencional ou de comemoração**, o monumento do passado faz parte do presente com a permanência de seu significado original. Nele, o monumento foi construído com a vontade de pertencer a inúmeras gerações, por isso Riegl (2014) indica que ao valor intencional está intrínseco ao valor de atualidade. Apesar de ser um valor de memória, tem a necessidade de manter seu caráter atual, novo, pois, em oposição ao valor de antiguidade, o valor intencional almeja a imortalidade (RIEGL, 2014).

Riegl (2014) apresenta entre os valores de atualidade um valor que constantemente é atribuído ao patrimônio industrial e alvo de críticas pelos conservadores que tem a teoria clássica como parâmetro, trata-se do **valor de uso** dos monumentos. Para Riegl (2014), há um conflito entre o valor de uso e o valor de antiguidade, pois para que haja a eficiência na utilidade do monumento, nenhuma degradação física é admissível. Prezar pela existência do monumento e bem-estar físico dos usuários é fundamental para a validade do valor de uso e isso é oposto às demandas do valor de antiguidade. O conflito entre o valor de antiguidade e o valor de uso é recorrente em intervenções sobre o patrimônio industrial. Geralmente, é o valor de uso que prevalece nas ações de conservação sobre esse tipo de patrimônio.

[...] Somente as obras sem utilidade podem ser observadas e apreciadas segundo o valor de antiguidade, ao passo que diante de uma obra útil nos sentiremos mais ou menos impedidos e incomodados se esse tipo de obra não apresentar o valor atual esperado (RIEGL, 2014, p.68).

Para demonstrar a relevância do valor de uso, Riegl (2014) descreve o incômodo que pode causar no observador ao perceber que um monumento que sempre teve um uso se apresenta repentinamente em desuso, com os traços da natureza em sua estrutura. No caso do patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) incentiva a reutilização das antigas instalações industriais com o intuito de auxiliar num “equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos”, mas isso também pode se estender aos habitantes que convivem com esses remanescentes obsoletos. Por essa razão o austríaco defende que “[...] o valor utilitário da maioria dos monumentos deve ser mantido” (RIEGL, 2014, p.67).

O **valor de novidade** está contido no valor de arte por se expressar por meio de características estéticas aos observadores do presente. É o valor mais conflitante com o valor de antiguidade, pois nele a incompletude do monumento não é desejável. A intenção do valor de novidade é a unidade tipológica e/ou estilística do monumento, e a intervenção sobre ele deve almejar a integridade da sua forma original. Riegl (2004, p.74) propõe que o valor de novidade responda às demandas do valor de uso.

O **valor de arte relativo**, também do grupo do valor de arte, consiste no apreço estético do monumento pela geração do presente. Esse apreço está relacionado às especificidades que a concepção plástica do monumento possui (RIEGL, 2014). Segundo Riegl (2014), este valor pode ser atribuído de modo positivo ou negativo. O valor de arte relativo é positivo quando o monumento satisfaz a estética do presente, e a vontade reside em manter seu significado artístico. Caso a apreensão do valor de arte relativo seja negativa, não haverá conflito com o valor de antiguidade, pois as mudanças físicas sobre o monumento não incomodará seus observadores.

Para a teoria contemporânea e a teoria de Riegl (2014) quem atribui significado ou valor ao objeto de conservação são as **pessoas afetadas** por ele. O uso do termo significado na teoria contemporânea evidencia os estudos semióticos apresentados por Viñas (2011), ao justificar a natureza simbólica dos objetos de conservação e a sua capacidade comunicativa, pois para Viñas (2011, p.147, tradução nossa):

A virada comunicativa na conservação tem consequências importantes sobre toda a lógica de conservação. Comunicação não é um fenômeno físico ou químico, nem é uma característica intrínseca do objeto; ao contrário, ela depende da capacidade do sujeito em decifrar a mensagem do objeto. Na teoria contemporânea da conservação, o interesse principal não está nos objetos, mas nos sujeitos⁵⁹.

A teoria contemporânea objetiva a conservação dos significados do objeto. Indica a possibilidade de mudança desses significados, de acordo com as alterações de contexto e atitudes dos envolvidos. Os únicos objetos que não tem essa

⁵⁹ “The communicative turn in conservation has important consequences upon the entire logic of conservation. Communication is not a physical or chemical phenomenon, nor is it an intrinsic feature of the object; rather, it depends on the subject’s ability to derive a message from the object. In contemporary conservation theory, the primary interest is therefore no longer on the objects, but rather on the subjects” (VIÑAS, 2011, p.147).

característica de transformação são os monumentos de valor intencional ou comemorativo, classificados por Riegl (2014).

O patrimônio industrial exemplifica essas mudanças de significados, uma vez que sua origem está relacionada ao desenvolvimento da economia. Com o desmonte industrial, passa a representar o declínio de uma estrutura socioeconômica, e ao ser apropriado para novos usos, entram em desuso ou em estado de degradação, outros significados aparecem. Por esta razão, é relevante a observação de Mason (2004, p.66) de que a atribuição de valores não pode ser visto como uma ação objetiva e imutável. Os significados podem variar com o tempo e com as circunstâncias, pois eles são “socialmente construídos e situacionais”.

A teoria contemporânea também apresenta uma classificação de significados que compõem a teia de sentidos do objeto de conservação: **significados sociais** (para a academia; de identidade coletiva; moral) e **significados individuais**. Os significados atribuídos aos objetos de conservação superam suas funções materiais, semelhante aos valores de Riegl (2014), e são esses significados que devem orientar as intervenções. É possível a atribuição de mais de um significado sobre o mesmo objeto (VIÑAS, 2011) (Esquema 9).

Esquema 9 - Significados que podem ser atribuídos aos objetos de conservação na visão de Viñas (2011).

SIGNIFICADOS SOCIAIS	Significado para a Academia ⁶⁰	Ciência e Arte
		Etnohistória
	Significado de Identidade Coletiva	
	Significado Moral	
SIGNIFICADOS INDIVIDUAIS		

Fonte: Produzido pela própria autora.

O objeto de conservação pode ter significados sociais para a denominada **Academia** no campo da arte e da ciência. Também podem ter significados como evidência histórica na Etnohistória, que consiste no campo disciplinar que estuda culturas afastadas no tempo e no espaço. Quaisquer indícios que sejam úteis para essas áreas de estudo contribuem para considerar a conservação de um objeto (VIÑAS, 2011). A evidência dada pela Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) na manutenção dos maquinários e sistemas *in situ* do patrimônio industrial, demonstra

⁶⁰ Refere-se ao conjunto de áreas do conhecimento no âmbito da ciência e da arte.

preocupação para o meio acadêmico em considerar tais objetos como agregador de valor ao testemunho.

O objeto pode ter significado apenas para um grupo determinado, constituindo elemento de **identidade coletiva**. Para esse grupo a conservação de um objeto que o identifica é justificável. Viñas (2011) exemplifica esse significado com objetos que expressam acontecimentos que foram relevantes para a história de um grupo. Muitas das instalações industriais - quando constituíam núcleos, vilas, bairros ou cidades operárias -, foram significativas para a consolidação de uma identidade coletiva e, mesmo após a finalização de suas atividades, constituem elementos relevantes do lugar que influenciaram.

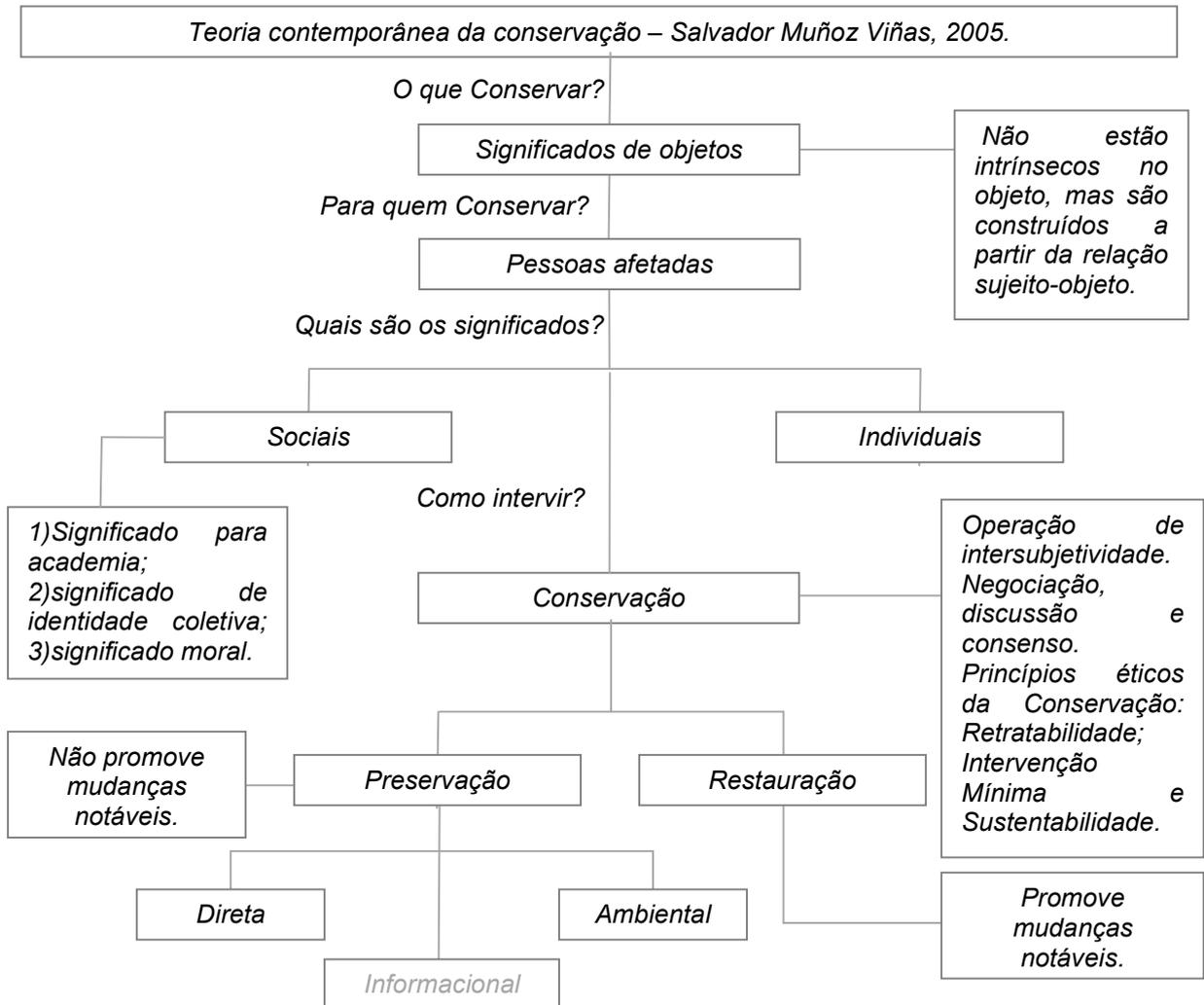
Os objetos de conservação podem estar relacionados a **significados morais** de uma sociedade, “[...] nos sentidos [...] religiosos ou políticos” ⁶¹ (VIÑAS, 2011, p.53, tradução nossa). No patrimônio industrial esse significado é evidente na gestão de algumas tipologias de sítios, como nos núcleos, vilas e cidades operárias, onde a fábrica detinha o controle total ou parcial da vida urbana de seus operários, conforme Correia (2001).

Os **significados individuais** constituem um grupo à parte dos demais, pois, segundo Viñas (2011), dificilmente estarão relacionados aos outros significados. São reconhecidos por seu caráter individual e advêm tanto de experiências pessoais como de outros meios doutrinários (escolas, mídias, tradições etc.).

A teoria contemporânea da conservação e seus principais conceitos podem ser sintetizados da seguinte maneira (Esquema10):

⁶¹ “[...] in the [...] religious or political senses” (VIÑAS, 2011, p.53).

Esquema 10 - Síntese da Teoria contemporânea da conservação.



Fonte: Produzido pela própria autora.

III CAFT: UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL?

Este é o capítulo da caracterização do objeto de estudo enquanto patrimônio industrial. Nele são apresentados os fundamentos históricos de Rio Largo, bem como as dinâmicas econômicas e socioculturais que constituiu seu espaço urbano. Para seu desenvolvimento, optou-se pela Pesquisa Histórica que foi construída tendo embasamento em fontes secundárias. Nessa seção são apresentados os valores patrimoniais, organizados temporalmente, seguindo os períodos: (i) progresso industrial têxtil, (ii) desmonte fabril e (iii) contemporaneidade.

Inicialmente é demonstrado como se deu a implantação da indústria, que foi a base da consolidação da cidade. Pretendeu-se estudar a lógica espacial da instalação industrial, como também a configuração urbana imposta pelo processo de industrialização do final do século XIX. O capítulo faz uma descrição e análise espacial, sem desconsiderar os valores imateriais atribuídos a Rio Largo, da configuração urbana atual da cidade, após o encerramento das atividades fabris. Com essas informações, foi possível identificar o significado do lugar, as possíveis relações existentes entre as pessoas afetadas e os remanescentes industriais e ainda, visualizar outros aspectos que atribuem a esse patrimônio valores de longa data e que conformam o conjunto de valores que compõem sua significância cultural.

3.1 Significado Patrimonial da CAFT para a cidade de Rio Largo

Rio Largo era o nome de um dos engenhos de açúcar de Santa Luzia do Norte, e sua história está intrinsicamente relacionada com a daquela cidade. Em conformidade com os três focos de povoamento que ocorreram em Alagoas, apresentados por Diégues Junior (2006)⁶², Santa Luzia do Norte situa-se no denominado centro litoral, que se desenvolveu às margens das lagoas Mundaú e Manguaba, prolongando-se pelo Vale do Mundaú.

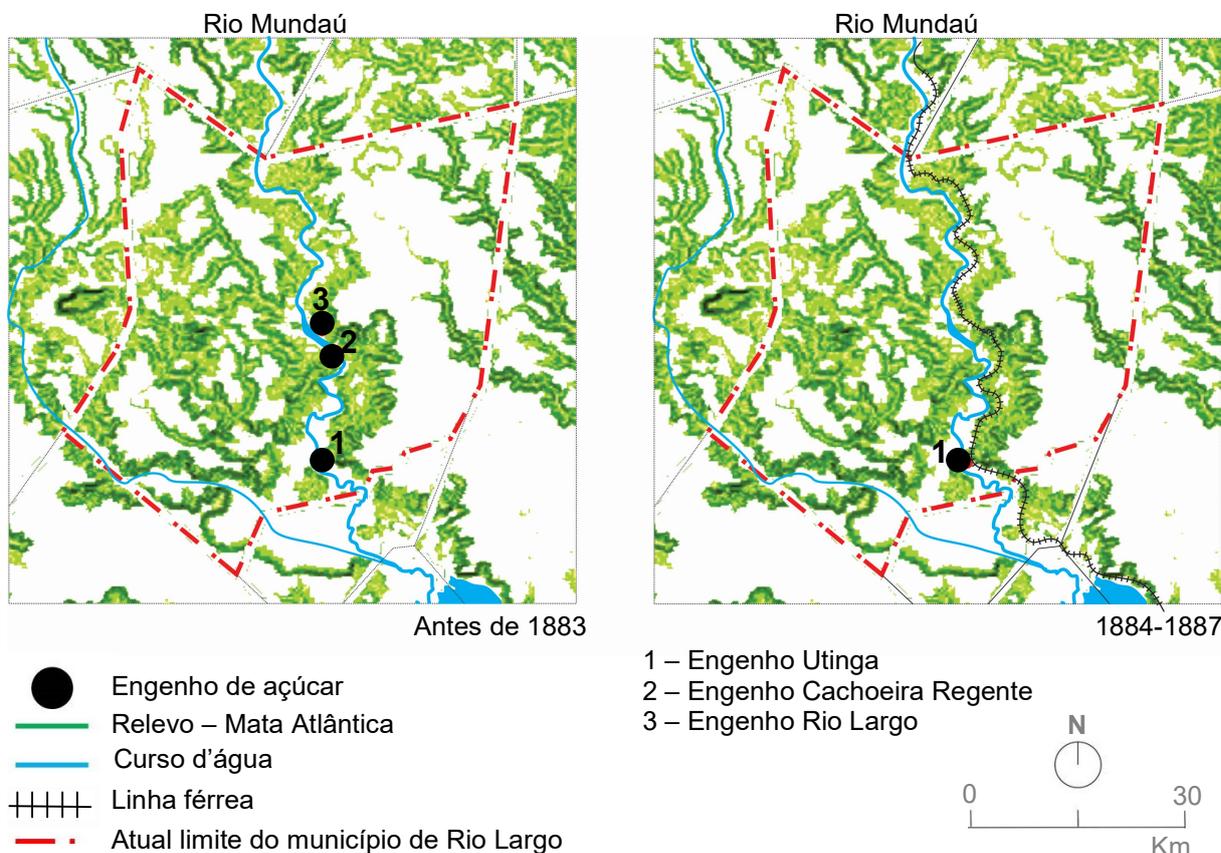
O povoamento do centro litoral ocorreu principalmente pelas condições hidrográficas locais que favoreciam a cultura da cana de açúcar e instalação de

⁶² Diégues Junior (2006) indica quatro focos iniciais de povoamento do território alagoano: o primeiro, à norte, onde Porto Calvo era núcleo; o segundo é o centro litoral (Alagoa do Sul e Alagoa do Norte); o terceiro deu-se ao sul, com Penedo como centro. O quarto, mais tardio, surgiu através às lutas contra Palmares (União dos Palmares).

engenhos. Segundo Diégues Junior (2006, p.80), a área onde se situa o município de Rio Largo apresentou três engenhos de açúcar por meio de concessão de terras ao longo dos séculos XVII e XVIII: (i) Engenho Cachoeira do Regente, próximo à queda d'água do Rio Mundaú, (ii) Engenho Rio Largo, situado no sítio acima do Cachoeira do Regente, e (iii) Engenho Utinga, atual Usina Utinga Leão, localizada a “uma légua abaixo do Cachoeira”.

Aliado à presença do Rio Mundaú, outro aspecto que caracteriza a região onde se localizaram esses engenhos é seu relevo. O território de Rio Largo faz parte da unidade de Tabuleiro Costeiros, com a presença de encostas suaves, que favoreceram a ocupação, e encostas abruptas, onde situava-se a Mata Atlântica de difícil ação antrópica (CPRM, 2005). Essa paisagem passou a fazer parte da rota de distribuição de mercadorias em Alagoas, sobretudo em 1884, com a instalação da linha férrea que interligava áreas produtoras do Vale do Mundaú ao Fundeadouro de Jaraguá, em Maceió (Figura 7) (TENÓRIO, 1979).

Figura 7 - Elementos da paisagem de Rio Largo em dois períodos. Antes de 1883 existiram três engenhos no território rio-larguense às margens do Rio Mundaú. Entre 1884-1887 há a implantação da linha férrea e desmonte de dois engenhos.



Fonte: ALAGOAS (2010). Adaptado pela autora.

Até 1883 Santa Luzia do Norte estava entre as principais rotas de circulação de capital em Alagoas. Com a implantação da linha férrea passando pela vila de Rio Largo houve uma descentralização dessas rotas. Segundo Côrrea (1992), o advento da ferrovia promoveu uma revolução na vida urbana em Alagoas no deslocamento de centros.

Na segunda metade do século XIX parte do investimento industrial alagoano voltou-se ao setor têxtil. Apesar da hegemonia econômica no território alagoano ser a cultura açucareira, desde o século XVIII o algodão era plantado em escala na província. Alagoas e outros estados brasileiros passaram a ter destaque no cultivo do algodão durante a crise nos Estados Unidos, na época, o maior exportador de algodão para a Inglaterra, que teve problemas no abastecimento do mercado europeu durante e após a Guerra da Secessão⁶³, entre os anos de 1861-1865 (LESSA; TENÓRIO, 2013). É neste contexto de fortalecimento da exportação do algodão e investimento industrial que aparece a primeira indústria têxtil em Alagoas: a Cia União Mercantil, em 1857, em Maceió.

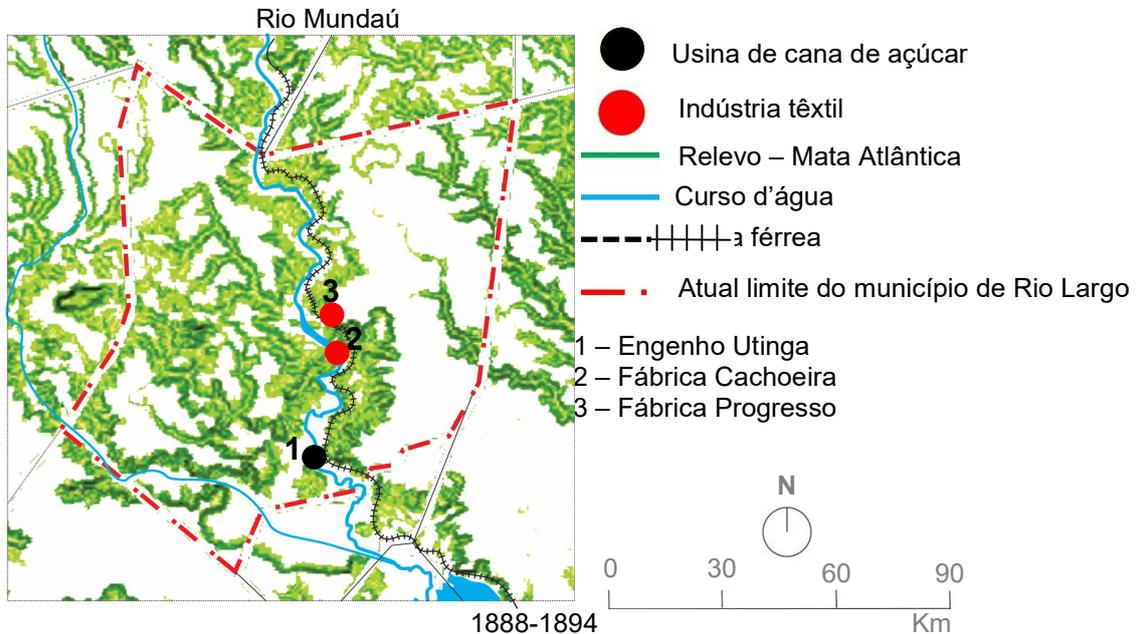
A vila de Rio Largo apresentava dois fatores favoráveis à implantação de indústrias do ramo têxtil, no final do século XIX: a água, para a geração de energia, e a linha férrea, que auxiliaria no abastecimento de matéria-prima e escoamento da produção. Num intervalo de quase trinta anos após a implantação da Cia União Mercantil, houve a inauguração da segunda indústria têxtil alagoana, a **Fábrica Cachoeira**, em 1888, localizada na área pertencente ao antigo Engenho Cachoeira Regente (FERREIRA; LINS, 1997). Trata-se da zona de cota de nível mais baixa da antiga vila de Rio Largo. A fábrica situou-se às margens do Rio Mundaú, em sua parte mais acachoeirada.

Cinco anos mais tarde, em 1892, a **Fábrica Progresso** apareceria na região mais alta da antiga vila de Rio Largo, onde se localizara o antigo Engenho Rio Largo. A união da Fábrica Cachoeira e da Fábrica Progresso formaria em 1924 a **Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT)** (FERREIRA; LINS, 1997). Destaca-se que as fábricas de Rio Largo foram as primeiras indústrias do ramo têxtil a se implantarem no interior do estado de Alagoas, e as únicas fora dos limites da

⁶³ Foi uma guerra civil norte-americana que teve como motivação a abolição da escravatura. Iniciou-se no ano de 1861 e finalizou em 1865 (PAZINATTO et al, 2012).

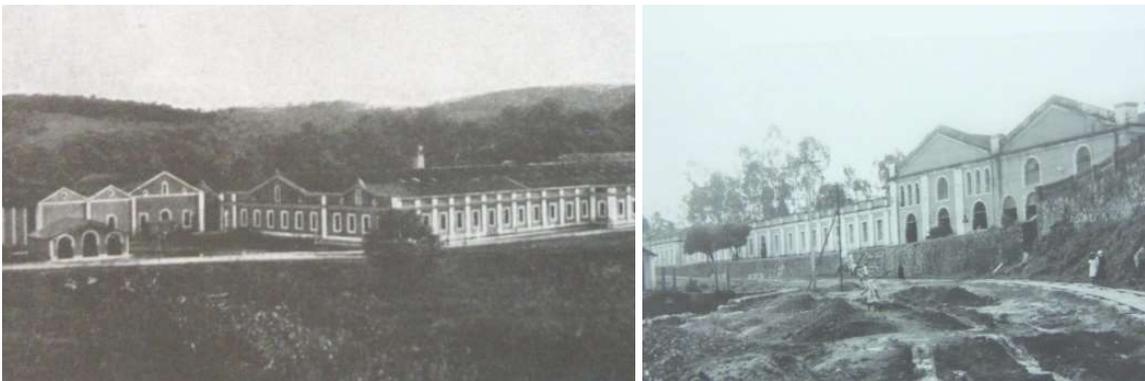
cidade de Maceió a se beneficiarem da linha férrea ainda no século XIX (Figuras 8, 9 e 10).

Figura 8 - Elementos da paisagem de Rio Largo entre 1888-1895. Implantação das indústrias têxteis.



Fonte: ALAGOAS (2010). Adaptado pela autora.

Figuras 9 e 10 - Fábrica Cachoeira e Fábrica Progresso, respectivamente.



Fontes: Marroquim, *op. cit.* (1922, p.192); Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.35).

A instalação das indústrias possibilitou à vila de Rio Largo uma vida urbana que condicionou sua elevação à categoria de cidade, em 1915 (CASTRO, 2015). Diante desse contexto, mesmo reconhecendo a existência de engenhos na região que foram anteriores às indústrias, a estas últimas atribui-se um **valor de origem**⁶⁴ à Rio Largo enquanto urbe⁶⁵.

⁶⁴ A atribuição de um valor de origem à CAFT se deu pelo reconhecimento de que a indústria foi responsável por estabelecer uma nova configuração ao lugar, por meio de um modelo urbano que

3.1.1 Valores patrimoniais do período do progresso industrial têxtil

Se no ambiente rural o sino da igreja marca o tempo do lugar, nos novos aglomerados urbanos de Alagoas, do final do século XIX, será o apito fabril quem ditará o tempo (LINDOSO, 2015). Essa analogia poderia ser realizada entre as torres das igrejas, enquanto marcos referenciais, substituídas pelas chaminés das fábricas nesses novos núcleos urbanos. Assim como outro tempo, a paisagem desses novos aglomerados urbanos terá especificidades.

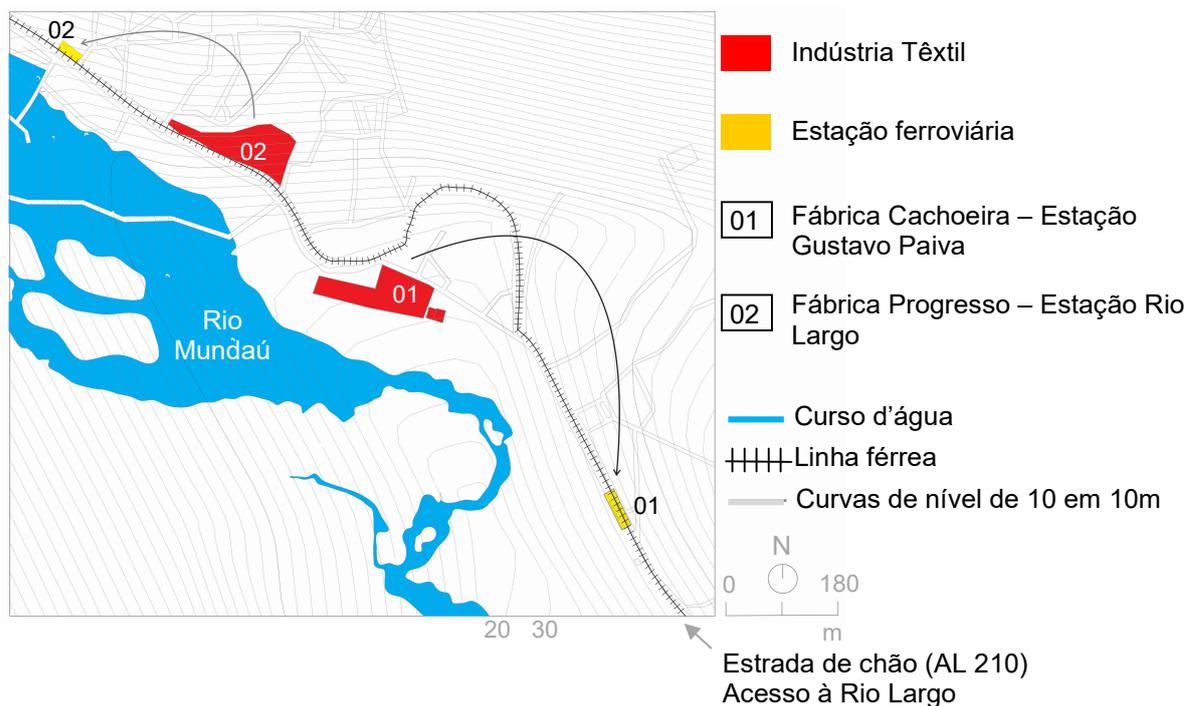
O sítio onde a CAFT se instalou possuía dois condicionantes ambientais e um estruturante, respectivamente: Rio Mundaú (em sua área acachoeirada), relevo e linha férrea. Conta-se ainda com uma via entre o rio e a ferrovia voltada à circulação de veículos e pedestres, conhecida no período têxtil por “estrada de chão” (atual AL 210) (CASTRO, 2015). A Fábrica Cachoeira situou-se próxima a atual estação ferroviária Gustavo Paiva, enquanto a Fábrica Progresso, à estação ferroviária Rio Largo (Figura 11). Ao descrever a articulação entre a produção das indústrias têxteis da CAFT, Castro (2015) ressalta o sistema cidade e fábrica que foi adotado pela empresa. A esse sistema é possível identificar o **valor econômico**⁶⁶ de cada elemento que compunha a paisagem na região.

persiste na paisagem de Rio Largo ainda na contemporaneidade. Este valor está associado ao desenho do traçado do sítio implantado pela indústria, um atributo que reflete o modo de vida urbano inserido num lugar que possuía, até então, um caráter rural. O desenho definido por esse traçado urbano será aprofundado ainda neste capítulo.

⁶⁵ Apesar da mão de obra operária ser proveniente do ambiente rural, as fábricas têxteis criou uma organização social urbana que não existia no ambiente camponês, com os engenhos (LINDOSO, 2015).

⁶⁶ Este valor é atribuído aos elementos que de maneira direta ou indireta fizeram parte do processo de produção fabril, dentro do sistema de cidade e fábrica. O movimento dos teares só seria possível por meio da geração de energia pelas áreas acachoeiradas do Rio Mundaú, as encostas ocupadas pela mata atlântica também auxiliavam na geração de energia com o fornecimento de lenha, o abastecimento de matéria-prima e o escoamento da produção foram facilitados pela presença da linha férrea. Ou seja, a indústria concedeu uma conotação capitalista aos condicionantes ambientais e estruturais do sítio.

Figura 11 - Relação das indústrias têxteis com as estações ferroviárias.



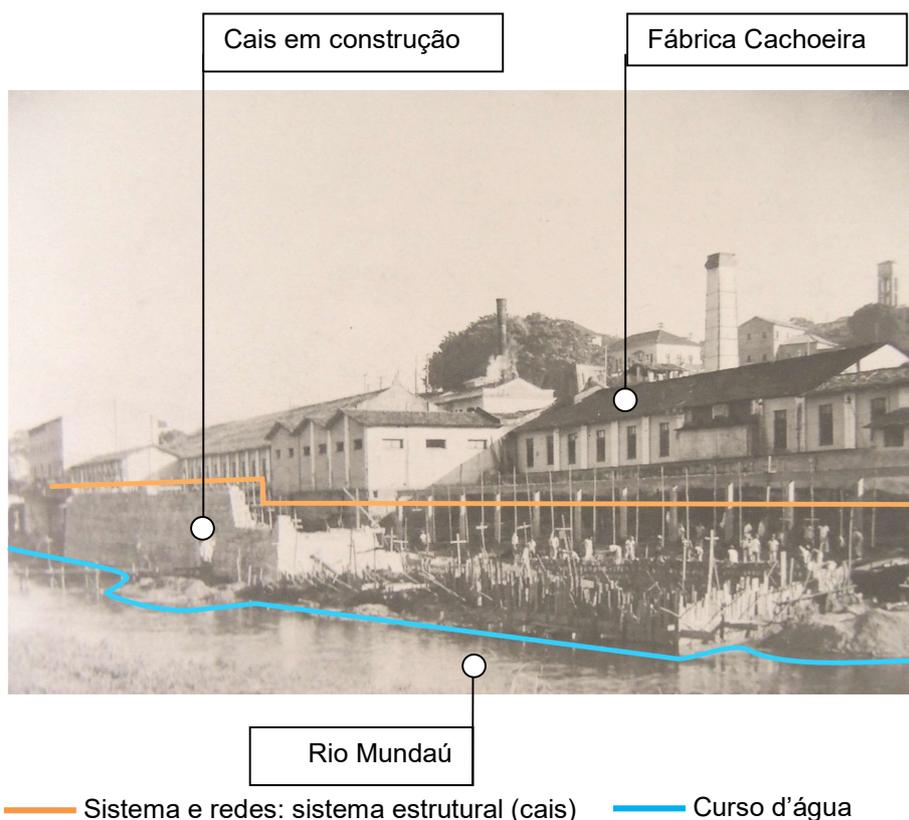
Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Paiva Filho (2013) demonstra que as primeiras construções da CAFT estavam relacionadas ao armazenamento de matéria-prima, de combustíveis (carvão e lenha) e à moradia dos operários. Entre as estruturas que foram construídas no final do século XIX e início do século XX, destaca-se o cais que protege as instalações da Fábrica Cachoeira de enchentes do Rio Mundaú (Figura 12). É deste período a construção de um novo sistema de coleta de água para o abastecimento da Fábrica Progresso. Floriano Queiroz de Albuquerque⁶⁷ descreveu para Paiva Filho (2013) esse sistema como um canal, de pedra e tijolo batido, que cruzava suspenso sobre parte da área industrial com uma inclinação que proporcionava um fluxo de água com velocidade suficiente para movimentar as turbinas da fábrica. Esse sistema faz parte dos elementos de **valor tecnológico**⁶⁸ da CAFT⁶⁹.

⁶⁷ Paiva Filho (2013) se refere a esta personalidade apenas como um rio-larguense, sem indicar se possuía vínculo com a CAFT. Especula-se que, pela riqueza de detalhes em sua descrição, Floriano Queiroz de Albuquerque vivenciou as atividades da antiga indústria em seu período áureo.

⁶⁸ Este valor está relacionado às técnicas utilizadas para adaptar o ambiente de forma a possibilitar ou aprimorar a realização das atividades fabris. Os atributos relacionados a este valor possuem variadas escalas, vão desde os sistemas estruturais descritos, o cais e canal para coleta e distribuição de água, passando pelas estruturas arquitetônicas que possibilitaram a construção de grandes vãos, e aos maquinários industriais propriamente ditos. O valor tecnológico é atribuído a

Figura 12 - Construção do muro de contenção da Fábrica Cachoeira.



Fonte: Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.85).

Quecini (2007, p.52) indica a indústria como um elemento indutor da ordem espacial onde se implanta, pois, “é a partir das exigências da produção que se busca estruturar o núcleo urbano”. Conforme a autora e de acordo com o que foi verificado na composição urbana de Rio Largo, o edifício fabril situa-se na área privilegiada em infraestrutura e ocupa a região mais plana do lugar, isso condicionou ao núcleo urbano ocupar as áreas de relevo acidentado. Essa característica é verificada à medida que é construída a vila operária da empresa.

As moradias que foram construídas para os operários da CAFT somaram-se aos elementos ambientais, estruturantes e de produção industrial (os edifícios fabris). A partir delas, a indústria têxtil adquire sua **dimensão urbana** não apenas como influência, mas como proprietária do espaço. Paiva Filho (2013) indica a existência de oitenta e quatro habitações construídas em tijolos e telhas cerâmicas,

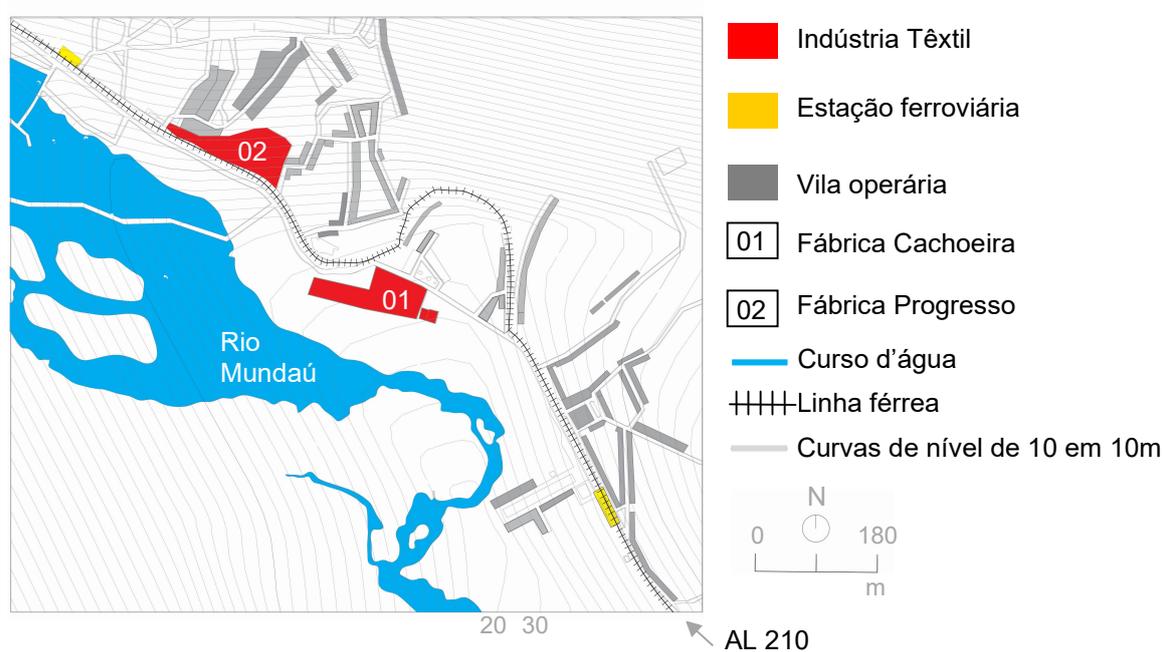
todas as estruturas e elementos que representam a aplicação da técnica decorrente do progresso da ciência.

⁶⁹ Não foram encontrados registros que pudessem ilustrar o sistema descrito.

ainda em 1892. Essas moradias constituíam as primeiras células habitacionais do que formaria a vila operária da CAFT.

Em uma década (1892-1902) a CAFT contava com mais de quatrocentas moradias em sua maioria para operários, no entanto existiam células para técnicos, mestres e contramestres (PAIVA FILHO, 2013; CASTRO, 2015). Em meados da década de 1920 a CAFT possuía quase dois mil operários (MARROQUIM, 1922). O espaço urbano de Rio Largo passou a ser desenhado pela indústria, que foi colonizadora e indutora da urbanização do lugar⁷⁰ (Figura 13).

Figura 13 - Fábricas têxteis da CAFT e vila operária em sua versão final.



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

A paisagem das vilas operárias da CAFT é descrita como pitoresca por Marroquim (1922). Este autor, ao falar de cada fábrica têxtil alagoana, salienta as encostas de Rio Largo que estavam sendo ocupadas pelas moradias dos operários. Assim descreve as vilas operárias da Fábrica Cachoeira e da Fábrica Progresso, respectivamente:

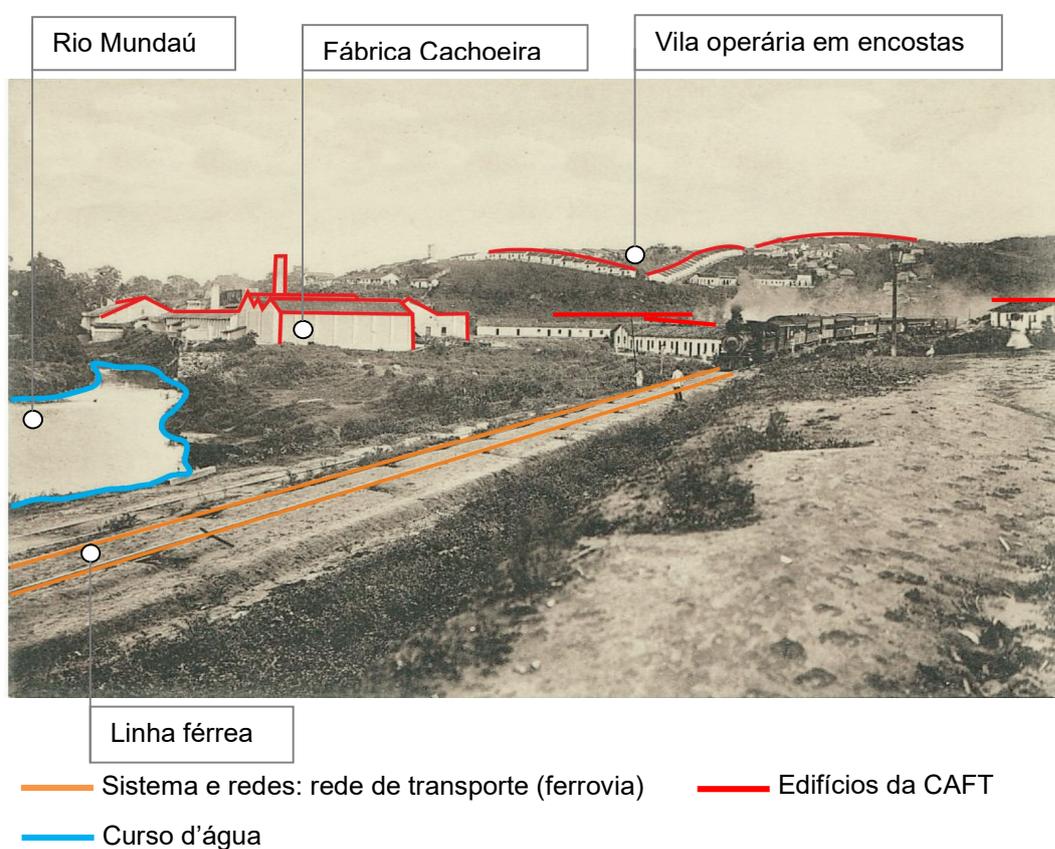
A villa operaria que ocupa parte da encosta da collina de Rio Largo e a baixada onde está presente o edifício da fábrica, é, verdade, muito pitoresca (MARROQUIM, 1922, p.192, grifo nosso).

⁷⁰ Conforme as indicações de Castells (1972) sobre as formas de apropriação de indústrias no (ou pelo) espaço.

[...] sua villa operária é muito pittoresca, nas encostas dos declives do grande taboleiro que se estende até Maceió (MARROQUIM, 1922, p.197, grifo nosso).

No discurso de Marroquim (1922) há uma apreciação estética da paisagem configurada pela vila operária, não das unidades habitacionais isoladas, mas seu conjunto com o ambiente natural. As vilas operárias passaram a compor a paisagem de Rio Largo juntamente com os edifícios industriais. Nas descrições das duas vilas que, até então, eram vistas distintamente, o relevo é um elemento de relevância para a designação do “pitoresco”. Essas moradias passaram a constituir elementos da **paisagem urbano-industrial** da CAFT (Figura 14).

Figura 14 - Paisagem urbano-industrial da CAFT no início do século XX.



Fonte: Arquivo Público de Alagoas (s/d).

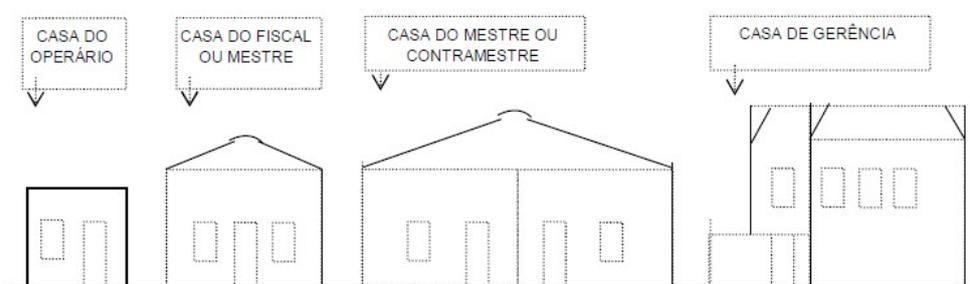
Ressalta-se que na descrição de Marroquim (1922) não há a expressão do valor arquitetônico das moradias que compõem a vila operária, porém de seu **valor de paisagem**⁷¹. Não é conferida uma apreciação estética pela singularidade das

⁷¹ A atribuição deste valor está em consonância com o conceito adotado nesta dissertação do termo paisagem. O valor de paisagem ou valor paisagístico é atribuído ao ambiente natural, cultural, ou misto (natural e cultural simultaneamente), que possua características estéticas e sensoriais

edificações, mas por sua composição com os elementos do espaço. Portanto, a elas podem ser atribuídas um **valor de conjunto**⁷².

Castro (2015) identificou quatro modelos arquitetônicos na vila operária da CAFT, de acordo com o posicionamento do morador na produção fabril (Figura 15). A correspondência da posição hierárquica no trabalho e o modelo da moradia do funcionário demonstra o rebatimento da estrutura fabril no ambiente urbano. É reflexo do estreitamento que existia entre a vida no trabalho e a vida social do operário.

Figura 15 - Esquematisação dos modelos de moradias da CAFT identificadas por Castro.



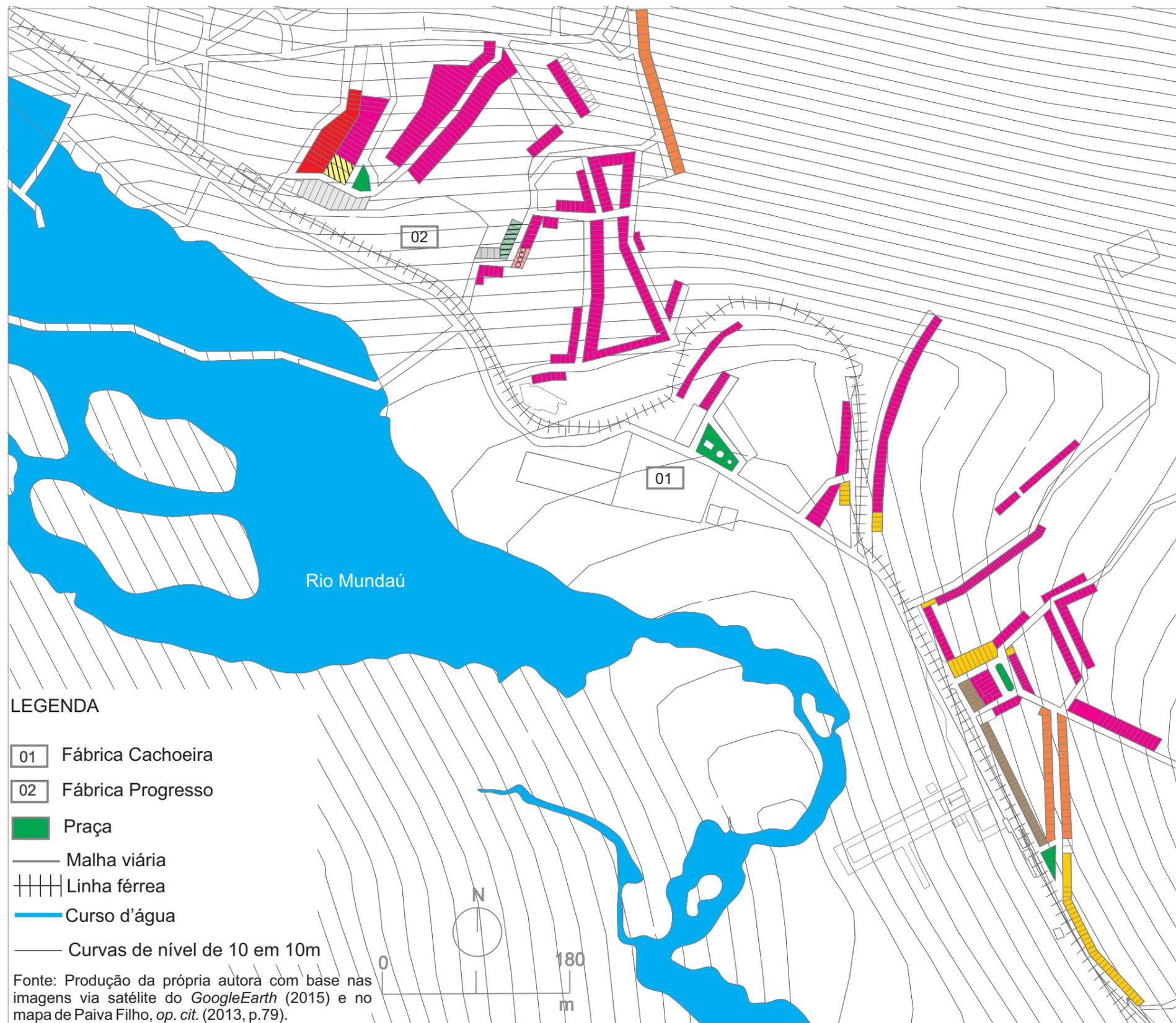
Fonte: Castro, *op. cit.* (2015, p.67).

Os modelos de moradias identificados por Castro (2015) sofriam variações, por exemplo, existiam casas de operário com ou sem platibanda, a depender da sua localização. Há o predomínio de habitações com platibanda às margens da via de acesso principal. Aparentemente, a locação desse modelo edilício se deu pela busca de um embelezamento do sítio industrial.

Castro e Xavier (1997) indicam que as casas destinadas aos mestres e fiscais situavam-se nas principais vias da vila operária, enquanto as casas dos operários localizavam-se em áreas mais afastadas, frequentemente em declives e de acesso restrito. Contudo, há indícios *in loco* que comprovam a existência de casas de operários que margeiam a antiga estrada de chão, assim como há grupo de moradias voltadas a cargos superiores ao de operário distantes da via principal (Prancha 1). Isso demonstra que a vila operária era construída de acordo com o crescimento econômico da indústria, e justifica a ocupação de moradias de cargos importantes em locais distantes à fábrica e à via principal.

reconhecidas pela percepção da pessoa que o visualiza. Conforme indicado, este valor foi atribuído por Marroquim (1922) ao perceber as relações existentes entre o ambiente cultural e o natural.

⁷² Este valor é atribuído pela relação entre os elementos do ambiente construído (cultural) que dão a ele um caráter de grupo, conjunto, coletividade. Pode estar associado ao valor paisagístico e também urbanístico (que será tratado mais a frente).



LEGENDA

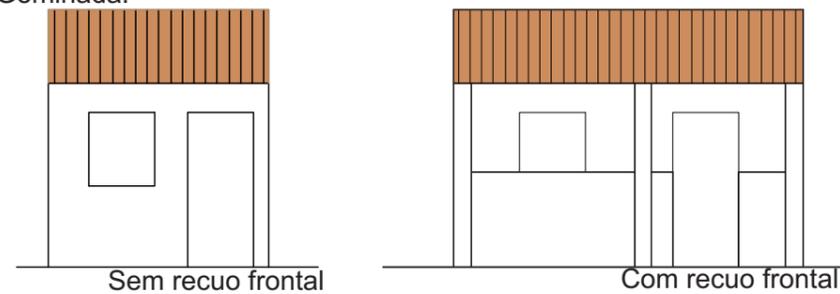
- 01 Fábrica Cachoeira
- 02 Fábrica Progresso
- Praça
- Malha viária
- ++++ Linha férrea
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m

Fonte: Produção da própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Prancha 1 - Modelos de moradias da vila operária da CAFT.

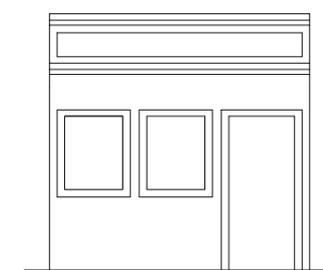
Fonte: Produzido pela própria autora.

Modelos 1 e 2 - Casa térrea de porta e janela, coberta aparente. Geminada.

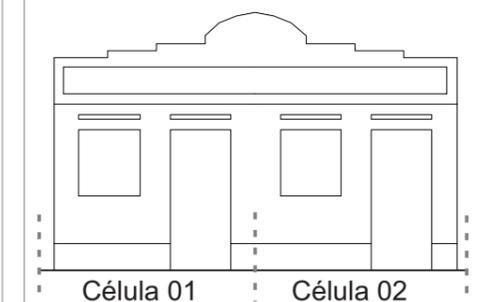


*nos trechos há alternância entre os dois modelos.

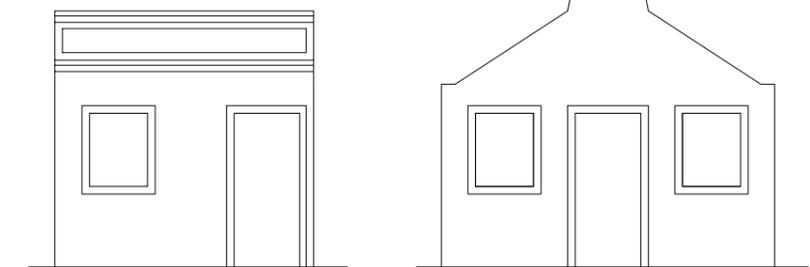
Modelo 3 - Casa térrea com platibanda. Geminada.



Modelo 4 - Casa térrea, com platibanda. Geminada.

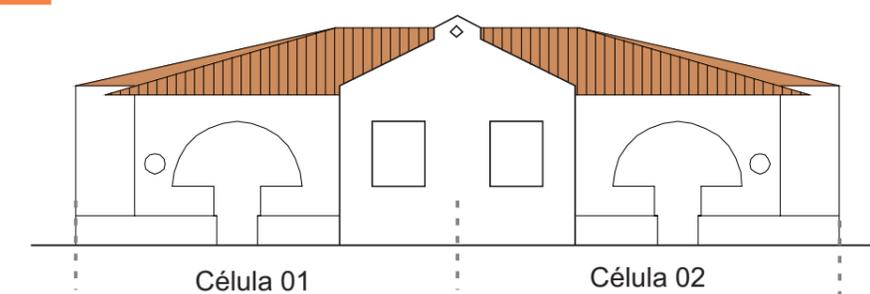


Modelos 5 e 6 - Casas térreas com platibanda reta ou inclinada. Geminada*.

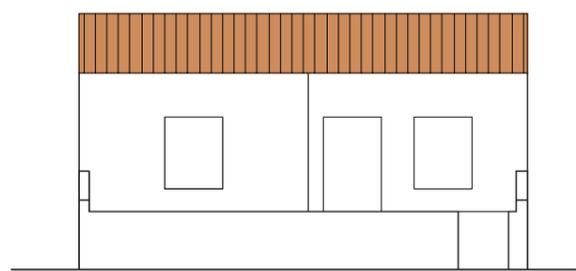


*nos trechos há alternância entre os dois modelos.

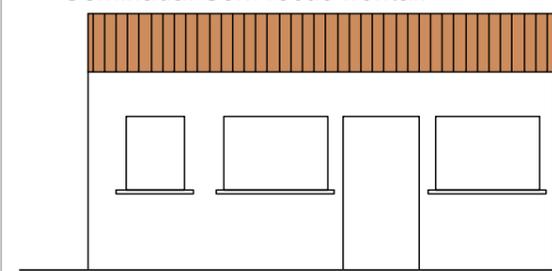
Modelo 7 - Bangalô térreo. Coberta aparente. Recuo lateral



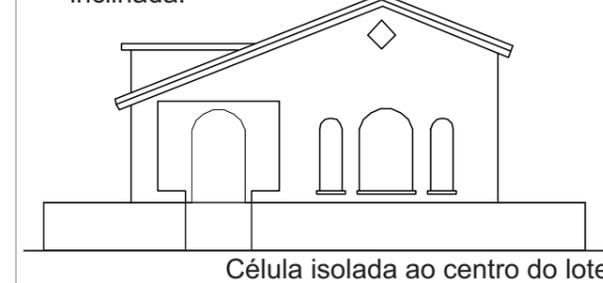
Modelo 8 - Casa térrea com coberta aparente. Geminada. Com recuo frontal.



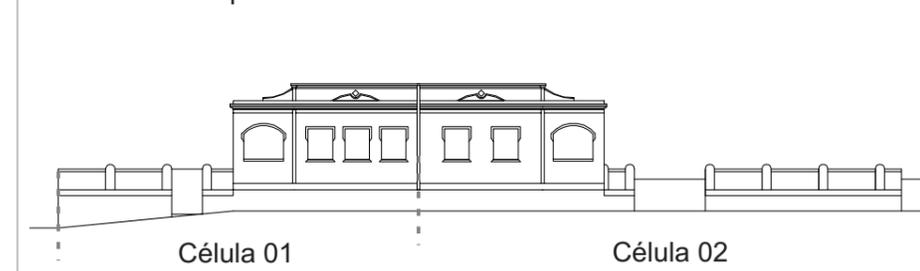
Modelo 9 - Casa térrea com coberta aparente. Geminada. Sem recuo frontal.



Modelo 10 - Chalé térreo. Platibanda inclinada.



Modelo 11 - Casa térrea com platibanda. Geminada. Entrada e jardim lateral. Com porão alto.



Apesar do predomínio de moradias do modelo porta e janela, com cobertura aparente, que a elas pode-se conferir um valor de paisagem e de conjunto, encontra-se um **valor arquitetônico**⁷³ nos demais modelos, geminadas ou com recuos. Algumas moradias possuíam uma linguagem arquitetônica que estava de acordo com os estilos em voga, a depender do período em que foram construídas, predominam os estilos neocolonial e eclético. Em estilo eclético destaca-se o palacete erigido, segundo Paiva Filho (2013), em 1916 por José Antônio Teixeira Basto⁷⁴, na época diretor da CAFT (Figura 16). Esta edificação foi construída num local estratégico com o intuito de vigiar todo o ambiente construído pela indústria (CASTRO, 2015).

Figura 16 - Palacete dos patrões.



Fonte: Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.137).

A partir da consolidação da vila operária, a CAFT passa a se constituir um **sítio industrial**, segundo a definição de Rufinoni (2013). Tanto os edifícios industriais quanto os envoltórios estavam relacionados à atividade fabril, assim como o ambiente natural e cultural (representados pelos elementos estruturantes) eram relevantes para o processo de produção.

A CAFT, assim como as demais fábricas têxteis de Alagoas, proporcionou a formação de uma sociedade urbana que detinha poder de compra. Conforme Tenório e Lessa (2013, p.52), a indústria têxtil elevou o patamar do trabalhador o inserindo ao lado do capital: “[...] a atividade fabril começou a oferecer possibilidades de trabalho, de uma vida menos feudal às camadas mais humildes da população”.

⁷³ Atribuído aos exemplares arquitetônicos que seguiam os estilos que estavam em voga, representando o gosto estético de sua época.

⁷⁴ Um dos acionistas da CAFT e um dos primeiros diretores. Atuou na diretoria ao lado de José Januário de Carvalho e Propício Barreto (MARROQUIM, 1922).

A consequência dessa nova formação social fundada numa cultura mercantil-industrial⁷⁵ foi tornar sua área de influência em regiões atrativas para outras atividades. Com a expansão urbano-industrial da CAFT apareceram pequenos comerciantes nas imediações de sua vila operária, a fim de abastecer os habitantes com suprimentos (PAIVA FILHO, 2013). Logo, manifestam-se outras dinâmicas que não estavam diretamente sob o comando da indústria.

O distanciamento da CAFT a núcleos urbanos consolidados foi um dos motivos para a inserção de atividades externas à produção industrial. Rio Largo se encontra a 28 km do centro de Maceió e a, aproximadamente, 15 km de Santa Luzia do Norte. Mesmo com esse afastamento, a CAFT não se constituiu em um núcleo operário, de acordo com a classificação de Correia (2001), pois não havia um isolamento geográfico, pelo contrário, o ambiente mesmo sob o controle fabril atraiu atividades externas. A dimensão da área ocupada pela CAFT também indica que esta não se caracterizou como núcleo fabril ou núcleo operário.

Se existia a intenção de fazer da CAFT um núcleo operário, por meio do isolamento e do controle fabril na vida cotidiana dos trabalhadores, esse projeto foi iniciado quase trinta anos após a implantação da primeira indústria têxtil no local, a Fábrica Cachoeira. No entanto, como nesse período existia, conforme indicou Paiva Filho (2013), outras atividades de comércio que não estavam sob o controle da indústria, a CAFT não se constituiu um núcleo operário, mas um sistema de fábrica com vila operária e, de acordo com Lessa (2013, p.123), representou tal sistema em “sua forma mais desenvolvida” em toda Alagoas.

A CAFT se consolidou como **vila operária** a partir da inserção de equipamentos urbanos que representavam a política assistencialista adotada principalmente na gestão de Gustavo Paiva, a partir de 1920. Poucos são os estudos acadêmicos sobre a vida e obra desse gestor. Em 2013 foi publicada a obra de Paiva filho (2013), neto de Gustavo Paiva, que descreve as atividades assistencialistas ofertadas aos operários promovidos em sua administração. Foi a partir destas atividades que CAFT intensificou seu caráter urbano. Portanto, ao sítio

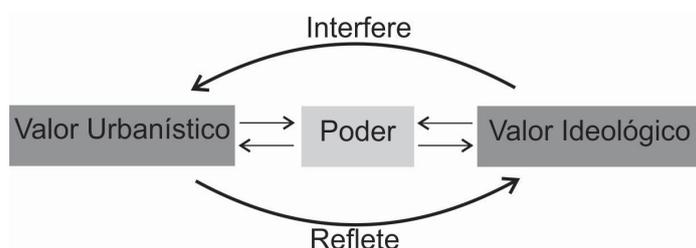
⁷⁵ Termo apresentado por Lindoso (2015). Segundo este autor, o processo de industrialização em Alagoas demonstra a hegemonia do capital mercantil-industrial sobre o capital fundiário (dos antigos engenheiros).

industrial e modelo urbano implantado pela CAFT pode ser atribuído um **valor urbanístico**⁷⁶.

O trabalho de Castro (2015) demonstra que a disposição dos equipamentos construídos pela CAFT possuía uma lógica que expressa as relações de poder que existiam no espaço fabril, o poder disciplinador e de vigilância. A paisagem urbano-industrial da CAFT, assim como das demais fábricas têxteis alagoanas, representa uma ideologia com referências nos socialistas utópicos, como Charles Fourier⁷⁷, e do corporativismo cristão (LESSA; TENÓRIO, 2013).

Castro (2015, p.45) afirma que “[...] os edifícios, a própria arquitetura e toda infraestrutura do meio urbano desenharam um espaço politicamente organizado e socialmente dominado para fins dessa manutenção do poder disciplinar”. Portanto, o ambiente construído pela CAFT assumirá o **valor ideológico**⁷⁸ da indústria, numa relação direta de influência deste valor sobre o valor urbanístico. Assim, a atribuição do valor ideológico é realizada pelo seu reconhecimento enquanto discurso modelador de uma concepção urbanística (Figura 17).

Figura 17 - Relações entre o valor urbanístico e ideológico e o poder disciplinador e de vigilância dos industriais da CAFT.



Fonte: Produzido pela própria autora.

⁷⁶ Expresso no traçado urbano implantado pela CAFT, bem como na forma de apropriação do ambiente natural e na espacialidade da ideologia industrial. Seus atributos tangenciam com aqueles que expressam o valor ideológico do sítio.

⁷⁷ Socialista utópico com ideias difundidas na primeira metade do século XIX, foi idealizador do Falanstério, um modelo de organização comunitária. A proposta de Fourier estava baseada na igualdade e justiça social com o intuito de minimizar a desigualdade humana. Acreditava no desenvolvimento do homem por meio do acesso à arte e à cultura (BARROS, 2011).

⁷⁸ Este valor associa-se às relações de poder presentes no sítio, refletidos no espaço urbano, nos equipamentos e instrumentos de disciplina e controle dos operários pelos patrões. A percepção da dimensão da influência que este valor exerceu e exerce sobre o sítio é relevante para compreender questões contemporâneas, voltadas à conservação patrimonial, que serão trabalhadas nesta dissertação.

Em 1919 a CAFT inaugura a primeira instituição voltada à educação da cidade de Rio Largo, o atual Grupo Escolar Gustavo Paiva (Figura 18). O objetivo em ofertar educação aos operários da Companhia era a formação de uma mão de obra disciplinada de acordo com os interesses da empresa. A CAFT financiava todos os eventos promovidos pelo grupo escolar, além do “material didático, alimentação, vestuário, uniformes de diária e de gala, fantasias especiais para festas, desfiles, missas de outros acontecimentos importantes” (FERREIRA; LINS, 1997, p.487).

Figura 18 - Grupo Escolar Gustavo Paiva.



Fonte: Paiva Filho, op. cit. (2013, p.133).

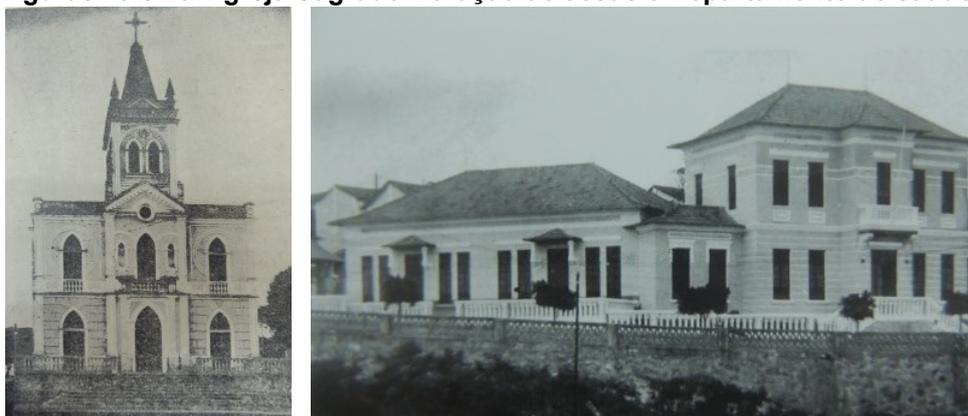
O Grupo Escolar Gustavo Paiva instalou-se em frente à Fábrica Progresso, às margens do Rio Mundaú. Com sua arquitetura austera, era um elemento difusor da ideologia fabril. Ressalta-se a representatividade que tiveram as bandas de música formada pelo Grupo, como a banda feminina de *jazz* considerada a primeira da América do Sul, criada em 1937. O Grupo Escolar também era responsável pela organização de desfiles cívicos, festas natalinas, dos carnavais etc., que constituíam festejos financiados pela fábrica (FERREIRA; LINS, 1997).

Somado à orientação educacional, tem-se a orientação religiosa por meio da inauguração da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em 1924, localizada na parte baixa da cidade, próximo à estação Gustavo Paiva e à Fábrica Cachoeira (Figura 19). Possui referências da arquitetura neogótica. Apesar de ter sua obra finalizada trinta e seis anos após a implantação da primeira fábrica têxtil da CAFT, de acordo com Paiva Filho (2013), o projeto da capela estava pronto desde 1891. Além da igreja, Tenório e Lessa (2013) indicam a menção de edifício escolar para os operários e seus descendentes nos documentos dos primeiros anos das fábricas têxteis de Rio Largo. Ou seja, desde o início da implantação das fábricas e de suas

vilas operárias havia a intenção de construir edifícios dedicados à educação e à prática religiosa.

A educação e formação religiosa, no início da década de 1920, reforça-se o **valor sociocultural**⁷⁹ da CAFT. Ao longo dos anos isso será intensificado com a implantação de outros equipamentos urbanos como o Departamento de Saúde, em 1927 (Figura 20). Essa edificação com predominância do estilo neocolonial situava-se próximo ao palacete dos patrões, na parte alta da cidade de Rio Largo. Segundo Castro (2015), foi edificada para prestar atendimento aos operários, a fim de que não houvesse a necessidade de deslocamento à Maceió, exceto em situação de risco. No mesmo edifício existia além de laboratórios clínicos, uma creche onde as operárias deixavam seus filhos. Assim o sítio industrial ganhava forma.

Figuras 19 e 20 - Igreja Sagrado Coração de Jesus e Departamento de saúde, respectivamente.



Fontes: Edição da saúde (1943); Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.92).

Em 1938 um Cassino⁸⁰ estava sendo construído nas proximidades da Fábrica Progresso, e tinha como função o lazer, cultura e entretenimento dos operários (CASTRO, 2015). Outro equipamento urbano implantado para a difusão da cultura foi o Cine Teatro Guarany, fundado em 1942 (Figura 21). O edifício em estilo *art déco*, era palco de apresentações das bandas de música e outras atividades organizadas pelo Grupo Escolar (FERREIRA; LINS, 1997). Um ano após a fundação do Cine Teatro, foi inaugurado o Restaurante Operário (1943) em estilo neocolonial (Figura 22).

⁷⁹ A atribuição deste valor refere-se ao modo de vida implantado pela indústria. É um valor que, assim como o valor urbanístico, recebe interferências diretas do valor ideológico. Aqui é possível verificar o cruzamento e a associação que podem existir entre valores.

⁸⁰ Segundo depoimentos de ex-operários coletados por Castro e Xavier (1997), apesar de se chamar de Cassino, neste espaço não havia apostas monetárias, era voltado exclusivamente para o lazer. Não foram encontradas imagens do edifício do antigo Cassino que não existe mais.

Figuras 21 e 22 - Cine Teatro Guarany e Restaurante Operário, respectivamente.



Fonte: Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.193;197).

Os equipamentos construídos pela CAFT passaram a fazer parte da vila operária e a constituírem a paisagem urbano-industrial do sítio. No final da década de 1930, precisamente em 1938, é inaugurada a Praça 15 de Outubro (Figura 23). Essa praça representa a comemoração dos cinquenta anos de existência da Fábrica Cachoeira, e ganhou como nome o dia e o mês da implantação do primeiro edifício industrial de Rio Largo (PAIVA FILHO, 2013). Atribui-se um **valor comemorativo**⁸¹ a esse equipamento.

Figura 23 - Praça 15 de Outubro (edifício da administração, à direita, e oficina mecânica, à esquerda).



Fonte: Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.170).

Apesar da distância com outras vilas operárias do estado de Alagoas, havia o intercâmbio entre elas por meio de atividades esportivas. Tenório e Lessa (2013) destacam os campeonatos de futebol entre os times de operários. O time da CAFT

⁸¹ A atribuição deste valor está de acordo com o valor de memória de Riegl (2014). Trata-se do valor intencional também chamado por outros autores de comemorativo, atribuído ao monumento que foi construído para eternizar um evento ou pessoa, neste caso, a Praça 15 de Outubro foi implantada em memória dos anos de implantação da primeira fábrica têxtil de Rio Largo.

treinava nos campos de futebol localizados na parte baixa de Rio Largo, nos fundos da Igreja Sagrado Coração de Jesus. Eles também eram elementos que compunham a paisagem urbano-industrial⁸².

A imprensa alagoana se referia a Rio Largo, na primeira metade do século XX, como um dos polos industriais mais importantes de Alagoas, destacando a figura do Comendador Gustavo Paiva e suas políticas assistencialistas. A disciplina e fixação dos operários eram justificadas pelas ações do Comendador, bem como o desempenho econômico da fábrica. Conforme essa publicação na Revista O Natal (1938):

Rio Largo foi uma cidade que progrediu graças aos esforços do Comendador Gustavo Paiva.
 Ali ha tudo quanto se pode encontrar em uma cidade moderna.
 Para os filhos dos operarios ha escolas bem organizadas
 Ali se faz consciente campanha ao analfabetismo.
 Toda sorte de jogos athleticos ha em Rio Largo. Ha banda de musica bem cuidado.
 Ali ha vida, ha trabalho, instrucção moral e artistica.
 Rio Largo progride pela actuação beneméríta do Comendador Gustavo Paiva.
 A Companhia Progresso, fez uma cidade onde ha tudo alegria para o operário, educação para as crianças, diversão para todos.
 “O Natal” admira esta atividade do Comendador Gustavo Paiva e felicita-o por todo seu trabalho na cidade bonita de Rio Largo.

A formação socioeconômica de Rio Largo demonstra uma dependência em todos os aspectos da vida do operário pela instituição fabril. Desde suas necessidades de saúde, trabalho, moradia e educação, até o próprio lazer. Aos poucos cada um desses equipamentos condicionava a expansão urbana da cidade, atraindo outros serviços, desenhando um espaço urbano que tinha como núcleo fundador uma ideologia industrial do final do século XIX.

A espacialidade sugerida pela CAFT constituía um aspecto linear dos principais equipamentos urbanos implantados. Os dois elementos relevantes para a produção e distribuição industrial, as águas do Rio Mundaú e a linha férrea, são estruturadores e mostram-se direcionadores do desenvolvimento do lugar. Tais

⁸² Em 1948, foi inaugurada mais uma edificação voltada à educação dos operários, o Ginásio Municipal Judith Paiva, nomeado em homenagem à esposa do Comendador Gustavo Paiva. Em estilo neoclássico, foi o único edifício que não seguiu a linearidade dos demais equipamentos urbanos, se localizando fora dos limites do antigo sítio industrial. Ferreira e Lins (1997) ressaltam que, apesar de ser um centro educacional mantido pela CAFT era destinado não apenas aos seus operários, mas a toda comunidade rio-larguense. O que reforça a dimensão urbana da indústria.

elementos configuram e dão forma urbana a Rio Largo representando, sobretudo, um valor urbanístico. Todos os equipamentos urbanos edificados seguem o curso do Rio Mundaú (Figura 24).

Figura 24 - Sítio industrial da CAFT, com os equipamentos edificados pela indústria têxtil em ordem de implantação. *Edifícios sem data de implantação encontrada.



 Indústria Têxtil	01 Fábrica Cachoeira	08 Cassino e piscina
 Equipamento urbano	02 Fábrica Progresso	09 Cine Teatro Guarany
 Estação ferroviária	03 Palacete dos patrões	10 Restaurante Operário
 Vila operária	04 Grupo Escolar Gustavo Paiva	11 Casa da gerência
 Curso d'água	05 Igreja Sagrado Coração de Jesus	12 Ed. Administrativo*
 Linha férrea	06 Departamento saúde	13 Oficina e Almoxarifado*
 Malha viária	07 Praça 15 de Outubro	
 Curvas de nível de 10 em 10m		

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Há a concentração dos equipamentos urbanos na parte alta da cidade, nas proximidades da Fábrica Progresso. Especula-se que as constantes enchentes do Rio Mundaú que atingiam principalmente a parte baixa de Rio Largo, região onde fica a Fábrica Cachoeira, justifiquem essa concentração. Existem outras possibilidades para a escolha da localização: (i) a proximidade com o palacete do patrão, o que garantia maior vigilância das atividades dos operários (CASTRO, 2015); (ii) a questão geomorfológica do sítio, pois estão na área mais plana da cidade; (iii) a funcionalidade por meio de um zoneamento voltado às atividades urbanas; (iv) embelezamento do acesso principal do sítio, pois eram edifícios que representavam os estilos arquitetônicos em voga, diferente da maioria das moradias dos operários que estavam por trás desse percurso linear.

Pouco se tem escrito a respeito dos motivos que levaram à falência das indústrias têxteis alagoanas, especificamente a de Rio Largo. A própria obra “Rio Largo: cidade operária” de Paiva Filho (2013) não apresenta essa questão, demonstrando apenas o período áureo da CAFT até o falecimento do Comendador Gustavo Paiva, em 1943. Conforme Castro (2015) indica, a CAFT passou a ser gerida pelos herdeiros de Paiva, após a sua morte, e os ex-operários entrevistados pela autora dão indícios de que eles possam ter sido responsáveis pela falência. Sem descartar o argumento de uma gestão falha, Lessa (2013) aponta os motivos que desencadearam o encerramento das atividades têxteis em Alagoas e que, conseqüentemente, tiveram reflexo em Rio Largo.

Lessa (2013) indica que a falência se deu pela resistência dos industriais aos problemas que estruturavam o sistema capitalista em território alagoano. Apesar da modernidade trazida pelo setor têxtil, a estrutura socioeconômica aplicada se apresentava dentro dos mesmos paradigmas agrários de conservadorismo político. Um dos motivos que levou a última fábrica de Rio Largo a parar seus teares em 1980, bem como a fragilização de todo o setor no estado de Alagoas, foi o investimento paulista na produção do algodão.

Antes da década de 1930, São Paulo abastecia suas indústrias têxteis por meio da importação da matéria-prima proveniente do Nordeste. Com a reforma agrária administrada pelo governo local, as terras paulistas onde antes era cultivado o café, passaram a abrigar o plantio de algodão de qualidade reconhecida, e em grande escala. Outro fator foi a questão do custo de energia, São Paulo possuía um

desenvolvimento na energia hidrelétrica o que tornava seu fornecimento mais barato (LESSA, 2013).

A legislação trabalhista imposta na Revolução de 1930 também prejudicou os industriais alagoanos na manutenção da exploração do trabalho operário. Frente a essas questões, Lessa (2013) mostra que a continuidade do setor têxtil só era possível com a reestruturação do sistema capitalista, e isso só aconteceria com a desconstrução dos poderes econômicos articulados que sempre estiveram presentes em Alagoas. E isso não aconteceu.

A Fábrica Cachoeira foi a primeira a ser desativada, teve suas atividades encerradas em 1968. A causa desse desmonte, além dos fatores demonstrados anteriormente, é atribuída à enchente de 1949 do Rio Mundaú, responsável por danificar parte de seu maquinário. Com o encerramento das atividades, parte dos operários foi remanejada à Fábrica Progresso, os que estavam próximos da aposentadoria recebeu a casa onde morava como indenização. No entanto, a Fábrica Progresso só conseguiu funcionar até novembro de 1980. Após isso, Rio Largo passou a abrigar um contingente de desempregados que buscou oportunidades na capital do estado, Maceió (CASTRO; XAVIER, 1997).

Segundo as informações coletadas por Castro (2015), parte do maquinário das fábricas têxteis da CAFT foi comercializado às indústrias alagoanas que ainda estavam em funcionamento, como a Cia União Mercantil, em Maceió, e a Fábrica Vera Cruz, em São Miguel dos Campos. Com este desmonte fabril, foram encerradas também as atividades desenvolvidas nos equipamentos urbanos edificados pela CAFT.

3.1.2 Os valores patrimoniais do período de desmonte fabril

Existe no discurso dos autores ao historiar a cidade de Rio Largo no período áureo têxtil um vício em atribuir o progresso ao município. A configuração urbana da falência demonstra que não se tratava de um progresso da cidade, mas de um progresso econômico de uma empresa que, por sua vez, detinha (e ainda detém) a propriedade de parcela significativa do solo urbano de Rio Largo. Confirma-se essa hipótese por meio dos depoimentos dados a pesquisadores que utilizaram o método

da História Oral e o aplicou em ex-operários e descendentes da CAFT, que ainda habitam a cidade de Rio Largo.

Entre os relatos dos entrevistados por Castro (2015), um participante identificado por E06 indica que a cidade era a fábrica. Ou seja, uma vez que o setor industrial têxtil entra em declínio, toda a estrutura urbana montada por ele é afetada, inclusive as pessoas (ex-operários e dependentes) que descrevem esse período como uma fase de desemprego e insegurança com o futuro de Rio Largo.

A dinâmica da cidade mudou com o desmonte da Fábrica Progresso que anunciou o fim da produção industrial têxtil em Rio Largo. O ritmo da cidade passou a ser outro, as ruas que antes eram ocupadas por operários após o som do apito foi progressivamente se esvaziando. Com o encerramento das atividades industriais parte da população foi buscar meio de sustento em Maceió, e Rio Largo passou a se caracterizar como uma cidade dormitório⁸³ (MATOS et al, 2009).

A CAFT demonstra a dinamicidade dos significados que um objeto pode representar, pois os valores de um objeto são alterados de acordo com as pessoas afetadas por ele e pelas circunstâncias que o objeto e as pessoas afetados vivenciam (VIÑAS, 2011; MASON, 2004). Os significados e valores da CAFT foram alterados pelo novo momento histórico marcado pelo desmonte fabril. Se, por um lado representou o progresso industrial da cidade de Rio Largo, por outro, os remanescentes da paisagem urbano-industrial da CAFT passaram a simbolizar a estagnação do lugar.

Na pesquisa de Castro (2015) identifica-se um **valor afetivo**⁸⁴ concedido à CAFT. Os entrevistados narram com saudosismo os elementos e vivências no período têxtil de Rio Largo. Esse valor atribuído aos remanescentes da CAFT liga-se a outros valores do passado, como o valor econômico e sociocultural. Nos relatos é recorrente a menção do desenvolvimento da indústria e seu reflexo na cidade a partir da existência de emprego abundante para a população, assim como as festividades organizadas pela empresa são frequentemente lembradas. Castro

⁸³ O conceito de cidade-dormitório é usado para definir as cidades cujo uma quantidade significativa da população se desloca diariamente para trabalhar em outro município, devido a relação desproporcional entre o crescimento econômico (vinculado à geração de emprego e renda) e o populacional (OJIMA et al, 2010).

⁸⁴ Este valor tem correspondência com os significados individuais atribuídos à antiga CAFT. É concedido a partir da constituição simbólica presente da relação das pessoas com o lugar, de onde nasce o sentimento de pertencimento ao sítio industrial.

(2015) percebeu uma aspiração na retomada das atividades fabris pela CAFT, por parte dos entrevistados.

Existe uma contradição sobre como foi a concessão das moradias que formavam a vila operária da CAFT. Habitada em sua maioria por ex-operários e descendentes, a permanência da ocupação dessas moradias dividem as seguintes opiniões entre os próprios moradores: i) foram uma forma de pagamento indenizatório; ii) todos os ex-operários receberam as casas; iii) somente um ex-operário ganhou; iv) somente ex-funcionários que ocupavam cargos superiores ao de operário ganharam a posse das casas; v) são alugadas pelos moradores mas pertencem à família Paiva etc. (CASTRO, 2015).

Independente de como foi realizada essa concessão, o que merece destaque é a permanência desses habitantes no antigo ambiente fabril, desfrutando dos vestígios materiais deixados pela CAFT, evidenciando seu **valor de uso**⁸⁵. Ex-operários ou não, mesmo quem não vivenciou o período de funcionamento da indústria têxtil assistiu a desocupação de praticamente todas as instalações da CAFT que se encontravam no percurso linear do sítio industrial. Ressalta-se que, quando a Fábrica Progresso encerrou suas atividades, a Fábrica Cachoeira estava há treze anos em desuso. O que demonstra que o desmonte da CAFT não foi abrupto, mas progressivo.

Após trinta anos da falência e processo de desmonte da CAFT outro evento histórico atinge a cidade de Rio Largo e vitimiza a população e parte significativa dos exemplares da industrialização deixados pelo setor têxtil: a Enchente de 2010⁸⁶ decorrente das inundações das bacias Mundaú e Paraíba. Souza (2011) apresenta entre as prováveis causas da enchente que devastou cidades ribeirinhas pernambucanas e alagoanas⁸⁷: (i) o rompimento de barragens em Pernambuco, (ii) a

⁸⁵ É atribuído aos edifícios que mantiveram a sua função utilitária, conforme Riegl (2014) apresenta.

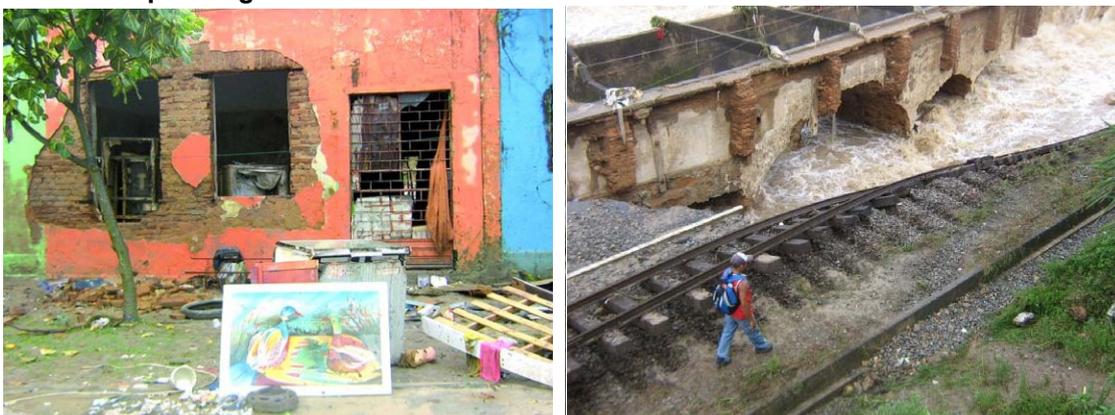
⁸⁶ As inundações ocorreram entre os dias 16 e 20 de junho de 2010 (SOUZA, 2011). Segundo Castro (2015), as enchentes foram recorrentes em Rio Largo em todo o século XIX, contudo o evento de 2010 destruiu parte significativa do patrimônio deixado pela indústria têxtil.

⁸⁷ Essas cidades encontram-se distribuídas da seguinte maneira: “no vale principal do rio Mundaú estão localizadas as cidades de Rio Largo, Murici, Branquinha e União dos Palmares. Nos vales secundários estão localizadas as cidades de Messias, Santana do Mundaú, São José da Lage e Ibateguara. Na laguna formada pelo afogamento de seu estuário, estão as cidades de Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Maceió [todos municípios alagoanos]. Na Serra do Gigante, próximo à fazenda Araçá, município de Caetés, Pernambuco, a nordeste da cidade de Garanhuns fica a nascente do citado rio. Já no vale do rio Paraíba do Meio, localizam-se as cidades de Atalaia, Capela, Cajueiro, Viçosa, Paulo Jacinto e Quebrangulo [em Alagoas]. Nos vales secundários do

ocupação urbana e descaracterização ambiental e (iii) o alto índice pluviométrico nos dias que antecederam o evento. O autor defende que o excesso de chuvas foi a principal variável responsável pelo acontecimento. Das ocorrências na bacia do rio Mundaú, Rio Largo esteve entre as cidades mais afetadas (SOUZA, 2011).

Esse evento repercutiu em todos os meios de comunicação. Ao observar vídeos amadores realizados e disponibilizados em *sites da internet*, verifica-se que quase toda a área da CAFT foi atingida, principalmente a parte baixa onde se situa os remanescentes da Fábrica Cachoeira. Muitas moradias da antiga vila operária tiveram suas estruturas afetadas. Há registros que demonstram que os trilhos saíram do eixo da linha férrea (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 – moradia da antiga vila operária afetada pela enchente; trilhos sendo destruídos pelas águas do Rio Mundaú.



Fonte: Castro e Almeida, *op. cit.* (2010).

Castro e Almeida (2010) publicaram um artigo em jornal semanas após a Enchente de 2010, nele descreveram a destruição ocorrida demonstrando não só o impacto na estrutura física da cidade, mas, sobretudo, na vida das pessoas que assistiram e foram vítimas da tragédia de 2010. A perda súbita da moradia, que, mesmo pertencente a um conjunto fruto da reprodução de um modelo arquitetônico, tinha a identidade do morador em seu interior, em objetos de uso e recordação que foram carregados pelo Rio Mundaú. Os autores destacam a transformação da dinâmica do lugar, a mudança de significados e a emergência de outros valores sobre ele:

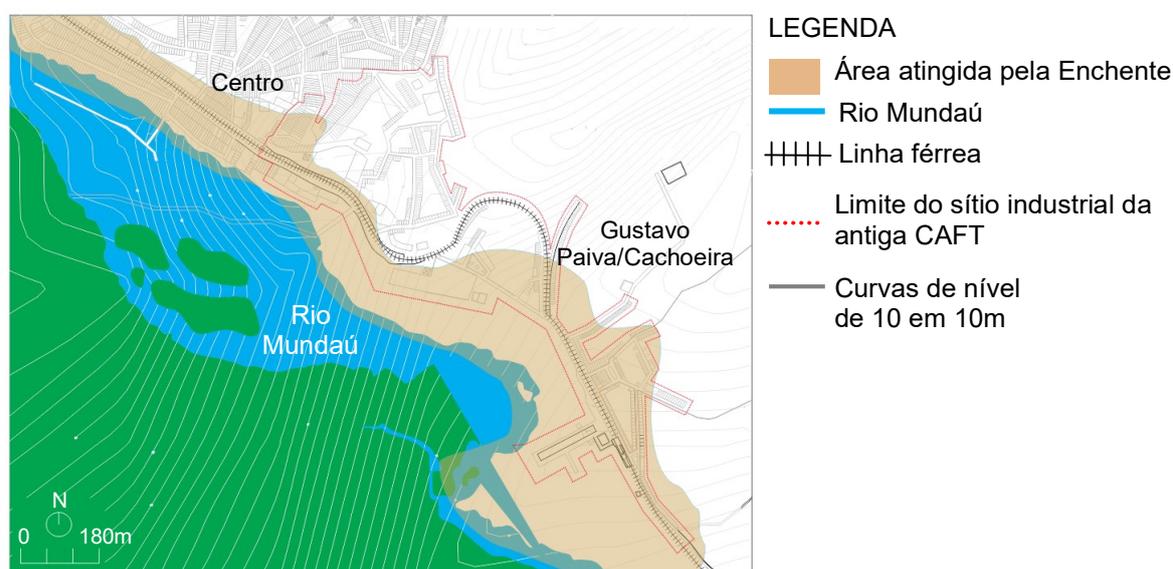
[...] Havia uma movimentação de cidade de interior até a data da enchente. Hoje as casas fechadas ou abandonadas aparentam cidades fantasmas,

referido rio, localizam-se as cidades [alagoanas] de Mar Vermelho, Pindoba e Chã Preta. A nascente do rio localiza-se no extremo oriental da Serra do Gigante, ao norte do município pernambucano de Bom Conselho” (SOUZA, 2011, p.379-380).

onde o tempo passou e Cachoeira foi esquecida, mas, não resta dúvida, de alguma forma terá que renascer. Hoje, além de testemunho de tempos que se foram, no que diz respeito ao têxtil, Cachoeira indica um lugar de tragédia, onde muita gente e muito sonho se afogaram (CASTRO; ALMEIDA, 2010).

O impacto emocional provocado pela Enchente de 2010 é rememorado pelos participantes da pesquisa de Castro (2015) e durante o levantamento de campo para a realização da presente dissertação, muitos transeuntes recordaram o evento⁸⁸. Nessas conversas informais era recorrente a citação do atual bairro Gustavo Paiva, também conhecido por Cachoeira, onde houve maior devastação⁸⁹ (Figura 27).

Figura 27 – Espacialização da área atingida pela Enchente de 2010 em Rio Largo/AL.



Fontes: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015); mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79); Castro e Almeida, *op. cit.* (2010); vídeos amadores que registraram a enchente socializados na *internet*.

A Enchente de 2010 ficou impressa nos vestígios materiais da indústria têxtil de Rio Largo. Parcela das casas que compõem a antiga vila operária transformaram-se em restos de construção, possuem em suas fachadas marcas do nível que o Rio Mundaú atingiu, ou foram condenadas como área de risco pela Defesa Civil e tiveram seus vãos isolados. Este evento se somou à paisagem da falência da CAFT e atribui à área da antiga Fábrica Cachoeira um caráter específico, com espaços desocupados, e com dinâmica divergente daquela do Centro da cidade. A partir

⁸⁸ A pesquisadora foi constantemente abordada pelos transeuntes e moradores que questionavam sobre o destino do levantamento que estava sendo realizado. Muitos perguntavam se o trabalho tinha relação com a entrega das casas “prometidas” para as pessoas que perderam suas moradias na Enchente de 2010.

⁸⁹ Parte baixa da cidade.

desta constatação, novos valores podem ser atribuídos a esse lugar ou outros podem ganhar evidência, como o **valor documental**⁹⁰, pois é uma área que abriga três momentos simbólicos da história de Rio Largo: o progresso e a falência fabril, por meio do desuso e ruínas dos remanescentes, e a enchente de 2010, pelas marcas que esse desastre natural deixou.

3.1.3 Os valores patrimoniais na contemporaneidade

No período têxtil de Rio Largo houve a estruturação de duas usinas de cana de açúcar que permanecem com suas atividades: Usina Utinga Leão, de 1894, e a Usina Santa Clotilde, de 1952. A primeira se desenvolveu a partir de um antigo engenho, de mesmo nome e localização. A segunda localiza-se na fazenda denominada Fazenda Pau Amarelo, e foi implantada no momento em que a cidade de Rio Largo se apresentava com seu núcleo urbano consolidado (SINDAÇÚCAR-AL, online).

A Usina Utinga Leão ou Central Leão no curso de sua história teve expressividade econômica diante das demais usinas alagoanas⁹¹. Em seu ano de fundação, nos limites da então vila de Rio Largo, a Fábrica Cachoeira já operava e a Fábrica Progresso iniciava suas atividades. Lessa (2013) atenta para a existência de uma divisão de poder econômico e político no território de Rio Largo entre a Usina e as fábricas têxteis. Segundo os conceitos adotados por esse autor, por não existir um domínio completo do espaço pelo setor têxtil não se pode falar do sistema fabril com vila operária. Contudo, conforme o conceito adotado nesta dissertação, estabelecido por Correia (2001), é justamente por esse não domínio totalitário do território que o sítio industrial da CAFT se constituirá uma **vila operária** e não um núcleo operário⁹².

⁹⁰ Este valor está intrínseco ao valor histórico. É atribuído a objetos que podem ser tratados como documento, registro e evidência de um evento ou época.

⁹¹ Segundo Lessa (2013, p.123), a Usina Leão era a “maior empresa açucareira do Estado até a ascensão da usina Coruripe”, em 1925.

⁹² Há na literatura sobre a CAFT uma falta de consenso na conceituação de seu sítio industrial. Paiva Filho (2013) a define como **cidade-operária**; Marroquim (1922), como **núcleo operário**; Castro (2015) como **cidade-fábrica**; Lessa (2013) indica que foi o sítio industrial alagoano que mais se aproximou do **sistema fábrica com vila operária**, conceito apresentado por Lopes (1988) e adotado pelo autor. Essa disparidade conceitual reafirma o pensamento de Correia (2001) que indica ser um problema recorrente quando se trata de aglomerados urbanos consolidados por empresas.

Sem diminuir a importância da Usina Utinga Leão para a cidade de Rio Largo, e, apesar da instauração de um sistema ideológico industrial no território rio-larguense, a vila operária da CAFT não construiu barreiras espaciais com a cidade aberta. Atribui-se a origem do núcleo urbano de Rio Largo à CAFT, pois será a partir de sua vila operária que se formarão outras aglomerações urbanas no território. Apesar da relevância econômica e política da Usina Utinga Leão, não será a partir dela que Rio Largo se estruturará como cidade.

A cidade de Rio Largo cresceu para além do percurso linear definido pelo sítio industrial da CAFT. A via que interligava os elementos do sítio e que, segundo Castro (2015), direcionava e facilitava o sistema de produção por meio da relação entre a fábrica e o operário, manteve-se como principal eixo de ligação e acesso ao núcleo urbano da cidade, sendo incorporada por esta como Av. Comendador Luiz Jardim, na parte baixa da cidade, e Av. Getúlio Vargas, na parte alta. Consiste numa rodovia estatal denominada AL-210, pelo estado de Alagoas.

A fluidez com que os remanescentes da CAFT se apresentam no espaço citadino permite uma leitura contínua da cidade. Não há limites físicos perceptíveis entre o território da cidade aberta e o pertencente aos herdeiros da antiga indústria têxtil, que ainda estão sob tutela de parcela dos remanescentes da CAFT. O antigo sítio industrial não está apenas inserido no contexto citadino, ele representa o prolongamento do espaço fabril à cidade e é a partir dele que resultará a continuidade espacial observada em Rio Largo (Prancha 2).

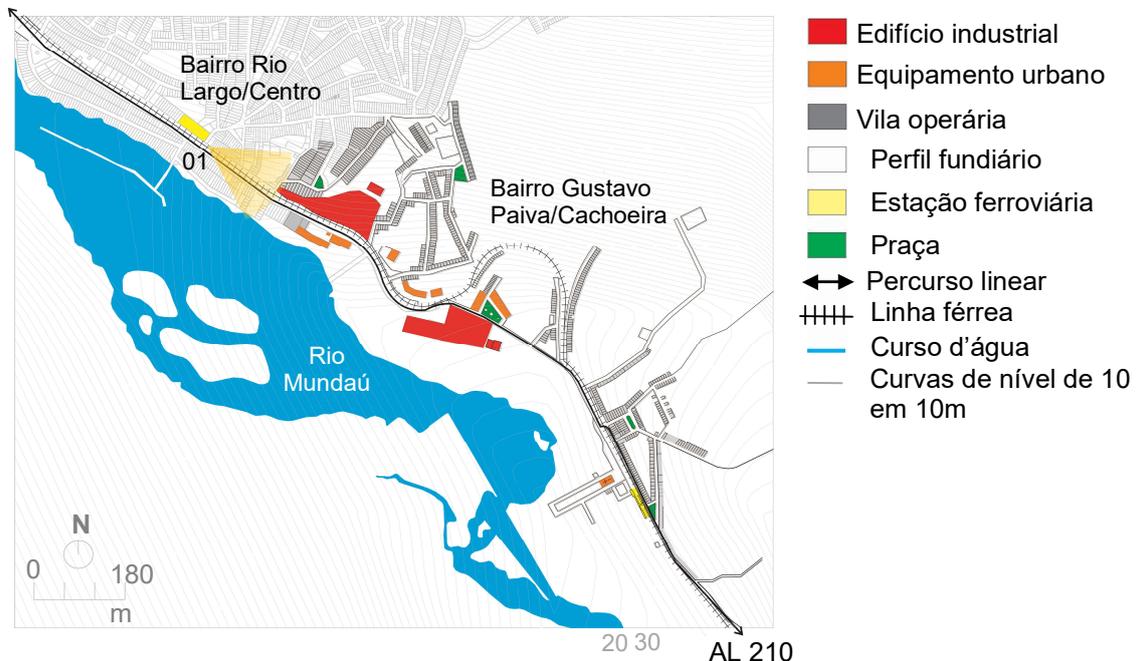
Prancha 2- Especialização da área urbana da cidade de Rio Largo, destaque para o sítio industrial da antiga CAFT.



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

A paisagem urbana de Rio Largo foi condicionada pela indústria têxtil, e isso é evidenciado ao observar que a lógica do percurso linear iniciada pela CAFT foi mantida para a instalação das principais atividades urbanas, na parte alta da cidade. Se no período têxtil esse percurso abrigou os equipamentos urbanos instaurados pela CAFT, será nele que se concentrará a maior parte comercial da cidade, de serviços, a feira livre, bancos e edifícios da administração pública. As demais funções urbanas passaram a ocupar as encostas suaves posteriores a esse percurso, ocupação iniciada pelas vilas operárias da CAFT (Figuras 28 e 29).

Figuras 28 e 29 - Indicação do percurso linear da CAFT e sua extensão no aglomerado urbano de Rio Largo; registro da dinâmica urbana contemporânea no percurso linear (Centro da cidade).



Fontes: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015); mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79); Produzido pela própria autora.

A manutenção dessa forma de apropriação do espaço constitui uma pátina deixada pela CAFT na cidade. O conceito e relação de pátina na cidade⁹³ é apresentado e discutido por Zancheti et al (2008) que demonstra suas duas formas de manifestação: pátina material e pátina imaterial. Constitui uma pátina material o percurso linear e o traçado urbano que a indústria têxtil produziu em Rio Largo e foi reproduzido e continuado pela cidade aberta. Essa pátina é verificada não apenas na escala urbana, mas na herança arquitetônica que foi instaurada pela CAFT e na sua relação com a paisagem local. A permanência dos valores ideológicos e das relações de poder no território do antigo sítio industrial, conforme foi identificado na pesquisa de Castro (2015), é um exemplo de pátina imaterial deixada pela indústria têxtil.

A área da CAFT ocupa dois bairros de Rio Largo: o bairro Gustavo Paiva (ou Cachoeira), parte baixa, e o bairro de Rio Largo (ou Centro), a parte alta. Têm-se a partir dessas duas parcelas de remanescentes industriais características e nível distintos da pátina urbana, como consequência principalmente das ocorrências dos últimos anos.

O bairro Gustavo Paiva, chamado pela população de Cachoeira⁹⁴, é a principal entrada da cidade e, de acordo com Castro (2015), quase 90% de seu território é de propriedade dos herdeiros da antiga CAFT. Esse é um dos fatores que faz com que este bairro não tenha uma ocupação urbana concentrada. Outro aspecto é a sua topografia favorável a inundações, especula-se que isso também tenha restringido a ocupação, pois se localiza na área mais afetada pela enchente de 2010.

De uso predominantemente residencial, o bairro Gustavo Paiva tem como marcos referenciais a estação ferroviária, de mesmo nome do bairro, a Igreja Sagrado Coração de Jesus e os remanescentes da antiga Fábrica Cachoeira e adjacências. Com poucos elementos para a atração de pessoas, por meio da reduzida variedade de usos e restrições de ocupação, é caracterizado pela baixa vitalidade e, por consequência é referenciado como uma área violenta da cidade.

⁹³ A pátina na cidade está relacionada aos fatores de permanência e transformação. Constitui as marcas deixadas pelo tempo ou por ações antrópicas, no campo material ou imaterial do ambiente urbano. Pode se manifestar em duas escalas: na cidade (escala urbana) ou no lugar (edifícios, ruas, quadras e bairros) (ZANCHETI et al, 2008).

⁹⁴ A população local faz referência à antiga Fábrica Cachoeira que se instalou no atual bairro Gustavo Paiva.

Além dessas características, atribui-se a esta localidade um aspecto rural em alguns trechos em que se vê a prática da avicultura. Esse aspecto é intensificado pelo ambiente natural, com vegetação densa, em que a antiga vila operária está inserida (Figura 30).

Figura 30 - Bairro Gustavo Paiva, destaque para a área ocupada pela antiga vila operária da CAFT.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Este bairro demonstra as mudanças e permanências do passado industrial têxtil. Ao percorrer o território ocupado pelas antigas moradias da CAFT percebem-se fragmentos descaracterizados ou em processo de descaracterização⁹⁵. Essa descaracterização pode ter sido decorrente do arruinamento provocado pelo desuso e pela enchente, ou, ainda, de intervenções contemporâneas sobre os exemplares. Apesar das interferências que parte dessas intervenções (naturais ou antrópicas) puderam causar, a vila operária ainda mantém seu traçado original, com algumas perdas devido à Enchente de 2010 que foi responsável pela criação de vazios urbanos e novas ruínas⁹⁶ (Pranchas de 3 a 9).

⁹⁵ O julgamento da descaracterização de um objeto é realizado aqui por meio da percepção de intervenções físico-materiais sobre ele que alteraram seu aspecto formal. A descaracterização pode ou não promover interferências em valores do exemplar, sobretudo no valor arquitetônico ou no valor de conjunto. A identificação e julgamento do processo de descaracterização demonstra a relevância da materialidade para a atribuição de valores, sobretudo, aqueles que estão relacionados a características físico-materiais dos bens.

⁹⁶ Adotou-se o conceito de vazio urbano apresentado por Clemente (2012, p.09, grifo nosso) que diz corresponder “[...] ao imóvel fundiário, não qualificado como espaço livre público ou espaço previamente concebido como livre, desprovido de construção e de uso, bem como ao imóvel edificado desprovido de uso”. Para distinguir o vazio urbano provocado pela Enchente de 2010 que promoveu o desaparecimento de parcelas inteiras de lotes e quadras dos vazios que ainda tem remanescentes de edificação, optou-se por denominar este último como novas ruínas.

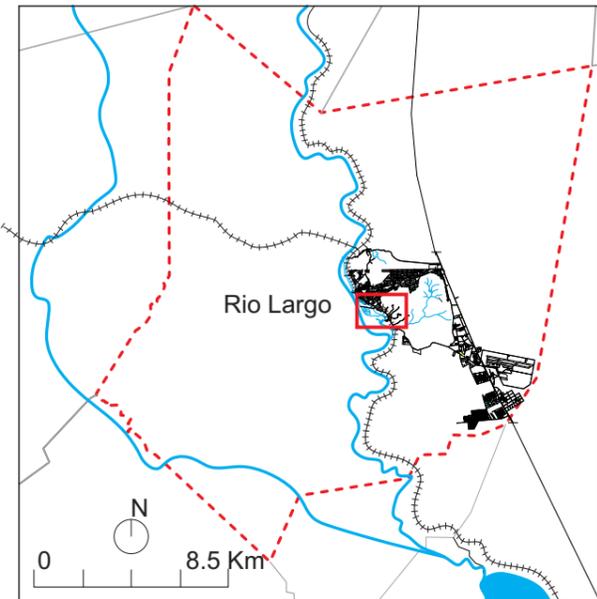
Prancha 3 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: trecho 02 da Av. Comendador Luiz Jardim.

Fonte: Produzido pela própria autora



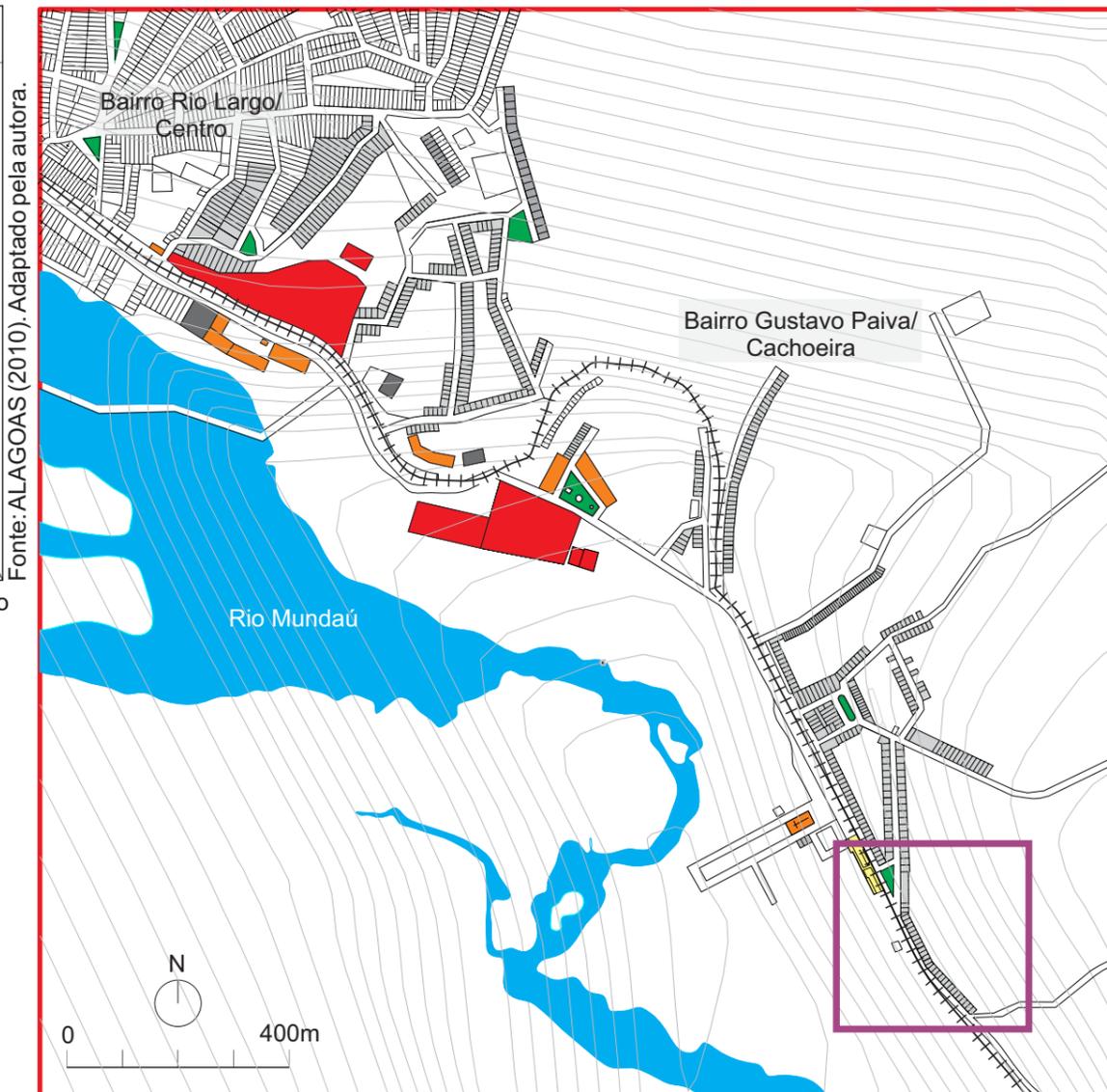
Av. Comendador Luiz Jardim/AL 210

Imóveis em desuso atingidos pela Enchente de 2010 (novas ruínas) - assumiram um valor de antiguidade, documental e afetivo

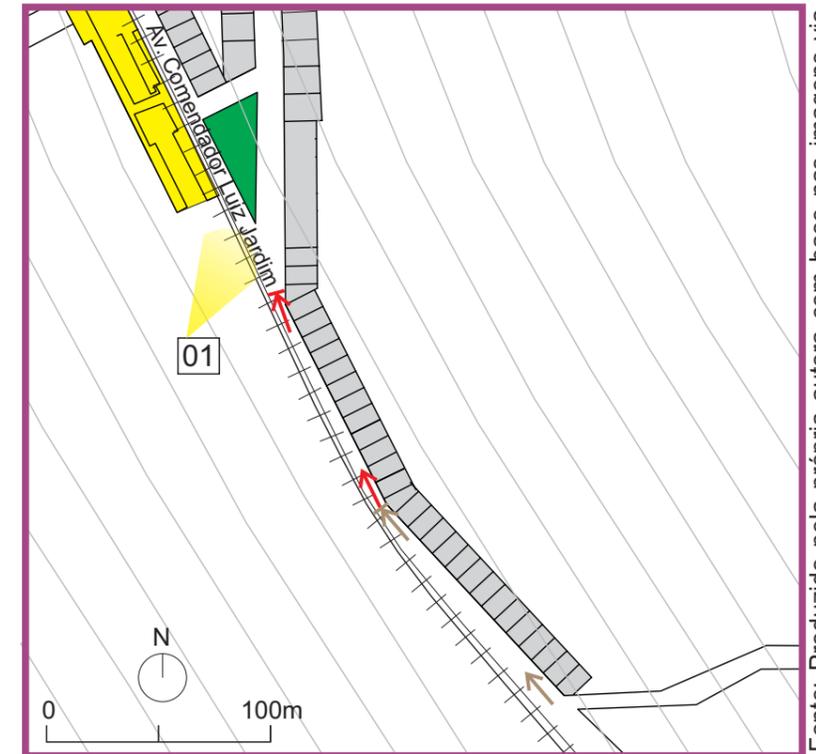


LEGENDA Espacialização de Rio Largo

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Fonte: Produzido pela própria autora

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferências no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas sem interferências no valor de conjunto

Imóveis em desuso atingidos pela Enchente de 2010 (novas ruínas) - assumiram um valor de antiguidade, documental e afetivo

Fonte: Produzido pela própria autora



Av. Comendador Luiz Jardim/AL 210

Prancha 4 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: trecho 01 da Av. Comendador Luiz Jardim.

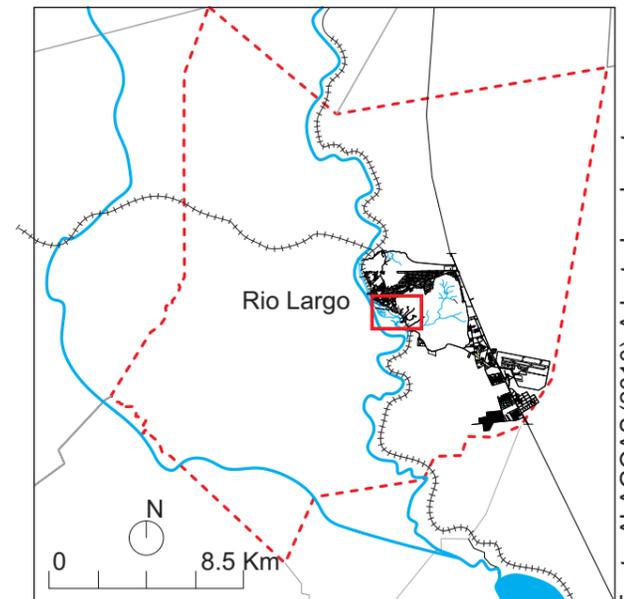
Fonte: Produzido pela própria autora



Imóveis com intervenções contemporâneas com interferências no valor arquitetônico e de conjunto

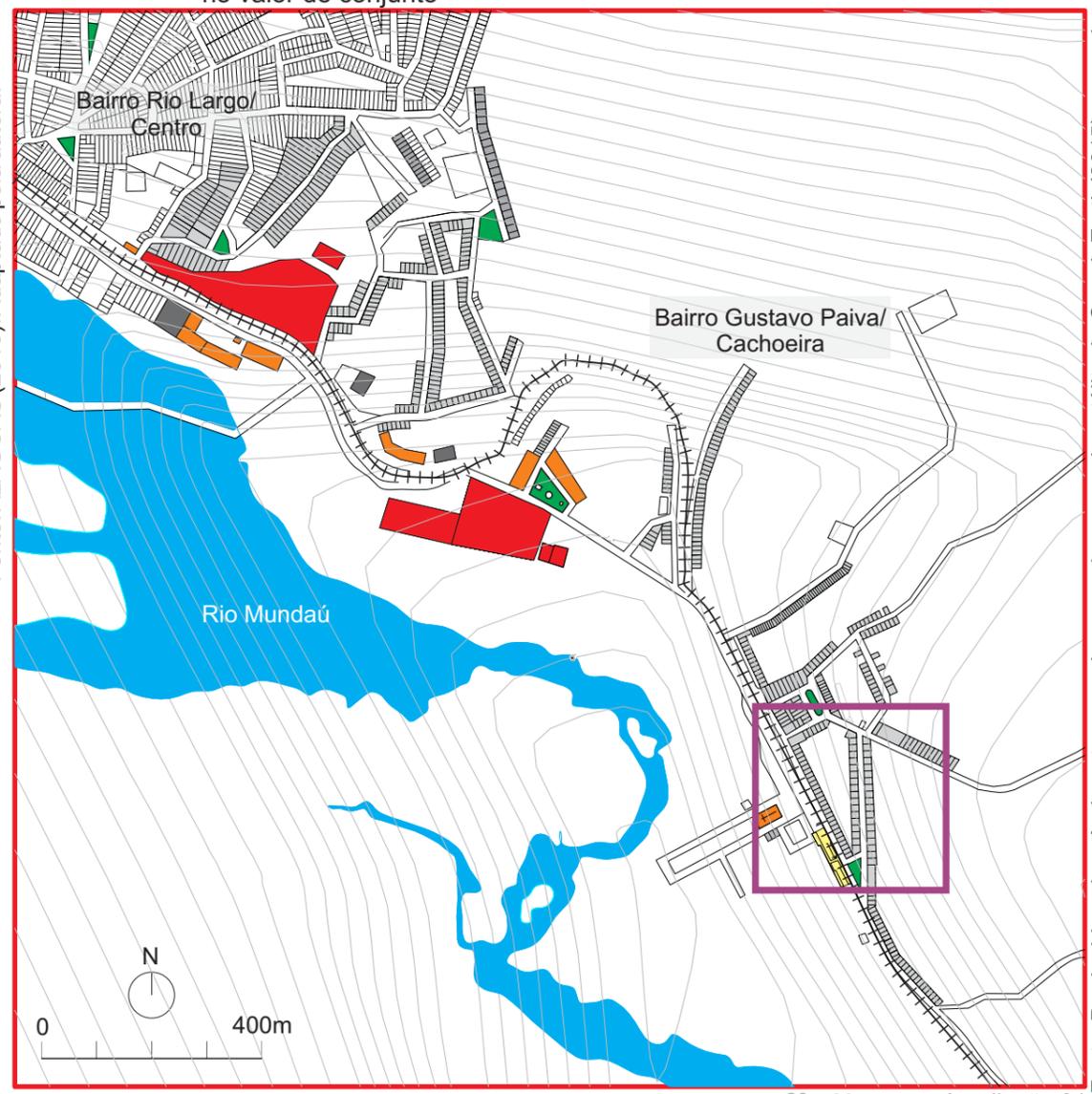
Imóveis com intervenções contemporâneas com interferências no valor arquitetônico e de conjunto

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico, sem interferência no valor de conjunto

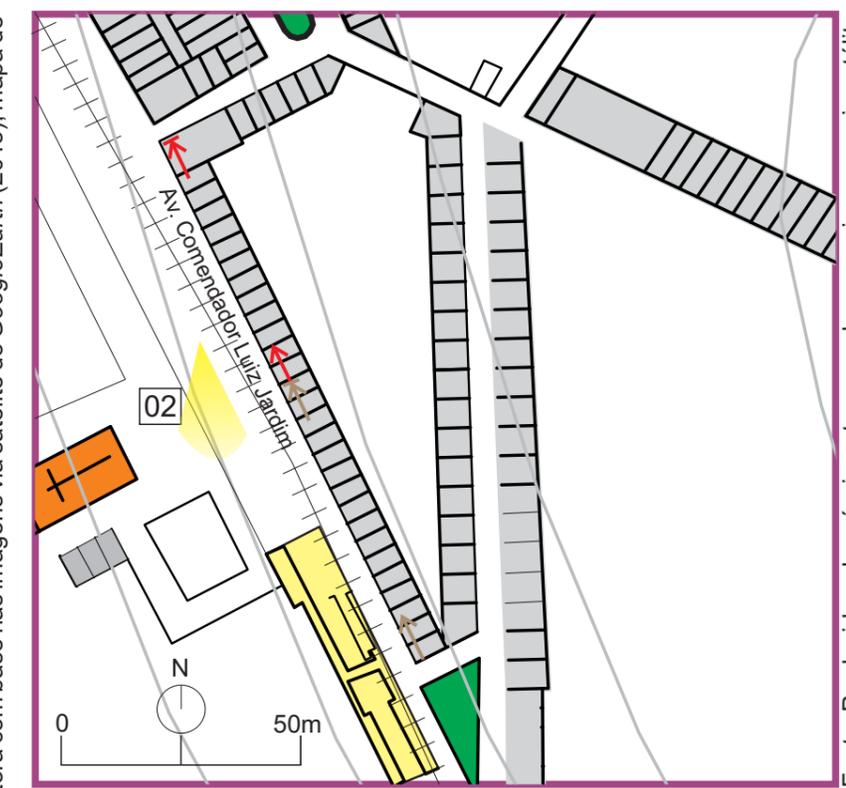


Espacialização de Rio Largo

- LEGENDA**
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - ++++ Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Ampliação 01



Ampliação 02



Igreja Sagrado Coração de Jesus

Estação Ferroviária Gustavo Paiva

Fonte: Produzido pela própria autora

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferências no valor arquitetônico e de conjunto

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora



Av. Comendador Luiz Jardim/AL 210

Prancha 5 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: Rua Antônio Lúcio



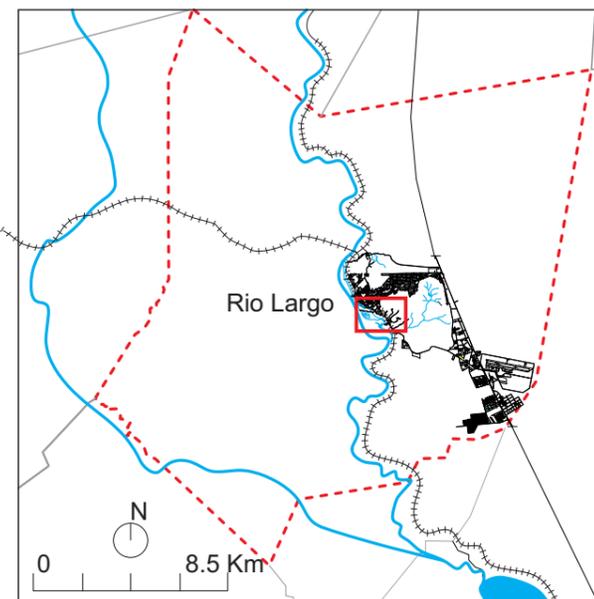
Fonte: Produzido pela própria autora

Rua Antônio Lúcio

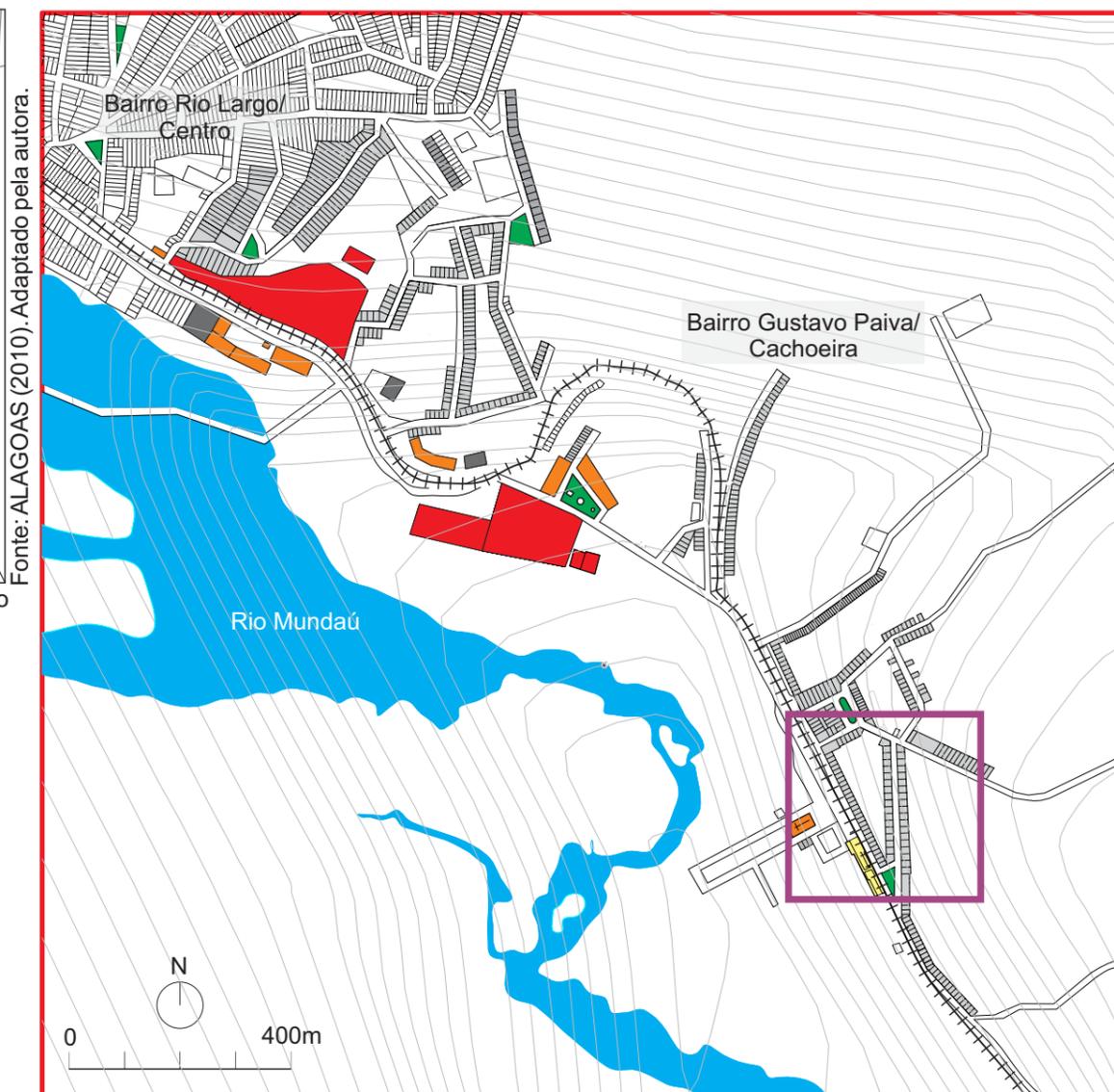
Imóveis com intervenções contemporâneas com interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas com interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóvel vazio - interferência no valor de conjunto

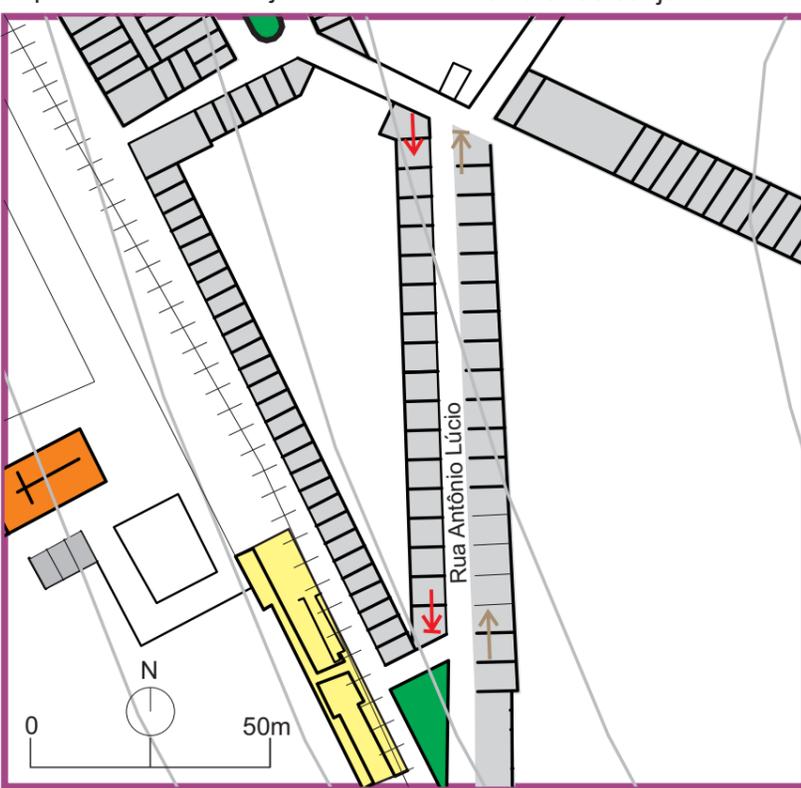


Espacialização de Rio Largo



Fonte: ALAGOAS (2010). Adaptado pela autora.

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Ampliação 02

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- ++++ Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo

Ampliação 01

Imóveis com intervenções contemporâneas com interferência no valor arquitetônico e de conjunto



Fonte: Produzido pela própria autora

Imóvel vazio - interferência no valor de conjunto

Descaracterização arquitetônica - interferência no valor de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Rua Antônio Lúcio

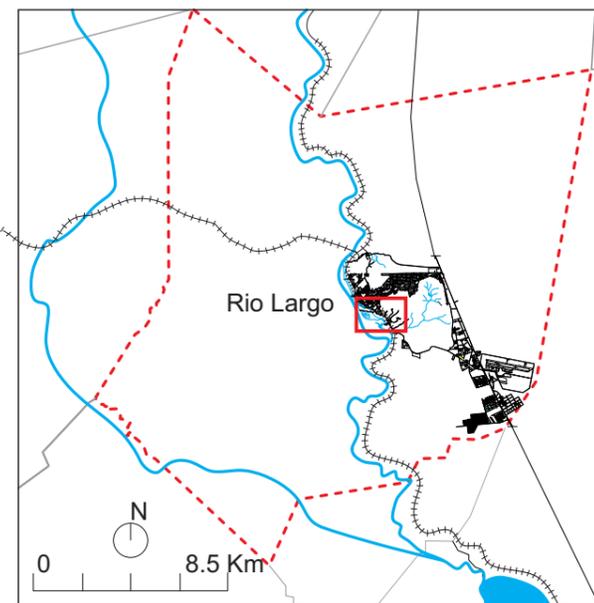
Prancha 6 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: Rua 13 de Maio (trechos 01 e 02)

Fonte: Produzido pela própria autora



Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

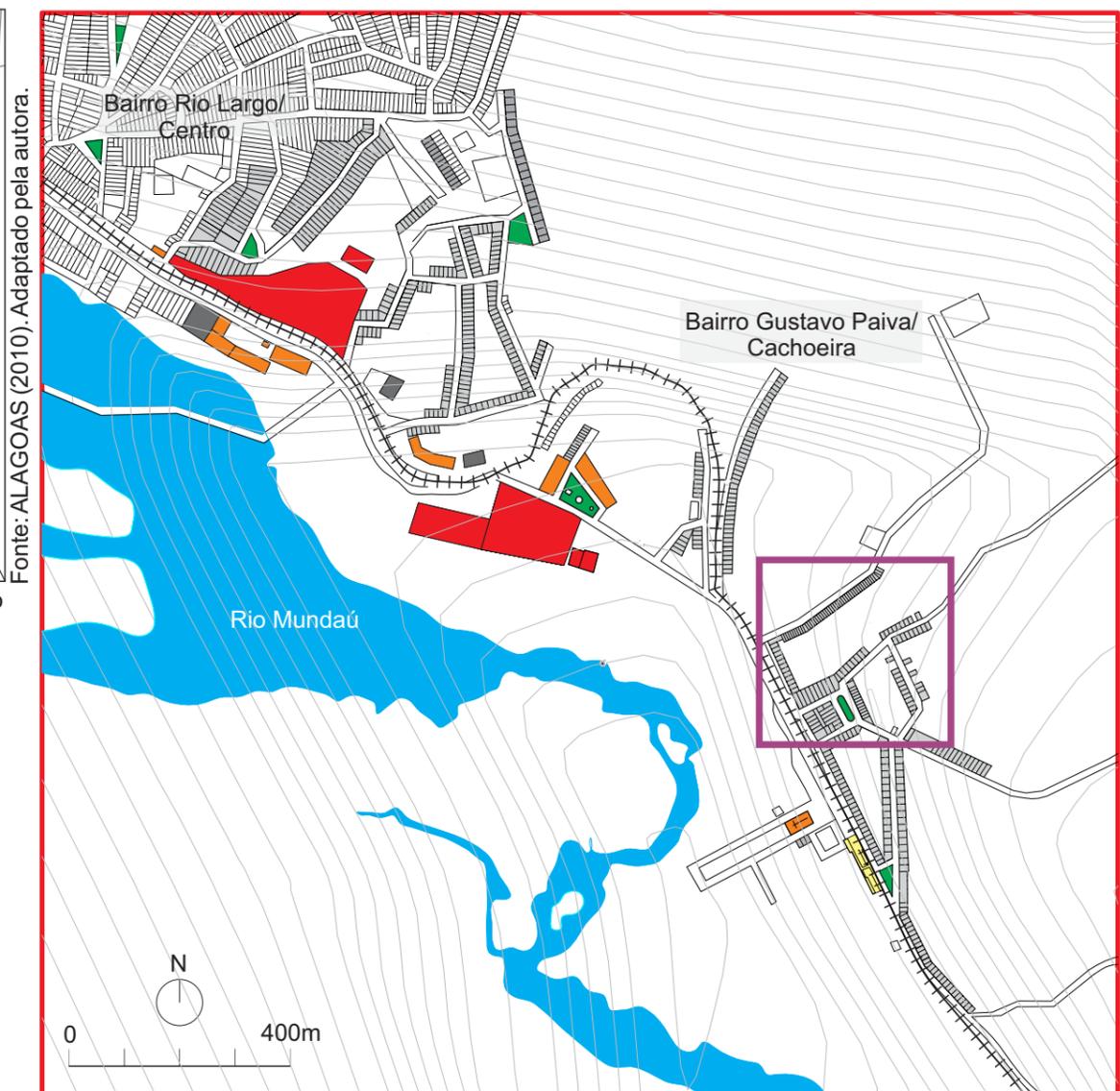
Imóveis em desuso atingidos pela Enchente de 2010 (novas ruínas) - assumiram um valor de antiguidade, documental e afetivo



Espacialização de Rio Largo

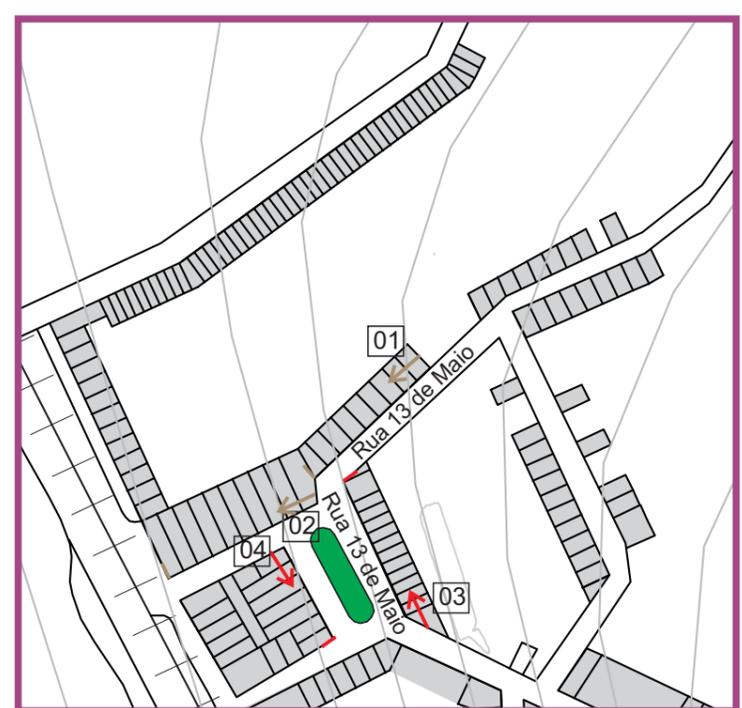
LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



Ampliação 01

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Ampliação 02

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora



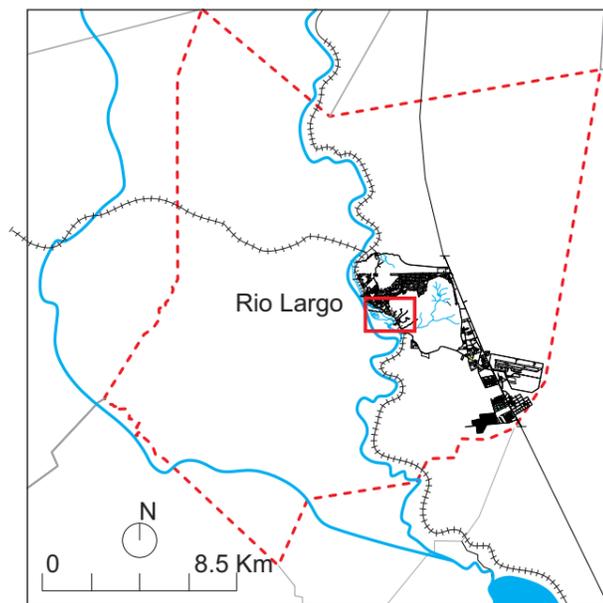
04

03



Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

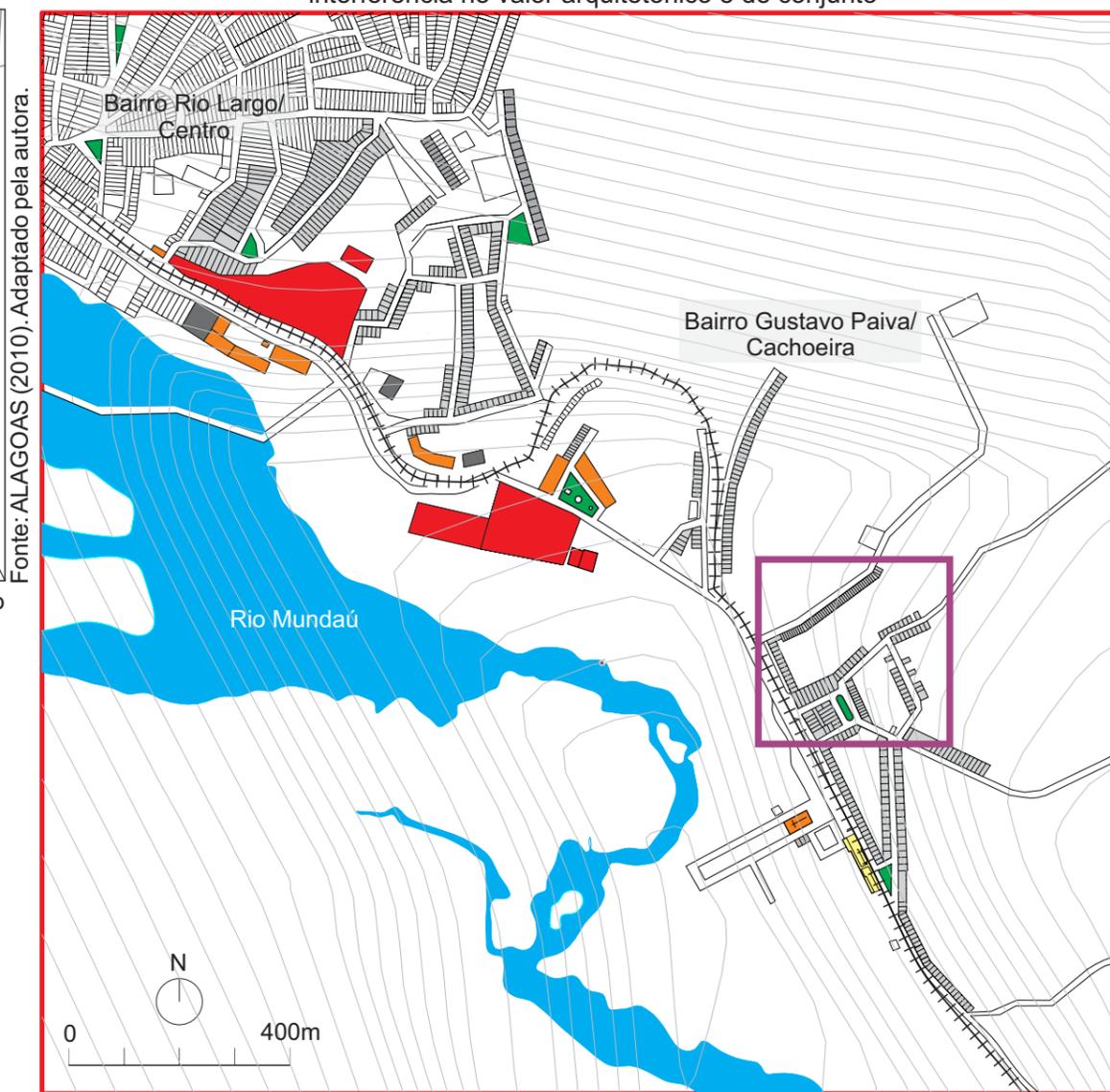
Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto



Espacialização de Rio Largo

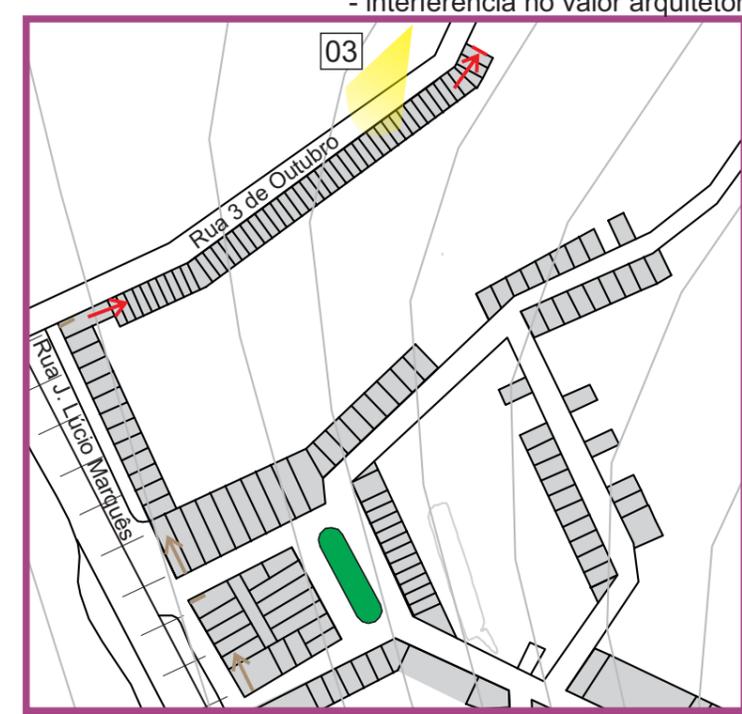
LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



Imóvel vazio - interferência no valor de conjunto

Imóveis em desuso (novas ruínas) - assumiram um valor documental e afetivo



Ampliação 02



Fonte: Produzido pela própria autora

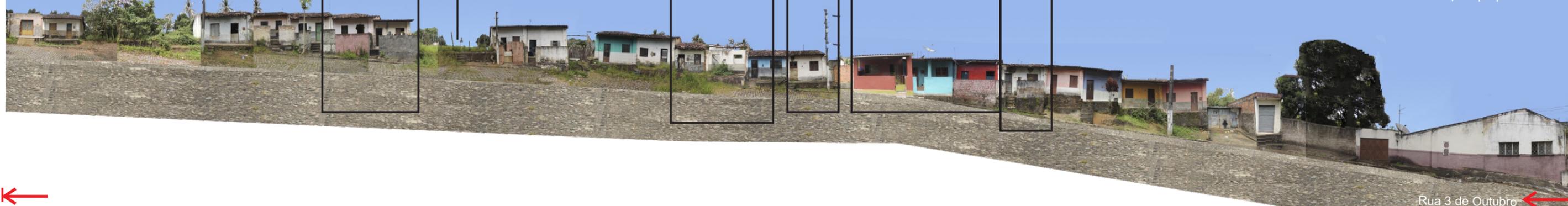
Imóveis em desuso (novas ruínas) - assumiram um valor documental e afetivo



Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóvel em desuso (nova ruína) - assumiu um valor documental e afetivo

Fonte: Produzido pela própria autora



Rua 3 de Outubro

Prancha 8 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: trecho da Rua 13 de Maio, Rua Belo Jardim e Rua José Pedrosa

Fonte: Produzido pela própria autora

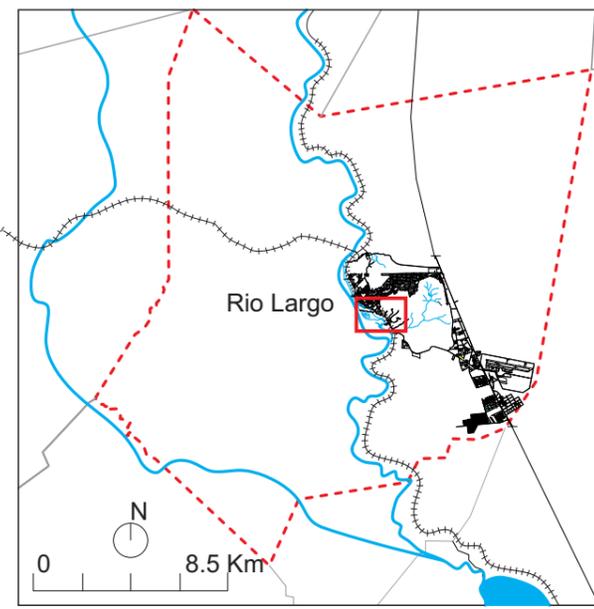


Imóveis em desuso (novas ruínas)
- assumiram um valor documental e afetivo

Imóveis em desuso (novas ruínas)
- assumiram um valor documental e afetivo

Imóveis em desuso (novas ruínas)
- assumiram um valor documental e afetivo

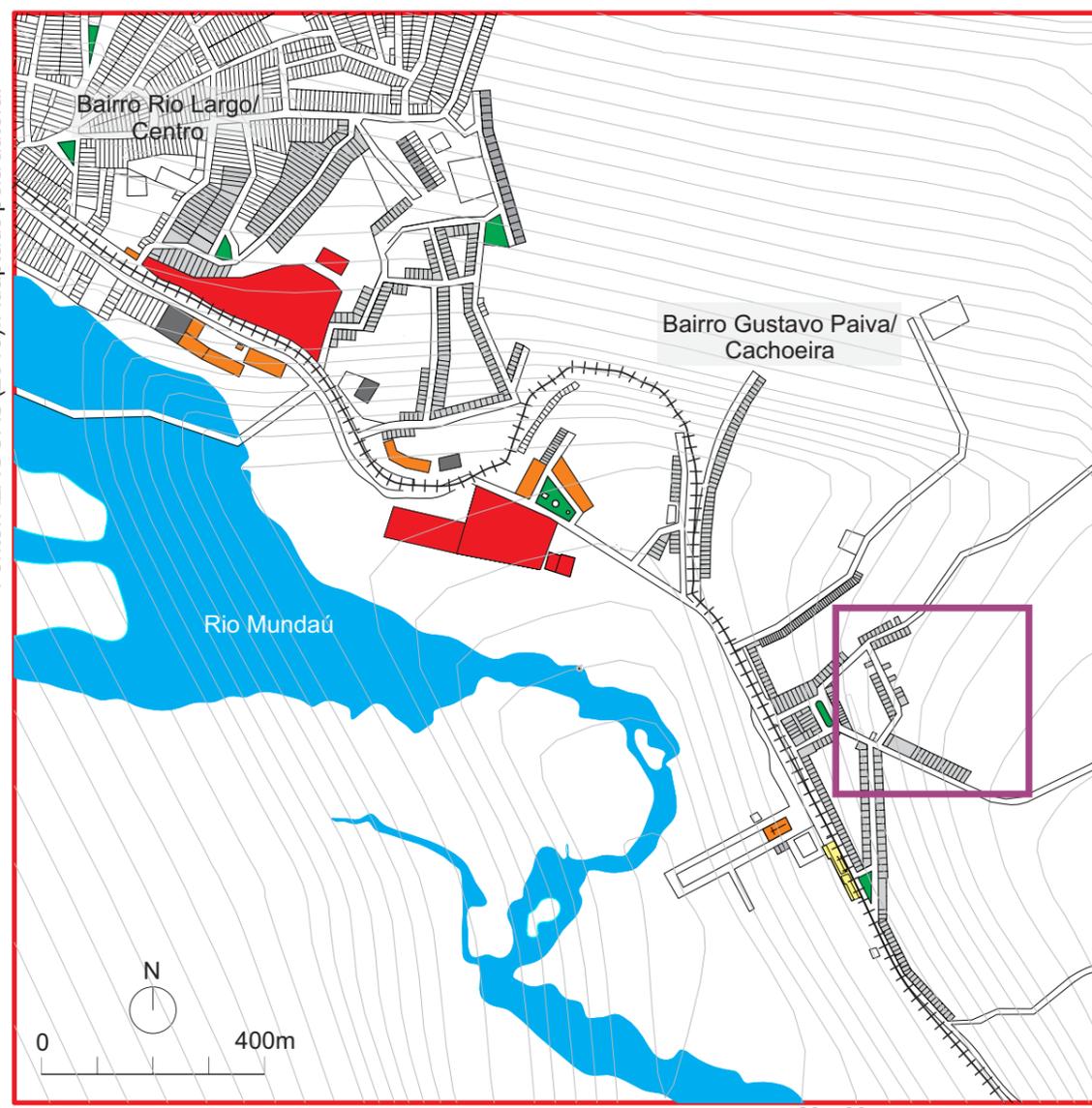
Imóvel vazio - interferência
no valor de conjunto



Espacialização de Rio Largo

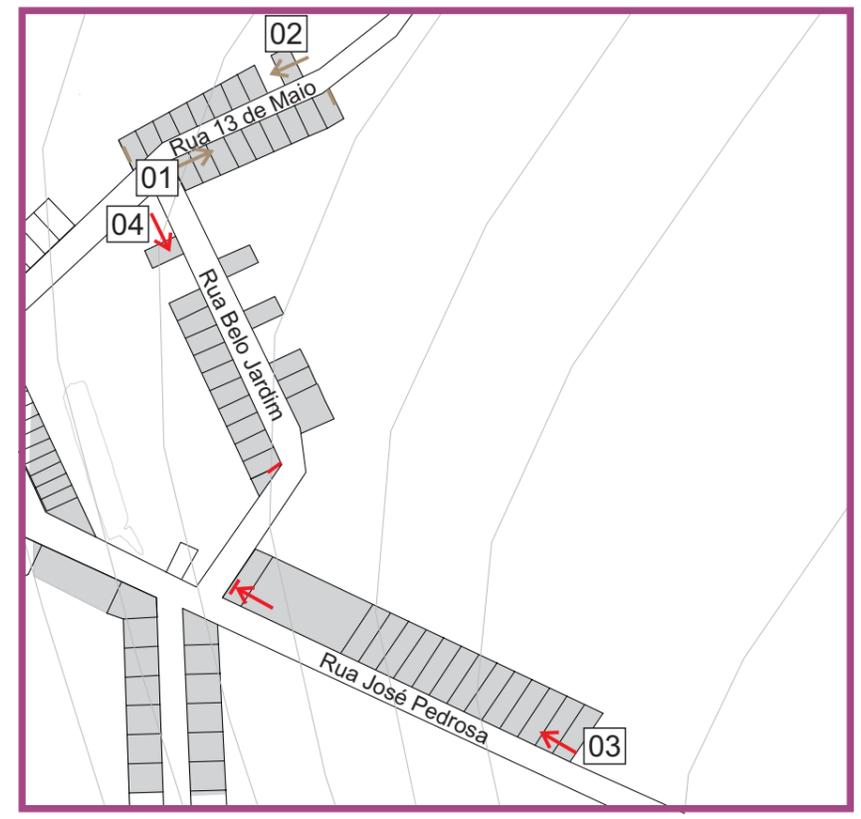
LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



Ampliação 01

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Ampliação 02

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Imóvel com intervenções contemporâneas
- interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóveis em desuso (novas ruínas)
- assumiram um valor documental e afetivo

Imóvel vazio - interferência
no valor de conjunto

Imóvel vazio - interferência
no valor de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora

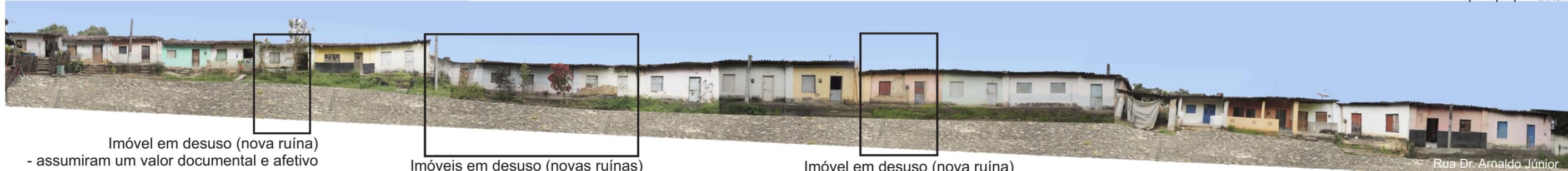


Rua Belo Jardim

Rua José Pedrosa

04

03

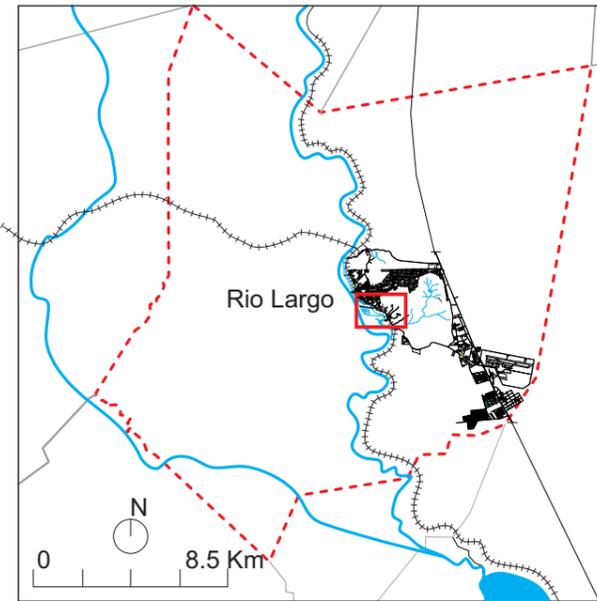


Imóvel em desuso (nova ruína)
- assumiram um valor documental e afetivo

Imóveis em desuso (novas ruínas)
- assumiram um valor documental e afetivo

Imóvel em desuso (nova ruína)
- assumiram um valor documental e afetivo

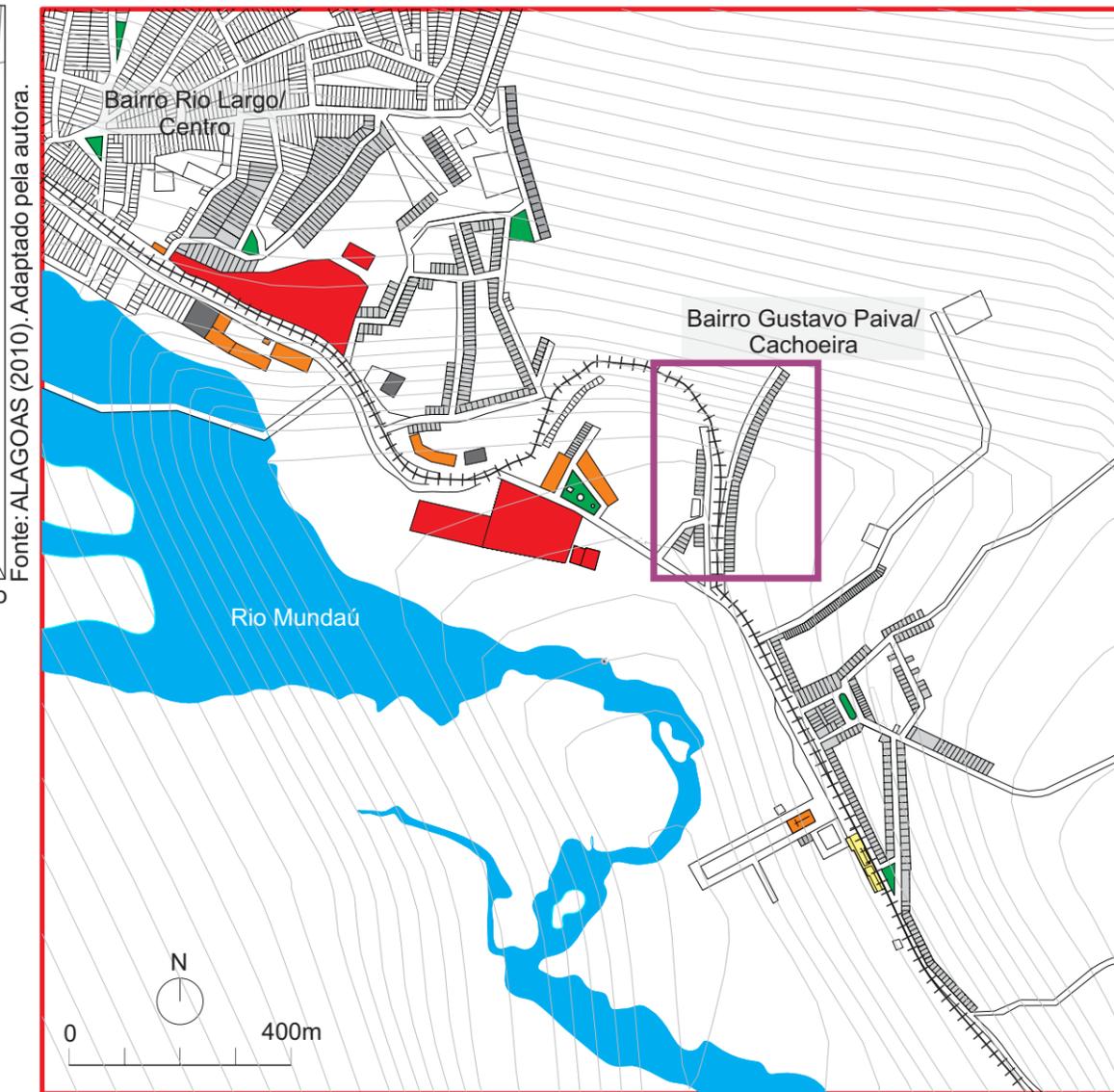
Rua Dr. Arnaldo Júnior



Espacialização de Rio Largo

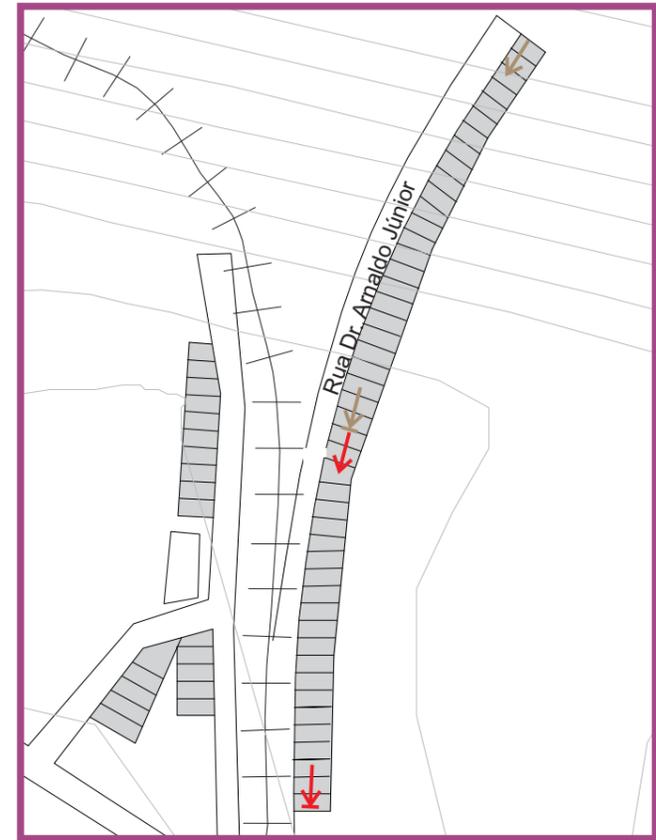
LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- ++++ Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



20 30 Ampliação 01

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Ampliação 02

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Imóvel com intervenções contemporâneas
- interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóvel com intervenções contemporâneas
- interferência no valor arquitetônico e de conjunto

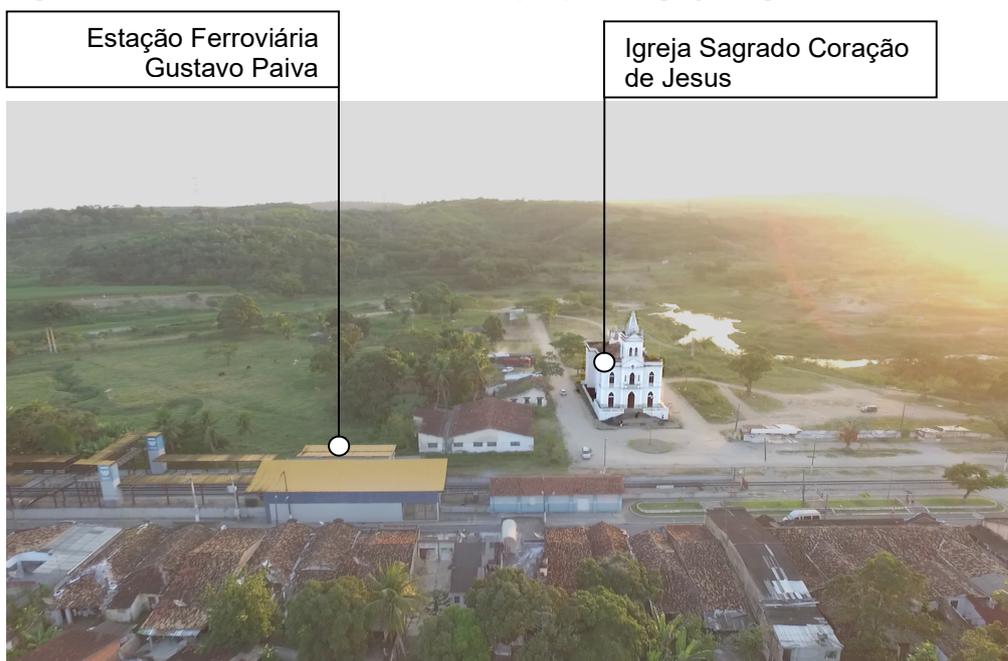
Imóvel com intervenções contemporâneas
- interferência no valor arquitetônico e de conjunto



Dentre as mudanças e permanências no bairro Gustavo Paiva, tem-se a Igreja Sagrado Coração de Jesus. Segundo relatos, esta igreja é aberta para eventos promovidos pelos herdeiros da antiga CAFT que ainda detém a tutela do edifício, ou para atividades religiosas com autorização prévia dos proprietários. Com a manutenção de seu uso original, a aparência física da edificação demonstra que há uma operação regular de restauração sobre ela. Este edifício possui um **valor arquitetônico** fundado na sua expressividade compositiva e um **valor histórico**⁹⁷, por ser um legado que faz parte da história urbana do lugar.

A conservação desta igreja possibilita a manutenção de outros valores, como o valor de uso, ideológico, sociocultural, arquitetônico etc. Mas, além desses significados sociais, esta edificação possui significados individuais, representado pelo valor afetivo para a população que usufruiu de eventos coletivos durante o período têxtil e para a que teve sua moradia atingida pela enchente de 2010 e se abrigou nas estruturas da igreja (Figura 31).

Figura 31 - Bairro Gustavo Paiva, destaque para a Igreja Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Produzido pela própria autora.

No bairro Gustavo Paiva o ambiente natural se funde com o cultural, representado pelos remanescentes industriais, e constrói uma paisagem distinta no

⁹⁷ Este valor é atribuído ao bem que representa a expressão material de uma época. Em consonância com as ideias de Riegl (2014), quanto maior a integridade física do exemplar, efetuada principalmente por operações de restauração, maior a possibilidade de identificar os aspectos físico-materiais de determinado período.

aglomerado urbano de Rio Largo. O valor paisagístico desse fragmento do sítio da antiga CAFT tem relação aproximada com o ambiente não construído: o rio, as encostas e a vegetação presentes na visualização das moradias da antiga vila operária e da igreja. Entretanto, outro elemento atribui e intensifica essa relação paisagística: a ruína industrial.

O barro Gustavo Paiva abriga a maior área em processo de arruinamento da antiga CAFT. Não são apenas as novas ruínas, mas as ruínas dos edifícios há mais de quarenta anos em desuso: a antiga Fábrica Cachoeira, o almoxarifado e oficina mecânica e o antigo edifício administrativo. Esse conjunto de ruínas que está no limite entre o bairro Gustavo Paiva e o bairro do Centro atribui àquele um **valor paisagístico e documental** diferenciado das outras partes da cidade, e representa o **valor de antiguidade**⁹⁸ da CAFT, conforme Riegl (2014). A pátina impressa nos edifícios da antiga Fábrica Cachoeira e adjacência simboliza o transcurso do tempo na cidade. Estas ruínas constituem o cenário do transitar em Rio Largo pois margeiam a principal via de acesso à cidade (Figura 32).

Figura 32 - Bairro Gustavo Paiva, destaque para as ruínas da Fábrica Cachoeira e adjacência.



Fonte: Produzido pela própria autora.

⁹⁸ Diferente da atribuição do valor histórico que necessita de ações constantes principalmente de restauro como garantia de sua expressão, no valor de antiguidade a pátina é relevante para a percepção de uma distância temporal entre o observador/usuário e o edifício. A atribuição deste valor, diferente do valor histórico, não se dará pela integridade do bem, mas por sua incompletude.

O edifício da antiga Fábrica Cachoeira, há anos em desuso e em estado acentuado de arruinamento, apresenta-se num processo de reapropriação de suas instalações. Parte das ruínas da antiga fábrica passou por adaptações para atender às necessidades de um novo uso: garagem de transporte coletivo. Isso fez com que algumas áreas fossem reconstruídas, houvesse a limpeza da vegetação rasteira, cimentação do piso, entaipamento de vãos, além da inserção de uma cobertura para abrigar os veículos. Houve uma intervenção direta na ruína para que esse remanescente industrial voltasse a exercer uma função utilitária (Figura 33).

Figura 33 - Destaque para as ruínas da antiga Fábrica Cachoeira.



Fonte: Produzido pela própria autora.

O processo pelo qual passa a antiga Fábrica Cachoeira apresenta uma questão conflitante abordada por Riegl (2014) e reforçada em Viñas (2011): o antagonismo do **valor de uso** com o **valor de antiguidade**. Para Riegl (2014) à medida que reparos são realizados para a adequação das ruínas ao novo uso diminui o valor de antiguidade do monumento, no caso da CAFT, do centenário exemplar arquitetônico. Apesar disso, as intervenções sobre a ruína da antiga Fábrica Cachoeira foram pontuais, o que ainda não compromete o valor de antiguidade do edifício no contexto urbano.

A antiga Praça 15 de Outubro construída, conforme visto, com um valor comemorativo aos cinquenta anos de fundação da antiga Fábrica Cachoeira, foi

renomeada Praça Manoel Chaves Granja e revitalizada em 2015 (Figura 34). Diferente do que Riegl (2014) aponta para a permanência no tempo do valor comemorativo (ou intencional) dos monumentos, à Praça Manoel Chaves Granja novos valores poderão ser atribuídos, que não esteja relacionado com seu significado original.

Figura 34 - Antiga Praça 15 de Outubro renomeada Praça Manoel Chaves Granja, após sua revitalização em 2015.



Fonte: Produção da própria autora.

Considerando o contexto em que a Praça 15 de Outubro foi construída, em 1938, existia uma dinâmica urbano-industrial em seu entorno que proporcionava o seu uso pela população local e operária, assim como pelos funcionários administrativos. Pelas poucas moradias existentes em sua proximidade e com seu entorno composto por edifícios em processo de arruinamento, mesmo com a intervenção que atualizou a praça atribuindo-lhe um **valor de novidade**⁹⁹, este espaço caracteriza-se como um lugar de passagem e não de permanência, o que contradiz o próprio significado funcional do objeto¹⁰⁰.

O valor de novidade da antiga Praça 15 de Outubro contrasta com o **valor de antiguidade** dos edifícios adjacentes. O antigo edifício administrativo está em processo de arruinamento, sem cobertura, com uma vegetação espontânea em sua fachada e em seu interior. O edifício do antigo almoxarifado e oficina mecânica encontra-se no mesmo nível de arruinamento (Figura 35).

⁹⁹ A atribuição de um valor de novidade segue as ideias de Riegl (2014). Este valor está no grupo dos valores de atualização do bem, apresentado no capítulo anterior. É atribuído quando a intervenção sobre o exemplar volta-se para sua reconstrução, fazendo com que o bem passe a ter aparência de novo, de construção recente.

¹⁰⁰ Segundo Lamas (2000) a praça é um lugar construído intencionalmente para a permanência, entre outras manifestações urbanas.

Figura 35 - Vista aérea das ruínas do antigo edifício administrativo e do antigo almoxarifado e oficina mecânica.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Na pesquisa realizada por Castro (2015) em que mapas mentais foram elaborados por habitantes locais, os marcos referenciais do bairro Gustavo Paiva aparecem com frequência nos desenhos. Isso demonstra o **valor afetivo** que a população atribui a este lugar que, diferente do bairro Centro, está afastado da dinâmica urbana da cidade. É neste bairro que a pátina deixada pelo passado industrial tem maior evidência e consegue ser visualizada e percebida por habitantes e transeuntes.

Antes de adentrar ao Centro da cidade tem-se uma área intermediária¹⁰¹ constituída por parte da vila operária, pela antiga casa da gerência, antigo Departamento de Saúde e pelo palacete dos patrões (Figura 36). O espaço de passeio que margeia essa área é chamado popularmente por “varanda”, e possibilita ao pedestre uma vista panorâmica do Rio Mundaú, é um local de rememoração (Figura 37).

¹⁰¹ Utilizou-se essa divisão para facilitar a interpretação dos fragmentos da CAFT no ambiente urbano de Rio Largo.

Figuras 36 e 37: Vista aérea da área intermediária Vista panorâmica do Rio Mundaú a partir da “varanda”.

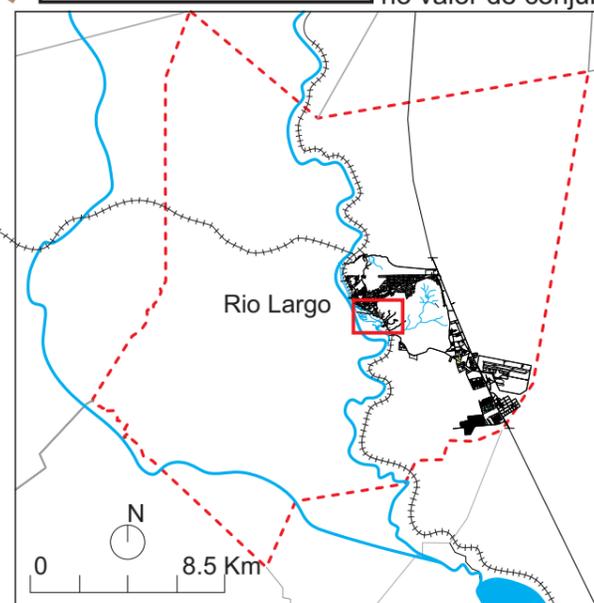


Fontes: Produzidos pela própria autora.

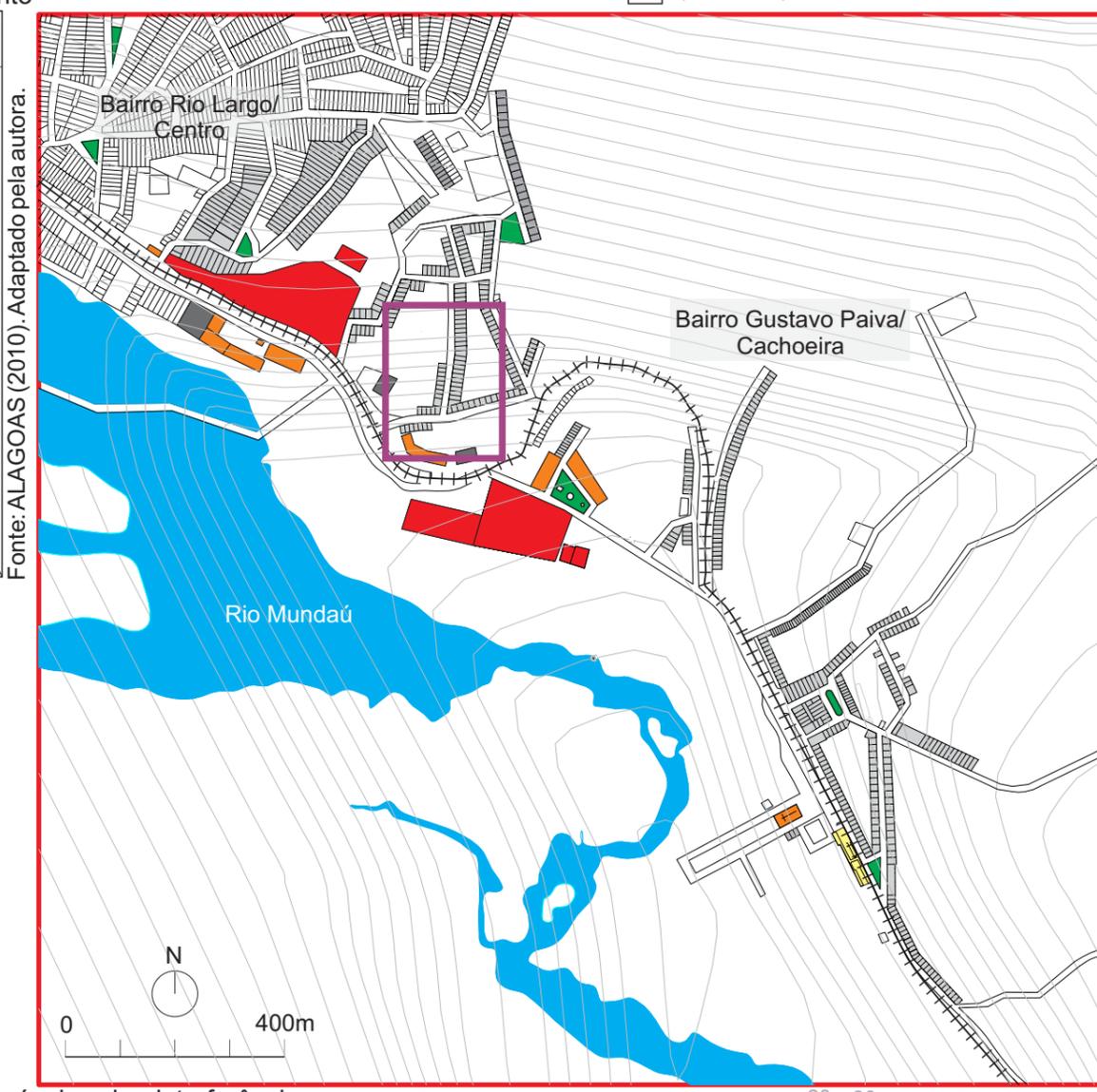
A vila operária desta área intermediária não foi atingida pela enchente de 2010, embora existam algumas moradias em arruinamento, é provável que esse processo tenha se dado pelo desuso. O transitar nesta área é praticamente realizado apenas pelos habitantes locais, sem alto fluxo de pessoas e veículos, o que a assemelha à vila operária do bairro Gustavo Paiva. Possui entre suas moradias as que permanecem com as características do modelo implantado pela CAFT, e as que sofreram adaptações e reformas, que promoveram a alterações em seu valor arquitetônico e que, por sua vez, interfere ou não na atribuição do valor de conjunto (Pranchas de 10 a 13).

Prancha 10 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: Rua Rui Palmeira e Rua J. Osvaldo Florêncio

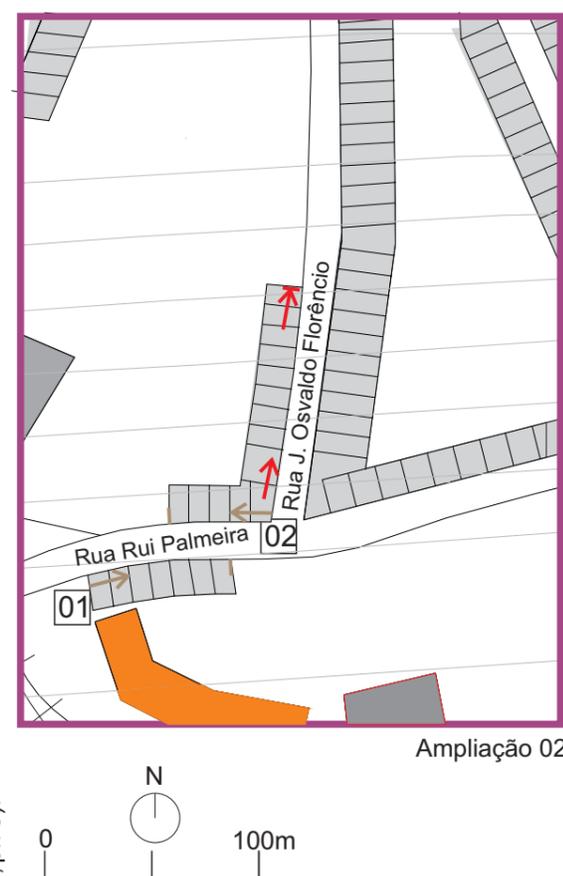
Fonte: Produzido pela própria autora



- LEGENDA
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

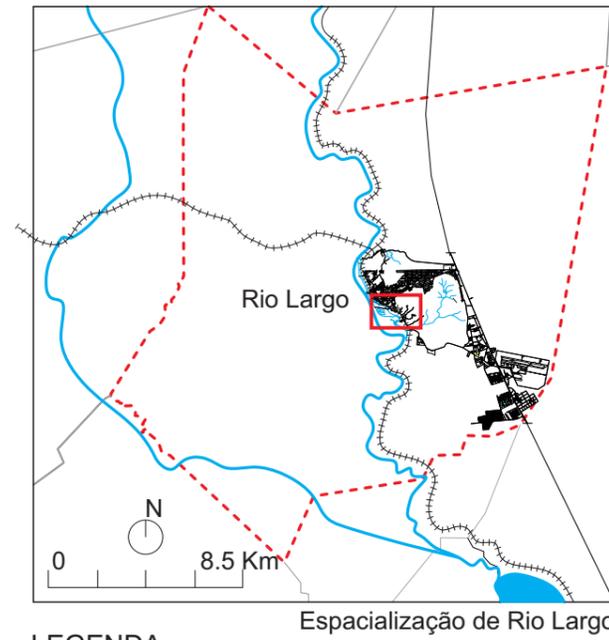


Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

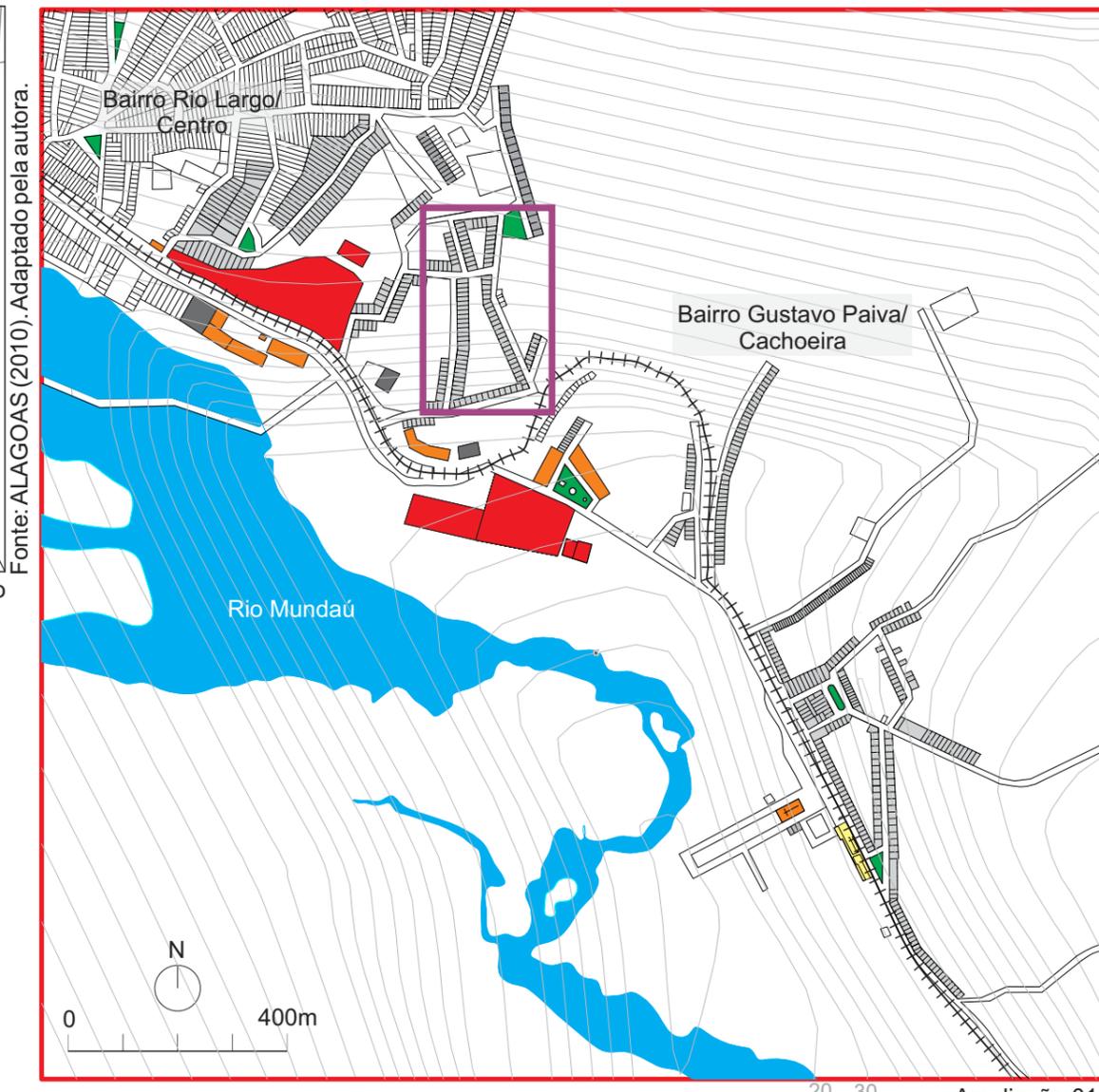


Fonte: Produzido pela própria autora

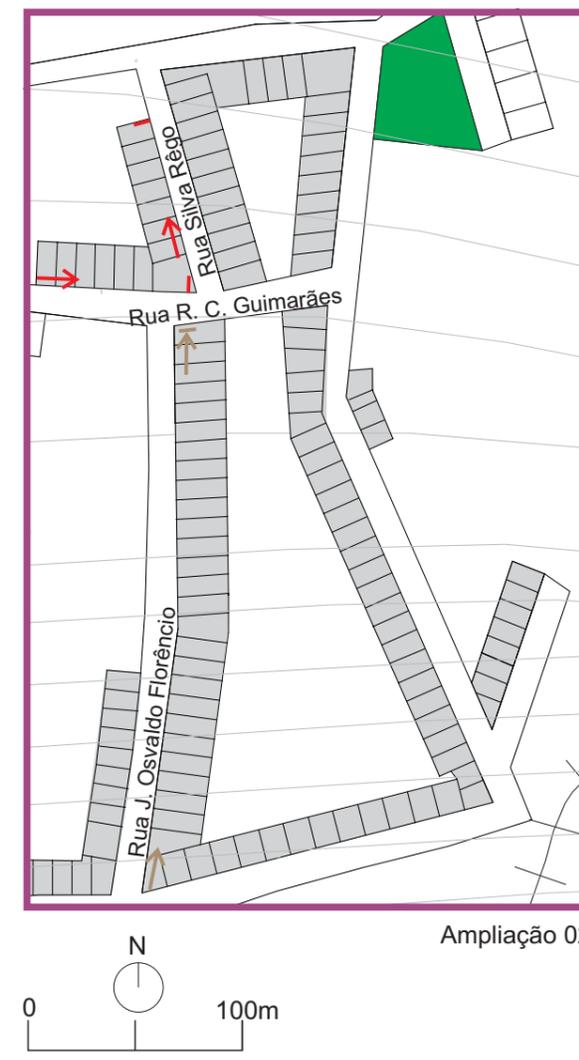




- LEGENDA
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - ++++ Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto



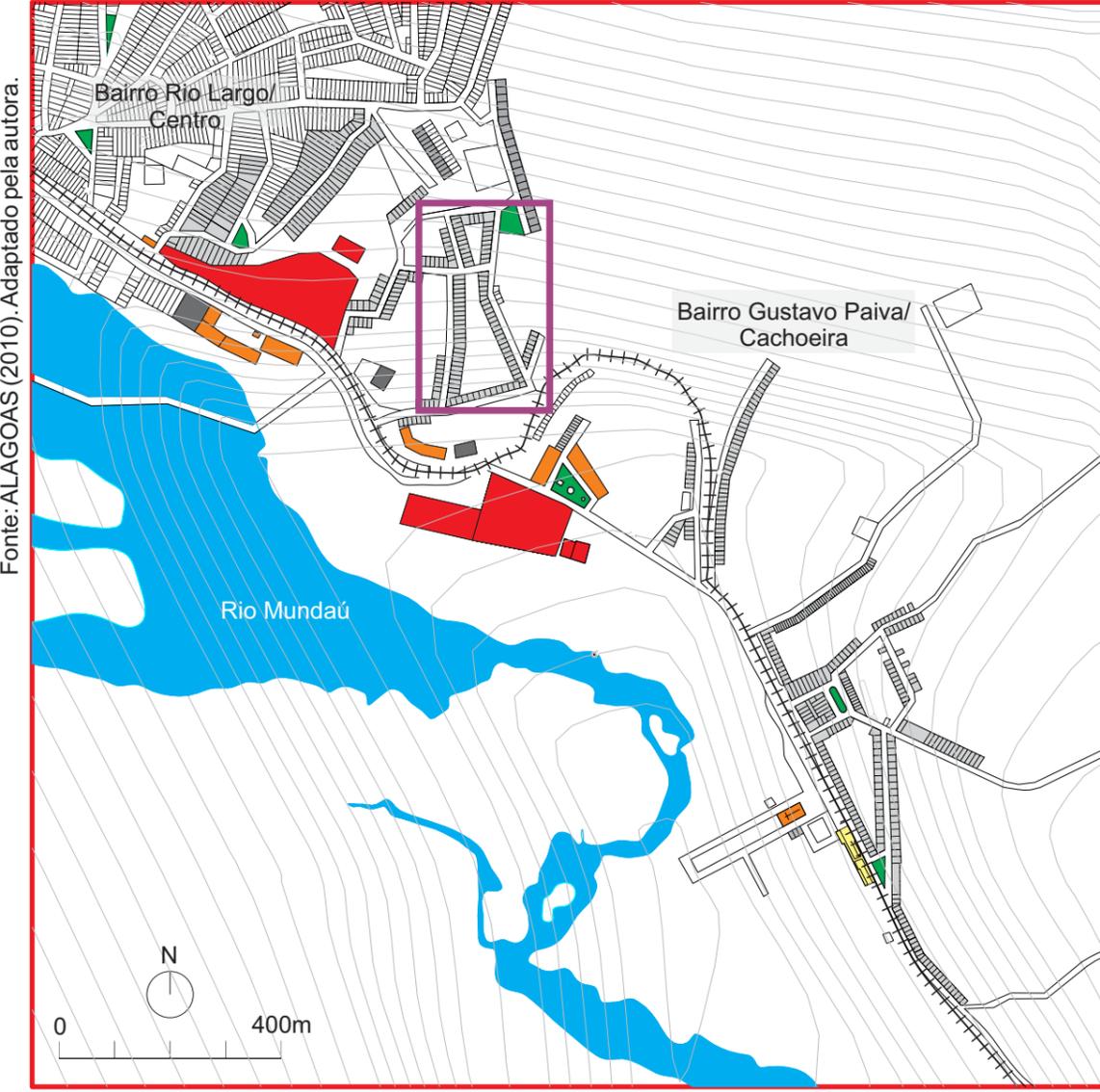
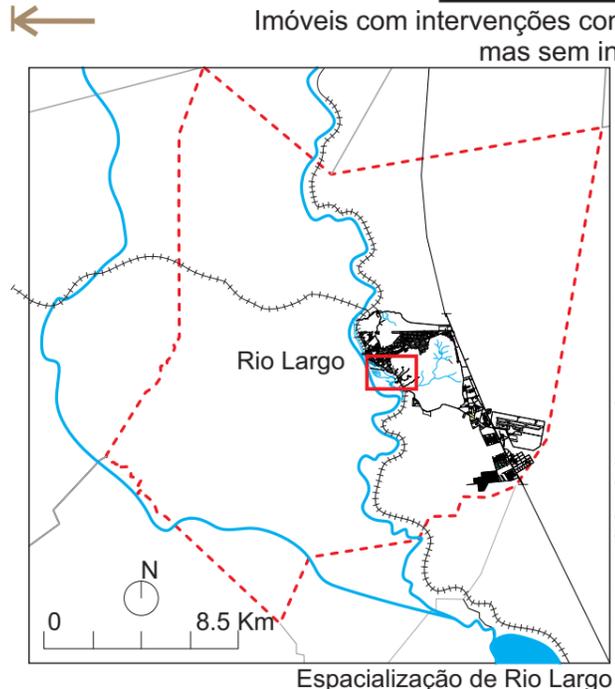
Fonte: Produzido pela própria autora



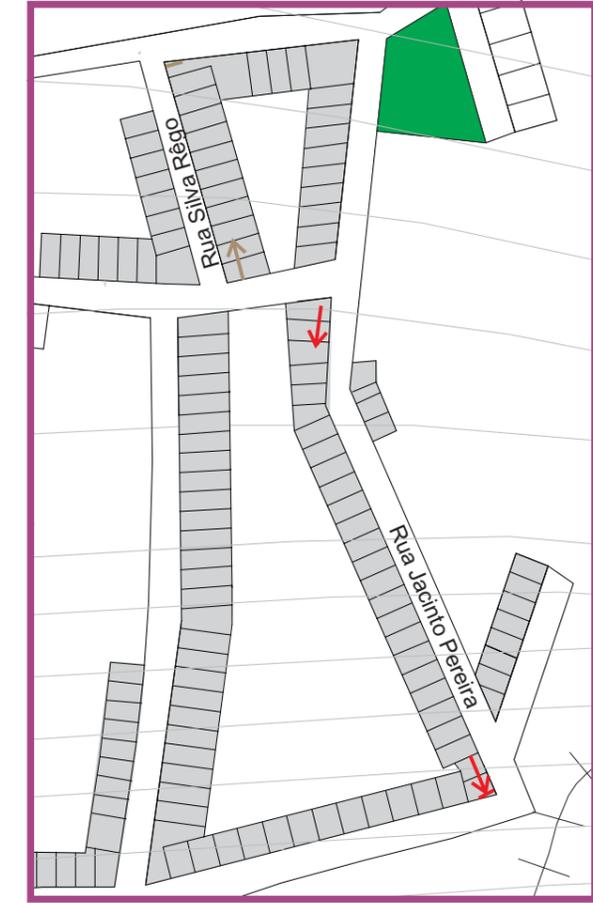
Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóvel vazio - interferência no valor de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p. 79).



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p. 79).

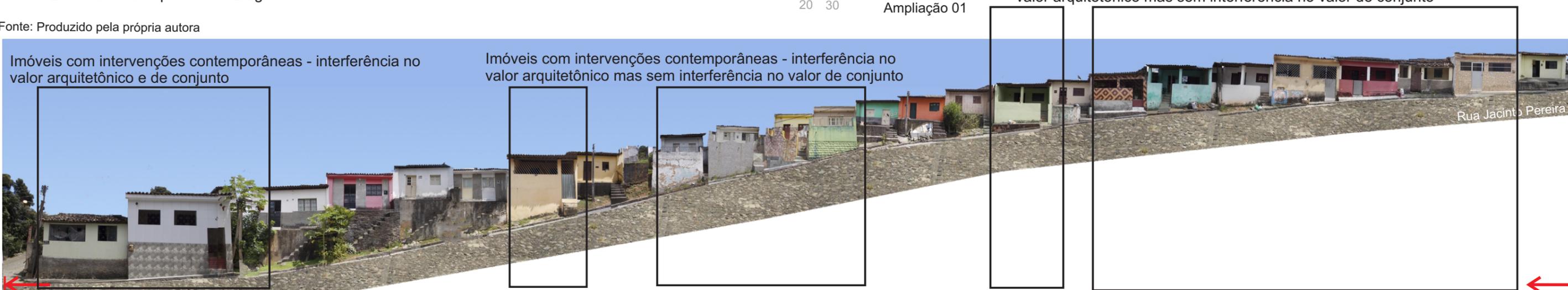
- LEGENDA
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - ++++ Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo

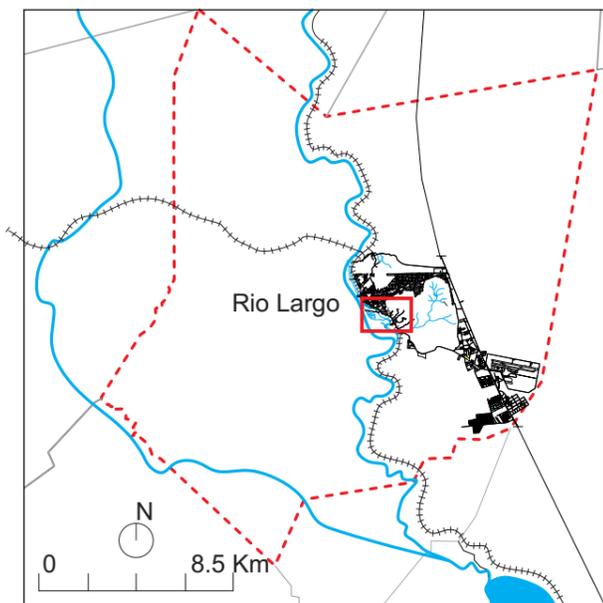
Fonte: Produzido pela própria autora

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

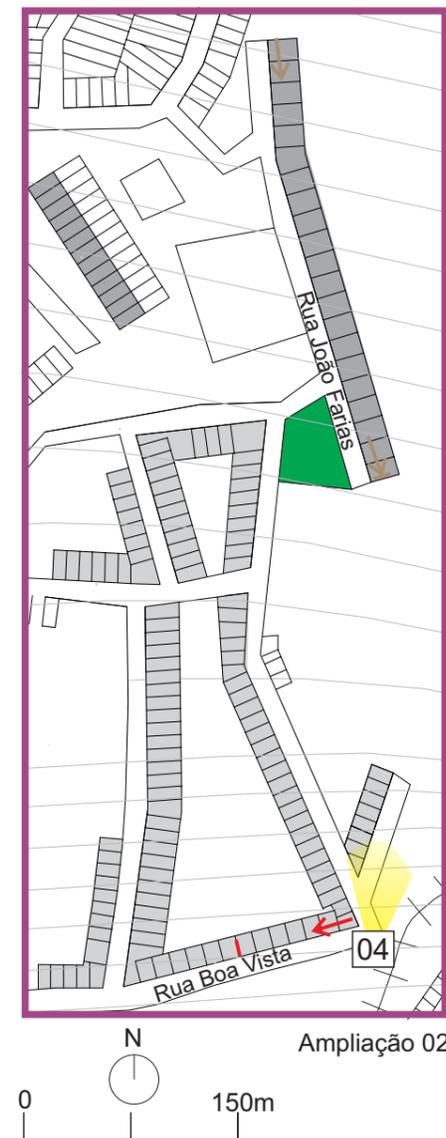
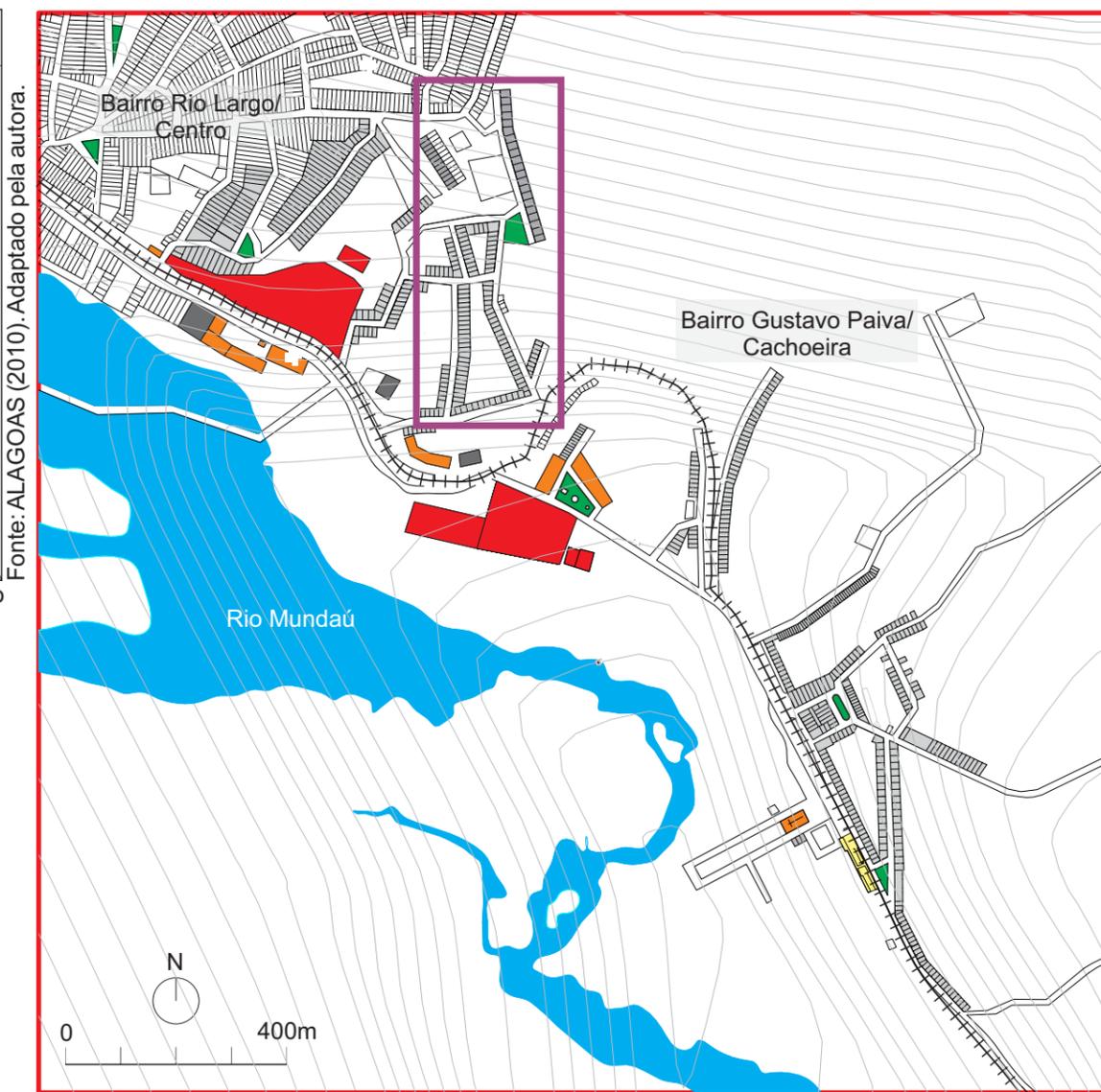
Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto





LEGENDA

- Vila operária
- Edifício industrial
- Equipamento construído pela CAFT
- Estação ferroviária
- Praça
- Perfil fundiário
- Curso d'água
- Curvas de nível de 10 em 10m
- ++++ Linha férrea
- Limite do município de Rio Largo



Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora



Fonte: Produzido pela própria autora

Fonte: ALAGOAS (2010). Adaptado pela autora.

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Além das moradias da vila operária, o único edifício que possui uma permanência de uso e um **valor de novidade** é o palacete, também conhecido como a Mansão dos Paiva, ainda habitado por herdeiros da antiga CAFT¹⁰².

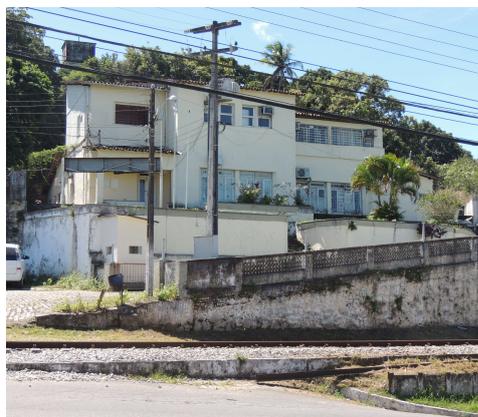
O edifício do antigo Departamento de Saúde apresenta-se em desuso e processo de arruinamento. Parte de sua cobertura mostra-se com a presença de vegetação e com áreas danificadas. Possui uma densidade de vegetação espontânea em sua fachada e em seu interior (Figuras 38 e 39). Enquanto à antiga casa da gerência foi atribuída uma nova função, abriga o Fórum de Rio Largo, representa o grupo de edifícios em que o valor de atualidade está no seu **valor de uso** (Figura 40).

Figura 38 - Vista aérea das ruínas do antigo Departamento de Saúde.



Fonte: Produzidos pela autora.

Figuras 39 e 40 - Antigo Departamento de Saúde e antiga casa da gerência.

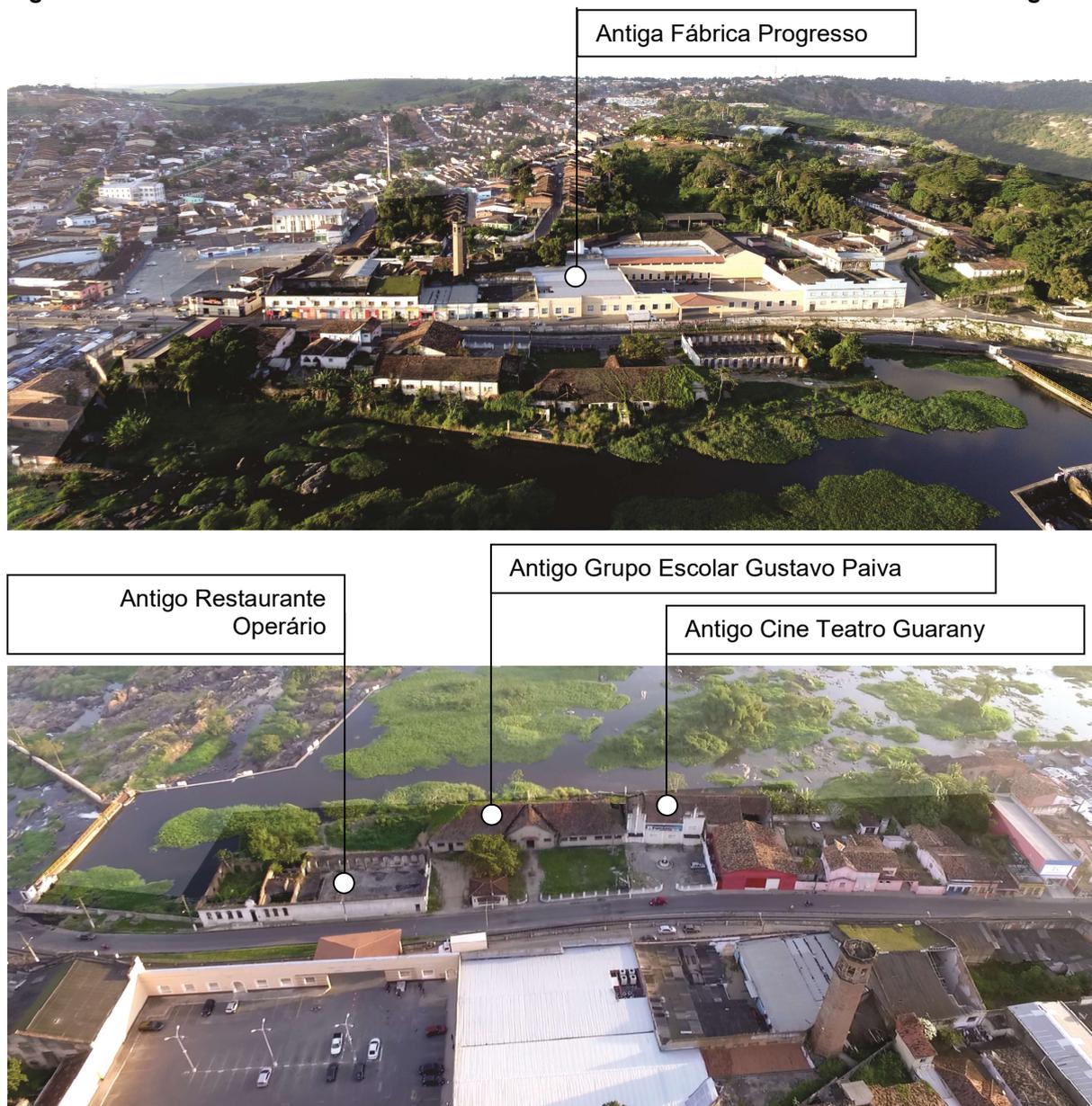


Fontes: Produzidos pela autora.

¹⁰² O valor de novidade dessa edificação é notado por sua integridade formal, funcional e estilística. Riegl (2014, p.72) ao descrever o valor de novidade exemplifica o culto a este valor por donos de palácios e castelos, em que o valor de novidade constitui em uma autoafirmação de seu poder e “[...] da imagem de seu proprietário aos olhos do povo”.

Após essa área considerada intermediária, mas que já está dentro do bairro Rio Largo ou Centro, tem-se o Centro da cidade propriamente dito. Este bairro é constituído pela última parcela de moradia da vila operária, da antiga Fábrica Progresso, do antigo Restaurante Operário, antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva e do antigo Cine Teatro Guarany. Esses remanescentes da paisagem urbano-industrial da CAFT fazem parte da vida urbana rio-larguense (Figuras 41 e 42).

Figuras 41 e 42 - Vista aérea dos remanescentes da CAFT no centro da cidade de Rio Largo.



Fontes: Produzidos pela autora.

A malha viária e o perfil fundiário da vila operária e seu entorno imediato demonstram a fluidez dos remanescentes industriais da CAFT no espaço urbano de Rio Largo (Figura 43). Os modelos arquitetônicos das moradias que predominavam

na paisagem urbano-industrial da antiga vila operária foram reproduzidos nas habitações das aglomerações que não estavam dentro dos limites da CAFT (Figura 44). Isso intensifica a ideia de continuidade espacial e prolongamento da forma urbana instaurada pela indústria na cidade de Rio Largo, e reafirma relevância de atribuir ao sítio um valor urbanístico.

Figuras 43 e 44 - Malha viária e perfil fundiário de trecho da cidade de Rio Largo; Rua de Rio Largo nas adjacências da antiga vila operária da CAFT.

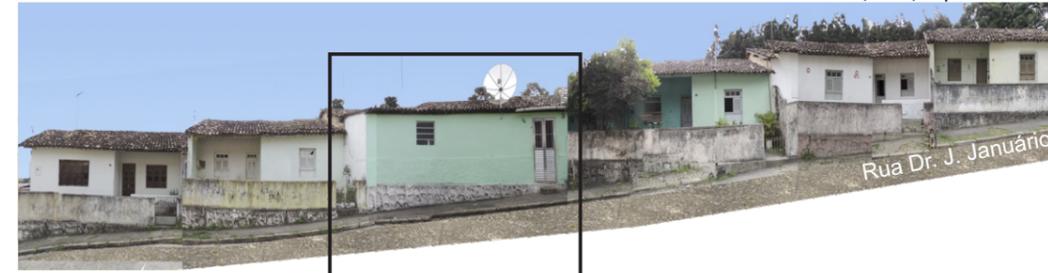


Fontes: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015); mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Apesar da aproximação com o aglomerado urbano que está fora dos limites de influência da CAFT, a maioria das moradias da vila operária desse trecho não sofreu descaracterização arquitetônica que alterasse o aspecto formal do valor de conjunto. A maior parte das intervenções volta-se à inserção de uma varanda frontal ou garagem, que avança a área do lote e chega a ocupar parte do passeio público. Nesta parcela da antiga vila operária não são encontrados vazios urbanos ou novas ruínas, a localização privilegiada justifica a totalidade da ocupação (Pranchas de 14 a 16).

Prancha 14 - Estudo do arruamento da vila operária do sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL: Rua Dr. J. Januário e Rua da Floresta.

Fonte: Produzido pela própria autora

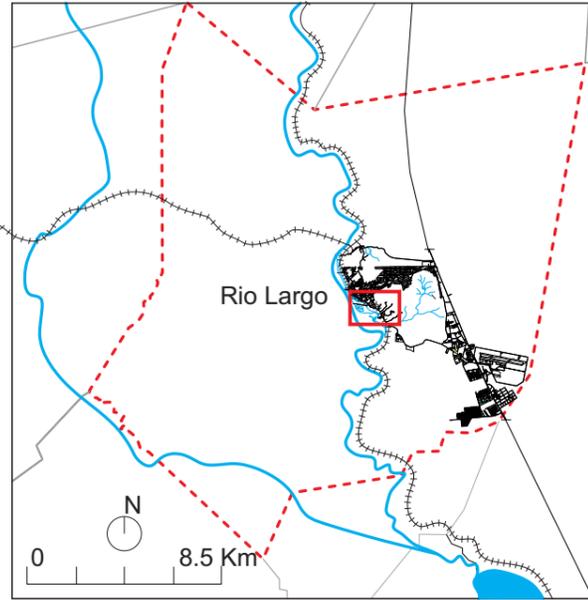


02

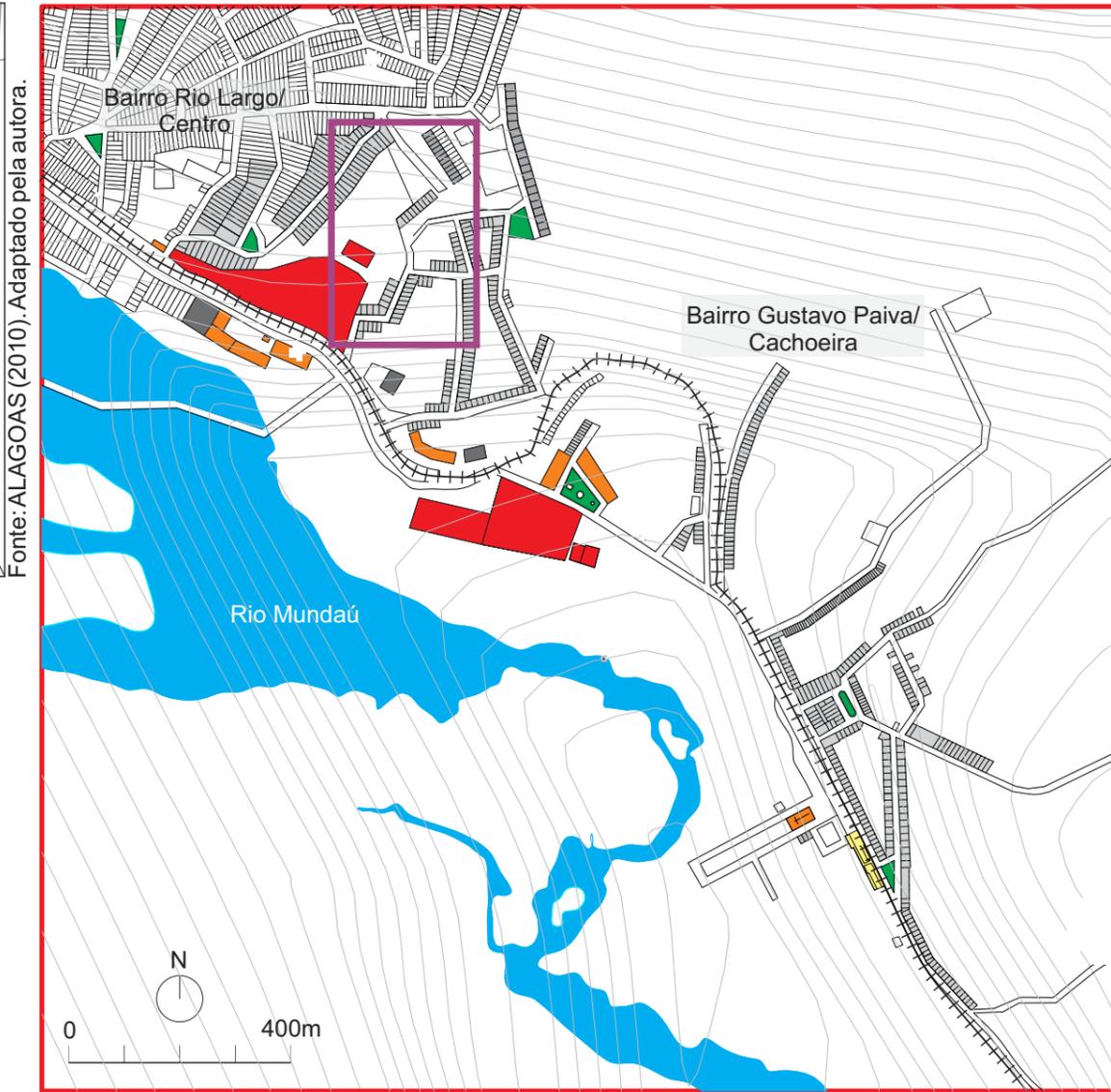


01

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

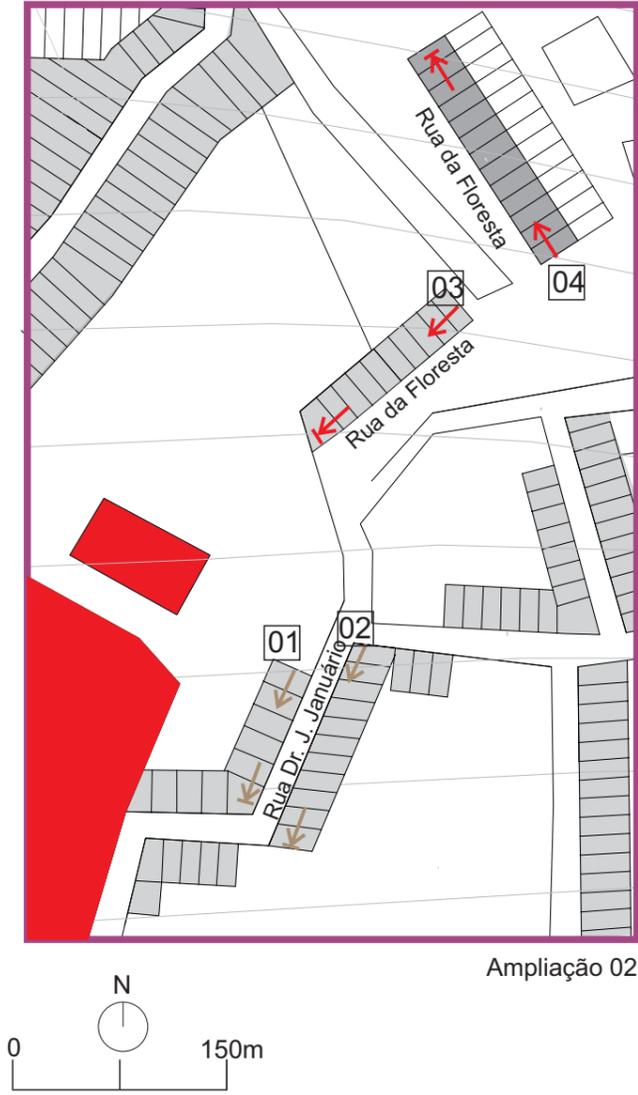


- LEGENDA
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzuiu pela própria autora com base nas imagens via satélite do Google Earth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Ampliação 01



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do Google Earth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Ampliação 02

Imóvel com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto



04

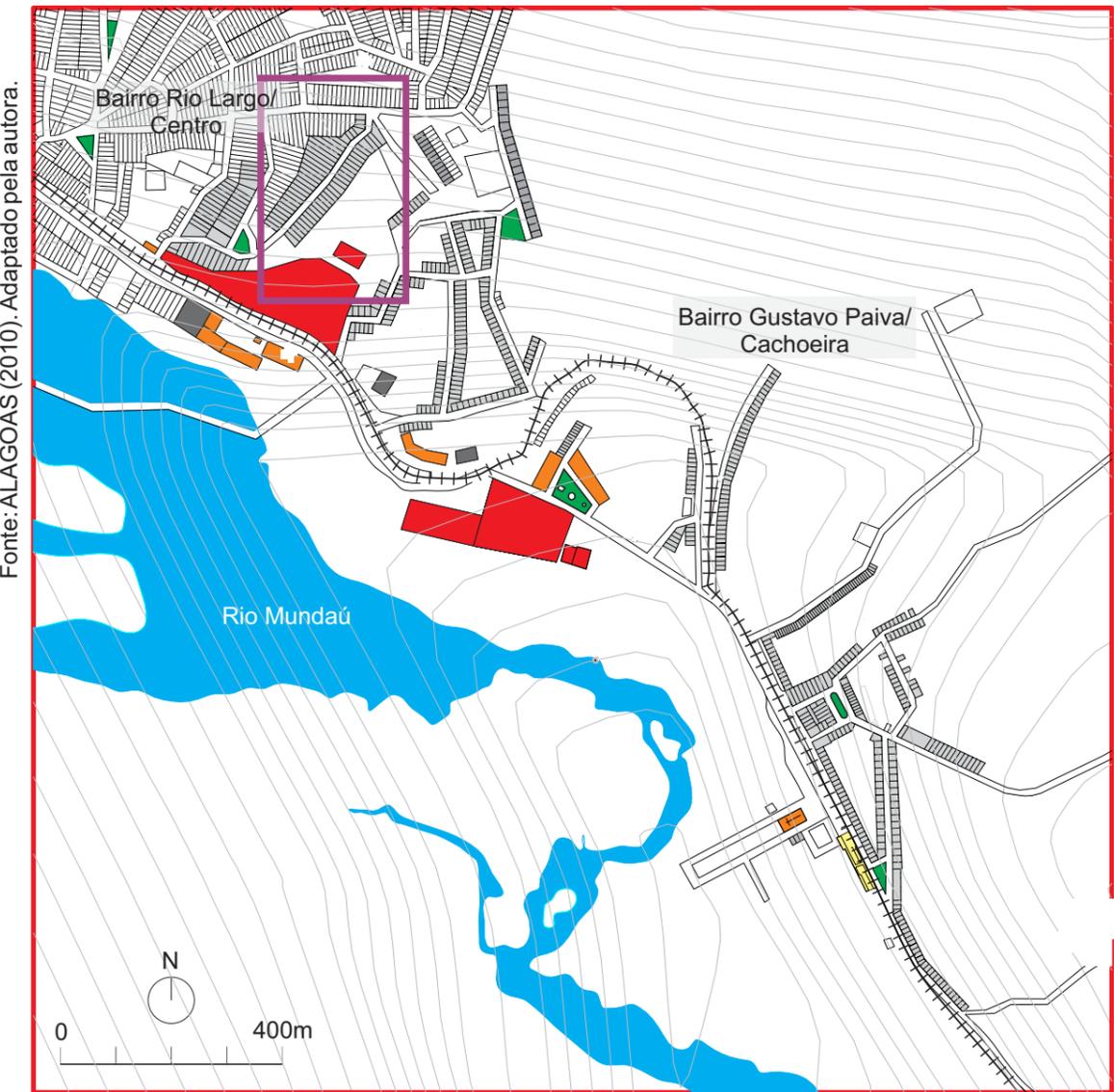
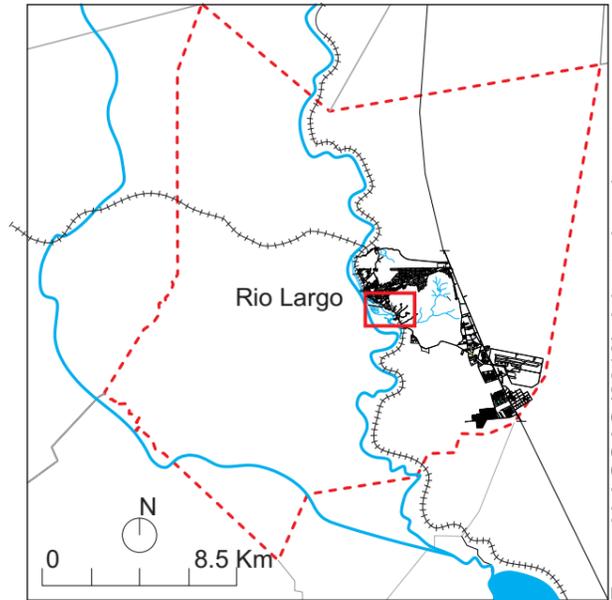


03



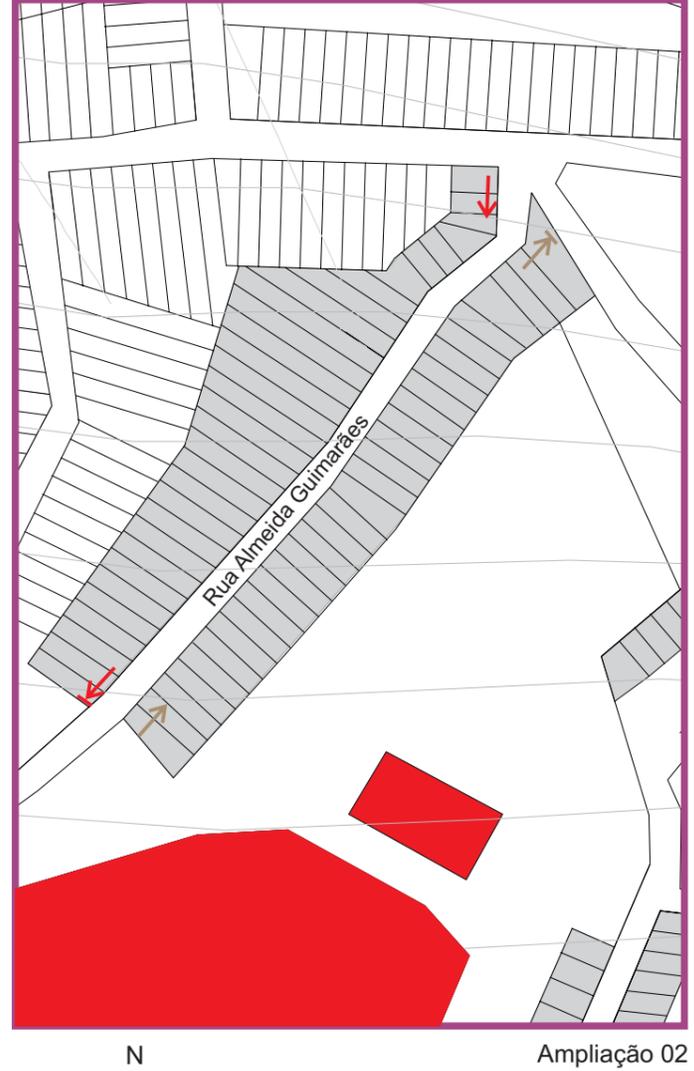
Fonte: Produzido pela própria autora

Rua da Floresta



Fonte: Produziu pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

- LEGENDA
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - ++++ Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

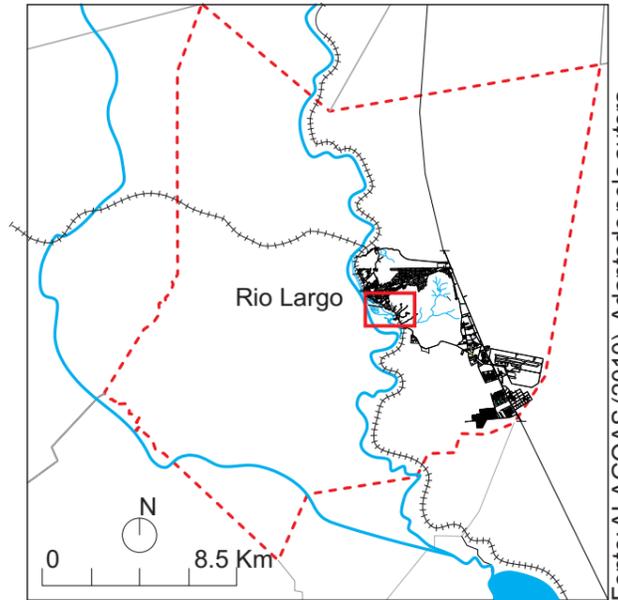
Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora



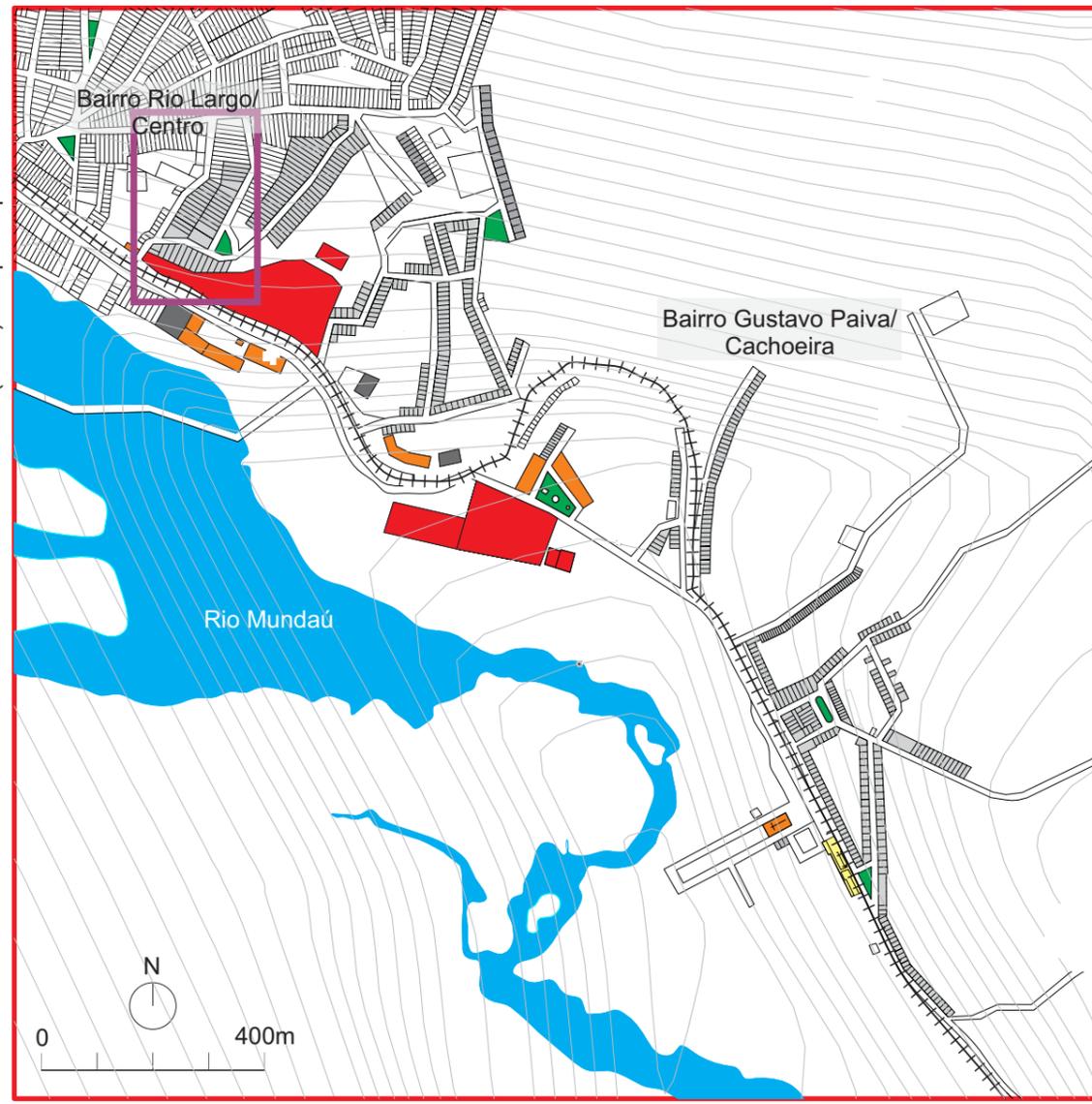


Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico mas sem interferência no valor de conjunto

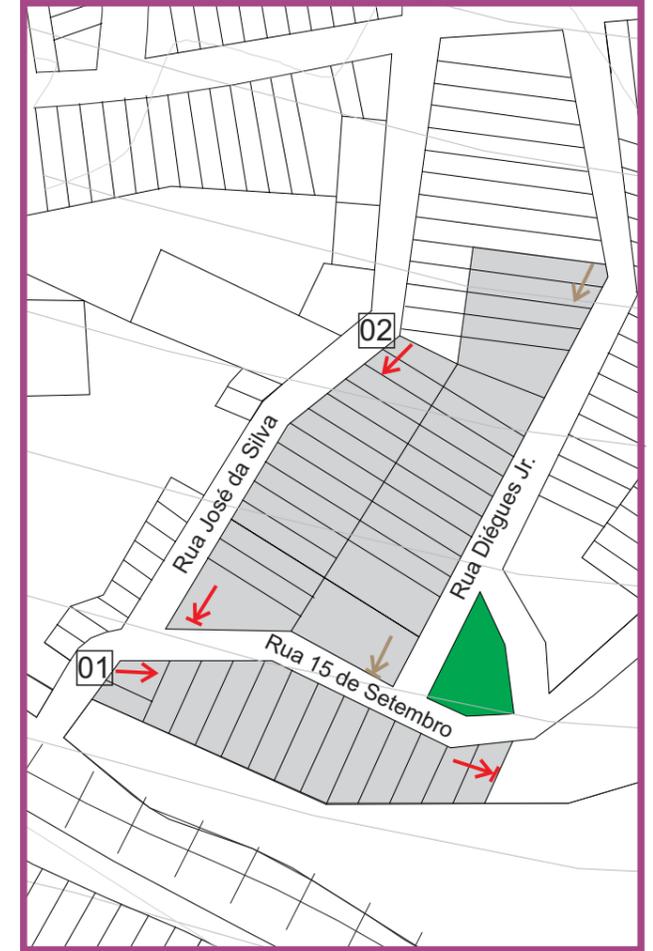


Fonte: ALAGOAS (2010). Adaptado pela autora.

- LEGENDA**
- Vila operária
 - Edifício industrial
 - Equipamento construído pela CAFT
 - Estação ferroviária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m
 - Linha férrea
 - Limite do município de Rio Largo



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015); mapa de Paiva Filho, op. cit. (2013, p.79).

Imóveis com intervenções contemporâneas - interferência no valor arquitetônico e de conjunto

Fonte: Produzido pela própria autora

Fonte: Produzido pela própria autora



02

01

Apesar da ocupação completa das moradias, essa parcela do antigo sítio industrial da CAFT apresenta remanescentes em processo de arruinamento. Entre eles estão o antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva e o Restaurante Operário (Figura 45). Ambos representam o **valor de antiguidade** do sítio da antiga CAFT. O nível de arruinamento desses exemplares é diferente. O antigo Grupo Escolar mostra-se mais íntegro, embora sua cobertura esteja parcialmente degradada e as esquadrias ainda existentes estejam danificadas (Figura 46). O edifício do antigo Restaurante Operário encontra-se totalmente descoberto, estando ocupado parcialmente por vegetação espontânea, e com a maioria de seus vãos entaipados (Figura 47).

Figura 45 - Situação da cobertura do antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva e do Restaurante Operário.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Figura 46 - Remanescente do antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Figura 47 - Remanescente do antigo Restaurante Operário.



Fonte: Produzido pela própria autora.

O edifício do antigo Cine Teatro Guarany foi atualizado com a mudança de função e permanência de suas estruturas. O edifício que abriga uma igreja evangélica mantém seu **valor de uso**, e ainda está sob tutela dos herdeiros da antiga CAFT. Apesar da mudança de função, não são identificados elementos que alterem a característica física do edifício. O antigo Cine Teatro Guarany passou a assumir novos valores para novas pessoas, mas a permanência de suas instalações possibilita a manutenção de significados do passado sejam eles coletivos ou individuais (Figura 48).

Figura 48 - Remanescente do antigo Cine Teatro Guarany.



Fonte: Produzido pela própria autora.

As instalações da antiga Fábrica Progresso representa a edificação do antigo sítio industrial que mais passou por intervenções, o que faz com que tenha fragmentos de temporalidades distintas impressas em suas estruturas. A antiga Fábrica Progresso passou por alterações estilísticas ainda quando estava em funcionamento. Ao comparar imagens do início do século com imagens de 2016,

percebem-se indícios de uma modernização de sua fachada. Antes, em estilo neoclássico com coroamento triangular, após houve uma mudança neste coroamento tornando-se escalonado, alteraram-se ainda os vãos de abertura da fachada (Figuras 49 e 50).

Figuras 49 e 50: Edifício da Fábrica Progresso no início do século XX e em 2016. Destaque para a mudança do coroamento e vãos de abertura.



Fontes: Paiva Filho, op. cit. (2013, p.35). Adaptado pela autora; produzido pela própria autora.

De acordo com Castro e Xavier (1997) essas alterações na fachada foram realizadas em meados do século XX, no período de construção de novas instalações que ampliaram o edifício da antiga Fábrica Progresso. Esses indícios demonstram que existia uma busca de atualização do edifício ainda no passado quando a fábrica estava em funcionamento. Este **valor de atualidade** permanece como uma pátina por meio da busca ao aspecto de novo, de uma reinvenção formal ou funcional do edifício, ou seja, de uma reapropriação de seu espaço. Diferente da relação que existe entre as ruínas da antiga Fábrica Cachoeira com o ambiente natural, a antiga Fábrica Progresso apresenta uma ligação próxima ao ambiente cultural, e é à paisagem urbana de Rio Largo que se integrará.

O edifício da antiga Fábrica Progresso encontra-se fragmentado com uma parcela de sua área em desuso. Os usos que estão presentes neste remanescente industrial são: comercial e institucional. A localização desse antigo edifício fabril favorece a sua vocação para estas novas funções.

O lado esquerdo da sua fachada principal foi desmembrado em pontos comerciais alugados por pequenos comerciantes e empresas prestadoras de serviços. A área central do edifício, que permaneceu sem uso por anos entrando em processo de arruinamento, passou por uma reconstrução que mimetizou os aspectos arquitetônicos do passado. Inaugurado em 2015, o centro comercial que leva o nome da antiga fábrica *Shopping Fábrica Progresso*, é formado por um pátio central

destinado ao estacionamento local e pontos comerciais distribuídos lateralmente. O terceiro trecho da fachada principal corresponde à parcela desocupada (Figura 51).

Figura 51 - Desmembramento do edifício da antiga Fábrica Progresso – fachada principal.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Na fachada lateral têm-se dois fragmentos voltados ao uso institucional. Em um deles funciona um departamento de cadastro em programa social do Governo Federal, e no outro o escritório da Cia Alagoana (Figura 52). Neste escritório trabalham os herdeiros da CAFT na gestão de toda a propriedade do sítio industrial que ainda está sob tutela dos mesmos. A reapropriação dos antigos edifícios é realizada por meio do arrendamento desses imóveis pela família Paiva.

Figura 52 - Desmembramento do edifício da antiga Fábrica Progresso – fachada lateral direita.



Fonte: Produzido pela própria autora.

* * *

A história da vida urbana rio-larguense está intrinsecamente relacionada à implantação e desenvolvimento econômica da indústria têxtil. Seu ambiente citadino ainda possui reflexos desse passado. Rio Largo é, em parte, resultado das **consequências históricas** da CAFT e seus habitantes e transeuntes as vivenciam por meio da pátina material e imaterial deixadas pela indústria. O valor histórico desse legado que tem origem no processo de industrialização dá indícios de que se constitui um patrimônio industrial. Outros aspectos confirmam essa hipótese, de acordo com a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003).

Na CAFT são encontrados parte dos valores elencados para o patrimônio industrial pela Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003): valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico. Esses valores são atribuídos aos remanescentes materiais. Além deles outros podem ser atribuídos ao antigo sítio industrial da CAFT como o valor

econômico, valor ideológico, valor cultural, valor de paisagem, valor de conjunto, valor urbanístico, valor de origem, valor afetivo etc.

A CAFT demonstra a dinamicidade dos valores que um objeto pode sofrer, principalmente àquele relacionado à economia. Os valores do período do **progresso** são distintos dos valores do período após a **falência** e desmonte industrial. Outros aparecem ou desaparecem com a **reapropriação** ou ressignificação por meio de intervenções sobre seus remanescentes. Esse sítio industrial consiste em uma pátina urbana que expressa o transcurso desses três momentos.

O sítio da antiga CAFT se enquadra na definição que os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) dão de patrimônio industrial:

Definição: **O patrimônio industrial é formado por sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como pelo maquinário relacionado, objetos ou documentos que forneçam evidência de processos industriais de produção passados ou correntes, da extração de matérias-primas a sua transformação em bens, bem como relacionada a infraestruturas de energia e transportes. O patrimônio industrial reflete a profunda ligação entre o ambiente cultural e natural, como processos industriais - antiga ou moderna - dependentes de fontes naturais de matérias-primas, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados mais amplos. Ele inclui tanto os bens materiais - imóveis e móveis - e dimensões intangíveis, como “saber” técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores, e do complexo legado sociocultural que moldou a vida das comunidades e trouxe grandes mudanças organizacionais para sociedades inteiras e o mundo em geral (ICOMOS, 2011, grifo e tradução nossos) ¹⁰³.**

Como outros exemplares do patrimônio industrial, o sítio da antiga CAFT possui os mesmos desafios de conservação que foram discutidos no capítulo anterior: falta de reconhecimento desse testemunho pelas políticas públicas de preservação ¹⁰⁴, objeto complexo e de escala significativa.

A particularidade desse patrimônio industrial está na forma de apropriação do espaço, devido às especificidades de seu sítio, a demanda da produção industrial

¹⁰³ “Definition: The industrial heritage consists of sites, structures, complexes, areas and landscapes as well as the related machinery, objects or documents that provide evidence of past or ongoing industrial processes of production, the extraction of raw materials, their transformation into goods, and the related energy and transport infrastructures. Industrial heritage reflects the profound connection between the cultural and natural environment, as industrial processes – whether ancient or modern – depend on natural sources of raw materials, energy and transportation networks to produce and distribute products to broader markets. It includes both material assets – immovable and movable –, and intangible dimensions such as technical know-how, the organisation of work and workers, and the complex social and cultural legacy that shaped the life of communities and brought major organizational changes to entire societies and the world in general” (ICOMOS, 2011).

¹⁰⁴ Realidade que está progressivamente sendo revertida.

têxtil e a organização social adotada. A CAFT, apesar de não ter um *human universal value*, conforme a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) indica como sendo uma condição que justifica a conservação, possui valores que demonstram a importância desse testemunho para a comunidade rio-larguense e para a sociedade alagoana, pois é um exemplar que faz parte da história econômica do estado e apresenta resquícios do passado têxtil ainda evidentes. Os valores e atributos desse sítio apresentados até aqui podem ser sintetizados da seguinte maneira:

Quadro 2 – Síntese de valores e atributos do sítio da antiga CAFT.

VALOR	ATRIBUTO
Valor de origem	- Traçado urbano: construiu o primeiro parcelamento do solo com características que possibilitassem uma dinâmica urbana.
Valor econômico	- Rio Mundaú e linha férrea: possibilitaram a implantação da CAFT no sítio. - Edifícios industriais e equipamentos urbanos que indiretamente estavam relacionados com a produção fabril no período têxtil; - Edifícios da antiga CAFT que estão em reuso sob a administração dos herdeiros da antiga CAFT.
Valor de paisagem	- Rio Mundaú, linha férrea, relevo, vegetação; - Configuração espacial dos edifícios industriais, equipamentos urbanos e vilas operárias; - Linearidade da distribuição dos equipamentos; - Relação entre ambiente natural e cultural; - Ruínas industriais.
Valor de conjunto	- Grupos de moradias de mesmo modelo arquitetônico; - Relação intrínseca entre os edifícios de produção, equipamentos urbanos e moradias.
Valor urbanístico	- Traçado urbano; - Distribuição dos equipamentos urbanos, edifícios industriais e moradias dos operários; - Distribuição dos modelos arquitetônicos no espaço; - Apropriação e relação com o ambiente natural; - Rebatimento da hierarquização no ambiente fabril para o espaço urbano; - Modelo urbano fundando numa ideologia industrial.
Valor tecnológico	- Rede de transporte: sistema ferroviário; - Sistemas estruturais: barragem, muro de contenção e aqueduto.
Valor arquitetônico	- Edifícios industriais; equipamentos urbanos construídos pela CAFT; palacete dos proprietários; moradias da vila operária que seguem estilos arquitetônicos que estavam em voga no período de construção. - Estilos: neoclássico, eclético, neocolonial, art déco e moderno.

<p>Valor ideológico [do período têxtil com reflexos nos dias atuais]</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conformação espacial de disciplina e vigilância; - Educação dos operários (por meio do Grupo Escolar Gustavo Paiva), propagação da fé católica (Igreja Sagrado Coração de Jesus), controle das atividades e da vida privada dos operários.
<p>Valor sociocultural [do período têxtil]</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assistências: saúde (Departamento de Saúde), educação (Grupo Escolar Gustavo Paiva), cultura e lazer (Cine Teatro Guarany, Cassino), orientação religiosa (Igreja Sagrado Coração), socialização (Restaurante Operário), esporte (futebol), festividades.
<p>Valor Afetivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rememoração dos atributos que construíam dos valores socioculturais do período têxtil; - Ruínas e edifícios íntegros abandonados; - Dinâmica urbana do período têxtil; - Oferta de emprego e festividades de outrora; - Marcas deixadas pela Enchente de 2010.
<p>Valor Comemorativo [no período têxtil]</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Praça 15 de Outubro.
<p>Valor de uso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Moradias da antiga vila operária ocupadas; - Igreja Sagrado Coração de Jesus; Casa da gerência; Palacete; antiga Fábrica Progresso (considerando seu desmembramento); antigo Cine Teatro Guarany; - Ruínas da antiga Fábrica Cachoeira – conflito com o valor de antiguidade; - Trem; - Estações Ferroviárias.
<p>Valor de Antiguidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ruínas da antiga Fábrica Cachoeira – conflito com o valor de uso; - Ruínas do antigo edifício administrativo e almoxarifado; - Ruínas do antigo Departamento de Saúde; - Ruínas do antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva; - Ruínas do antigo Restaurante Operário; - Novas ruínas de moradias atingidas pela Enchente de 2010.
<p>Valor de Novidade [Edifícios que tem a manutenção de sua unidade estilística por meio de intervenção de restauração (RIEGL, 2014)]</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Palacete; - Praça 15 de Outubro; - Igreja Sagrado Coração de Jesus; - Área do <i>Shopping</i> Fábrica Progresso; - Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) – atualização do ritmo do trem.
<p>Valor Histórico e Documental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O sítio representa quatro temporalidades: <ol style="list-style-type: none"> 1) Apogeu industrial têxtil; 2) Falência e desmonte da CAFT; 3) Enchente de 2010; 4) Reinserção de parte das instalações fabris à urbanidade.

Fonte: Produzido pela própria autora.

IV CAFT E AS POSSIBILIDADES DE UMA CONSERVAÇÃO URBANA PATRIMONIAL

Este capítulo objetivou dissertar a respeito da gestão do patrimônio industrial da CAFT sob o ponto de vista da sua conservação. Está dividido em duas seções. A primeira apresenta como é pensada a gestão do patrimônio cultural no Brasil, indicando as instâncias responsáveis pela sua salvaguarda. Demonstra a forma como o patrimônio industrial aparece na legislação vigente e como o Poder Público atua sobre ele. Este panorama inicial foi relevante para facilitar a demonstração da postura pública com relação à conservação do sítio da antiga CAFT, desde a instância federal à municipal. Ainda nesta seção realizou-se a descrição e análise do Plano Diretor da cidade de Rio Largo. Nesse momento de estudo de políticas e gestão patrimonial, é discutido como os remanescentes industriais do objeto em estudo é gerido pela gestão pública e privada, esta última representada pelos herdeiros do legado industrial.

A segunda parte deste capítulo foi destinada à proposta de uma política de gestão da conservação do sítio industrial da antiga CAFT. Inicialmente é apresentada uma versão de Declaração de Significância Cultural, construída de acordo com o levantamento de valores apresentados no capítulo anterior, com o intuito de direcionar políticas de conservação do sítio. A partir da síntese dos valores patrimoniais e significados do objeto em estudo, assim como com base na verificação das insuficiências e problemas relacionados à gestão da conservação dos remanescentes industriais, é proposto um possível caminho¹⁰⁵ para a conservação do sítio industrial da antiga CAFT, com base na teoria contemporânea da conservação, por meio da manutenção dos valores e significados atribuídos a ele nesta dissertação.

4.1 Desafios da Gestão Pública para atuar no Patrimônio Industrial

¹⁰⁵ A adjetivação do caminho apresentado como “possível” se dá pelo fato de a proposta de conservação aqui demonstrada partir da interpretação do sítio por um só envolvido, neste caso, a autora desta dissertação. O adjetivo adotado demonstra que esta é uma possibilidade de gestão da conservação do sítio industrial da antiga CAFT, que não cancela outras que poderão surgir na medida em que novos valores sejam atribuídos ao lugar, e que sejam construídas a partir da participação de um maior número de pessoas afetadas pelo objeto.

As dificuldades na promoção de uma gestão efetiva iniciam na esfera formal do patrimônio industrial, e estão estreitamente relacionadas às especificidades dessa tipologia patrimonial. Conforme foram elencadas no segundo capítulo desta dissertação, algumas das especificidades são: não singularidade das edificações¹⁰⁶, edifícios estritamente funcionais¹⁰⁷, dimensão urbana¹⁰⁸.

Diante desses três aspectos, a gestão do patrimônio industrial tende a apresentar conflitos de interesses dos envolvidos em sua tutela. Esses envolvidos são todos aqueles que direta ou indiretamente se relacionam com o legado e exercem influência sobre ele. São representados pelo Poder Público, pela iniciativa privada e pela comunidade geral (ex-operários e descendentes, novos habitantes da região, transeuntes, estudiosos do tema etc.). Conforme indicado na Constituição Federal do Brasil, os envolvidos na conservação do patrimônio cultural são constituídos pelo Poder Público e pela sociedade civil¹⁰⁹, e ambos devem estar empenhados no trabalho de todas as etapas para a promoção e proteção do bem (BRASIL, 1988).

Essa promoção e proteção nem sempre são de interesse comum aos grupos que exercem influência sobre o patrimônio industrial. Quando esses testemunhos são ignorados pelas políticas de proteção, encontram-se vazios ou subutilizados, tornando-se vítimas de ações que, na maioria das vezes, são especulativas do mercado imobiliário ou fruto de mudanças do ambiente urbano no qual estão inseridos. Essas operações tomam proveito das características desse tipo de

¹⁰⁶ Característica que está associada a pouca apreciação estética do patrimônio industrial, o que fomenta o não reconhecimento desse patrimônio por setores da sociedade, principalmente quando os testemunhos industriais são entendidos isoladamente, sem a relação com o meio no qual estão inseridos.

¹⁰⁷ Esse aspecto pode ser interpretado sob duas situações opostas. A primeira como uma característica vantajosa, uma vez que edifícios cuja planta é funcional possui uma estrutura arquitetônica que facilita a implantação de novos usos em seu interior. No entanto, nem sempre a inserção desses usos é compatível com os atributos do edifício. Por essa razão, o uso não deve ser apenas compatível com o aspecto formal da edificação, mas, sobretudo, ao se tratar de conservação patrimonial, ele deve dialogar com os valores e significados do bem. Outra questão relevante é o tratamento com exemplares da industrialização como depósitos para novas funções, conforme Kühl (2008) e Rufinoni (2013) discutem em seus respectivos trabalhos.

¹⁰⁸ Por ocupar extensas áreas dentro de cidades, os exemplares do patrimônio industrial necessitam de uma proteção legal dentro da política urbana de onde está inserido. Sobre essa condição urbana, a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) prevê uma gestão da conservação integrada às políticas de planejamento e desenvolvimento local.

¹⁰⁹ Utilizou-se o termo sociedade civil de acordo com o conceito de Gramsci (1982, p.10-11) em que corresponde ao “conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’” e se distingue da chamada “sociedade política ou Estado”, pela função dominante desta última, da qual “se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’”.

patrimônio e de sua implantação em áreas de infraestrutura privilegiada (SAMPAIO, 2012; DEZEN-KEMPTER, 2011).

Além da esfera formal do patrimônio industrial que dificulta a aplicação de uma gestão efetiva de conservação de seu legado, tem-se a esfera jurídica ou normativa, que deve partir do reconhecimento desse testemunho enquanto objeto digno de conservação pelos órgãos responsáveis pela promoção do patrimônio cultural. Internacionalmente, há documentos doutrinários específicos do patrimônio industrial, o que reforça a peculiaridade dessa tipologia patrimonial. No Brasil não existe documento direcionado exclusivamente ao patrimônio industrial. Na definição do patrimônio cultural brasileiro não há uma referência direta ao legado da industrialização, contudo a apresentação de alguns termos dão indícios da inclusão desse tipo de patrimônio no contexto do patrimônio cultural nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II– os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV– as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V– os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p.124, grifo nosso).

A definição proposta pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) faz referência a alguns valores que aparecem inclusive na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003), tais como: valor histórico, ecológico, científico e tecnológico. Essa conceituação nasce num contexto em que o termo patrimônio cultural demonstrava sua abrangência e quando, no Brasil, iniciava o debate a respeito da herança industrial.

Foi ainda a partir da Constituição Federal de 1988 que a gestão do patrimônio no Brasil teve as competências distribuídas entre a União, estados, Distrito Federal e municípios (Figura 53). De acordo com Braz (2013, p.129) “[...] se a um bem é atribuído um significado nacional, cabe à União a sua tutela. O mesmo raciocínio aplica-se aos estados e municípios”.

Figura 53 - Instâncias responsáveis pela conservação do patrimônio cultural, segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Com base nesta constatação constroem-se as seguintes inquietações: como seria o julgamento do nível de significado (federal, estadual ou municipal) quando se trata do patrimônio industrial, uma vez que este patrimônio exerce ou exerceu influências diretas no local de sua implantação e indiretas nas demais escalas, como na economia de exportação e competitividade no mercado interno? Seria o significado de maior reconhecimento aquele que nortearia sob qual instância estaria a responsabilidade de sua gestão? Quem julgaria tal significado de forma imparcial para que não haja transferência de responsabilidade de uma instância para outra?¹¹⁰

A proteção do patrimônio pela União é realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com Dezen-Kempter (2011), o reconhecimento do patrimônio industrial pelo IPHAN ainda é incipiente. Segundo os dados apresentados pela autora, dos bens tombados pela União, o patrimônio industrial representava apenas 3,46% deles, até 2011. Dessa porcentagem a maior parte dos bens protegidos são edificações isoladas pertencentes a antigos engenhos, poucos são os sítios ou paisagens industriais listadas, o que demonstra que o reconhecimento da condição de conjunto do patrimônio industrial também é um desafio a ser superado pelos órgãos de gestão.

Dos elementos que constituem o patrimônio industrial, o único que possui uma legislação nacional direcionada para sua salvaguarda é o de infraestrutura ferroviária, também denominado patrimônio ferroviário. Em 2007 foi instituída a Lei nº 11.483 de 31 de maio, que determinou ser de responsabilidade da União, por meio das ações do IPHAN, a administração dos bens¹¹¹ que constituem a memória

¹¹⁰ Algumas dessas inquietações não cabem apenas ao patrimônio industrial, mas pode abranger outras tipologias de patrimônio.

¹¹¹ Segundo a Lei nº 11.483/2007 esses bens móveis e imóveis pertencentes à antiga Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA) devem possuir valor artístico, histórico e cultural. Para a gestão desse legado o IPHAN instituiu uma Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, com a inscrição de 639 bens. Nesta lista, o estado de Alagoas conta com dezenove exemplares inscritos (IPHAN, 2015).

ferroviária do país, prevendo a conservação dos mesmos (BRASIL, 2007). Apesar da restrição ao patrimônio ferroviário, quando o Brasil possui diversas tipologias que representam o patrimônio industrial em sua completude, esta lei demonstra um avanço para o reconhecimento jurídico desse patrimônio nacional.

Assim como não existe nenhuma legislação a nível nacional específica do patrimônio industrial, nenhum estado ou município brasileiro possui programas voltados à conservação desse patrimônio. Ao analisar as ações conservacionistas do patrimônio industrial em São Paulo, o estado que concentrou maior número de indústrias no país, Rodrigues (2012) indica que nos últimos anos a quantidade de testemunhos industriais aumentou na lista dos bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT). Apesar desse reconhecimento, a autora critica a postura do tombamento¹¹² realizado pelo órgão em não considerar a memória do trabalho da indústria, bem como a relação da fábrica com a paisagem em que se insere, ou seja, de seu valor de conjunto.

Segundo Rodrigues (2012, p.38), o processo de tombamento do CONDEPHAAT é caracterizado como pontual e fundado no caráter formal das unidades fabris evocando apenas suas qualidades arquitetônicas:

[...] os critérios dos tombamentos já efetuados foram, em geral, baseados em antigos valores. Raramente consideraram as unidades fabris ou as vilas operárias em seu papel estruturador dos espaços urbano [ou seja, seu valor urbanístico].

Ao levantar as justificativas de tombamento do órgão de preservação estadual, Rodrigues (2012, p.40) indica haver um processo de “esvaziamento de sentido do patrimônio industrial”, uma vez que outros valores e significados deste patrimônio são negligenciados diante da política que não garante a esse tipo de patrimônio uma conservação efetiva de sua significância cultural.

Essa condição de políticas patrimoniais no estado de São Paulo é reflexo da falta de reconhecimento das especificidades do patrimônio industrial que vem desde as ações realizadas pela União, no trato desse tipo patrimônio e no levantamento de

¹¹² O tombamento é um instrumento de proteção de um bem de reconhecido valor patrimonial. Esse instrumento não admite a destruição, demolição e/ou mutilação do patrimônio, assim como intervenção de qualquer natureza, como restauro, sem a autorização prévia do órgão competente (se for na instância da União, o órgão responsável é o IPHAN) (IPHAN, 1937).

valores que, conforme está em discussão nesta dissertação, ultrapassa os listados na própria Carta patrimonial de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003). As reflexões apresentadas por Rodrigues (2012) reforçam a relevância de considerar a abrangência do patrimônio industrial para além da unidade fabril que, por suas características, não pode ser percebido, estudado e conservado isoladamente.

O reconhecimento na instância estadual do patrimônio industrial tende a reproduzir o grau de relevância que a União dá a esse tipo de patrimônio. Em Alagoas, por exemplo, dos quarenta e oito bens tombados pelo estado apenas um está relacionado ao patrimônio industrial, trata-se do Sítio Histórico da Usina Hidrelétrica de Angiquinho¹¹³, no município de Delmiro Gouveia. Ressalta-se que neste mesmo município há a indicação de outros exemplares do patrimônio industrial do ramo têxtil classificados entre os patrimônios materiais com potencialidade para conservação, contudo, nenhuma política é aplicada sobre eles.

A instância mais próxima do patrimônio trata-se da municipal, pois é de competência desse Poder Público a gestão do espaço urbano. O Estatuto da Cidade, exposto na Lei nº 10.257/2001, apresenta as diretrizes para a política urbana a ser aplicada nos municípios brasileiros. Esta lei institui o Plano Diretor como instrumento básico para a ordenação do espaço urbano, indicando as situações de obrigatoriedade de sua criação e de seu conteúdo. É o Plano Diretor que indicará as diretrizes e instrumentos a serem aplicados no patrimônio cultural do município (BRASIL, 2001).

Braz (2013, p.127) apresenta algumas dificuldades do município em “conceber, implementar e desenvolver mecanismos de gestão do patrimônio cultural como parte da formulação de suas políticas urbanas”. Quando se trata do patrimônio industrial a relação entre a proteção do patrimônio e a gestão do espaço urbano geralmente é vista como conflitante, uma vez que não existe normativa local específica para lidar com o legado industrial, e ainda há pouco reconhecimento desses no campo do patrimônio cultural. Esses conflitos apresentam-se principalmente no caráter urbano que tem o patrimônio industrial, da sua implantação em áreas de infraestrutura privilegiada, visadas pelo mercado imobiliário como propícias à expansão e desenvolvimento urbano.

¹¹³ A primeira usina hidrelétrica do nordeste brasileiro (ALAGOAS, 2009).

É na instância municipal que as consequências históricas e urbanísticas do patrimônio industrial são evidenciadas. No caso desse tipo de patrimônio, mas não como fato exclusivo deste, além do Poder Público e da comunidade geral outros envolvidos aparecem no debate, como a iniciativa privada representada pelos proprietários das antigas instalações industriais, herdeiros, locatários etc. São atores com os quais o Poder Público municipal deve dialogar para que os remanescentes possam desenvolver suas funções sociais dentro da cidade, sob o ponto de vista da política urbana aliada às políticas de conservação, conforme a Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, 2003) indica.

A municipalidade do patrimônio cultural apresenta dificuldades, pois raramente os municípios possuem políticas patrimoniais institucionalizadas. Aos desafios de ordenamento urbano e planejamento administrativo presentes nos municípios são somados outros problemas que agravam a questão da gestão patrimonial instituída na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica Municipal (LOM)¹¹⁴.

[...] O quadro geral das pequenas cidades é identificado pelo cotidiano das deficiências administrativas, da ausência de corpo técnico para pensar e implementar políticas, da escassez de recursos financeiros, do distanciamento das instâncias de preservação, estadual e federal e das descontinuidades políticas (BRAZ, 2013, p.133).

Tanto a Constituição Federal (BRASIL, 1988) quanto a Lei Orgânica Municipal indicam que dentre as competências dos municípios está à promoção da ordem territorial e proteção do patrimônio histórico-cultural. Portanto, cabe ao município controlar e planejar o uso e ocupação do solo urbano de modo a proteger os testemunhos de reconhecida significância cultural para o lugar. Este aspecto é relevante ao se tratar de valores como o de conjunto, paisagístico e urbanístico que podem ser identificados no patrimônio industrial.

Segundo Rabello (2009, p.22), a preservação do patrimônio cultural pode ser realizada no município por meio dos instrumentos do planejamento urbano, definidos no Plano Diretor. Esses instrumentos urbanísticos legais assemelham-se ao processo de tombamento, uma vez que pode limitar o “direito de propriedade” e impor “condições de uso e conservação do imóvel”. Essa seria uma das formas efetivas de gestão do patrimônio industrial, uma vez que este assume uma dimensão

¹¹⁴ É a lei que rege as ações sobre o município (BRASIL, 1988).

urbana e pode constituir o núcleo histórico de municípios que nasceram e se desenvolveram por meio da indústria. Apesar disto, nem sempre esse patrimônio está situado em municípios que se enquadra à condição de obrigatoriedade do Plano Diretor¹¹⁵. Nesta situação os desafios de uma gestão patrimonial efetiva para o legado industrial é ampliado.

Se existe pouco reconhecimento da União na difusão e promoção do patrimônio industrial, os municípios raramente dão um suporte jurídico para a conservação desse legado. Principalmente os municípios de pequeno porte que, muitas vezes, nasceram do processo de industrialização, mas não reconhecem juridicamente o legado industrial como patrimônio cultural, tampouco constroem políticas públicas efetivas para sua conservação.

4.1.1 O posicionamento da gestão pública sobre a CAFT

4.1.1.1 A instância federal

O sítio industrial da antiga CAFT não se apresenta inscrito em Livros de Tombo¹¹⁶ do IPHAN. Ainda que faça parte de um grupo de empresas responsáveis pela mudança no monopólio econômico do nordeste brasileiro, entre os séculos XIX e XX, antes fundado quase exclusivamente na cultura da cana-de-açúcar, não é reconhecido enquanto patrimônio cultural pela União. O não reconhecimento dos valores patrimoniais, sobretudo, o valor econômico que a indústria têxtil representou para o nordeste é constatado ao investigar quais são as áreas de interesse de preservação pela União, em Alagoas.

No município de Rio Largo, ainda que possua um dos maiores sítios industriais têxteis alagoanos, o único estudo e proposta de tombamento realizado pelo IPHAN foi o da Vila Operária da Destilaria Central de Alagoas (DEC),

¹¹⁵ O Plano Diretor é obrigatório para municípios com população superior a 20 mil habitantes; “[...] integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos” (BRASIL, 2001).

¹¹⁶ São os livros que separam e agrupam os bens tombados pela União. Apresentam-se em quatro categorias: (i) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; (ii) Livro do Tombo Histórico; (iii) Livro do Tombo das Belas-Artes; (iv) Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 1937).

denominada como Vila Industrial Modernista de Rio Largo, no documento de Instrução de Tombamento (MATOS et al, 2009). Neste documento o sítio da antiga CAFT é citado na Pesquisa Histórica do município, sem a menção de valores patrimoniais contemporâneos atribuídos a ele, pois não era o objeto em processo de salvaguarda.

O relatório da vila operária DEC enfatiza os aspectos tipológicos e estilísticos da vila edificada pela economia açucareira em processo de tombamento. Também demonstra o modelo ideológico implantado. O documento não indica de onde partiu o interesse em sugerir o tombamento federal do conjunto edificado, no entanto, sendo um órgão voltado à salvaguarda do patrimônio cultural nacional, se ampliasse o olhar sobre os estudos tipológicos de vilas operárias, perceberia que, num mesmo município, há a representação de, no mínimo, dois modelos urbanos industriais distintos: um isolado do contexto citadino (vila operária DEC), e outro que, ao mesmo tempo em que adentra sobre a cidade, constitui o próprio contexto urbano de Rio Largo. Essas duas formas de apropriação dizem muito inclusive sobre a origem econômica das quais foram fundadas¹¹⁷.

A não identificação dessas questões pelo órgão competente demonstra as limitações que há nos processos de seleção do bem a ser tombado e, ainda, nos estudos aprofundados do lugar em que o objeto se encontra. O caso da vila operária DEC representa a constância histórica expressas nas ações dos órgãos federais, tanto na justificativa de salvaguarda fundadas nos valores arquitetônicos do bem, como na hegemonia do legado proveniente da cultura do açúcar frente aos exemplares edificados por outros setores econômicos, como a indústria têxtil.

Os únicos remanescentes da indústria têxtil que estão em processo de tombamento pela União, em Alagoas, são as vilas operárias da Fábrica da Pedra, situada no município de Delmiro Gouveia, com processo iniciado em 1984, e da antiga Fábrica Carmem¹¹⁸, em Maceió, cujo processo data de 1987 (IPHAN, 2016). Isso significa que há um silenciamento de trinta anos pela União na busca pela salvaguarda do legado industrial têxtil de Alagoas. Em ida à sede alagoana do

¹¹⁷ Teria de relevante contribuição um estudo que comparasse como se dá a expressão dos valores patrimoniais (socioculturais, econômicos, ideológicos, urbanísticos etc.) no modelo urbano fundado pela indústria açucareira, com o modelo urbano fundado pela indústria têxtil em Alagoas.

¹¹⁸ É a última denominação, antes do desmonte fabril, para a Cia União Mercantil, primeira indústria têxtil de Alagoas, datada de 1857.

IPHAN para averiguar um possível interesse nos remanescentes industriais de Rio Largo, recebeu-se a informação de que ainda não foi discutida a possibilidade de promover estudos voltados à conservação do sítio industrial da antiga CAFT.

4.1.1.2 A instância estadual

A relevância dos exemplares da indústria têxtil para Alagoas está associada à participação do setor na aceleração do processo de urbanização no estado. Para Lessa (2008), “[...] o espaço têxtil foi um dos principais focos de urbanização e modernização do cotidiano, do trabalho, da política e da subjetividade” em Alagoas. Os conjuntos urbanos edificados por núcleos e vilas operárias, como a CAFT, constituem exemplares que fazem parte da história do urbanismo alagoano. Demonstra os modos de apropriação do espaço a partir da produção industrial urbana, diferente das condições implantadas pelo setor açucareiro.

O órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural reconhecido pelo estado de Alagoas é o Conselho Estadual de Cultura (CEC), contudo na lista de bens tombados não aparece um exemplar do legado industrial têxtil. O CEC reproduz as ações realizadas pelo órgão da União. Em sua lista há o predomínio de edificações, sítios e conjuntos do período colonial e monárquico da história do Brasil, fazendo com que outros sítios de relevância para a história do estado, como o da CAFT, não sejam reconhecidos como objetos dignos de conservação no âmbito estadual.

4.1.1.3 A instância municipal

O município de Rio Largo se enquadra dentro dos perfis de cidade onde há obrigatoriedade da redação e implantação do Plano Diretor definido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001): possui mais de vinte mil habitantes, estando com quase setenta mil habitantes (IBGE, 2010) e é integrante de região metropolitana (Região Metropolitana de Maceió).

Numa rápida pesquisa em *sites* de busca na *internet* é possível verificar que houveram audiências públicas para a discussão do Plano Diretor Participativo nos anos de 2007 e 2008, do município de Rio Largo. Contudo, nenhuma informação

sobre o instrumento foi encontrada no *site* da Prefeitura Municipal, nem na lista de leis e decretos aprovados pela Câmara Municipal. Numa conversa informal com um Vereador do município foi apresentada uma cópia do documento que supostamente seria o Plano Diretor da cidade, no entanto, não contém número de lei e data de aprovação, apenas indicação do ano de 2009. O documento acessado também não apresenta nenhum mapa anexo, mas se intitula como “Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento do Município de Rio Largo”.

Embora não haja o reconhecimento de número de lei que valide o Plano Diretor de Rio Largo, o documento pode sugerir qual a visão do município sobre seu patrimônio cultural, bem como os métodos e instrumentos utilizados por ele para sua salvaguarda. O patrimônio cultural aparece com maior destaque no sétimo capítulo, na apresentação das estratégias de desenvolvimento, intitulado “Do desenvolvimento urbano e qualificação ambiental”. No Plano Diretor de Rio Largo há a definição do que é o Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do município demonstrado no artigo 27:

Art. 67. O Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Rio Largo compreende a criação social e individual de sua população, urbano e rural, que **testemunha o desenvolvimento do município, sua evolução, sua identidade, suas preferências e seus acontecimentos históricos e culturais** (RIO LARGO, 2009, grifo nosso).

Na definição é possível encontrar alguns dos valores que foram atribuídos ao sítio da antiga CAFT: valor de origem e econômico, pois é um legado que testemunha o desenvolvimento de Rio Largo, associando ainda o valor urbanístico com a evolução urbana do município; sua identidade material determinada pelo valor arquitetônico e paisagístico; e o valor histórico enquanto elementos cujas consequências históricas ainda são sentidas no meio tanto a de seu apogeu quanto de sua decadência.

O documento define o que forma o acervo do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Rio Largo, não elencando valores, mas os elementos que constituem esse grupo que são:

I. Construções nos núcleos urbano e rural; II. Conjuntos paisagísticos; III. Bens coletivos e individuais; IV. Acervos documentais e bibliográficos; V. Festas populares; VI. Manifestações artísticas e culturais; VII. Artesanato cultural (RIO LARGO, 2009, grifo nosso).

De acordo com os valores demonstrados no capítulo anterior, o sítio industrial da antiga CAFT seria um bem que se constitui como um **conjunto arquitetônico e**

paisagístico de origem industrial no núcleo urbano de Rio Largo. Portanto, ainda segundo os valores atribuídos, é um sítio que se enquadra nas três categorias de patrimônio apresentado no Plano Diretor do município, como patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Apesar disto, a cidade de Rio Largo que tem o histórico econômico de formação urbana voltada à implantação e ascensão da indústria, possui em seu plano diretor a omissão do patrimônio industrial.

O não aparecimento do termo “patrimônio industrial” no Plano Diretor de Rio Largo demonstra certo afastamento nas políticas de conservação de legados materiais e imateriais com valores específicos tais como o valor tecnológico, científico, econômico, bem como os modos de vida, a memória do trabalho e dos saberes e fazeres presentes na comunidade rio-larguense. Este não é um problema do qual o município de Rio Largo tenha exclusividade, mas é relevante discutir o que esta omissão pode revelar sobre a cidade, e isto está relacionado a um dos valores identificados no sítio da antiga CAFT: o valor ideológico.

Os herdeiros da CAFT ainda residem na cidade de Rio Largo e fazem a gestão dos imóveis que constituem o sítio da antiga indústria. Isso significa que a família detém a propriedade de parcela significativa do solo urbano do município. A área que pode ser considerada o centro histórico¹¹⁹ de Rio Largo pertence quase em sua totalidade a um único dono. A influência territorial e ideológica da família parece ameaçar o interesse coletivo na conservação do patrimônio industrial que se apresenta intocável pela gestão pública municipal. Apesar desta situação, o Plano Diretor indica que:

Art. 70. O bem histórico, artístico, cultural e paisagístico de caráter privado poderá manter a sua condição de propriedade ao ser **tombado**.

Parágrafo único. O Município estimulará o proprietário de um bem histórico, artístico, cultural e paisagístico a usufruí-lo de maneira coerente, como parte da memória histórica municipal, um autêntico guardião da sua história.

Art. 71. O grau de intervenção no patrimônio histórico, paisagístico, artístico e cultural de um bem variará de acordo com seu estado de conservação, compreendendo a integridade tanto do imóvel quanto do meio ambiente.

Art. 72. **O bem histórico, paisagístico, artístico e cultural edificado sem uma destinação específica poderá ter seu uso modificado de acordo com sua capacidade, sem que sejam colocadas em risco sua estrutura física ou o ambiente em que se localiza** (RIO LARGO, 2009, grifo nosso).

¹¹⁹ Como “centro histórico” admitiu-se a seguinte conceituação: zona que “coincide por via de regra com o polo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (DGOTU, 2005, p.63).

O Plano Diretor de Rio Largo apresenta a possibilidade de uso do instrumento de tombamento sobre os bens de propriedade privada, essa seria uma das formas de conservação do patrimônio industrial, mas que não pode ser aplicada isoladamente é necessário um conjunto de ações para sua eficácia. A garantia de estímulo ao proprietário pela gestão pública na conservação do patrimônio seria relevante se abrangesse à herança industrial do município, uma vez que a conservação desses remanescentes é dificultada por suas características físicas, principalmente sua dimensão. Assim como seria significativa a orientação de um corpo técnico especializado quanto a alteração de usos do patrimônio de maneira que este exerça sua função social sem ameaçar seus valores e significados. A gestão pública deve auxiliar no julgamento desse reuso para que o interesse do capital privado não prevaleça sobre o interesse do coletivo.

O instrumento urbanístico apresenta que o patrimônio cultural rio-larguense será tratado em duas escalas: zonas e unidades. Apesar de demonstrar a intenção de indicar “Zonas de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística” e “Unidades Especiais de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural”, o documento não descreve ou pontua quais seriam tais zonas e unidades. Mais uma omissão no campo do patrimônio cultural, seja pelo desconhecimento do patrimônio da cidade ou pela cautela em lidar com um sítio cujos proprietários exerceram e ainda exercem influência ideológica sobre o lugar. O Plano Diretor de Rio Largo traz a definição dessas zonas e unidades e demonstra como a gestão pública atuará sobre elas.

Art. 75. Zonas de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística são áreas que possuem conjuntos edificados ou não de relevante significado para a memória histórica, social, natural, artística e cultural de Rio Largo, estando sujeitos à aplicação de ações voltadas à conservação e preservação, em projetos de revitalização e recuperação urbana.

[...]

Art. 76. Qualquer intervenção urbanística nas Zonas de Preservação Cultural e Histórica deverá ser precedida de consulta aos agentes envolvidos, incluindo representantes dos moradores e usuários no local, para avaliação das propostas.

Art. 77. Unidades Especiais de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural são um ou mais imóveis que formam um conjunto edificado ou não, que possuem elementos ou características de relevante significado para a memória histórica, social, natural, artística e cultural de Rio Largo, estando sujeitos à aplicação de políticas voltadas à sua conservação e preservação.

[...]

Art. 80. Qualquer intervenção nas Unidades Especiais de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural ou no seu entorno deverá ser precedida de

consulta ao órgão municipal responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural (RIO LARGO, 2009).

Diferente dos patrimônios naturais apresentados no Plano Diretor que é especificado, e dentre os quais dois apresentam-se na área ocupada pela antiga CAFT (Rio Mundaú e a Queda d'água no bairro Gustavo Paiva), nenhum dos elementos que constituem o patrimônio cultural é indicado. Esse silenciamento documental é expresso materialmente na cidade em que as intervenções sobre os exemplares responsáveis pela origem e desenvolvimento urbano de Rio Largo são realizadas pelos herdeiros e locatários, sem a participação da comunidade e aprovação de órgão público competente.

A incipiente divulgação do patrimônio industrial enquanto integrante do patrimônio cultural, juntamente com o valor ideológico presente na CAFT, pode explicar o não reconhecimento do antigo sítio industrial como um legado de valores patrimoniais que merece a cautela e atenção da gestão pública municipal. A forma genérica no trato do patrimônio cultural adotada pelo Plano Diretor de Rio Largo demonstra o desconhecimento das especificidades do patrimônio industrial.

Rio Largo, assim como muitas cidades brasileiras de pequeno porte, apresentou instabilidade administrativa nos últimos dez anos. A história política do município é marcada por afastamento de gestores públicos o que gera uma descontinuidade política, com mudanças de secretariado e chefes de órgãos municipais. Essa situação auxilia na incipiência de projetos voltados à promoção cultural e na instrumentalização da conservação.

4.1.2 A gestão da CAFT pelos herdeiros da indústria têxtil

Um Plano Diretor aparentemente não validado e de pouca especificidade nos elementos e formas de intervenção sobre o patrimônio reduz a probabilidade de elaboração de qualquer projeto de gestão patrimonial pelo município. Mesmo quando os herdeiros da antiga CAFT assumiram a administração pública de Rio Largo, não houve a execução de projetos voltados à conservação patrimonial do sítio industrial da CAFT. Em conversa informal¹²⁰ com um dos administradores e

¹²⁰ Esta conversa ocorreu em 12 de janeiro de 2017, no hall do escritório da Cia Alagoana com um dos diretores e herdeiros. A ida ao escritório objetivava uma busca aos contratos de locação dos remanescentes industriais, mas tais documentos não puderam ser acessados. Apesar disto, o diálogo

herdeiros dos remanescentes da antiga indústria têxtil, foi indicado que houveram projetos realizados durante a gestão pública administrada por seus familiares, no entanto não havia recursos financeiros suficientes para a materialização das propostas.

O diálogo com um dos herdeiros foi relevante para ter uma ideia imediata de como é feita a gestão dos remanescentes pelos proprietários. Uma vez que não há um órgão voltado à conservação patrimonial pela gestão pública, os proprietários da antiga CAFT criaram sua própria forma de conservar as antigas instalações industriais, sem a consultoria de um corpo técnico especializado, mas com a consciência da relevância de ações que mantenham a integridade física das edificações. Verificou-se que essa vontade de conservar os edifícios tais como eram é motivada pelo valor afetivo dos herdeiros sobre os exemplares que compõem o sítio. Esse valor afetivo, expresso no orgulho da fala do herdeiro também se manifesta coletivamente.

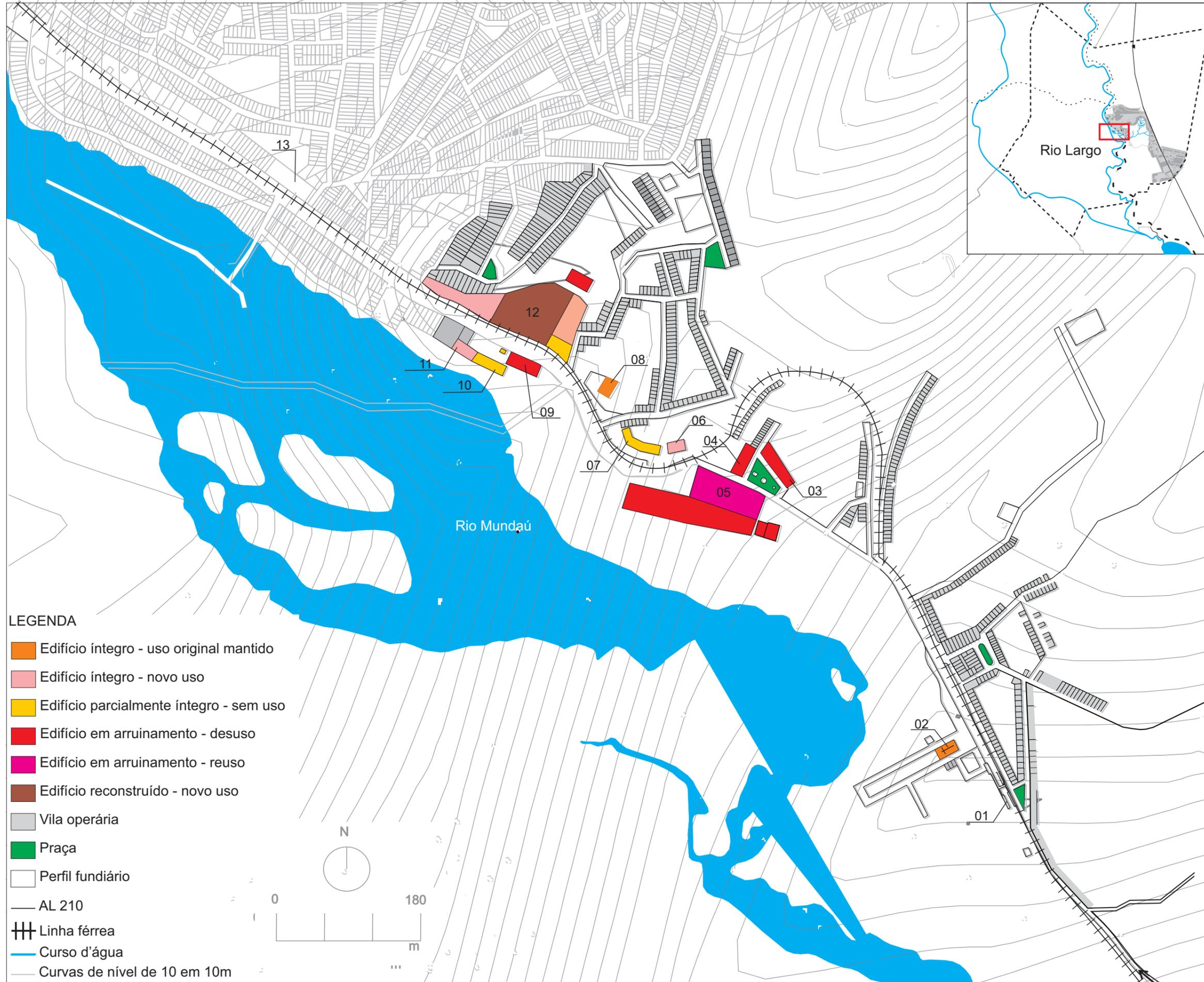
A tentativa de conservação realizada pela família só é feita na escala do edifício, não do sítio industrial como o todo. Somente a gestão municipal teria condições de moldar e ordenar o espaço urbano para a valorização da memória coletiva do sítio considerando seu valor de conjunto e de paisagem urbano-industrial. Apesar desta observação, é relevante ressaltar a intenção e vontade pelos proprietários em conservar os exemplares, seguindo os moldes e características do passado.

As intervenções realizadas pelos herdeiros são pontuais. Segundo um dos proprietários responsáveis pela administração dos remanescentes industriais, há a necessidade de fazer contratos de locação das propriedades para que a conservação seja possível, ou seja, reinseri-las à dinâmica urbana de Rio Largo. Os herdeiros se utilizam do valor de uso e do valor econômico do legado industrial como garantia de sua conservação. Materialmente, os principais edifícios do sítio da antiga CAFT podem ser classificados em: (i) edifício íntegro com uso original mantido: Palacete, Igreja Sagrado Coração de Jesus, parte da antiga vila operária; (ii) edifício íntegro com novo uso: antiga Casa da gerência, antigo Cine Teatro Guarany,

com o diretor foi relevante para o esclarecimento de questões que até então não foram documentadas e a confirmação de informações encontradas em outros trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre a história da antiga CAFT.

fragmento da antiga Fábrica Progresso; (iii) edifício parcialmente íntegro em desuso: antigo Departamento de Saúde, antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva, fragmento da antiga Fábrica Progresso;(iv) edifício em arruinamento em desuso: fragmento da antiga Fábrica Cachoeira, antigo edifício administrativo e almoxarifado, antigo Restaurante Operário, parte da antiga vila operária; (v) edifício em arruinamento com novo uso: fragmento da antiga Fábrica Cachoeira; (vi) edifício reconstruído para novo uso: fragmento da antiga Fábrica Progresso (Prancha 17).

Prancha 17- Espacialização da situação atual dos principais edifícios do sítio industrial da antiga CAFT que ainda estão sob a gestão dos herdeiros.



- LEGENDA - edificações
- 01 - Estação Ferroviária Gustavo Paiva
 - 02 - Igreja Sagrado Coração de Jesus
 - 03 - antigo Almocharifado e Oficina Mecânica
 - 04 - antiga Administração
 - 05 - antiga Fábrica Cachoeira
 - 06 - antiga Casa da Gerência
 - 07 - antigo Departamento de Saúde
 - 08 - Palacete dos patrões
 - 09 - antigo Restaurante Operário
 - 10 - antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva
 - 11 - antigo Cine Teatro Guarany
 - 12 - antiga Fábrica Progresso
 - 13 - Estação Ferroviária Rio Largo

- LEGENDA
- Edifício íntegro - uso original mantido
 - Edifício íntegro - novo uso
 - Edifício parcialmente íntegro - sem uso
 - Edifício em arruinamento - desuso
 - Edifício em arruinamento - reuso
 - Edifício reconstruído - novo uso
 - Vila operária
 - Praça
 - Perfil fundiário
 - AL 210
 - Linha férrea
 - Curso d'água
 - Curvas de nível de 10 em 10m

Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do *GoogleEarth* (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Os edifícios que recebem constantes intervenções para a manutenção de uso são o Palacete e a Igreja Sagrado Coração de Jesus, cujos trabalhos são realizados diretamente pela Cia Alagoana, e usufruídos pela mesma. Os valores afetivos e de uso sobressaem nessas ações realizadas pela Cia, e os administradores também reconhecem o valor histórico, principalmente enquanto memória individual: herança familiar.

Há uma liberdade em relação às reformas feitas pelos inquilinos na parcela da antiga vila operária que está sob administração da Cia Alagoana. É nessa situação em que a gestão pública poderia atuar de maneira incisiva, uma vez que a vila atribui ao município um valor paisagístico e de conjunto urbano peculiar, e muitas das ações isoladas sobre as unidades habitacionais que constituem a antiga vila operária tendem a provocar interferências no valor de conjunto e, conseqüentemente, na paisagem do antigo sítio industrial. Essas interferências se expressam em reformas e na mudança de gabarito das edificações, que tem seu valor arquitetônico alterado.

Os edifícios íntegros com novos usos apresentam-se com suas fachadas e formas arquitetônicas com alterações pouco notáveis. À antiga Casa da Gerência que abriga o Fórum do município e ao antigo Cine Teatro Guarany, onde funciona uma igreja evangélica, é atribuído pela Cia Alagoana um valor de uso e econômico. O interesse no reuso e na capitalização da Cia por meio da locação das antigas instalações se estende ao fragmento da antiga Fábrica Progresso em que teve um de seus antigos galpões industriais desmembrados para a implantação de pontos comerciais alugados individualmente.

Os cuidados realizados pela Cia Alagoana aos edifícios parcialmente íntegros em desuso se resumem a limpezas semestrais nas instalações. Estas operações constituem a remoção da vegetação espontânea. Segundo um dos administradores, esta é uma atividade padrão realizada inclusive nos edifícios que estão em processo de arruinamento. Entre os edifícios contemplados com esta ação estão: antigo Departamento de Saúde, antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva, fragmento da antiga Fábrica Progresso, fragmento da antiga Fábrica Cachoeira, antigo edifício administrativo e almoxarifado, antigo Restaurante Operário. Este procedimento não ocorre nas habitações em processo de arruinamento que se encontram na antiga vila operária.

Ressalta-se que todos os procedimentos realizados sobre os exemplares não são executados por mão-de-obra especializada na conservação patrimonial. Não há um calendário específico das ações, nem tampouco a consultoria de profissionais da área de conservação que possam elaborar projetos de restauro no viés das teorias da conservação. A ausência dessa figura especializada tende a fazer com que as ações sobre os edifícios acentuem seus efeitos nocivos ao ambiente urbano, o que pode levar à prevalência de valores negativos do patrimônio. Por exemplo, quando as edificações sem uso tornam-se pontos para a prática da violência e outras atividades ilícitas, bem como viram focos de epidemias comprometendo a saúde pública do município¹²¹. É o caso em que há conflitos dos valores patrimoniais, sobretudo o valor de antiguidade, com a vida na contemporaneidade.

Essa situação descrita levanta uma causa relevante e de interesse das ações sobre o patrimônio industrial: quando este recebe uma conotação negativa por parte da população ou assume o caráter de um “problema urbano” no contexto do qual está inserido. Isso reforça a dinamicidade que os valores patrimoniais possuem e a importância do estudo desse tipo de patrimônio e da participação de um corpo técnico especializado para intervir sobre eles, a fim de que os valores negativos não se sobressaiam perante os valores positivos atribuídos ao patrimônio desta natureza.

O diferencial do sítio da antiga CAFT é a participação ativa dos herdeiros na gestão dos remanescentes. Essa é em parte¹²², uma peculiaridade positiva para a conservação desse patrimônio que é movido pelos valores afetivos e econômicos dos familiares. A presença dos antigos industriais no sítio justifica a permanência material de significativa parte dos testemunhos do passado. É um caso que difere de outros em que, com a falência do setor, houve a venda ou mesmo o abandono das instalações industriais. Sem valores afetivos ativos, geralmente os valores econômicos desses bens se intensificam e leva a descaracterização ou mesmo demolição dos antigos espaços fabris. Todavia, mesmo que não haja a presença de

¹²¹ Há relatos de que o edifício do antigo Departamento de Saúde teve suas aberturas isoladas a mando do Ministério Público Estadual devido à proliferação de morcegos em seu interior. Seu abandono tornou-se caso de saúde pública. Somente por uma razão que não está relacionada diretamente à conservação do patrimônio cultural, houve a intervenção da gestão pública sobre um dos exemplares do sítio da antiga CAFT.

¹²² Em parte, pois a presença dos herdeiros evidencia o valor ideológico que tende a inibir as ações da gestão pública sobre o exemplar.

herdeiros que atribuem ao patrimônio industrial valores afetivos, a população que reconhece os valores simbólicos dos exemplares muitas vezes assume a postura de vigilantes para conservação desses testemunhos¹²³.

Dentre os conflitos entre a urbanidade e os edifícios em processo de arruinamento e em desuso, a Cia Alagoana apresenta outro conflito de valores: o valor de antiguidade e o valor de uso. Deste conflito sobressaem os valores de uso e econômico, e é representado pelo fragmento da antiga Fábrica Cachoeira, transformado em garagem de transporte coletivo. Notam-se intervenções realizadas pelos locatários que, segundo a Cia Alagoana, foram homologadas para que o edifício se adequasse ao novo uso. Ou seja, na política dos administradores não é o uso que deve ser compatível com o edifício, mas o contrário. Isso evidencia a prevalência do valor econômico ao valor de antiguidade da edificação, uma vez que as intervenções realizadas constituíram-se na reconstrução de fragmentos da ruína e inserção de novos elementos à sua fachada (Figura 54).

Figura 54 – Edifício da antiga Fábrica Cachoeira. Destaque para a reconstrução da ruína para adaptação a novo uso.

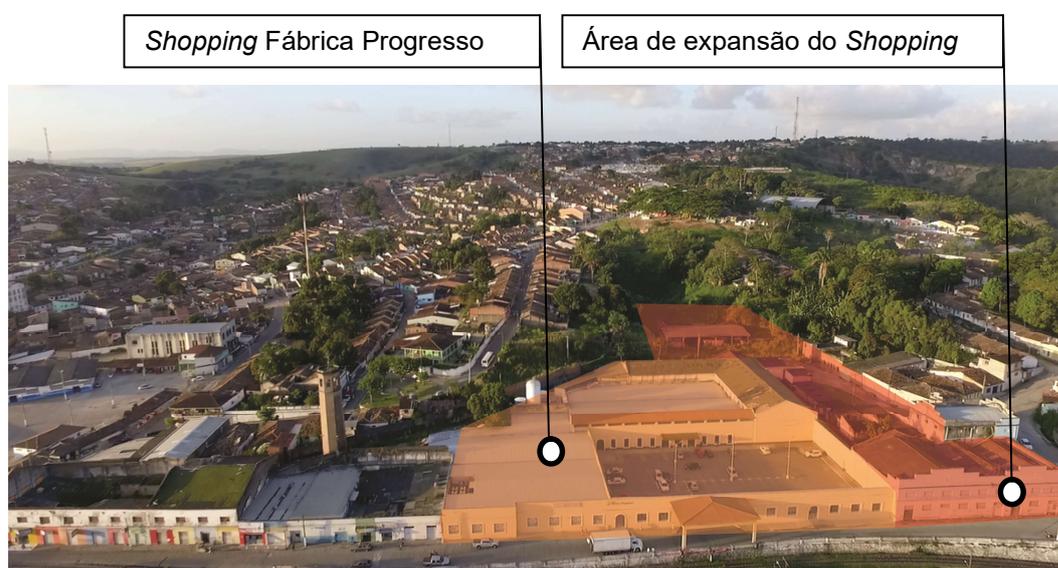


Fonte: Produzido pela autora.

¹²³ Um exemplo da participação da população sobre a conservação do legado industrial é o caso da antiga Fábrica de Sal em Ribeirão Peres, São Paulo. Sem uso desde 2009, no início do ano de 2016 a prefeitura do município criou um projeto de lei que autorizava a doação da área da antiga fábrica para a construção de um *Shopping Center*. Essa posição levou a uma mobilização da comunidade local para o impedimento da implantação do empreendimento. A população passou a se apropriar das instalações da antiga fábrica alegando a necessidade de transformá-la em espaço público para fruição e lazer. Paiva (2016) aponta os valores do antigo testemunho industrial: valor histórico, arquitetônico, de uso, urbanístico, afetivo. O movimento popular se estendeu desde a abertura do processo de tombamento em fevereiro de 2016, até a realização do tombamento estadual pelo CONDEPHAAT em dezembro do mesmo ano.

A Cia Alagoana se apropriou de partes da antiga Fábrica Progresso para a construção de um *Shopping Center* a partir de uma releitura de seu antigo estilo arquitetônico. Mais uma vez sobressaindo os valores de uso e econômico, mas também arquitetônico. A construção contou com o investimento de outras empresas para sua execução. O projeto visa ocupar horizontalmente todo o espaço onde funcionava a antiga fábrica, o que está em funcionamento trata-se da primeira etapa, a Cia Alagoana pretende expandir o *Shopping* na medida em que haja a negociação com outros investidores (Figura 55).

Figura 55 – indicação de área de expansão do Shopping Fábrica Progresso.



Fonte: Produzido pela autora.

Diante dessa configuração espacial de caráter misto, entre edifícios íntegros, parciais ou totalmente em processo de arruinamento, o contrato de locação, de acordo com as informações obtidas, é o mesmo para todas as edificações, ou seja, independente do grau de degradação do edifício, as obrigações e cuidados que o locatário da ruína deve ter são os mesmos do locatário do edifício que apresenta integridade física.

A obrigação que os herdeiros impõem aos locatários é de devolver a edificação, no término do contrato, da maneira em que lhe foi entregue. Postura que não é diferente daquela seguida por um locador cujo imóvel não tenha valor patrimonial. De acordo com a Cia Alagoana, é realizada uma vistoria antes da entrega do edifício ao locatário e outra na devolução do mesmo, a fim de que as

alterações sejam registradas e, caso sejam indevidas, os antigos locatários deverão solucionar para que a edificação retorne ao seu estado anterior.

Fica evidenciado que a preocupação dos proprietários é principalmente com o invólucro das edificações, ou seja, suas fachadas não devem passar por intervenções irreversíveis. Mesmo sem a consciência por parte dos herdeiros do que seria esse termo reversível na área da conservação é possível adentra-se numa questão relevante que é discutida na teoria contemporânea da conservação: o princípio de reversibilidade da intervenção sobre o patrimônio.

Conforme discutido no primeiro capítulo desta dissertação, o princípio de reversibilidade foi substituído pelo de retratabilidade pela teoria contemporânea da conservação por ser uma meta difícil de alcançar. Qualquer intervenção sobre o edifício promove alterações, ou seja, ele não retorna a seu estado original após alguma ação concreta sobre sua materialidade. Ainda que se faça uso do princípio de mínima intervenção, a reversibilidade deixará consequências sobre o bem patrimonial (VIÑAS, 2011). O caso da intervenção sobre a ruína da antiga Fábrica Cachoeira não é reversível, nem pode ser considerado de intervenção mínima, uma vez que constitui uma reconstrução de fragmento arruinado.

Os administradores tendem a julgar o grau da intervenção, todavia, conforme dito, o que os interessa é a devolução do edifício tal qual foi entregue. Isso faz com que a construção de falsos históricos sejam recorrentes nas edificações, colocando em conflito os valores estéticos e históricos com o valor de antiguidade, o qual já se opõe ao próprio valor de uso priorizado pelos herdeiros.

Antes de realizar qualquer intervenção os locatários devem procurar o escritório da Cia Alagoana para devida autorização, que a depender da ação poderá ser homologada ou indeferida, caso os administradores julguem a intervenção como irreversível. Ressalta-se que neste e em nenhum processo há a participação de profissionais especializados na área da conservação.

Parte dos bens móveis que constituíam os testemunhos da industrialização e davam a eles identidade da época e do sistema de produção ainda estão sob salvaguarda dos herdeiros. A Cia Alagoana não tem pretensão em criar um museu com essas peças, mas objetiva criar no *Shopping Fábrica Progresso* um espaço para exposição dos artefatos que também fazem parte do patrimônio industrial da

antiga CAFT. O acesso a esses bens é restrito, mas segundo um dos administradores da Cia Alagoana existe maquinários da antiga fábrica, documentos administrativos, mobílias antigas dos edifícios voltados à assistência dos operários como camas do Departamento de Saúde, cadeiras do antigo Cine Teatro Guarany etc. A existência desses bens móveis atualiza o valor tecnológico da antiga CAFT, e são além de legados do passado, testemunhos da evolução da técnica, caráter peculiar do patrimônio industrial.

Ainda no diálogo com um dos administradores e herdeiro dos testemunhos da antiga CAFT notou-se o empenho da Cia Alagoana em conservar o patrimônio familiar. Com a tentativa de trazer empresas que possam auxiliar financeiramente neste processo, a administração demonstra que a dificuldade para tal realização está na ausência de uma parceria com entidades públicas e da vontade política em traçar melhorias urbanas que possam atrair recursos de investidores para a cidade. A expressão “Rio Largo é uma cidade feia” como justificativa para a não aparição desses investidores foi constantemente citada na conversa com um dos herdeiros. A referência dada ao aspecto “feio” da cidade estava relacionada ao adensamento urbano sem planejamento.

O poder fundiário da família e sua participação na história da cidade é reconhecido e refletido nos níveis de intervenção do Poder Público sobre o sítio da antiga CAFT. Aparentemente é como se Rio Largo possuísse uma cidade dentro de outra, cuja responsabilidade da gestão daquela está entregue aos seus proprietários.

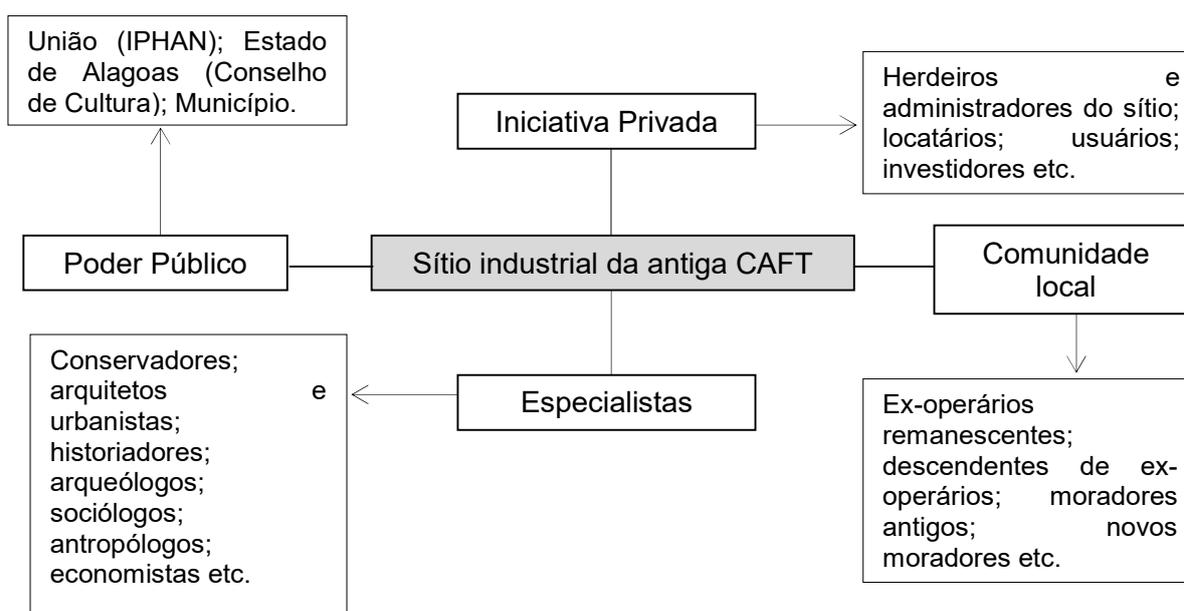
O valor ideológico da CAFT está presente nos limites que a própria família impõe quanto à restrição ao acesso aos antigos bens móveis, documentos e outras informações a respeito do passado industrial. O patrimônio industrial de Rio Largo ainda é tratado como se fosse de interesse exclusivamente privado, uma herança familiar, e não um bem que representa a memória coletiva do lugar. A presença dos herdeiros na cidade e sua influência política e econômica parecem intimidar qualquer mobilização em prol de uma gestão da conservação patrimonial voltada aos interesses coletivos. Aparentemente o sítio industrial da antiga CAFT é intocável pelo Poder Público.

4.2 Um Possível Caminho para Conservação do Sítio Industrial da Antiga CAFT

De acordo com as indicações da Carta de Burra (2013), referenciada na Carta de Nizhny Tagil (2003), e Keer (2013), uma das etapas para a constituição de uma gestão de conservação patrimonial consiste na compreensão da significância cultural do lugar. Para tanto, é preciso realizar um levantamento do sítio, o aprofundamento histórico deste bem, assim como o estudo de sua morfologia e de seus usos. Em seguida há a avaliação dos valores atribuídos ao sítio e a redação de uma Declaração de Significância. Esta é uma das etapas para a construção de um plano de conservação centrado nos valores patrimoniais, e que está em consonância com a teoria contemporânea da conservação.

Ressalta-se que o objetivo deste trabalho não é a elaboração de um Plano de Conservação do sítio da antiga CAFT. Para isto seria necessária participação da comunidade local e de todos os outros envolvidos e afetados pelo objeto de estudo, assim como uma equipe de especialistas multidisciplinar. Os envolvidos seriam: Poder Público (União, Estado e Município), iniciativa privada (herdeiros, locatários, usuários, investidores etc.), comunidade local (ex-operários remanescentes, descendentes de ex-operários, moradores antigos, novos moradores etc.) e especialistas (Esquema 11).

Esquema 11 – indicação dos envolvidos na conservação do sítio da antiga CAFT.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Após a realização da caracterização do sítio industrial da antiga CAFT, no capítulo anterior, e diante da complexidade exigida para que um Plano de Conservação Patrimonial seja efetivo, é apresentada a seguir uma versão de Declaração de Significância construída a partir do olhar especialista da autora sobre o bem estudado, de acordo com os valores patrimoniais atribuídos por ela ao sítio. Esta declaração não é uma versão fechada em si, mas uma possibilidade de documento que deverá ser revisada, atualizada e, até mesmo, ampliada de acordo com a interferência das pessoas afetadas por este exemplar do patrimônio industrial.

Declaração de Significância do sítio da antiga CAFT, em Rio Largo/AL

- Responsável por atribuir um caráter urbano à antiga vila de Rio Largo, elevada à cidade por seu desenvolvimento socioeconômico, a antiga Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT) moldou parte do território da cidade à ideologia industrial do final do século XIX. É um exemplar do patrimônio industrial alagoano que representa em sua morfologia reflexos do modelo urbanístico fundado pelos socialistas utópicos dos séculos XIX e XX. Esse modelo urbano sobrepõe os valores econômicos, tecnológicos, socioculturais e ideológicos do sítio. A influência e ideologia da antiga CAFT foram profundamente empregadas de maneira que as consequências históricas dos processos de industrialização e desindustrialização dos quais suas instalações passaram ainda são sentidas no espaço urbano rio-larguense.
- À CAFT pode ser atribuído um valor urbanístico, pois se constituiu como sítio industrial que representa a estreita relação entre indústria e ambiente, natural e cultural. Esta empresa criou uma paisagem urbano-industrial peculiar, caracterizada pelo ambiente natural com seu relevo de encostas suaves e acidentadas e pelo Rio Mundaú. Mas também com seu ambiente cultural representado pelos edifícios de produção fabril e de administração, pelos edifícios voltados às ações socioculturais, pelas moradias que constituíam a vila operária e pela linha férrea.
- A cada edifício que compõe o sítio da antiga CAFT é possível atribuir valores arquitetônicos, seja quando apreciados individualmente ou quando observados na condição de conjunto associando-os ao ambiente natural,

imprimindo também um valor paisagístico. A construção de conjuntos de moradias que seguem o desenho do relevo demonstra que há uma organicidade em sua morfologia pela apropriação da topografia local, aspecto que favorecia a vigilância e controle do patrão. A linearidade na implantação dos equipamentos urbanos e dos edifícios industriais também segue um desenho orgânico, tendo como referência o percurso do Rio Mundaú.

- O sítio da antiga CAFT é um exemplar que registra a memória do trabalho em Alagoas. Sua materialidade expressa tanto um sistema urbano articulado num modo de produção, como um modelo de vida urbano centrado no trabalho industrial. Essa característica aliada aos valores ideológicos e socioculturais incorporados na antiga CAFT leva à atribuição do valor afetivo por parte da população que sofreu influências diretas ou indiretas do período áureo da indústria têxtil.

- O legado da antiga CAFT retrata os dois períodos que marcaram uma mudança na dinâmica do lugar: o progresso e a falência econômica. O sítio industrial de reconhecido valor histórico também representa um valor documental, pois imprime em sua materialidade acontecimentos históricos que marcaram a memória dos habitantes da cidade de Rio Largo, tanto dos que vivenciaram o período áureo da indústria quanto dos mais recentes. Como exemplo de maior expressividade tem-se o evento da Enchente de 2010 que deixou marcas em edificações que constituem parte do sítio.

- A vocação funcional e econômica das antigas instalações industriais convive com a pátina do tempo das edificações que se encontram em processo de arruinamento. O sítio da antiga CAFT representa a persistência do valor de uso e econômico do patrimônio industrial. Tem como peculiaridade a permanência dos herdeiros da antiga empresa na cidade e na gestão dos seus remanescentes.

- O conjunto desses atributos e valores demonstra as potencialidades de um modelo urbano centenário, fundado e ainda mantido por uma empresa, responsável por profundas mudanças socioculturais e tecnológicas na cidade onde se implantou, e que ainda possui vocação funcional e econômica. Os valores listados, e outros que podem surgir na medida em que as pessoas afetadas se debruçam sobre o exemplar que é marco referencial na cidade,

são dignos de conservação para usufruto e (re) conhecimento de sua memória industrial pela geração presente e futura.

A Declaração acima apresenta a síntese dos valores e atributos do sítio da antiga CAFT. A partir dela é possível traçar diretrizes que conduzam a conservação do sítio. Considera-se que o objetivo de qualquer ação é a manutenção da capacidade do sítio em comunicar os valores a ele atribuídos (VIÑAS, 2011), e a prática sobre qualquer um de seus elementos deve ser motivada por estes valores (RIEGL, 2014).

Diante do descrito na Declaração, nota-se que os valores patrimoniais atribuídos ao sítio industrial da antiga CAFT percorrem os dois tipos de significados da teoria contemporânea da conservação: Significados Individuais e Sociais (para Academia, Identidade coletiva e Moral). Conforme Vinãs (2011), são esses significados unidos a seus respectivos valores que farão com que um objeto seja digno de conservação. O sítio da antiga CAFT constitui um conjunto de valores articulados e que dialogam entre si (Quadro 3).

Quadro 3 – Relação dos valores do sítio da antiga CAFT e significados da teoria contemporânea da conservação.

VALORES	SIGNIFICADOS ¹²⁴
De origem	Social (para a Academia): história da urbanização de Rio Largo, início da expansão urbana da cidade ainda expressa na morfologia do lugar.
Histórico	Individual: história da vida, do trabalho e da importância da família Paiva em Rio Largo/AL; Social (para a Academia): segunda fábrica têxtil alagoana. Exemplar da industrialização do século XIX e XX; Social (Identidade coletiva): história da formação da sociedade urbana rio-larguense.
Documental	Individual: herança familiar; Social (para a Academia): legado material do processo de industrialização e modos de vida do século XIX e início do XX; Social (Identidade coletiva): marcas de acontecimentos históricos, progresso e declínio econômico e da Enchente de 2010.
Econômico	Individual: ascensão econômica da família Paiva. Fonte de renda para a manutenção dos remanescentes do legado industrial; Social (para a Academia): destaque da representação da antiga CAFT na economia alagoana de exportação. Emprego e desemprego em massa com a falência do setor. Mudança da dinâmica urbana de Rio Largo; Social (Identidade coletiva): período próspero da indústria.

¹²⁴ Apresentados na teoria contemporânea da conservação, foram discutidos no primeiro capítulo desta dissertação.

	Desemprego em massa com a falência do setor têxtil em Rio Largo.
Tecnológico	Social (para a Academia): engenhosidade das construções e dos sistemas estruturantes (barragens, linha férrea); tecnologia dos maquinários importados da Europa.
Ideológico	Individual: controle da vida privada dos operários no período de funcionamento fabril. Manutenção do poder fundiário na cidade pela família Paiva; Social (para a Academia): exemplo de modelo urbano fundado na ideologia industrial do século XIX e início do século XX; Social (Identidade coletiva): submissão dos operários à disciplina e controle do industrial. Silenciamento das políticas públicas na conservação sobre os exemplares remanescentes da industrialização; Social (moral): modelo de vigilância, disciplina e controle empregado no século XIX e início do século XX pelos industriais.
De uso	Individual: adaptação a novos usos pelos herdeiros para tornar os edifícios rentáveis; Social (para a Academia): o conflito entre o valor de uso e o valor de antiguidade (Riegl, 2014). A geração de novas dinâmicas urbanas a partir do reuso do patrimônio; Social (Identidade coletiva): manutenção da moradia da antiga vila operária.
Afetivo	Individual: os remanescentes consistem numa herança familiar; Social (Identidade coletiva): constituem parte da memória coletiva de Rio Largo, fundada nos modos de vida e do trabalho.
Sociocultural	Social (para a Academia): um campo para estudos sociológicos e antropológicos, entre outras áreas, sobre apropriação do espaço, memória do trabalho, cultura e poder; Social (Identidade coletiva): a CAFT possibilitou uma instrução educativa e orientação religiosa (católica e protestante). Criou tradições na cidade e um legado cultural ainda rememorado, a exemplo da banda feminina de jazz (pioneira no Brasil); Social (Moral): uso do assistencialismo e da cultura como meio para a implantação ideológica fabril – relações de poder.
Arquitetônico	Social (para a Academia): concepção da arquitetura seguindo os estilos em voga na época de construção; Social (Identidade coletiva): aproximação entre vida privada e coletiva. Identificação do posto de trabalho com base no modelo arquitetônico habitado; Social (Moral): os modelos arquitetônicos relacionados com a hierarquia fabril. A manutenção do emprego pelos operários como garantia da moradia.
Urbanístico	Social (para a Academia): modelo urbano implantado seguindo um sistema articulado de produção industrial. Representa a relação indústria, cidade e ambiente natural; Social (Identidade coletiva): o modelo urbano constitui uma identidade para cidade, pela forma de apropriação do ambiente natural. Social (Moral): a ideologia industrial funda e organiza o ambiente urbano em prol do controle e vigilância dos operários.
De paisagem	Social (para a Academia): para estudos da paisagem. A indústria não apenas se insere no ambiente, mas constrói uma paisagem peculiar, pela forma de apropriação do ambiente natural, espaço urbano e por sua implantação;

	Social (Identidade coletiva): o reconhecimento estético da relação entre arquitetura, relevo, rio e vegetação. A paisagem urbano-industrial é característica e peculiaridade de Rio Largo, enquanto identidade do lugar.
De conjunto	Social (para a Academia): relevantes para estudos no campo da arquitetura e do urbanismo, antropologia, sociologia etc. Relação entre público e privado, individual e coletivo; Social (Identidade coletiva): conforma a paisagem característica de Rio Largo.
De novidade	Social (para a Academia): relevante para estudos históricos, estilísticos, de materiais e restauração; Social (Identidade coletiva): facilita a percepção e entendimento do objeto arquitetônico ou do ambiente.
De comemoração	Social (Identidade coletiva): rememoração ao evento que representa o objeto. No caso, a implantação da fábrica têxtil em Rio Largo.
De antiguidade	Social (para a Academia): reconhecimento da pátina do tempo nos objetos arquitetônicos. O transcurso da temporalidade e a ancianidade do bem. Social (Identidade coletiva): atribuído às “novas ruínas” decorrentes da Enchente de 2010. É um valor que expressa na comunidade local um modo de vida e uma configuração espacial antes do evento, mesmo este sendo recente. A profundidade das consequências sentidas pela Enchente de 2010 faz com que a pátina deixada por ela seja reconhecida como um passado distante.

Fonte: Produzido pela própria autora.

Como significados sociais o sítio da antiga CAFT apresenta-se com relevantes contribuições. Para a Academia, os valores patrimoniais identificados podem abrir campos de investigação para disciplinas da área da conservação, arqueologia industrial, economia, história, sociologia, antropologia, arquitetura e urbanismo, engenharia, entre outras. Tratam-se de valores que não estão relacionados apenas à estética do lugar, mas que podem direcionar pesquisas no campo científico sobre a origem de cidades, os modelos urbanos implantados no século XIX, os fatores econômicos que marcaram as duas fases da indústria (o apogeu e o declínio) e conseqüentemente alteraram a dinâmica urbana do lugar, a tecnologia empregada nos maquinários e na construção de sistemas e edifícios que respondessem às necessidades industriais da época, os aspectos antropológicos envolvidos que estreitam os valores socioculturais e ideológicos ainda sentidos no espaço urbano contemporâneo, etc.

De acordo com a teoria contemporânea da conservação, somente os significados individuais que envolvem a antiga CAFT já poderiam fazer com que os remanescentes do sítio se tornassem objetos dignos de conservação. Os valores

que estão relacionados a este significado podem ser atribuídos pelos seus proprietários, que consistem nos herdeiros dos remanescentes industriais da CAFT. Esses significados puderam ser observados durante a conversa com um dos administradores que descreveu brevemente a forma de gestão dos edifícios que ainda estão sob custódia da família, e puderam ser confirmados por meio do estudo do livro “Rio Largo: cidade operária”, de autoria do herdeiro Paiva Filho, em 2013, e com trabalhos acadêmicos que teve como objeto de estudo o antigo sítio, como o de Castro (2015) e Castro e Xavier (1997).

Os valores atribuídos ao sítio que configuram os significados individuais referem-se à representação simbólica da história da vida e do trabalho da família Paiva, sua ascensão econômica no ramo da industrialização, influência ideológica que se implantou a partir da relação patrão-operário, o reuso dos remanescentes como meio para sua permanência, a relação de afetividade que os remanescentes têm para a cidade e para a família. Isso fica evidente ao observar que o sítio da antiga CAFT ainda possui parte dos remanescentes em situação de uso e integridade física pelo significado que este legado tem para os herdeiros que atuam em sua gestão, trata-se de um bem patrimonial familiar.

Apesar dos significados individuais descritos estarem relacionados aos possíveis valores atribuídos pelos proprietários, devem ser considerados os valores independentes de cada indivíduo, no entanto, no âmbito da conservação, eles não seriam suficientes para tornar o sítio digno de conservação, apenas se reconhecido à luz da coletividade, sendo significado social. Pelos trabalhos realizados por Castro (2015) e em conversas informais com moradores da antiga vila operária, é possível identificar um valor de identidade coletiva pelos remanescentes do passado industrial. Castro (2015)¹²⁵ entrevistou pessoas que não viveram o apogeu da industrialização, mas pelo conhecimento da história do legado, ou seja, pela atribuição do valor histórico ao lugar, passou a ter uma relação afetiva com o sítio da antiga CAFT. Isso demonstra a relação intrínseca entre os valores.

¹²⁵ Castro (2015) entrevistou trinta e cinco moradores e transeuntes e identificou que todos tem afeição sobre por pelo menos um dos bairros onde os remanescentes da antiga CAFT se encontram. Setenta por cento dos entrevistados apresentam relação afetiva com o bairro Cachoeira ou Gustavo Paiva, que consiste na área que está com sua configuração espacial mais conservada, e também foi o bairro mais atingido pela Enchente de 2010.

Faz parte da identidade coletiva o valor econômico do antigo sítio, que representa a dependência do município pela indústria, e o quanto a falência de uma empresa representa o declínio de uma cidade ainda não superado. Esse valor reflete também na perda de emprego em massa que fez com que mudasse a vida de muitas famílias.

O valor de uso atribuído principalmente às moradias da antiga vila operária constitui um aspecto positivo no sítio da antiga CAFT, correspondente à memória coletiva. Apesar do encerramento das atividades fabris, os ex-operários puderam permanecer em suas antigas casas, dando a elas uma continuidade histórica e significados individuais. Muitas dessas habitações sofreram adaptações para atender à demanda contemporânea, no entanto o valor afetivo individual e de uso tendem a busca pela permanência no local que possui o valor afetivo semelhante ao dos herdeiros da antiga CAFT: um legado familiar fruto do trabalho industrial. Ao valor de uso associa-se uma noção de pertencimento ao lugar.

Além desses valores presentes no significado de identidade coletiva têm-se dois que estão estreitamente vinculados: o valor de conjunto e o de paisagem. Esses dois valores representam o sítio da antiga CAFT enquanto elementos identitários da sociedade rio-larguense. São valores atribuídos no início do século XX, conforme visto no capítulo anterior na descrição de Marroquim (1922), e continuam a proporcionar uma configuração peculiar da relação ambiente natural e cultural. Seria principalmente a união desses valores que dá a especificidade de Rio Largo frente a outros sítios industriais de mesma natureza. A peculiaridade da forma de apropriação do sítio pela indústria.

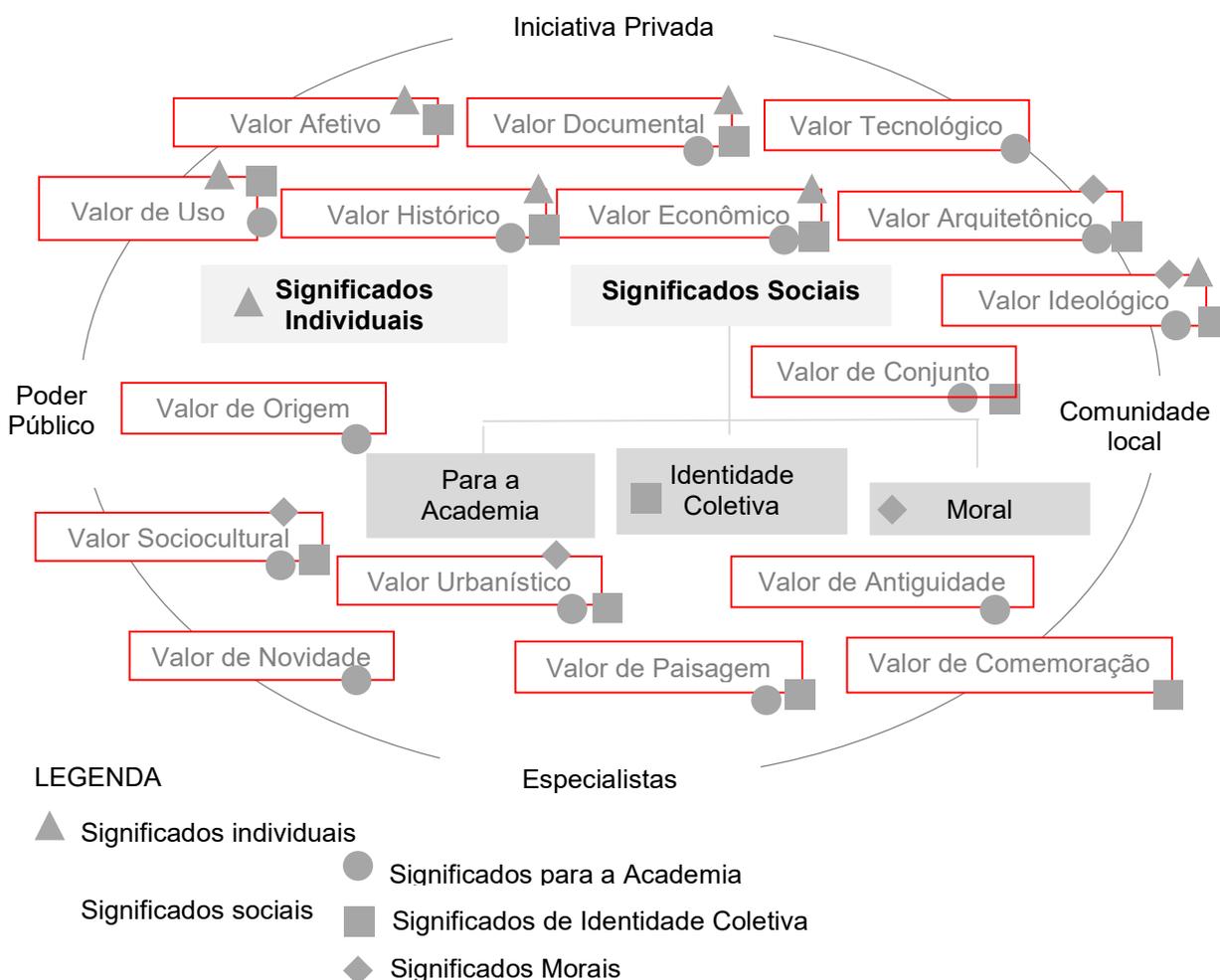
O valor que perpassa todos os significados, os significados individuais e sociais (para a Academia, identidade coletiva e moral), é o valor ideológico do sítio. Se são os significados dos bens que, segundo Vinãs (2011), determinam se um objeto é ou não digno de conservação, na prática, o valor ideológico oferece posições contraditórias com relação a tal questão. O silenciamento da gestão pública sobre o exemplar pode ser expressão do valor ideológico da questão de posse e poder fundiário pelos herdeiros. Trata-se de uma constante histórica, um valor que ao mesmo tempo em que conduz a uma necessidade de conservar, pelos significados individuais dos proprietários, cancela ações para a coletividade, ou seja,

seu significado social. É um dos desafios a ser superado para uma política de conservação efetiva.

O significado moral é expresso pelos valores ideológicos, urbanísticos, arquitetônicos e socioculturais. Este significado pode ser visto na concepção urbanística e arquitetônica do sítio da antiga CAFT que foi reproduzida pelo entorno construído imediato. O mesmo acontece com o valor sociocultural, fundado historicamente na ideologia industrial imposta e que parece resistir ao tempo.

A partir das associações entre os envolvidos, valores e significados, constata-se que o sítio da antiga CAFT caracteriza-se por uma multiplicidade de valores patrimoniais que estão expressos na sua morfologia urbana, paisagem, condição de conjunto, do seu caráter ideológico, da dimensão simbólica expressa na afetividade da população com o legado industrial etc. Possui significados que constroem uma rede de valores representados de maneira tangível e intangível. O sítio industrial da antiga CAFT é a representação palpável dessa rede, ao mesmo tempo em que comunica a materialidade desses valores, é cenário e palco da imaterialidade dos mesmos, que são lidos, atribuídos e vivenciados por diversos atores. Os valores e significados são atribuídos e articulados pelas pessoas afetadas, a partir de sua relação com o sítio da antiga CAFT (Esquema 12).

Esquema 12 – Associação dos valores atribuídos ao sítio da antiga CAFT aos significados apresentados na teoria contemporânea da conservação.



Fonte: Produzido pela autora.

Essa rede de valores não é imutável. Está em constante atualização a depender da mudança das circunstâncias e da perspectiva dos envolvidos. O esquema acima demonstra a presença dos envolvidos e afetados pelo sítio da antiga CAFT, ou poderia ser por qualquer sítio que tenha valores e significados para estes grupos. O posicionamento dos envolvidos não foi aleatório, o Poder Público em lado oposto à comunidade local simboliza que o primeiro é capaz de direcionar políticas aos significados sociais, relacionados à identidade coletiva, no processo de gestão da conservação do sítio, por meio do intermédio de especialistas e da iniciativa privada. Os especialistas tendem a estreitar o acesso da comunidade à gestão pública, visando o bem comum, e consultando por meio dos instrumentos da administração pública a iniciativa privada, detentora da propriedade industrial. Esta, por sua vez, está entre os interesses políticos e sociais.

O sítio da antiga CAFT apresenta desafios em sua gestão patrimonial, tanto no que diz respeito à multiplicidade de seus valores e significados, quanto à concentração da gestão patrimonial pelos herdeiros, devido principalmente à supremacia do valor ideológico presente no sítio que reflete em sua conservação, o que promove a omissão da gestão pública e, principalmente, da comunidade local. A busca por uma política de conservação efetiva dificilmente partiria da população, que parece ainda vivenciar o cenário ideológico imposto no final do século XIX.

Na gestão dos herdeiros não há distinção de atributos que indiquem seus estados de conservação, os edifícios são vistos como um patrimônio individual, fonte histórica e, ainda, econômica familiar. As ações generalistas sobre os edifícios, considerando o tratamento igualitário a todos eles, se continuadas e investidas por esses envolvidos, tendem a fragilizar atributos que representam valores de relevante dimensão simbólica para a cidade como um todo.

Intervenções sem critérios e sem fundamentação em alguma teoria podem vir a ameaçar valores como o de antiguidade, arquitetônico, de conjunto e de paisagem. Essa é a reprodução de uma postura constantemente utilizada sobre o patrimônio industrial, conforme as inquietações apresentadas por Kühl (2008) e Rufinoni (2013), quando esse testemunho vira mero contentor para novos usos.

A forma de gestão da iniciativa privada, aqui representada pelos herdeiros da antiga CAFT, limita-se em tratar os edifícios isoladamente, com ações pontuais e generalistas sobre cada exemplar. Aparentemente os edifícios são vistos como patrimônio familiar e não patrimônio cultural, isso porque não há reconhecimento legal desse testemunho industrial como patrimônio de interesse coletivo. Neste ponto inicia uma tensão entre a propriedade privada e o bem cultural. Este conflito poderia a ser amenizado com a atuação da gestão pública em criar incentivos¹²⁶ aos proprietários, garantindo a função social da propriedade e a manutenção de seus valores para o bem coletivo.

Ainda que existisse uma tutela adequada para a conservação dos aspectos materiais de cada edificação que faz parte do sítio da antiga CAFT, ela não seria suficiente para atingir os valores voltados à compreensão do sítio como um todo. O patrimônio industrial da CAFT possui um caráter urbano que requer uma

¹²⁶ Previstos no Plano Diretor do município, mas não praticados.

conservação que considere tal aspecto. É um objeto que parte da escala do edifício e ganha complexidade em sua dimensão urbana.

Para o planejamento de uma gestão efetiva de qualquer sítio é preciso que haja um processo de negociação¹²⁷ entre os envolvidos, principalmente entre a iniciativa privada e a gestão pública, esta última como representante dos interesses da comunidade local. Esse diálogo entre a entidade pública e os herdeiros é necessário diante da dimensão urbana do patrimônio industrial da antiga CAFT, pois parte de seus atributos e valores tem a escala da cidade como expressão. Neste conjunto está incluso o próprio significado ideológico impresso na morfologia urbana de Rio Largo.

Os elementos que compõem o sítio da antiga CAFT não estão inseridos na paisagem urbana de Rio Largo, eles constituem a própria paisagem da cidade. Por esta razão é relevante pensar diretrizes que considerem sua escala, assim como as relações dos elementos físicos e naturais como continuidade da memória industrial rio-larguense. Será por meio do cuidado com a paisagem urbano-industrial que parte dos valores desse patrimônio industrial poderão ser mantidos pela e para a cidade.

Sendo responsável pelo ordenamento e planejamento do espaço urbano, cabe à instância municipal traçar diretrizes e utilizar instrumentos de política urbana voltados à conservação dos valores atribuídos ao sítio industrial da antiga CAFT. A gestão pública deve agir como intermediadora para a supremacia dos interesses coletivos sobre o patrimônio industrial. Somente com a interferência do Poder Público será possível pensar o patrimônio que se representa da edificação à paisagem, nesse caso, à paisagem urbano-industrial.

Apesar de não citada pela Carta de Nizhy Tagil (ICOMOS, 2003), a Declaração de Amsterdã (ICOMOS, 1975) apresenta uma discussão relevante sobre a conservação urbana e que cabe nas características do patrimônio industrial. A Declaração de Amsterdã discute como as políticas de planejamento urbano podem integrar às de conservação do patrimônio cultural e proporcionar contribuições a elas

¹²⁷ A negociação entre os envolvidos consiste em uma das fases do planejamento da conservação do patrimônio cultural. A fase anterior a esta consiste na Análise e Valorização com levantamento de dados e informações sobre o bem cultural, em seguida tem-se as Proposições que dá indicações de possíveis intervenções físicas e também do investimento financeiro necessário para a efetivação do processo de conservação. Após a Negociação vem o Monitoramento e Controle das condições físicas do patrimônio propondo ações específicas sobre ele. A última etapa consiste na Implantação das proposições propriamente dita (PONTUAL, 2012).

(ICOMOS, 1975). A Nizhy Tagil (ICOMOS, 2003) levanta esta questão em um de seus tópicos, mas não com profundidade. Esta observação é importante, pois no caso do sítio da antiga CAFT, a ligação entre patrimônio e desenvolvimento urbano possui estreita relação desde a implantação da indústria, no fim do século XIX.

O município de Rio Largo, em seu Plano Diretor, ao propor diretrizes relacionadas ao legado cultural estabelece a criação de Zonas de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística, mas não classifica quais seriam, destacando que um trabalho posterior será realizado para a definição de tais zonas¹²⁸. Somente o reconhecimento do valor de origem do sítio industrial da antiga CAFT seria suficiente para dá indícios de que este seria uma das zonas de preservação. O sítio apresenta os três valores na titulação proposta pelo Plano Diretor: valor sociocultural, valor histórico e valor paisagístico.

A redação do Plano Diretor de Rio Largo trata o patrimônio cultural da cidade de modo genérico, por esta razão, utilizou-se o Plano Diretor de Maceió (MACEIÓ, 2005) para auxiliar na instrumentalização da conservação do sítio industrial de Rio Largo. O Plano Diretor da capital setoriza o que chama de Zona Especial de Preservação em: setores de preservação rigorosa (1 e 2) e setor de preservação de entorno cultural.

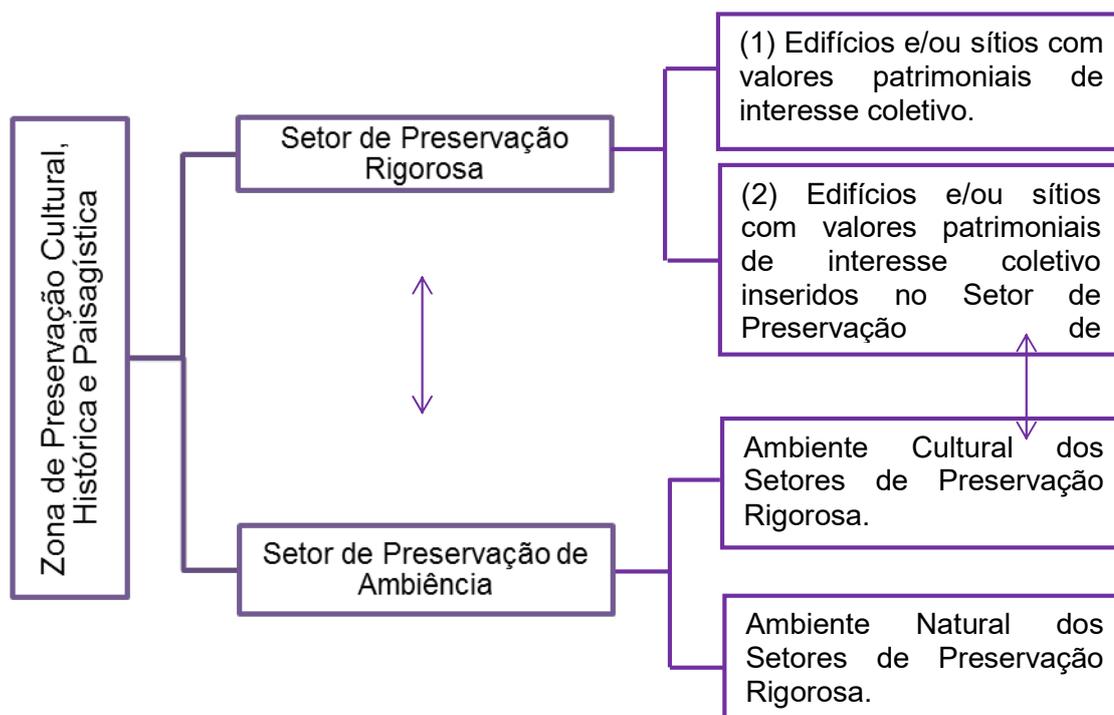
Como a zona determinada no Plano Diretor de Rio Largo engloba o caráter paisagístico optou-se por subdividi-la em: setor de preservação rigorosa (1 e 2), conforme a referência ao Plano Diretor de Maceió (MACEIÓ, 2005), e setor de preservação de ambiência¹²⁹. O Setor de Preservação Rigorosa são os sítios, conjuntos urbanos, edifícios, espaços etc., que possuem significância cultural para determinado grupo ou para a sociedade como todo. Por Setor de Preservação de Ambiência, dividido em setor de ambiente cultural e setor de ambiente natural, entendem-se os ambientes de entorno que contribuem para a leitura e interpretação dos valores dos Setores de Preservação Rigorosa, assim como auxiliam na composição plástica dos mesmos. Não foi adotado o termo entorno paisagístico,

¹²⁸ Não foi encontrado nenhum trabalho desta natureza realizado pela gestão pública após a redação do Plano Diretor de Rio Largo, em 2009.

¹²⁹ Consiste nas condições de entorno. Segundo Giovannoni (2013, p.146), há casos no estudo do patrimônio em que sua ambiência é elemento “extrínseco de importância predominante para a obra de arte”, considerando esta última como o bem patrimonial, conforme já discutido, este é o caso do sítio industrial da antiga CAFT, seu contexto é relevantes para sua leitura e interpretação pelas pessoas afetadas.

uma vez que o valor paisagístico também pode ser atribuído aos Setores de Preservação Rigorosa. A Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística ficaria com a seguinte estrutura (Esquema 12):

Esquema 12 – Proposta de constituição da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística.



Fonte: Produzido pela própria autora.

A proposta de subdivisão da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística, possibilita que os edifícios e sítios de valores patrimoniais não sejam vistos isoladamente, mas que a sua conservação abranja os aspectos que possam interferir na ambiência do exemplar de interesse histórico, cultural e paisagístico. Apesar da separação, os setores não podem ser vistos sem constituírem uma relação dinâmica entre si.

Diante dos valores expressos na versão de Declaração de Significância Cultural aqui apresentada, o sítio industrial da antiga CAFT pode constituir a primeira Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística do município de Rio Largo. A escala urbana do sítio e seus valores patrimoniais, como o valor de origem atribuído a ele, demonstram o adequado enquadramento da antiga CAFT no zoneamento urbano do patrimônio cultural rio-larguense. Visto como a porta de acesso ao perímetro urbano de Rio Largo, o sítio da antiga CAFT uma vez reconhecido como

Zona de Preservação, estaria mais propício a projetos urbanos que unam o desenvolvimento da cidade e patrimônio cultural, neste caso, de natureza industrial.

Estes projetos, atendendo à condição de Gestão Democrática da cidade prevista pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), devem proporcionar a manutenção dos valores patrimoniais e atributos do lugar. A zona do sítio da antiga CAFT pode ser uma alternativa para uma nova dinâmica urbana em Rio Largo, como foi em épocas passadas. As ações¹³⁰ sobre este fragmento urbano rio-larguense seriam relevantes para o reestabelecimento psíquico da população, principalmente dos habitantes que foram vítimas da Enchente de 2010 e dos ex-operários ou moradores de longa data que vivenciaram o desmonte da indústria têxtil e a mudança na dinâmica da cidade.

A determinação do sítio enquanto zona é um primeiro passo para que o mesmo possua uma normativa urbanística específica de uma área de valor patrimonial. Deve ser visto com olhar especializado de um sítio que merece uma atenção particular, e adequação das intervenções aos seus valores e atributos, para que não perca sua identidade e significância cultural. A Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística do sítio da antiga CAFT estaria subdivida em:

(i) O Setor de Preservação Rigorosa 01

Todo o perímetro do sítio industrial da antiga CAFT consiste num Setor de Preservação Rigorosa 01, uma vez que é um conjunto urbano de natureza industrial que possui valores, atribuídos e associados pelas pessoas afetadas, de relevante representatividade para a comunidade local e científica, o que o torna um sítio digno de conservação. Sua significância cultural está associada aos valores de origem, histórico, documental, econômico, afetivo, arquitetônico, paisagístico, sociocultural, tecnológico, ideológico, de uso, urbanístico, paisagístico, de conjunto, de antiguidade.

O Setor de Preservação Rigorosa 01 é constituído por bens de impacto visual horizontal e vertical¹³¹; conjuntos edificados¹³² de modelos arquitetônicos

¹³⁰ De caráter material, mas, sobretudo, imaterial, prevendo trabalhos de Educação Patrimonial com a população.

¹³¹ Conforme a ideia de monumento apresentada por Riegl (2014), aqui não será utilizado tal termo para designar um edifício que faça parte do sítio industrial da antiga CAFT, uma vez que, por monumento, entende-se qualquer produto que represente valores patrimoniais dignos de conservação. Os próprios bens móveis podem ser considerados monumentos caso haja um consenso

heterogêneos, homogêneos e de arquitetura ambiental¹³³; praças; linha férrea; morfologia urbana do antigo sítio industrial. Neste setor ainda são encontradas áreas de remanescentes de Mata Atlântica e de vazios urbanos¹³⁴.

Os bens de impacto visual horizontal são marcos referenciais para a cidade pela sua escala, composição arquitetônica e implantação no contexto do sítio industrial. Constituem aqueles que foram construídos para a produção fabril, administração, vigilância e controle dos operários, bem como as edificações voltadas à assistência social, orientação religiosa, à cultura e lazer dos trabalhadores. A esses bens podem ser atribuídos valores como: histórico, arquitetônico, afetivo, sociocultural, econômico, ideológico, de uso, de paisagem entre outros. Além desses é possível atribuir valores de antiguidade e de novidade, com base no grau de degradação do edifício e nível de intervenção pelo qual passa ou passou. São bens de relevante significado social, com potencial para atender a novos usos que sejam compatíveis com sua estrutura física e seus valores, sem deixar de considerar os do sítio como um todo.

Os bens de impacto visual vertical constituem marcos referenciais para a cidade pela sua escala. São as chaminés dos antigos edifícios fabris. Elementos relevantes pela identidade industrial que atribui ao lugar, sendo uma estrutura de memória, que remete às lembranças relacionadas ao som do apito fabril. Além dos valores históricos, tecnológicos e afetivos, às chaminés pode ser atribuído um valor de paisagem. A chaminé da Fábrica Cachoeira, em processo de arruinamento, faz uma composição com o ambiente natural (o Rio Mundaú e a Mata Atlântica),

da sociedade na atribuição de valores, como os maquinários e documentos que estão sob salvaguarda dos herdeiros. Como para o desenvolvimento deste estudo não houve o aprofundamento dos demais envolvidos pelos remanescentes da antiga CAFT, não é possível identificar os exemplares dignos ou não de serem denominados monumentos. Portanto, adotou-se o termo genérico “bem” ao se referir dos exemplares carregados de valores e significados.

¹³² Estes conjuntos referem-se às moradias da antiga vila operária que representam a memória industrial da hierarquia de funções dentro da antiga CAFT, transferida para o espaço urbano. Adotou-se o termo conjuntos e não residências, pois muitas unidades não possuem mais tal uso, tendo uso comercial ou misto. Portanto, para não criar conflitos entre a nomenclatura e o uso das antigas habitações na contemporaneidade optou-se pelo termo genérico.

¹³³ Adotou-se o termo “arquitetura ambiental” para aquelas unidades que possuem valor estético quando consideradas em conjunto, constituindo uma paisagem. O entendimento dessa denominação está de acordo com a interpretação de Cabral (2013, p.35) do uso da palavra “ambiente” nos escritos de Gustavo Giovannoni. Segundo a autora, “quando Giovannoni adjetiva uma arquitetura (‘arquitetura ambiental’), ele cria um tipo de arquitetura “menor” que tem valor enquanto parte de um agrupamento”.

¹³⁴ Estes vazios foram decorrentes, principalmente, da Enchente de 2010.

enquanto a chaminé da Fábrica Progresso compõe com o ambiente urbano do Centro de Rio Largo. Podem ser visualizadas em diversos pontos da cidade, faz parte da dimensão simbólica da identidade do lugar, reafirmando seu passado industrial. A conservação dessas estruturas, como de qualquer outro objeto, deve considerar sua ambiência, caso contrário, há o comprometimento de parte de seus valores.

Os conjuntos edificados de modelos arquitetônicos heterogêneos são conjuntos de moradias da antiga vila operária implantados juntos ao principal eixo viário do sítio, nas proximidades com os bens de impacto visual. Apresentam-se com modelos que variam desde casa térrea geminada com platibanda a bangalôs. De valor histórico, arquitetônico, afetivo, econômico, de uso e de paisagem. Alguns trechos do sítio que possuem esse conjunto também apresentam um valor documental, como pátina material da Enchente de 2010. Esses conjuntos demonstram a intenção de embelezamento do espaço urbano por meio da arquitetura no final do século XIX e início do século XX. Apesar da variação dos modelos arquitetônicos, há uma harmonia no conjunto. A dinâmica proposta é uma característica que deve ser mantida e as intervenções nas edificações, controladas para que não haja alterações de impacto negativo na leitura do conjunto.

Os conjuntos edificados de modelos arquitetônicos homogêneos apresentam-se como edificações geminadas com ou sem platibandas. Geralmente as edificações com platibanda mostram-se com composição única comum às duas células habitacionais, o que reforça seu valor de conjunto. Além deste valor lhes são atribuídos outros como o valor histórico, arquitetônico, afetivo, econômico e de uso. A conservação dessas edificações deve considerar, sobretudo, seu valor de conjunto, e as alterações sobre elas deve ser rigorosamente controlada para que não comprometa este e os demais valores.

Os conjuntos edificados de arquitetura ambiental são formados pelas moradias da antiga vila operária de modelo geminado, térreo, de porta e janela, com cobertura aparente. São os conjuntos que estão mais associados à apropriação do relevo do sítio, e por isto, apesar de não lhes ser atribuído um valor arquitetônico, possuem um valor de paisagem reconhecido desde o início do século XX, por Marroquim (1922). Muitas das antigas moradias que fazem parte desse conjunto apresentam um valor documental, com as marcas da Enchente de 2010 que

prejudicaram seu valor de uso, criando novas ruínas e trechos obsoletos. Além dos valores mencionados, pode-se atribuir a essas edificações o valor histórico, de conjunto e afetivo. O valor de paisagem desses conjuntos é um dos aspectos da significância cultural da CAFT em Rio Largo, e está associado a outros atributos, como relevo e a Mata Atlântica que compõem o sítio e sua ambiência. As intervenções sobre esses exemplares, de conservação e também reconstrução daquelas áreas obsoletas que representa um valor negativo para a população, deve considerar, sobretudo, o valor de conjunto e de paisagem dos mesmos.

As praças são as áreas verdes a quem podem ser atribuídos valores de uso, afetivo, sociocultural e de paisagem. São equipamentos urbanos de aspecto paisagístico significativo dentro do sítio. A Praça Manoel Chaves Granja, antiga Praça 15 de Outubro, apesar do valor de novidade atribuído pela sua reconstrução, teve seu valor de uso fragilizado por estar entre ruínas, numa área de baixo fluxo de pedestres. A conservação desses espaços deve estar articulada com as ações sobre os demais, para que não cancele valores relevantes para os envolvidos que usam o sítio.

A linha férrea que secciona o sítio da antiga CAFT, ainda em operação, possui um valor histórico, econômico, afetivo, de uso, tecnológico, sociocultural, de paisagem e, sobretudo, urbanístico. Conduziu a disposição dos edifícios do sítio, foi e ainda é uma das principais conexões entre o Rio Largo e outros municípios, inclusive Maceió. Representa uma das formas de apreensão do sítio. Consiste em um dos elementos estruturadores da paisagem da CAFT, sua conservação ultrapassa os limites do sítio, deve ser pensada numa escala regional¹³⁵.

A morfologia urbana do antigo sítio industrial foi reproduzida em suas imediações, é caracterizada pelo traçado orgânico das vias, determinadas pelo relevo do sítio e pelo percurso linear do Rio Mundaú, com o predomínio de edificações de um pavimento, somente os bens de impacto visual horizontal foram projetados para o número máximo de dois pavimentos (Departamento de Saúde e o palacete dos patrões). Constituída predominantemente por conjuntos arquitetônicos homogêneos, a forma urbana do sítio da antiga CAFT bem como os modelos arquitetônicos foram apropriados e reproduzidos pela cidade que não tinha relação

¹³⁵ Deve envolver as três instâncias: Município, Estado e União.

direta com o sistema produtivo industrial. À morfologia do sítio pode ser atribuído um valor histórico, econômico por tratar-se de um sistema de produção, ideológico, de paisagem, de origem de Rio Largo enquanto urbe, e, sobretudo, um valor urbanístico, que passou a ser reproduzido em outras partes da cidade.

(ii) Setor de Preservação de Ambiência:

A adoção de um setor de preservação voltado à ambiência para o sítio da antiga CAFT é relevante, pois este pode ser caracterizado como um sítio de natureza mista¹³⁶, que envolve a sobreposição e relação estreita entre o ambiente natural e cultural. Esta é uma característica comum à praticamente todos os exemplares do patrimônio industrial datados do fim do século XIX e início do século XX, e a CAFT mantém este aspecto com expressividade.

Essa ambiência não está voltada apenas aos elementos que estejam relacionados diretamente com o sistema de produção adotado pela CAFT, mas, sobretudo, à sua continuidade urbanística, e aos possíveis modos de apreensão do sítio como um todo. Esses aspectos foram os critérios para a delimitação dessas áreas de entorno. Além de considerar os aspectos naturais que envolvem o Setor de Preservação Rigorosa 01, são levantados aspectos culturais, nos quais são eleitos bens e espaços de interesse cultural que, pelos valores a eles atribuídos, podem constituir o que seriam os Setores de Preservação Rigorosa 02.

A conservação dessa ambiência estará estreitamente relacionada com a legislação de uso e ocupação do solo, com controle e delimitação do número de pavimentos para o ambiente cultural. A conservação do ambiente natural requer além da imposição de políticas urbanas, políticas ambientais que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a manutenção dos valores materiais e imateriais que envolve o meio ambiente natural. Isso reforça a multiplicidade das ações de conservação sobre o patrimônio, nesse caso, de natureza industrial.

Ambiente Cultural do Setor de Preservação Rigorosa 01

Bens e espaços de interesse cultural ou Setores de Preservação Rigorosa 02 constituem edifícios e fragmentos urbanos presentes no Ambiente Cultural do sítio industrial da antiga CAFT, que podem ter atribuição de valores patrimoniais. Estão

¹³⁶ De acordo com a UNESCO (2016) um patrimônio cultural é considerado de natureza mista quando possuem características parciais ou em sua completude dos bens culturais e naturais.

relacionados, sobretudo a dimensão simbólica, por meio de edifícios religiosos e espaços funerários, bem como em seu valor afetivo, econômico e tecnológico, como a representatividade da Feira Livre e a Estação ferroviária Rio Largo. Esses bens e espaços possuem principalmente significados sociais e são marcos referenciais do ambiente cultural da antiga CAFT. Dentre os valores patrimoniais que o tornam objetos de conservação estão seu valor histórico, afetivo, econômico, sociocultural, tecnológico e ideológico, não estando relacionado à ideologia industrial, mas à ideologia religiosa.

A linha férrea dá a continuidade a partir da interligação do ambiente cultural ao sítio industrial da antiga CAFT. Constitui elemento de paisagem do centro da cidade, fazendo a transferência de uma paisagem natural e urbana pacata, quando passa pelo sítio da antiga CAFT, à dinâmica urbana de maior movimento. Valores como histórico, econômico, afetivo, de uso, tecnológico, sociocultural, de paisagem e urbanístico podem ser atribuídos à linha férrea dentro do contexto do centro da cidade.

Conjunto edificado de verticalização baixa, cujo traçado e composição arquitetônica reproduzem a forma urbana do sítio industrial da antiga CAFT. Faz parte do ambiente cultural do sítio devido à apropriação do modelo urbano e arquitetônico. Representa, ainda, a direção da expansão urbana da cidade a partir do sítio da antiga CAFT. Esse conjunto tem um valor histórico quando associado aos novos aglomerados urbanos que estavam indiretamente relacionados ao sistema fabril, foi também reflexo do florescimento de um comércio atraído pelo desenvolvimento industrial da cidade.

Ambiente Natural do Setor de Preservação Rigorosa 01

À Mata Atlântica nas proximidades do sítio industrial além do valor ambiental e de paisagem atribui-se um valor econômico, pois consistia, no passado, como fonte de lenha para auxiliar na energia para a movimentação dos teares. Na contemporaneidade, a mata compõe a antiga paisagem urbano-industrial, sendo áreas verdes que auxiliam tanto no controle ambiental, como na identidade dos remanescentes da antiga CAFT. Esta vegetação densa será relevante nos pontos de visadas do sítio, uma vez que, em conjunto com o relevo, omite e faz emergir edificações nas áreas que possibilitam vistas panorâmicas do conjunto.

A mata ciliar do Rio Mundaú de relevância ambiental, também compõe com a paisagem. Nos remanescentes em processo de arruinamento que estão às margens do Rio Mundaú, tem a integração da vegetação espontânea em sua arquitetura com a mata ciliar. Por essa razão as ações de limpeza anual realizada pelos herdeiros sobre esses exemplares devem ser criteriosas, para que não comprometa o valor ambiental da mata.

Ao relevo do sítio industrial da antiga CAFT e circundante além de ser atribuído um valor paisagístico, com sua associação ao ambiente natural e cultural, possui o valor urbanístico como significativo, uma vez que condicionou a implantação das edificações do sítio, principalmente das moradias da antiga vila operária. É um dos principais elementos estruturadores da paisagem urbano-industrial e da cidade de Rio Largo como um todo. Possibilita a construção de visadas para a percepção do sítio industrial da antiga CAFT. É um atributo que deve ter sua conservação aliada a uma normativa Ambiental.

O Rio Mundaú é um dos atributos do ambiente natural que mais se relacionou com a atividade fabril, condicionando a implantação dos bens de impacto visual. Ao Rio Mundaú pode-se atribuir o valor histórico, documental e afetivo. Além da contribuição energética do Rio, há o evento recente das marcas deixadas pela Enchente de 2010 que estão na memória da população e que deixou consequências físicas e psíquicas nos habitantes locais. Ao Rio Mundaú também é possível atribuir o valor econômico, de paisagem e ambiental.

A Mata Atlântica presente para além do Rio Mundaú é um elemento natural que cria uma composição peculiar na contradição do ambiente natural e ambiente cultural. Além dessa relação com toda a cidade, consiste em paisagem natural que compõe diretamente com os elementos constituinte do sítio industrial da antiga CAFT, seja na visualização dos remanescentes industriais isolados, seja quando visualizados nos pontos estratégicos de contemplação do sítio.

Para uma delimitação precisa do ambiente natural deve ser realizado um estudo aprofundado dos recursos naturais, e um plano de gestão ambiental que seja planejado e executado em conjunto com os planos de gestão urbana e patrimonial. Isso será relevante para indicar áreas da cidade com restrição à ocupação, por especificidades do ambiente natural ou pela interferência que a ocupação pode causar ao ambiente cultural composto pelo Setor de Preservação Rigorosa. A

proposta da definição da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística, bem como a esquematização de seus atributos e valores podem ser verificados nas Pranchas de 18 a 24.

Prancha 18 - Espacialização da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística do sítio da antiga CAFT



LEGENDA - Bens de interesse cultural

- 01 Praça Aloísio Alves Cavalcante
- 02 Estação ferroviária Gustavo Paiva
- 03 Igreja Sagrado Coração de Jesus
- 04 Antiga vila operária
- 05 Antiga Fábrica Cachoeira
- 06 Praça Manoel Chaves Granja antiga Praça 15 de Outubro
- 07 Antiga oficina mecânica e almoxarifado
- 08 Antiga administração
- 09 Antiga casa da gerência
- 10 Antigo Departamento de Saúde
- 11 Palacete dos antigos patrões
- 12 Antigo Restaurante Operário
- 13 Antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva
- 14 Antigo Cine Teatro Guarany
- 15 Antiga Fábrica Progresso
- 16 Praça Virgem dos Pobres
- 17 Praça Evanda C. Vasconcelos
- 18 Feira livre (Feira da Malumbeira)
- 19 Igreja São Benedito
- 20 Paróquia Nossa Senhora da Conceição
- 21 Estação ferroviária Rio Largo
- 22 Cemitério São José

LEGENDA - Zona Especial de Preservação

- Sector de Preservação Rigorosa 01**
- Bens de impacto visual - horizontal
 - ⊠ Bens de impacto visual - vertical (Chaminés)
 - Conjunto edificado de modelos arquitetônicos heterogêneos
 - Conjunto edificado de modelos arquitetônicos homogêneos
 - Conjunto edificado de arquitetura ambiental
 - Praças
 - Remanescentes de Mata Atlântica
 - Vazio urbano
 - ⊕ Linha férrea
 - ⤵ Relevo - Curvas de nível
 - ⋯ Limite do Sector de Preservação Rigorosa
- Sector de Preservação de Ambiência**
- Ambiente Cultural do Sector de Preservação Rigorosa 01**
- Sector de Preservação Rigorosa 02
 - Conjunto edificado de verticalização baixa - reprodução das características de traçado urbano e composição arquitetônica do sítio da antiga CAFT.
 - ⊕ Linha férrea
 - ⋯ Limite do Ambiente Cultural
 - ⤵ Relevo - Curvas de nível
- Ambiente Natural do Sector de Preservação Rigorosa 01**
- Mata Atlântica próxima ao sítio
 - Mata Ciliar
 - Mata Atlântica
 - Curso D'água - Rio Mundaú
 - ⤵ Relevo - Curvas de nível

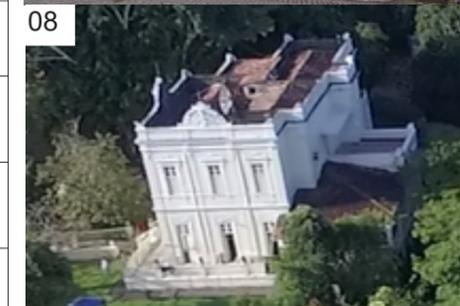
Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do GoogleEarth (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).

Prancha 19 - Especificação dos atributos e valores do Setor de Preservação Rigorosa 01



SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA 01

ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL	VALORES PATRIMONIAIS
Bens de impacto visual - horizontal	1. Estação ferroviária Gustavo Paiva	histórico econômico de uso tecnológico sociocultural de paisagem
	2. Igreja Sagrado Coração de Jesus	histórico arquitetônico afetivo ideológico de uso sociocultural de novidade
	3. Antiga Fábrica Cachoeira	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo econômico de uso de paisagem
	4. Antiga oficina mecânica e almoxarifado	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo de paisagem
	5. Antiga administração	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo de paisagem
	6. Antiga casa da Gerência	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso
	7. Antigo Departamento de Saúde	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo ideológico sociocultural de paisagem
	8. Palacete dos antigos patrões	histórico arquitetônico afetivo ideológico de uso de novidade
	9. Antigo Restaurante Operário	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo ideológico sociocultural de paisagem
	10. Antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva	histórico de antiguidade arquitetônico afetivo ideológico sociocultural de paisagem
	11. Antigo Cine Teatro Guarany	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso sociocultural
	12. Antiga Fábrica Progresso	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de novidade de paisagem
Bens de impacto visual - vertical	13. Chaminé da antiga Fábrica Cachoeira	histórico tecnológico afetivo de paisagem
	14. Chaminé da antiga Fábrica Progresso	histórico tecnológico afetivo de paisagem



Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

Prancha 20 - Especificação dos atributos e valores do Setor de Preservação Rigorosa 01



SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA 01

ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL	VALORES PATRIMONIAIS
Conjuntos edificados de modelos arquitetônicos heterogêneos	15.Trecho da Av. Com. Luiz Jardim	histórico documental arquitetônico afetivo econômico de uso de paisagem
	16.Trecho da Av. Getúlio Vargas	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de paisagem
	17.Trecho da Rua 15 de Setembro	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de paisagem
Conjuntos edificados de modelos arquitetônicos homogêneos	18.Rua Antônio Lúcio	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de conjunto
	19.Rua João Farias	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de conjunto
	20.Trecho da Rua Dr. J. Januário	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de conjunto
	21.Trecho da Rua Diégues Jr.	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso
	22.Trecho da Av. José da Silva	histórico arquitetônico afetivo econômico de uso de conjunto
Conjuntos edificados de arquitetura ambiental	23.Rua José Pedrosa	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	24.Rua Belo Jardim	histórico documental afetivo de paisagem
	25.Rua 13 de Maio	histórico documental afetivo de paisagem
	26.Rua 21 de Abril	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	27.Rua C. Torres	histórico documental afetivo de uso de conjunto de paisagem

Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

Prancha 21 - Especificação dos atributos e valores do Setor de Preservação Rigorosa 01

28



29



30



31



32



33



34



35



36



37



38



39



38



ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL	VALORES PATRIMONIAIS
Conjuntos edificados de arquitetura ambiental	28.Rua Dr. Armando Jr.	histórico documental afetivo de uso de conjunto de paisagem
	29.Rua 15 de Outubro	histórico afetivo de uso de conjunto
	30.Rua Rui Palmeira	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	31.Rua Boa Vista	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	32.Rua J. Osvaldo Florêncio	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	33.Rua Jacinto Pereira	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	34.Rua C. Guimarães	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	35.Rua S. Rego	histórico afetivo de uso de paisagem
	36.Trecho da R. Dr. Januário	histórico afetivo de conjunto de paisagem
	37.Travessa da Alegria	histórico afetivo
	38.Rua da Floresta	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
	39.Rua Almeida Guimarães	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem
40.Trecho da R. Diégues Jr.	histórico afetivo de uso de conjunto de paisagem	

SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA 01

Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

Prancha 22 - Especificação dos atributos e valores do Setor de Preservação Rigorosa 01



SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA 01	ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL	VALORES PATRIMONIAIS
	Praças	42.Praça Aloísio Alves Cavalcante	afetivo sociocultural de paisagem
		42.Praça Manoel Chaves Granja antiga Praça 15 de Outubro	histórico afetivo de uso sociocultural de novidade de comemoração de paisagem
		43.Praça Virgem dos Pobres	afetivo sociocultural de paisagem
		44.Praça Evanda C. Vasconcelos	afetivo sociocultural de paisagem
	Remanescentes de Mata Atlântica	45.Encostas acidentadas	de paisagem urbanístico
46.Áreas planas		de paisagem	
Linha férrea	47.Trecho: Estação ferroviária Gustavo Paiva à antiga Fábrica Progresso	histórico econômico afetivo de uso tecnológico sociocultural de paisagem urbanístico	
Morfologia urbana do antigo sítio industrial (perímetro)	48. Perímetro do sítio da antiga CAFT	histórico econômico afetivo ideológico de paisagem urbanístico de origem	

Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
SETOR DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

Prancha 23 - Especificação dos atributos e valores do Ambiente Cultural do Setor de Preservação Rigorosa 01



SETOR DE PRESERVAÇÃO DE AMBIÊNCIA		Ambiente Cultural do Setor de Preservação Rigorosa 01	
		ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL
Ambiente Cultural do Setor de Preservação Rigorosa 01	Bens e espaços de interesse cultural (Setor de Preservação Rigorosa 02)	49.Feira Livre (Feira da Malumbeira)	histórico afetivo econômico sociocultural
		50.Igreja São Benedito	histórico afetivo ideológico sociocultural
		51.Paróquia Nossa Senhora da Conceição	histórico afetivo ideológico sociocultural
		52.Estação ferroviária Rio Largo	histórico econômico de uso tecnológico sociocultural de paisagem
		53.Cemitério São José	histórico afetivo sociocultural
	Linha férrea	54.Trecho: antiga Fábrica Progresso à Estação ferroviária Rio Largo	histórico econômico afetivo de uso tecnológico sociocultural de paisagem urbanístico
	Conjunto edificado de verticalização baixa (até dois pavimentos), cujo traçado urbano e composição arquitetônica reproduzem a forma urbana do sítio industrial da antiga CAFT.	55.Perímetro urbano cujos limites são: Rua Pedro Coutinho < Rua Almeida Guimarães < Av. José da Silva < Rua Manoel Zacarias Amorim < Rua Batista Acioly < Rua Tavares Bastos < Travessa Sao Joao < Rua Enfermeiro Benedito Silva < Rua Pedro Coutinho.	histórico de uso de conjunto de paisagem urbanístico

Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
AMBIENTE CULTURAL - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

Prancha 24 - Especificação dos atributos e valores do Ambiente Natural do Setor de Preservação Rigorosa 01



SETOR DE PRESERVAÇÃO DE AMBIÊNCIA
 Ambiente Natural do Setor de Preservação Rigorosa 01

ATRIBUTOS	BENS DE INTERESSE CULTURAL E AMBIENTAL	VALORES PATRIMONIAIS
Ambiente natural	56.Mata Atlântica nas proximidades do sítio industrial	de paisagem ambiental econômico
	57.Mata ciliar	de paisagem ambiental
	58.Relevo	de paisagem ambiental
	59.Rio Mundaú	histórico documental de paisagem ambiental econômico afetivo
	60.Mata Atlântica nas proximidades do Rio Mundaú	de paisagem ambiental

Fonte: Produzido pela própria autora.

ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO
AMBIENTE NATURAL - SÍTIO INDUSTRIAL DA ANTIGA CAFT/Rio Largo - AL

O atributo que é comum ao Setor de Preservação Rigorosa e ao Setor de Ambiência é a linha férrea. A ferrovia perpassa toda a área da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística e vai além dela. De relevância estadual e federal, ela insere o município de Rio Largo numa rota histórica do desenvolvimento econômico alagoano do final do século XIX. Os remanescentes do sítio da antiga CAFT fazem parte desse legado e contribuem para a construção de sua paisagem. Pensar uma conservação da significância da linha férrea é idealizar uma proposta de caráter regional. É um atributo que a escala do município não é suficiente para conservar seus valores.

Além dos atributos e valores aqui expressos, foram identificados seis pontos no Setor de Preservação Rigorosa 01 que se expressam como potenciais mirantes para uma leitura do sítio industrial da antiga CAFT. São os seguintes:

(i) Ponto alto da Rua da Floresta: nele é possível ver o adensamento urbano da cidade aberta em contraponto com o espraiamento da ocupação do sítio da antiga CAFT. Identifica-se a relação entre o ambiente cultural e natural presentes entre essas duas partes da cidade de Rio Largo, assim como podem ser observadas semelhanças na continuidade dos modelos arquitetônicos e na apropriação do relevo pelo ambiente cultural da antiga vila operária. Além desses aspectos, ressalta-se a vista de um bem de impacto visual vertical (chaminé da antiga Fábrica Progresso);

(ii) Fim da Rua João Farias: neste ponto o observador consegue perceber a escala da Igreja Sagrado Coração de Jesus, elemento de destaque na paisagem principalmente se comparada às antigas moradias da vila operária presentes em primeiro plano. Quase de frente à igreja é possível ver a Estação Ferroviária Gustavo Paiva;

(iii) Varanda na Av. Getúlio Vargas (interligando o Palacete e o antigo Departamento de Saúde): espaço há muito utilizado como miradouro pelos moradores e transeuntes, esta varanda possibilita uma paisagem panorâmica do Rio Mundaú. A depender da poda de suas árvores, é possível ver do lado esquerdo (posicionando-se de frente para o rio) o edifício do antigo Departamento de Saúde, em seguida a chaminé da antiga Fábrica Cachoeira, o Rio Mundaú, e seguindo com os remanescentes do antigo Restaurante Operário, a antiga Fábrica Progresso (com sua chaminé) e o Palacete dos patrões. Nesta varanda, são acompanhados ainda o

movimento de veículos, pedestres e a passagem do trem interligando o bairro Gustavo Paiva ao Centro da cidade;

(iv) Fachada Posterior da antiga Fábrica Cachoeira: neste ponto é possível ver parte da antiga vila operária do bairro Gustavo Paiva e as ruínas do antigo edifício administrativo e da oficina e almoxarifado. No enquanto, o elemento de maior expressividade encontra-se em primeiro plano, trata-se das ruínas da antiga Fábrica Cachoeira e de sua chaminé. Nota-se a relação que exerce com o ambiente natural e a dinâmica de seu reuso, bem como as intervenções feitas em sua estrutura para se adaptar às novas necessidades funcionais.

(v) Rua Boa Vista: de uma ruela sem saída é possível ver a Igreja Sagrado Coração de Jesus. O relevo possibilita uma aproximação visual da igreja, assim como, em conjunto com a vegetação densa, há a visualização deste edifício de forma que aparece isolado, distante de outras edificações.

(vi) Cemitério São José: um dos pontos mais altos do bairro Gustavo Paiva, possibilita uma vista panorâmica da relação próxima entre o ambiente natural e cultural, implantado pela antiga CAFT em seu modelo urbano. Além das ruínas da antiga Fábrica Cachoeira, da apropriação do relevo com a construção dos conjuntos de modelos de arquitetura ambiental, da Mata Atlântica, do Rio Mundaú, esta vista conta com a presença da linha férrea adentrando numa área de vegetação densa. A paisagem visualizada de frente ao Cemitério São José não denuncia ao observador a existência de uma área de adensamento urbano nas proximidades desse espaço que não apresenta uma definição clara de onde inicia o ambiente natural e encerra o ambiente cultural.

Situados em locais de cota de nível alta, estando nesses pontos é possível ter percepções diferenciadas do sítio industrial da antiga CAFT, de sua ambiência, e das relações existentes entre seus atributos. Esses pontos merecem atenção nas políticas urbanas a serem implantadas em Rio Largo, principalmente nas definições de uso do solo e gabarito das edificações, uma vez que apresentam leituras relevantes para a compreensão dos valores e significados do sítio industrial da antiga CAFT (Prancha 25).

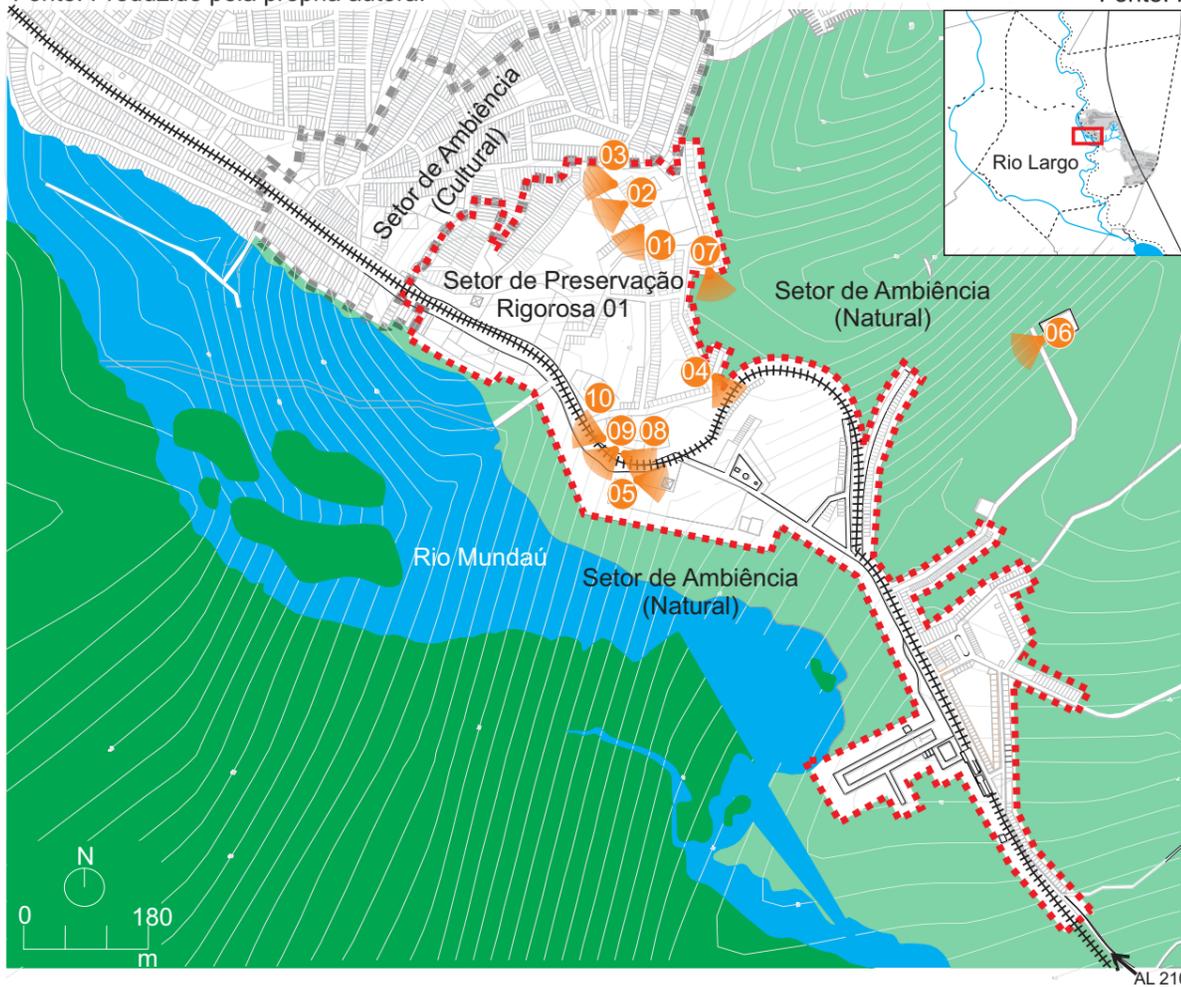
Prancha 25 - Pontos de interesse para visualização e apreensão da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística.



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora com base nas imagens via satélite do Google Earth (2015) e no mapa de Paiva Filho, *op. cit.* (2013, p.79).



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Outra questão que deve ser considerada é a respeito da reutilização dos remanescentes industriais que será incentivada, mas devidamente planejada. Considera-se que a conservação do sítio industrial da antiga CAFT não poderá ser realizada a partir de intervenções sobre seus edifícios de maneira isolada. É importante que haja uma proposta integrada de novos usos, de forma que não comprometam a noção de conjunto do sítio, ou outros de seus valores patrimoniais. Por esta razão é relevante estreitar as relações entre os envolvidos (Poder Público, Sociedade Civil e Iniciativa Privada) ¹³⁷.

Esses novos usos não devem estar em conformidade apenas com as condições físicas dos remanescentes, mas, sobretudo, com as dimensões simbólicas, ou seja, devem respeitar seus valores e significados sem desconsiderar sua memória industrial. A realização de intervenções desta natureza somente é possível com um detalhado plano de gestão da conservação do sítio industrial da antiga CAFT, construído em conjunto com expressivo número de envolvidos e afetados pelo objeto. Os novos usos não poderão prejudicar o caráter comunicativo do sítio e de sua natureza industrial.

Sendo assim, pensar a conservação do sítio industrial da antiga CAFT requer reconhecer a associação dos seus atributos - como as relações que os bens de impacto visual horizontal exercem sobre os conjuntos de edifícios mais modestos, assim como os bens de impacto visual vertical se relacionam com o relevo do lugar que ora os aproximam do observador, ora os afastam do mesmo etc. – e de seus valores – o valor urbanístico associado ao de paisagem, ideológico, histórico, econômico etc. Essas associações devem ser construídas com os envolvidos para uma conservação efetiva.

Os atributos do sítio da antiga CAFT, ainda que tenham mudado de uso ou não, tenham sido abandonados estando em processo de arruinamento ou com integridade física, estão conectados e, unidos, constroem valores que expressam a identidade e significância cultural de Rio Largo. Esses valores merecem ser conservados de modo a considerar o sítio enquanto uma paisagem urbano-industrial de longa data que ainda se mantém como tal.

¹³⁷ Devem ser considerados instrumentos de política urbana que possam auxiliar na conservação do sítio industrial da antiga CAFT. São instrumentos como Direito de Preempção e Transferência do Direito de Construir que auxiliam na relação entre a gestão pública e iniciativa privada em prol do bem coletivo.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou indicar os valores, atributos e envolvidos para se pensar uma gestão de conservação no sítio industrial da antiga CAFT, considerando suas especificidades e complexidade à luz da teoria contemporânea da conservação.

O primeiro passo para o alcance de seu objetivo foi estudar a natureza do patrimônio da antiga CAFT: patrimônio industrial. Para tanto, realizou-se uma Pesquisa Bibliográfica acerca do objeto teórico, apresentando um breve histórico do processo de reconhecimento do legado industrial no campo do patrimônio cultural, os documentos doutrinários redigidos para promoção e conservação desse testemunho, como a Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin. Com a descrição e análise desses documentos, demonstraram-se limitações em suas definições, principalmente com relação aos valores patrimoniais que levam a um testemunho industrial ser ou não digno de conservação.

Nesta fase da pesquisa, apresentaram-se lacunas conceituais presentes nos documentos doutrinários o que fez com que se recorresse a definições de autores que se debruçaram sobre o tema do patrimônio industrial. Foram, então, apresentados conceitos de sítios industriais, paisagens, complexos, elementos industriais etc., assim como a distinção dos modelos urbanos implantados pelas indústrias: cidade operária, bairro operário, núcleo operário e vila operária.

Diante deste panorama a respeito do objeto teórico da dissertação, percebeu-se que o patrimônio industrial apresenta uma natureza específica e complexa, e que as ações voltadas a sua conservação nem sempre são motivadas pelos valores definidos pela Carta de Nizhny Tagil, mas por outros que podem ser atribuídos a ele. Por esta razão, recorreu-se à teoria contemporânea da conservação, que demonstrou responder de modo satisfatório ao trabalho de valorar os testemunhos da industrialização. Segundo esta teoria, a conservação realiza-se a partir da construção da significância cultural do objeto, com a atribuição de valores que nasce da relação entre os envolvidos e o bem a ser conservado. A conservação é vista enquanto operação que preza pela manutenção dos significados do patrimônio.

A segunda parte do trabalho utilizou-se, sobremaneira, de fontes secundárias para sua construção. Fez-se a opção por este tipo de fonte para a interpretação dos

valores de longa data. Neste momento, o trabalho inicia com a interpretação dos valores do passado e finaliza com atribuições de valores do tempo presente. Tratou-se de uma Pesquisa Histórica sobre o objeto empírico e uma descrição e análise de como o mesmo se apresenta na contemporaneidade.

Dentre os desafios que esta etapa da pesquisa apresentou, estava a ausência de uma espacialização do sítio industrial da CAFT na cidade contemporânea. Construiu-se esta espacialização com base em idas a campo, mapa do sítio presente em Paiva Filho (2013) e imagens via satélite fornecidas pelo *Google Earth*. Outra questão foi a dificuldade do acesso à informação pelos órgãos públicos, devido à inconstância política do município de Rio Largo, com a mudança de secretariado e falta de conhecimento das ações realizadas por gestões anteriores, e, também, pela perda súbita de documentos como consequência da Enchente de 2010.

Os valores que vão sendo identificados ao longo do segundo capítulo indicam as limitações da lista de valores da Carta de Nizhny Tagil. Serão as especificidades do sítio industrial, os eventos históricos nele impressos que o darão relevância cultural. No processo de interpretação realizado no sítio da antiga CAFT foram atribuídos os valores de origem, econômico, de paisagem, urbanístico, de conjunto, tecnológico, arquitetônico, ideológico, sociocultural, afetivo, comemorativo, de uso, de antiguidade, de novidade, histórico e documental. Neste sentido, dentre os produtos desenvolvidos neste trabalho, tem-se a especificação de um sítio industrial por meio da interpretação de seus valores, frente à generalidade das indicações da Nizhny Tagil. Isso possibilitou um olhar mais específico sobre o sítio industrial da antiga CAFT com vistas a um processo de gestão patrimonial, a partir da organização dos valores que constroem a sua significância.

Com a descrição dos valores e atributos do sítio, discutiu-se no último capítulo a gestão do patrimônio industrial. Apresentou-se uma breve explicação sobre como é pensado o patrimônio cultural no Brasil, a responsabilidade das instâncias Municipal, Estadual e Federal, assim como os envolvidos na sua gestão. Ao apresentar a situação do reconhecimento patrimonial em Rio Largo, identificou-se que a CAFT não é salvaguardada por nenhuma instância. Demonstrou-se que pelas suas especificidades a instância municipal seria aquela que, por meio de instrumentos de política urbana, garantiria a conservação dos valores do sítio.

Percebeu-se que o silenciamento da gestão pública na salvaguarda do patrimônio industrial pode ser explicado pela presença ativa dos herdeiros da CAFT na cidade, sua influência política e seu poder fundiário.

Nesta etapa, apresentou-se como se dá a gestão privada da CAFT. As dificuldades em trabalhar com patrimônio privado foram expressas nesta fase da pesquisa, pela restrição do acesso à documentação que forneça conhecimento formal sobre o objeto, sendo, muitas vezes a fonte das informações os próprios herdeiros do patrimônio, o que pode condicionar o pesquisador a fatos com fundamentos ideológicos. A fonte para compreender a gestão privada foi um dos herdeiros da antiga CAFT, por esta razão é sugerido que essas informações sejam aprofundadas e confirmadas em trabalhos futuros, com buscas em jornais impressos ou no meio digital, bem como com entrevistas a moradores e pessoas que acompanham o processo de gestão dos remanescentes.

Com a falta de reconhecimento da gestão pública, a gestão do patrimônio industrial realizada pelos herdeiros restringe-se à escala do edifício, não abarcando valores que só o poder público poderia conservar (valor de paisagem, conjunto, urbanístico). Isso é um dos problemas de quando o patrimônio industrial não é reconhecido pelos instrumentos da política urbana. Muitos trabalhos referentes à conservação desse patrimônio o limitam ao edifício, isso faz com que ocorram ações que deturpem a memória industrial impressa em sua materialidade. A dissertação demonstrou que pensar a salvaguarda de um patrimônio desta natureza requer a ampliação de sua escala que vai do edifício à cidade, de modo que as relações do passado e do presente existente entre o patrimônio e sua ambiência sejam consideradas.

O trabalho identificou como uma das dificuldades da promoção do patrimônio da CAFT e gestão democrática do mesmo, a constância do valor ideológico do sítio ao longo dos anos. A persistência desse valor no tempo presente expressa dois lados opostos: se, por um lado, esse valor limita a imposição de uma política urbana sobre a CAFT, silenciando as ações públicas sobre o sítio, por outro, é a presença da família que garante a permanência dos remanescentes na paisagem urbana de Rio Largo, independente de suas ações sobre eles serem positivas ou não à luz das teorias da conservação. São os significados individuais do sítio, sobretudo o valor

afetivo e econômico do patrimônio enquanto herança familiar, que possibilitaram a existência desse legado centenário na contemporaneidade.

Como finalização da dissertação apresentou-se uma versão de Declaração de Significância Cultural, que intermediou a proposta de um caminho possível para a conservação do sítio industrial da antiga CAFT. Essa conservação só será efetiva se estreitar as relações entre os envolvidos no sítio: iniciativa privada, Poder Público, comunidade local e de especialistas. Com base no Plano Diretor do município de Rio Largo, propôs-se uma subdivisão da Zona de Preservação Cultural, Histórica e Paisagística em setores de preservação (rigorosa e de ambiência). Determinou-se o sítio da antiga CAFT como Setor de Preservação Rigorosa 01, delimitando sua ambiência cultural e indicando os ambientes naturais responsáveis pela atribuição de valores patrimoniais. Ainda nesse momento, apresentaram-se locais de interesse para possíveis mirantes, pois estes garantem vistas panorâmicas e leituras espaciais do sítio industrial e da cidade contemporânea.

Construiu-se esta dissertação em cima da questão sobre como é possível intervir no patrimônio industrial reconhecendo sua natureza específica e complexa com embasamento na teoria contemporânea da conservação. Percebeu-se que os desafios estão no reconhecimento dessa especificidade, na atribuição de valores para além dos definidos em documentos doutrinários, numa conservação voltada às perspectivas de um número máximo de afetados pelo bem e, principalmente, no estreitamento das relações entre a gestão pública e privada, com o intuito de que as intervenções sobre o patrimônio industrial sejam sustentáveis e atendam aos interesses, sobretudo, da coletividade.

Entende-se que esta pesquisa foi realizada de acordo com a perspectiva de um envolvido, no caso, a autora desta dissertação. Para validação dos valores apresentados seria necessária a participação de outros no processo. Seria relevante um estudo aprofundado sobre quem são todas as pessoas afetadas e como elas se relacionam com esse patrimônio industrial. Aqui foi proposto um caminho a ser percorrido para a conservação do sítio industrial da antiga CAFT, fundada na teoria contemporânea da conservação.

Esta dissertação apresentou um processo metodológico que pode ser adotado para a construção de políticas voltadas a gestão desse patrimônio, de natureza específica e complexa, marcada pela multiplicidade de valores, atributos e

envolvidos. Abrem-se perspectivas para novas pesquisas que possam identificar as interpretações que outros envolvidos na conservação do patrimônio industrial da CAFT fazem do sítio, e os valores que atribuem a ele, recorrendo-se a fontes primárias. São também propostas investigações futuras acerca de outros sítios industriais implantados no mesmo período do sítio da antiga CAFT, com o intuito de apresentar as especificidades dos modelos urbanos construídos por empresas que fazem parte da história do urbanismo de Alagoas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, C. M. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.
- ALAGOAS (2009). **Mapas do patrimônio de Alagoas**: mapa de bens tombados. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/mapas-do-patrimonio-de-alagoas>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- BARROS, J. D'A. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações**, Paraná, v. 16, n. 1, p. 239-255, 2011.
- BETJEMAN, J. The Demolition of Euston Arch. In:_____. **Ideas, Insights and Arguments**: A Non-fiction Collection. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 27-31.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Trad. B. M. K. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL (2001). **Estatuto da cidade**: Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 03 jan 2017.
- BRASIL (2007). **Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em: 03 jan 2017.
- BRAZ, P. R. de M. A postura da municipalidade na preservação do patrimônio cultural urbano. In: AZEVEDO, P. O. D. de; CORRÊA, E. L. **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA/IAB-BA, 2013. p.127-150.
- BULL, J. **The Euston Arch Part 2: Death**. 2009. Disponível em: <<http://www.londonreconnections.com/2009/the-euston-arch-part-2-death/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- CABRAL, R. C. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural italiano**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013. São Paulo, 2013. 197p.
- _____. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 179.04, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- _____. **Usinas de açúcar**: habitação e patrimônio industrial. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- CAMPAGNOL, G. Industrial archaeology and brazilian industrial heritage. **Preservation education & Research**, Texas, v. 4, p. 1-18, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

- CARNEIRO, A. R. S.; SILVA, A. de F. Caracterização dos atributos dos bens patrimoniais. In: ZANCHETTI, S. M.; LACERDA, N. (orgs). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012. p.148-157.
- CASTELLS, M. (1972). **A questão urbana**. Trad. A. C. São Paulo: Coleção Pensamento Crítico, 1983.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRO, C. G. de. **Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo: identificação inter-relações socioespaciais**. 2015. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 190p.
- CASTRO, C. G. de; ALMEIDA, L. S. de. Uma viagem sentimental a Cachoeira. **O Jornal**, Maceió, 25 jul. 2010. Espaço, Caderno b4 e b5.
- CASTRO, C. G.; XAVIER, E. M. G. **CAFT: cenário alagoano de festividades e tradições**. 1997. Monografia (estágio supervisionado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1997.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. L. V. M. 4. ed. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.
- CLEMENTE, J. C. **Vazios urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico tombado da cidade de João Pessoa**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 113p.
- CORRÊA, R. L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Geografia, Espaço e Memória**, São Paulo, n. 10, p.93-116, jan- jun. 1992.
- CORREIA, T. B. **Pedra: Plano e cotidiano operário no Sertão**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- _____. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, mai. 2001.
- CPRM. **Projeto de cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Rio Largo, estado de Alagoas**, CPRM/PRODEEM, Recife, 2005.
- DELAFONS, J. **Politics and preservation: a policy history of the built heritage, 1882-1996**. Londres: E & FN Spon, 1997.
- DEZEN-KEMPTER, E. O lugar da indústria no patrimônio cultural. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 5, n. 1, p.107-125, 2011.
- DGOTDU. **Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território**. Direcção de Estudos e Planeamento Estratégico: Lisboa, Maio 2005.
- DIÉGUES JUNIOR, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FERRARE, J. O. P. História e Historiografia: aprisionamento x libertação. In: _____. **A preservação do patrimônio histórico: um re-pensar, a partir da experiência de Marechal Deodoro**. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. p. 08-30.

_____. **Inventário do patrimônio arquitetônico de Marechal Deodoro**. Maceió: EDUFAL, 2007.

FERREIRA, L. B.; LINS, A. M. M. A educação em Rio Largo: notas para compreender a importância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e a criação de instituições escolares (1915-1970). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 4., 1997, Campinas. **Anais...** Campinas, p.485-490, 1997.

GIOVANNONI, G. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Trad. R. C. C., C. R. M. de A., B. M. K. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. **Antropologia cultural e social**. Trad. E. C. da S. São Paulo: Cultrix, 2006.

HUDSON, K. **Industrial archaeology: an introduction**. Londres: John Barker Publishers, 1963.

IBÁÑEZ, M. R. A. Patrimonio industrial y ordenación del territorio. **ÁBACO**, Gijón, n. 19, p. 91-102, 1998.

IBGE (2010). **Censo demográfico: Rio Largo, Alagoas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270770&search=alagoas|rio-largo|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 06 set. 2016.

ICOMOS (1964). **International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites**. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

ICOMOS (1975). **The Declaration of Amsterdam**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/169-the-declaration-of-amsterdam>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ICOMOS (1994). **The Nara documento on authenticity**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

ICOMOS (2003). **The Nizhny Tagil charter for the industrial heritage**. Disponível em: <<http://international.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-e.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

ICOMOS (2006). **Industrial Heritage Sites on the UNESCO World Heritage List**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/18thapril/2006/whsites.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ICOMOS (2011). **Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes: the Dublin principles**. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/10/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

ICOMOS (2013). **The Burra Charter**. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

ICOMOS (s/d). **International council on monuments and sites**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/en/>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

IPHAN (1937). Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto-Lei%20n%C2%B0%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2017.

IPHAN (2015). **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_patrimonio_cultural_ferrov%C3%A1rio_dez_2015.pdf>. Acesso em 03 jan. 2017.

KERR, J. S. **The conservation plan: a guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance**. 7. ed. Boroondara: ICOMOS Australia, 2013.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998.

_____. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Revista Pós USP**, n. 21, São Paulo, jun. 2007, p. 198-211.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v. 18, n.2, p.287-320, 2010.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LEFEBVRE, H. (1968). **O direito à cidade**. Trad. T. C. N. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, G. L (2008). Para uma história da indústria têxtil alagoana. **Jornal Gazeta de Alagoas**, 06 dez. 2008. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=138778>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

LESSA, G. L. Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. In: LESSA, G. L.; TENÓRIO, D. A. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013.

LESSA, G. L.; TENÓRIO, D. A. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013.

LINDOSO, D. **Interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

LINS, A. P. M. de B. da C. **As ferrovias Patrimônio Cultural Mundial: os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional**. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 237p.

LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Marco Zero: São Paulo, 1988.

MACEIÓ (2005). **Plano Diretor de Maceió**: Lei municipal nº 5486, de 30 de dezembro de 2005. Maceió: Prefeitura de Maceió; SEMPLA, 2005.

MARROQUIM, A. **Terra das Alagôas**. Roma: Ed. Maglioni Strini, 1922.

MASON, R. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance" [Research and Debate]. **Places**, v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004.

MATOS, R. A.; JESUS, V. O. de; MATOS, N. A. **Instruções de tombamento**: pedido de tombamento da vila industrial modernista de Rio Largo/AL. Maceió: Oficina de Projetos; IPHAN, 2009.

MENEZES, U. T. B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, p.29-64, 2002.

MUSTIELES, D. S. Innovación o competencias contra el saber. **Fabrikart**, n. 10, p.250-263, 2012.

O PROGRESSO de Rio Largo e a obra do Commendador Gustavo Paiva. **Revista O Natal**, Maceió, n. 1, dez. 1938.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. da. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as "cidades-dormitório" no Brasil. **Cadernos Metrópole**., v. 12, n. 24, p.395-415, 2010.

PAIVA FILHO, A. P. G. de. **Rio Largo**: cidade operária. Maceió: SENAI/AL, 2013.

PAIVA, M. de. Fábrica de Sal. Patrimônio cultural e disputa pelo espaço público. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 16, n. 188.03, mar. 2016 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.188/5965>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PAZINATTO, B. C.; FREITAS, E. S.; FERREIRA, J. L. M.. Relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX. **Relações Internacionais no mundo atual**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.75-88, 2012.

PLAN NACIONAL DE PATRIMONIO INDUSTRIAL (2011). Disponível em: <http://ipce.mcu.es/pdfs/PN_PATRIMONIO_INDUSTRIAL.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PONTUAL, V. Plano de gestão da conservação integrada. In: ZANCHETTI, S. M.; LACERDA, N. (orgs). **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 90-100.

PROCESSO 0727-T-64 (1964). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1902>. Acesso em: 15 dez. 2015.

QUECINI, V. M. **Timóteo**: o legado urbano de um projeto industrial. 2007. Tese (Doutorado) – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 317p.

RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAHOLA, E. C. Nuevo concepto de Patrimonio Industrial: evolución de su valoración, significado y rentabilidad en el contexto internacional. **Bienes culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español, n. 7, p.59-70, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua gênese. Trad. W. R. D. e A. F. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO LARGO (2009). **Plano Diretor de Rio Largo**: Lei [s. n]/2009. Rio Largo: Prefeitura de Rio Largo, 2009.

RODRIGUES, A. R. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 14, p.1-187, mai. 2012.

RODRIGUES, M. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v.3, p.31-40, 1.sem., 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ROSA, C. L. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26. **Anais...** São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoA_NPUHCarolinaRosa.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

RUFINONI, M. R. **Preservação e restauro urbano**: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013.

SAMPAIO, J. C. R. Desafios da proteção do patrimônio cultural industrial de Juiz de Fora. **Revista CPC**, São Paulo, n.14, p. 070-086, 2012.

SANT'ANA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool; Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, C. A. Á.; CALDAS, K. V.; SANTOS, V. C. B. dos. Retratabilidade: renomeando e reconceituando um critério. **Periódico do Seminário de história da arte da UFPEL**, Pelotas, v. 2, n. 1, 2012.

SINDAÇÚCAR-AL. **Relação das Usinas**. Disponível em: < <http://www.sindacucar-al.com.br/relacao-das-usinas/> >. Acesso em: 28 jun. 2016.

SOUZA, J. C. O. de. Análise do Evento Climático Extremo Ocorrido na Região Leste de Alagoas: Bacias Hidrográficas dos Rios Mundaú e Paraíba do Meio (Análisis del Evento Climático Extremo Ocurrido en la Región Este de Alagoas, Cuencas Hidrográficas de los Rios Mundaú y...).**Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 2, p.377-395, 2011.

TENÓRIO, D. A. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 1979.

UNESCO. **Operational Guidelines for implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, 2016.

VIÑAS, S. M. **Contemporary theory of conservation**. Nova York: Routledge, 2011.

VITERBO, F. M. S.. Archeologia industrial portuguesa: os moinhos. **O Archeologo Português**: coleção ilustrada de materiaes e noticias publicada pelo Museu Ethnographico Português, vol. 2, n. 8-9, p. 193-201, ago.-set. 1896. Disponível em: <<https://archive.org/stream/archelogoport02muse#page/n229/mode/2up>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

ZANCHETI, S. M. A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna. **Textos para discussão n. 58** – Série 2: Gestão de Restauo, Olinda, v. 58, 2014. Disponível em: < <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59-textos-para-discussao/665-a-teoria-contemporanea-da-conservacao-e-a-arquitetura-moderna.html> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

ZANCHETI, S. M.; SILVA, A. F.; LIRA, F. B.; BRAGA, A. C.; GRAMEIRO, F. G. A pátina na cidade. **Textos para Discussão n. 31** – Série: Gestão da Conservação Urbana, Olinda, v. 31, 2008. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/319-textos-para-discussao-v-31.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ZANCHETI, S.; LAPA, T. Conservação Integrada: evolução conceitual. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes; LACERDA, Norma (orgs). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012. p.18-30.

ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L.T.F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. **City & Time** [online], 2009. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Referências das Figuras

ALAGOAS (2010). **Alagoas em mapas**. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-mapas> >. Acesso em: 10 jun. 2016.

EDIÇÃO da saudade. **Nosso Jornal**, Rio Largo, n. extra, dez. 1943.

ENOCH, N (2016). **A return to Euston, please**. Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3900478/Euston-Arch-set-rise-nearly-60-years-Government-declares-war-cult-ugliness-modern-public-buildings.html> >. Acesso em: 10 dez. 2015.

IBGE (2010). **Limite intermunicipal do município de Rio Largo/AL**. Disponível em: < <http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa17069>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editôra Brasil, 1968.

PENNY ILLUSTRATED NEWS (1849). **Victorian London: buildings, monuments and museums: Coal Exchange**. Disponível em: < <http://www.victorianlondon.org/buildings/coalexchange.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2015.